

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Órgão oficial do Conselho Nacional de Estatística
e da Sociedade Brasileira de Estatística, editado trimestralmente
pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

DIRETOR RESPONSÁVEL: M. A. TEIXEIRA DE FREITAS

REDATOR-SECRETÁRIO: WALDEMAR LOPES

Redação: AV FRANKLIN ROOSEVELT, 166 — TELEFONE 42-5294

Officinas: AVENIDA PASTEUR, 404 — TELEFONE 26-6906

ASSINATURA ANUAL: Cr\$ 40,00

RIO DE JANEIRO — BRASIL



SUMÁRIO

HEITOR BRACET UM ANO DE ATIVIDADES DO SISTEMA ESTATÍSTICO-GEOGRÁFICO DO PAÍS	481
WILLIAM G. MADOW 7 POR QUE USAMOS AMOSTRAS	489
J. CARNEIRO FELIPPE O CENSO CONTINENTAL DE 1950	503
THOMAS N. E GREVILLE † CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DE UM SISTEMA ADEQUADO DE COLETA DOS DADOS DE NASCIMENTOS E ÓBITOS NUM PAÍS AMERICANO	511
M. A. TEIXEIRA DE FREITAS O CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA E SUAS ATIVIDADES EM 1946	519
VIRGÍLIO GUALBERTO SÔBRE O CONSUMO DE ALGUNS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	529
<i>VULTOS DA ESTATÍSTICA BRASILEIRA</i>	
X J. P. WILEMAN	541
<i>NOÇÕES DE METODOLOGIA</i>	
INICIAÇÃO ESTATÍSTICA — PROMÉDIOS CLÁSSICOS DE USO GERAL	543
<i>A ESTATÍSTICA NA AMÉRICA</i>	
† RELATÓRIO SÔBRE AS ATIVIDADES DO INSTITUTO INTERAMERICANO DE ESTATÍSTICA	546
APERFEIÇOAMENTO DAS ESTATÍSTICAS AGRÍCOLAS NO CONTINENTE	550
<i>DE ONTEM E DE HOJE</i>	
7 DISCURSO SÔBRE A ESTATÍSTICA MÉDICA DO BRASIL	551
<i>ESTUDOS E SUGESTÕES</i>	
† ESTATÍSTICA APLICADA	557
INFORMAÇÕES GERAIS	560
BIBLIOGRAFIA	565
LEGISLAÇÃO	583
RESENHA	585

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

PRESIDENTE

Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, criado pelo Decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934, é uma entidade de natureza federativa, subordinada diretamente à Presidência da República. Tem por fim, mediante a progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas da organização política da República e da iniciativa particular, promover e fazer executar, ou orientar tecnicamente, em regime racionalizado, o levantamento sistemático de todas as estatísticas nacionais, bem como incentivar e coordenar as atividades geográficas dentro do país, no sentido de estabelecer a cooperação geral para o conhecimento metódico e sistematizado do território brasileiro. Dentro do seu campo de atividades, coordena os diferentes serviços de estatística e de geografia, fixa diretrizes, estabelece normas técnicas, faz divulgação, propõe reformas, recebe, analisa e utiliza sugestões, forma especialistas, prepara ambiente favorável às iniciativas necessárias, reclamando, em benefício dos seus objetivos, a colaboração das três órbitas de governo e os esforços conjugados de todos os brasileiros de boa vontade.

ESQUEMA ESTRUTURAL

A formação estrutural do Instituto compreende dois sistemas permanentes — o dos Serviços Estatísticos e o dos Serviços Geográficos, — e um de organização periódica — o dos Serviços Censitários

I — SISTEMA DOS SERVIÇOS ESTATÍSTICOS

O Sistema dos Serviços Estatísticos compõe-se do Conselho Nacional de Estatística e do Quadro Executivo.

A — CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, órgão de orientação e coordenação geral, criado pelo Decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934, consta de:

1 Um "Órgão Administrativo", que é a Secretaria-Geral do Conselho e do Instituto

2 "Órgãos Deliberativos", que são: a *Assembleia Geral*, composta dos membros da Junta Executiva Central, representando a União, e dos presidentes das Juntas Executivas Regionais, representando os Estados, o Distrito Federal e o Território do Acre (reunem-se anualmente no mês de julho); a *Junta Executiva Central*, composta do Presidente do Instituto, dos diretores das cinco Repartições Centrais de Estatística, representando os respectivos Ministérios, e de representantes designados pelos Ministérios da Viação e Obras Públicas, Relações Exteriores, Guerra, Marinha e Aeronáutica (reunem-se ordinariamente no primeiro dia útil de cada quinzena e delibera *ad referendum* da Assembleia Geral); as *Juntas Executivas Regionais*, no Distrito Federal, nos Estados e no Território do Acre, de composição variável, mas guardada a possível analogia com a J.E.C. (reunem-se ordinariamente no primeiro dia útil de cada quinzena)

3 "Órgãos Opinativos", subdivididos em *Comissões Técnicas*, isto é, "Comissões Permanentes" (estatísticas fisiográficas, estatísticas demográficas, estatísticas econômicas, etc) e tantas "Comissões Especiais" quantas necessárias, e *Corpo de Consultores Técnicos*, composto de 32 membros eleitos pela Assembleia Geral

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1 "Organização Federal", isto é, as cinco Repartições Centrais de Estatística — Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política (Ministério da Justiça), Serviço de Estatística da Educação e Saúde (Ministério da Educação), Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (Ministério do Trabalho), Serviço de Estatística da Produção (Ministério da Agricultura) e Serviço de Estatística Econômica e Financeira (Ministério da Fazenda), e órgãos cooperadores: Serviços e Seções de estatística especializada em diferentes departamentos administrativos

2 "Organização Regional", isto é, as Repartições Centrais de Estatística Geral existentes nos Estados — Departamentos Estaduais de Estatística, e no Distrito Federal e no Território do Acre — Departamentos de Geografia e Estatística, mais os órgãos cooperadores: Serviços e Seções de estatística especializada em diferentes departamentos administrativos regionais

3 "Organização Local", isto é, os Departamentos ou Serviços Municipais de Estatística, existentes nas capitais dos Estados, e as Agências nos demais municípios, — uns e outros subordinados, administrativamente, ao Instituto, através da respectiva Inspeção Regional das Agências Municipais, e tecnicamente ao Departamento Estadual de Estatística

II — SISTEMA DOS SERVIÇOS GEOGRÁFICOS

O Sistema dos Serviços Geográficos compõe-se do Conselho Nacional de Geografia e do Quadro Executivo.

A — CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, órgão de orientação e coordenação criado pelo Decreto n.º 1 527, de 24 de março de 1937, consta de:

1 Um "Órgão Administrativo" que é a Secretaria-Geral do Conselho

2 "Órgãos Deliberativos", ou sejam a *Assembleia Geral*, composta dos membros do Diretório Central, representando a União, e dos presidentes dos Diretórios Regionais, representando os Estados e o Território do Acre (reunem-se anualmente no mês de julho); o *Diretório Central*, composto do Presidente do Instituto, do Secretário

Geral do C. N. G., de um delegado técnico de cada Ministério, de um representante especial do Ministério da Educação e Saúde pelas instituições do ensino da Geografia, de um representante especial do Ministério das Relações Exteriores, de um representante do Governo Municipal da Capital da República e de um representante do C. N. E. (reunem-se ordinariamente no terceiro dia útil de cada quinzena); os *Diretórios Regionais*, nos Estados e no Território do Acre, de composição variável, mas guardada a possível analogia com o D. C. (reunem-se ordinariamente uma vez por mês).

3 "Órgãos Opinativos", isto é, *Comissões Técnicas*, tantas quantas necessárias, e *Corpo de Consultores Técnicos*, subdivididos em *Consultoria Nacional*, articulada com o D. C., e 21 *Consultorias Regionais*, articuladas com os respectivos D. R.

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1 "Organização Federal", com um órgão executivo central, — o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica — e órgãos cooperadores — Serviços especializados dos Ministérios da Agricultura, Viação, Trabalho, Educação, Fazenda, Relações Exteriores e Justiça, e dos Ministérios Militares (colaboração condicionada).

2 "Organização Regional", isto é, as repartições e institutos que funcionam como órgãos centrais de Geografia nos Estados

3 "Organização Local", — os *Diretórios Municipais*, *Corpos de Informantes* e *Serviços Municipais* com atividades geográficas.

III — SISTEMA DOS SERVIÇOS CENSITÁRIOS

O sistema dos Serviços Censitários compõe-se de órgãos deliberativos — as *Comissões Censitárias* — e de órgãos executivos cujo conjunto é denominado *Serviço Nacional de Recenseamento*.

A — COMISSÕES CENSITÁRIAS:

1 A *Comissão Censitária Nacional*, órgão deliberativo e controlador, compõe-se dos membros da *Junta Executiva Central* do Conselho Nacional de Estatística, do Secretário do Conselho Nacional de Geografia, do Diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda, de um representante do Conselho Atuarial e de três outros membros — um dos quais como seu Presidente e Diretor dos trabalhos censitários — eleitos por aquela Junta em nome do Conselho Nacional de Estatística, verificando-se a confirmação dos respectivos mandatos mediante ato do Poder Executivo.

2 As 22 *Comissões Censitárias Regionais*, órgãos orientadores, cada uma das quais se compõe do Delegado Regional do Recenseamento, como seu Presidente, do Diretor em exercício da repartição central regional de estatística e de um representante da Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística

3 As *Comissões Censitárias Municipais*, órgãos cooperadores, cada uma das quais constituída por três membros efetivos — o Prefeito Municipal, como seu Presidente, o Delegado Municipal do Recenseamento e a mais graduada autoridade judiciária local, além de membros colaboradores

B — SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO:

1 A "Direção Central", composta de uma Secretaria, da Divisão Administrativa, da Divisão de Coordenação e Publicidade e da Divisão Técnica

2. As "Delegacias Regionais", uma em cada Unidade da Federação.

3 As "Delegacias Seccionais", em número de 117, abrangendo grupos de Municípios

4 As "Delegacias Municipais"

5. O "Corpo de Recenseadores".

NOTA — Na atual fase dos serviços censitários, acham-se em funcionamento, apenas, a Comissão Censitária Nacional e a Direção Central do S. N. R.

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

CONSTITUIÇÃO DA JUNTA EXECUTIVA CENTRAL—

José Carlos de Macedo Soares, Presidente do IBGE, e de seus dois Conselhos; *Heitor Braet*, representante do Ministério da Justiça e Negócios Interiores; *Carlos Alberto Gonçalves*, representante do Ministério das Relações Exteriores; *Frederico A. Rondon*, representante do Ministério da Guerra; *Manuel Pinto Ribeiro Espíndola*, representante do Ministério da Marinha; *João de Lourenço*, representante do Ministério da Fazenda; *A. R. de Cerqueira Lima*, representante do Ministério da Agricultura; *Moacir Malheiros Fernandes da Silva*, representante do Ministério da Viação e Obras Públicas; *Oswaldo Gomes da Costa Miranda*, representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário-Geral do IBGE e do Conselho, representante do Ministério da Educação e Saúde

PRESIDENTES DAS JUNTAS EXECUTIVAS REGIONAIS

— ACRE: *Otávio Vidal Passos*, diretor do Departamento de Geografia e Estatística; AMAZONAS: *Júlio Benedito Uchoa*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PARÁ: *Orion Klautau*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; MARANHÃO: *Cássio Reis Costa*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PIAUÍ: *João Bastos*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; CEARÁ: *Luís Cavalcanti Sucupira*, secretário da Fazenda; RIO GRANDE DO NORTE: *Aderbal França*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PARÁIBA: *Genil Cunha*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PERNAMBUCO: *João de Deus de Oliveira Filho*, secretário de Agricultura, Indústria e Comércio; ALAGOAS: *Edgar Souza Machado*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; SERGIPE: *Osmar Araújo*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; BAHIA: *Felipe Nery*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; MINAS GERAIS: *Hildebrando Clark*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; ESPÍRITO SANTO: *José P. Machado de Oliveira*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; RIO DE JANEIRO: *Antônio V. de Moraes Jardim*, secretário do Governo; DISTRITO FEDERAL: *Sérgio Nunes Magalhães Júnior*, diretor do Departamento de Geografia e Estatística; SÃO PAULO: *Djalma Forjaz*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PARANÁ: *Mário Pinto Cordeiro*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; SANTA CATARINA: *Lourival Câmara*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; RIO GRANDE DO SUL: *Remy Gorga*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; GOIÁS: *Frederico de Medeiros*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; MATO GROSSO: *Raimundo Nobre Passos*, diretor do Departamento Estadual de Estatística

CONSULTORES TÉCNICOS—A) Seções: I—Estatística

metodológica: *Milton da Silva Rodrigues*; II—Estatística matemática: *Jorge Kajuri*; III—Estatística cosmográfica: *Lélio Gama*; IV—Estatística geológica: *Anibal Alves Bastos*; V—Estatística climatológica: *Sampaio Ferraz*; VI—Estatística territorial: *Everardo Backheuser*; VII—Estatística biológica: *Almeida Júnior*; VIII—Estatística antropológica: *Roque de Pinto*; IX—Estatística demográfica: *Giorgio Mortara*; X—Estatística agrícola: *Rafael Xavier*; XI—Estatística industrial: *Roberto Simonsen*; XII—Estatística dos transportes: *Aimoré Drumond*; XIII—Estatística das comunicações:

Moacir Malheiros Fernandes da Silva; XIV—Estatística comercial: *Lafayette Belfort Garcia*; XV—Estatística do consumo: *Valentim Bouças*; XVI—Estatística dos serviços urbanos: *José Pereira Lira*; XVII—Estatística do serviço social: *Cânego José Távora*; XVIII—Estatística do Trabalho: *Plínio Cantanhede*; XIX—Estatística atuarial: *Lino de Sá Pereira*; XX—Estatística educacional: *Lourenço Filho*; XXI—Estatística cultural: *Fernando de Azevedo*; XXII—Estatística moral: *Alceu de Amoroso Lima*; XXIII—Estatística dos cultos: *Padre Helder Câmara*; XXIV—Estatística policial: *José Gabriel Lemos Brito*; XXV—Estatística judiciária: *Filadelfo Azevedo*; XXVI—Estatística da defesa nacional: *General Firmo Freire*; XXVII—Estatística da organização administrativa: *Benedito Silva*; XXVIII—Estatística financeira: *Eugênio Gudim*; XXIX—Estatística política: *Andrade Bezerra B*) Representações: I—Agricultura: *Artur Torres Filho*; II—Indústria: *Eivaldo Lodi*; III—Comércio: *João Daudt d'Oliveira*; IV—Trabalho: *Jão Carlos Vital*; V—Imprensa: *Paulo Filho*; VI—Ensino: *Raul Leitão da Cunha*; VII—Religião: *Padre Leonel Franca*

COMISSÕES TÉCNICAS — I Comissão de Estatísticas Fisiográficas: organização federal —

Jorge Zarur e *Fábio de Macedo Soares Guimarães*; organização regional — *José Guedes de Sales Bastos* (Amazonas), *Mário Carneiro Babata* (Ceará) e *A. Carvalho e Silva* (São Paulo) II Comissão de Estatísticas Demográficas: organização federal — *Luís Briggs* e *Sebastião Aguiar Aires*; organização regional: *Aulete Luiz de França Caldas* (Pernambuco), *Walter Cardoso* (Sergipe) e *Maurício Fichtner* (Rio Grande do Sul) III Comissão de Estatísticas da Produção: organização federal — *Dulce Matos Meurer* e *Marcos Monte Lima*; organização regional — *José Bezerra Duarte* (Pará), *Edgar de Souza Machado* (Alagoas) e *Aldemar Alegria* (Rio de Janeiro) IV—Comissão de Estatísticas da Circulação: organização federal — *Mário Orlando de Carvalho e Maria Lídia Brasileiro de Almeida*; organização regional — *Blaudeci de Vasconcelos Pereira* (Pernambuco), *Carlos Nóbrega Duarte* (São Paulo) e *Hipátia Damasceno Ferreira* (Maranhão) V—Comissão de Distribuição e Consumo: organização federal — *Virgílio Gualberto* e *Benedito Coelho Rodrigues*; organização regional — *Clodoaldo Cardoso* (Maranhão), *João dos Santos Coelho* (Paráiba), e *Mário Aristides Freire* (Espírito Santo) VI—Comissão de Estatísticas do Bem-Estar Social: organização federal — *Carlos Domingues* e *Manuel Guedes Quintela*; organização regional — *José de Almeida* (Minas Gerais), *Elisabeth Sophia Huggins de Lemos* (Distrito Federal) e *Manuel Miraglia* (Mato Grosso) VII—Comissão de Estatísticas de Assistência Social: organização federal — *Eduardo Gonçalves* e *Antônio de Menezes Seródio*; organização regional — *Oto de Brito Guerra* (Rio Grande do Norte), *Irene Viotti* (Minas Gerais) e *Giovanni P. Faraco* (Santa Catarina) VIII—Comissão de Estatísticas Educacionais: organização federal — *Maria Aparecida de Oliveira* e *Jacir Maia*; organização regional — *Napoléon de Azevedo Maia* (Acre), *Anfrisia Santiago* (Bahia) e *João Carlos de Almeida* (São Paulo) IX—Comissão de Estatísticas Culturais: organização federal — *Mary Tuminelli* e *Nelsinda Leal*; organização regional — *João Bastos* (Pinui), *Emílio de Matos Sounis* (Paraná) e *Alfredo de Faria Castro* (Goiás) X—Comissão de Estatísticas Administrativas e Políticas: organização federal — *Custódio Américo Pereira de Viveiros* e *João de Mesquita Lara*; organização regional — *Neusá Henrique Cardim* (Pernambuco), *Augusto Alexandre Machado* (Bahia) e *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves* (Rio Grande do Sul)

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Ano VII

JULHO-SETEMBRO, 1946

N.º 27

HEITOR BRACET

(Presidente em exercício do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

UM ANO DE ATIVIDADES DO SISTEMA ESTATÍSTICO-GEOGRÁFICO DO PAÍS *

SE dúvidas porventura ainda subsistissem em alguns espíritos, sobre o princípio que fundamenta a obra do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e é a própria seiva de seu sistema, bastaria contrapor-lhes, para anulá-las, o sentido dêsse fato, que se repete cada ano: brasileiros de todos os quadrantes da Pátria, investidos de um mandato político da mais alta significação, aqui se reúnem, no empenho coletivo de aperfeiçoar a obra comum, corrigindo diretrizes ou estabelecendo novos rumos, em proveito do conhecimento, cada vez mais amplo, minucioso e perfeito, dos recursos, possibilidades e condições de vida do Brasil.

Do federalismo já se disse que é uma tendência orgânica do povo brasileiro. Tendência que se manifestou, muitas vêzes, por simples instinto, nas diferentes etapas de nossa evolução histórica, firmando, a bem dizer, a base espiritual sobre a qual assentaria o milagre de nossa unidade. Será, pois, construção efêmera e sem contingência tudo quanto se opuser aos seus imperativos, ou procurar contrariar-lhes as causas profundas.

Mesmo quando certas contingências eventuais pareciam favorecer o fortalecimento do Centro, com o sacrifício das autonomias regionais e locais, houve, da parte do Instituto, o mais sincero empenho de resguardar as bases federativas de nosso sistema político, condicionando a compromissos voluntariamente assumidos a responsabilidade da União, dos Estados e dos Municípios no programa de trabalho comum. Tôda a eficiência e o potencial de ação do órgão federativo da estatística e da geografia, baseiam-se, única e exclusivamente, nas vinculações jurídicas que solidarizam as autonomias em presença. É desta unificação que emerge a sua fôrça; é desta simbiose que resulta a sua vitalidade.

* Discurso-relatório lido na reunião inaugural da sétima sessão das Assembléias Gerais do Conselho Nacional de Estatística e do Conselho Nacional de Geografia, em 1.º de julho de 1946.

Afeito, assim, a valorizar aquelas autonomias, o Instituto sente-se à vontade para indicar o princípio da cooperação intergovernamental como o instrumento mais adequado, dentro do regime político que serve de fundamento ao Estado Brasileiro, à solução, pela convergência de propósitos e recursos, dos problemas de competência simultânea das três pessoas de Direito Público.

No momento em que se procede à reestruturação dos nossos quadros legais, todos os votos devem ser, por isso mesmo, no sentido de que a sugestão sobre o recurso a êsse princípio venha a inscrever-se na Carta Constitucional do país. Isto concorreria para que a experiência já obtida nos serviços estatísticos e geográficos se estendesse a vários outros campos da vida nacional, sob os fecundos influxos do mesmo pensamento de coesão e solidariedade, sempre que estejam em causa o progresso do Brasil e a felicidade de seu povo.

*

Ao dirigir-vos a palavra, nesta hora, como Presidente em exercício do Instituto e de seus Conselhos, desejo ressaltar, de início, a honra que para mim constitui substituir neste pôsto o nosso Presidente efetivo, Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, convocado pela confiança do Governo a colocar o seu patriotismo e reconhecido espírito público a serviço de nova e importante missão, à frente da Interventoria de São Paulo.

Nos têrmos das disposições regimentais, devo relatar as atividades das três alas do Instituto, desde que, precisamente há um ano, estivessem reunidos, para oferecer as luzes de vossa experiência e o entusiasmo de vosso devotamento à mesma causa que ora nos congrega nesta casa ilustre, onde o império do passado é uma fonte inesgotável de sugestões para a fidelidade e o amor ao Brasil.

Procurarei, todavia, ser breve, tanto mais quanto no Relatório apresentado recentemente ao Governo pela Presidência do Instituto — e cuja distribuição se fará ainda no decorrer de vossos trabalhos — encontrareis amplas e minuciosas informações sobre os fatos e ocorrências que, porventura, não vierem a constar desta exposição.

Recenseamento. Lancemos as vistas, inicialmente, para o setor censitário, onde vêm tendo desenvolvimento normal as importantes tarefas técnicas ligadas aos censos gerais de 1940. No interregno de vossas sessões, tiveram notável impulso os serviços de apuração do vasto material coligido no grande empreendimento, que constituiu, a vários títulos, um dos mais profundos estudos das condições existenciais do país, em seus múltiplos e variados aspectos.

Cogitou-se, sobretudo, de assentar, em têrmos definitivos, os critérios práticos a que deve obedecer a divulgação dos elementos apura-

dos, o que será feito em duas grandes séries — a nacional e a regional. Estabeleceu-se ainda a seqüência numérica para os volumes, cujo lançamento deve ser iniciado dentro de breve prazo, mediante o recurso ao processo de reprodução fotográfica dos quadros datilografados. O eventual retardamento, pelas razões já conhecidas, da apuração censitária, determinou certa demora em que fôsse atendido o justificável interêsse do público, em conhecer, nos seus amplos desdobramentos, as informações resultantes das pesquisas realizadas em 1940. Nem por isso, entretanto, deixou de ser satisfeito, em parte, êsse interêsse, através da ampla difusão, entre as entidades técnicas e administrativas e os órgãos da imprensa, de magníficos estudos com base nos dados censitários.

A distribuição da população brasileira, segundo o sexo, a idade, o estado civil, a nacionalidade, e combinações dêsses caracteres; a alfabetização e a distribuição das atividades da população adulta; a população infantil e em idade escolar; as atividades econômicas dos adolescentes — tais foram alguns dos temas desenvolvidos, segundo os melhores critérios técnicos, naqueles estudos. Nêles cogitou-se, também, da aplicação do Censo Demográfico para a reconstrução e emenda das estatísticas do movimento da população, bem como da mortalidade nas grandes cidades brasileiras, incluindo cálculos e análises de frequência das causas de óbitos, agrupadas segundo a classificação internacional, além de tábuas de sobrevivência para alguns municípios metropolitanos.

Para assinalar, em maio último, a efeméride — tão grata a todos nós — em que se comemorava o primeiro decênio do Instituto, lançou o Serviço Nacional de Recenseamento mais uma *Sinopse do Censo Demográfico*, consignando, para cada Unidade da Federação, os respectivos resultados, por sexo e grupos de idades, referentes à côr, estado civil, nacionalidade, instrução, religião e atividade principal.

Vê-se, pois, que nesse importante setor do sistema do Instituto, foi dos mais fecundos o período a que se referem os fatos enumerados nesta rápida resenha. A tal propósito, vale recordar que já foram dados os passos iniciais para a consecução de uma iniciativa de inestimável alcance para todos os países da América, qual seja a realização do Censo Continental de 1950. Colocado êsse empreendimento sob o alto patrocínio do Instituto Interamericano de Estatística, tudo nos leva a concluir que o seu êxito já está de antemão assegurado. A experiência técnica e administrativa que resultou, para o I. B. G. E., da realização do Recenseamento Geral de 1940, permitirá ao Brasil figurar, sem dúvida, entre as nações que melhor concorrerão para que a idéia se converta numa esplêndida realidade, fortalecendo, pelo conhecimento recíproco, a generosa política de entendimento e compreensão que ora se procura desenvolver no Continente, sob a inspiração dos mais nobres ideais de solidariedade americana.

Geografia. Balanceando as atividades geográficas do Instituto, sob o contróle imediato do Conselho Nacional de Geografia, só encontramos motivos, também, de justo regozijo cívico. Larga e profunda, com efeito, é a obra que vem sendo realizada, metódica e sistematicamente, visando a alargar cada vez mais as nossas aquisições, quanto ao conhecimento do meio físico do país.

Três fatos desejo ressaltar, inicialmente, pela sua marcante significação. Referirei, de início, a promulgação do Decreto-lei n.º 9 210, de 29 de abril dêste ano. Referendado por todo o Ministério, êsse importante diploma legislativo fixou as normas para a uniformização da Cartografia Brasileira e determinou o Plano Geral de Cartografia Terrestre, providências, essas, do maior alcance e em cuja concretização terá o Conselho Nacional de Geografia — como também ocorre, aliás, com o benemérito Serviço Geográfico do Exército — um papel dos mais relevantes.

Não menos significativo, pelo que exprime como reconhecimento, no plano internacional, das modernas conquistas do Brasil, no campo geográfico, é, sem dúvida, o fato de haver sido delegada ao C. N. G. a incumbência de instalar a Comissão Pan-Americana de Geografia, do Instituto Pan-Americano de Geografia e História. Para a presidência dessa Comissão, foi eleito o próprio Secretário-Geral do C. N. G., fato que também nos enche do maior júbilo.

Ressalto, por fim, como a nota mais expressiva das comemorações de 29 de maio, a assinatura, por parte dos governos de Alagoas e Pernambuco, dos Decretos que aprovaram o acôrdo firmado entre êsses dois Estados, pondo têrmo à secular pendência de limites. Fiel à sua política de unidade nacional, tudo o Instituto vem fazendo para encaminhar a solução dos últimos casos desta natureza, que, infelizmente, ainda subsistem. Só assim nos será possível resguardar o mais alto bem, dentre quantos nos legaram, através de tôdas as vicissitudes, os construtores da pátria brasileira: a noção do Brasil uno e indivisível. Êsse desígnio deve continuar a inspirar-nos; e se um voto nos cabe fazer nesta hora, de coração erguido, seja para que, dentro de breve prazo, não mais existam questões de limites dentro do Brasil, e fortalecido pela coesão e harmonia de seus filhos, possa o nosso país realizar os altos destinos que lhe traça a sua vocação histórica!

Referidos êsses três fatos marcantes, já é tempo de acentuar que não sofreram solução de continuidade as fecundas tarefas técnicas e culturais que o Conselho vem realizando, com entusiasmo e devotamento exemplares. Consigne-se, antes de tudo, o prosseguimento do notável trabalho de atualização da Carta Geral ao milionésimo, já em fase bastante adiantada, e de tôdas as demais campanhas que lhe servem de apoio: a das coordenadas geográficas, a dos levantamentos altimétricos, a da revisão dos mapas municipais, a das expedições científicas, a das excursões de estudos. E como reflexo da ação desenvolvida dentro dessa ordem de objetivos, vai o Conselho, já agora, consolidando o seu prestígio fora do país, através de ativa participação em

importantes assembléias continentais. Enquanto isso, prossegue em seus meritórios esforços de divulgação cultural, que tem como instrumentos eficientes, entre outros, a *Revista Brasileira de Geografia* e o *Boletim Geográfico*, ambos já consagrados pelo interesse e a simpatia do público, dentro e fora do Brasil.

Como se vê, estão lançadas, em terreno firme, as bases dêsse trabalho sistemático, em proveito de nossa cultura geográfica, da boa ordem administrativa, e da própria eficiência dos levantamentos estatísticos. Resta, apenas, prosseguir com ânimo resoluto nos esforços até agora desenvolvidos, para que se consolide e aperfeiçoe, mais e mais, a obra realizada sob tão favoráveis auspícios.

Estatística. Chegamos, por fim, ao terceiro dos grandes setores em que se desenvolve a atuação construtiva do Instituto, sob a responsabilidade técnica e, em alguns casos, também administrativa, do mais antigo de seus colégios dirigentes: o Conselho Nacional de Estatística. Manda a justiça reconhecer que também neste setor o Instituto vem correspondendo inteiramente à árdua e difícil missão de habilitar o Brasil a conhecer-se a si mesmo.

Votando, como o fizestes, há um ano, oportunas e importantes resoluções, fixastes novos objetivos para a atuação do aparelho estatístico nacional, cuja obra, desdobrada e profunda, já constitui, como acentuei de início, o melhor atestado das virtualidades do princípio de cooperação entre a União, o Estado e o Município.

No período que está sendo objeto de exame, cumpre destacar, inicialmente, o prosseguimento das medidas relativas à execução dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal. É este, a vários títulos, o nosso desiderato número um, tão convencidos estamos de que a racionalização da rede de coleta municipal abrirá uma nova era aos destinos da estatística no Brasil, permitindo que o programa de ação do I. B. G. E. possa atingir, a pleno efeito, os objetivos de construção nacional que o inspiram.

Por uma feliz coincidência, que me é grato assinalar, o patrono desta fase nova na vida de nosso Instituto é, legitimamente, o ilustre brasileiro que hoje exerce a mais alta magistratura do país. Sob o patrocínio do General EURICO GASPARGUTRA, quando Ministro da Guerra, foram encaminhadas as providências de que resultou medida de tão extraordinário alcance para a Estatística Brasileira, destinada, precipuamente, a habilitá-la a atender às necessidades dos órgãos militares. Os efeitos da providência haveriam, porém, de superar essa finalidade imediata, para traduzir-se, na verdade, numa nova era estatística, que há de ser das mais fecundas e decisivas, porque baseada sólidamente em uma cadeia de órgãos municipais racionalizados, ativos e eficientes.

Sabeis vós, participantes que sois do esforço comum, que, no interregno dos trabalhos destas Assembléias, não esmoreceu o ânimo firme

com que, nos diferentes setores da ala estatística do Instituto, procura cada um contribuir para o êxito da obra admirável, que é patrimônio de todos.

Mestres eminentes, que nos honraram com a sua visita em janeiro dêste ano, a fim de participar da reunião do Conselho-Diretor do Instituto Interamericano de Estatística, tiveram, a respeito do I. B. G. E., conceitos que valem pelo melhor dos estímulos, tal a autoridade que os reveste.

Naquela reunião, foram assentadas, aliás, providências da maior significação para os destinos da estatística do Continente, inclusive no que concerne ao Censo Continental de 1950, ao lançamento do *Anuário Interamericano de Estatística* e à criação, em cada país, como já foi feito no Brasil, de um órgão especialmente destinado ao intercâmbio internacional de dados estatísticos. Cogitou-se, também, da idéia, preconizada pelo Instituto Nacional de Estatística da Universidade da Colômbia, de uma Conferência Interamericana de Estatística, destinada não só a estreitar os vínculos entre os cientistas americanos, senão ainda a harmonizar, mediante critérios uniformes, a metodologia da técnica estatística no Continente.

Para não referir outros fatos que atestam, igualmente, o prestígio internacional da obra do Instituto, quero aludir, por fim, à eleição — que, se desvanece a “família ibgeana”, não honra menos a cultura brasileira — do Secretário-Geral do I. B. G. E. para a Comissão de Estatística da Organização das Nações Unidas. Embora circunstâncias de ordem pessoal não hajam permitido ao eleito aceitar o honroso mandato, vale registrar essa distinção, pelo significado que possui inegavelmente, para o nosso Instituto e para o Brasil.

O plano de pesquisas, cuja execução está a cargo da imensa rede de órgãos supervisionados pelo Conselho Nacional de Estatística, vai prosseguindo com êxito cada vez mais animador. Abrange, como sabeis, todos os aspectos da vida do país — desde a situação física, às atividades políticas e administrativas. Temos de reconhecer que os dados coligidos vêm melhorando progressivamente e só nos resta desdobrar esforços para tornar cada vez mais curta, no tempo, a diferença entre a divulgação dos resultados e a ocorrência dos fenômenos expressos nas sínteses numéricas.

Todos os problemas técnicos que nos preocupavam estão exaustivamente estudados e já foi indicada, para cada um deles, a solução mais consentânea com os nossos recursos e peculiaridades. Insistindo em rever e aperfeiçoar os resultados até agora obtidos, iremos anulando, uma a uma, as deficiências que ainda não nos permitem obter o *optimum* desejado. Para isso, é preciso, inclusive, intensificar os esforços em prol da formação de uma consciência estatística no país e elevar, cada vez mais, o nível de capacidade técnica dos nossos quadros profissionais. Esse desígnio vai sendo alcançado à medida que se intensifica a obra publicitária do Conselho Nacional de Estatística, assinalada, no interregno dos vossos trabalhos, com o lançamento do

sexto volume do *Anuário Estatístico do Brasil*, de novos números da *Revista Brasileira de Estatística* e do *Boletim Estatístico*, e com um serviço diário de "comunicados" à imprensa, para referir, apenas, as iniciativas de responsabilidade imediata da direção central. Quanto ao *Boletim*, é oportuno aludir, ainda, às providências já tomadas para a adoção do novo processo de impressão, que permita reduzir ao mínimo o intervalo entre as elaborações estatísticas e a divulgação de seus resultados.

Um apêlo e uma sugestão. A situação atual do mundo, quando se procura restabelecer, sobre novas bases, o equilíbrio econômico e social que as contingências históricas subverteram, cria o que se pode chamar de "fome de estatística." O fenômeno sendo universal, não podia deixar de refletir-se também no ambiente brasileiro, onde, atualmente, se manifesta um empenho vivo no sentido de basear em elementos numéricos precisos e reais o encaminhamento dos graves problemas que nos angustiam.

Somos os primeiros a reconhecer que a obra do Instituto, nesse domínio, é passível de aperfeiçoamento constante e que muito ainda nos cumpre realizar, com ânimo vigilante e infatigável devotamento, para dotar o Brasil da estatística de que êle precisa, no seu largo esforço de recuperação. Todavia, se é certo que estamos, mais do que ninguém, disto convencidos, temos de reconhecer, igualmente, quanto são menos justos os que insistem em negar os resultados obtidos, nesse terreno, pela atuação do Instituto.

Podemos afirmar, sem receio de êrro, que nenhum problema brasileiro pode deixar de ser equacionado, atualmente, porque falem elementos estatísticos para a sua configuração objetiva. Irei mais longe, até: não há escassez de estatística; há, sim, abundância de estatísticas, mas, infelizmente mal aproveitadas.

Resultam de um equívoco as críticas que muitas vèzes se fazem ao Instituto, porque não lhe é permitido suprir os interessados de elementos que, pela sua natureza, não podem estar no campo da competência dos serviços de estatística geral. Dados de cadastro, muitas vèzes, simples rol de informações, noutras tantas, êsses elementos só podem ser realmente procurados e obtidos nas próprias fontes de registro a que recorrem os órgãos de estatística, para as suas elaborações, análises e inferências.

Não se há de pretender que o aparelho estatístico oficial venha a suprir, duma hora para outra, as deficiências dessas fontes, situadas, em grande maioria, no campo da iniciativa privada. Isto equivaleria a atribuir às suas tarefas técnicas uma amplitude que transcende, evidentemente, dos objetivos específicos a que obedecem. Podemos estar certos, porém, de que as séries estatísticas de que já dispomos permitem preencher, com os próprios recursos matemáticos do método estatístico, as deficiências que ainda porventura subsistam em nossos levantamentos gerais.

Mas, um dos fins destas reuniões anuais é, justamente, fixar normas para a progressiva consolidação dos fundamentos da obra estatística nacional. Estaremos todos de acôrdo, decerto, em que, nesse sentido, dois objetivos básicos já estão virtualmente alcançados: a planificação das pesquisas e a racionalização do aparelho que por elas responde, no âmbito municipal. Que nos resta fazer, portanto? Colocar entre os objetivos imediatos do Conselho Nacional de Estatística o desenvolvimento do trabalho de análise e interpretação dos dados estatísticos disponíveis. Precisamos valorizar ao máximo os resultados de nossas pesquisas, dêles tirando, pelos estudos adequados que a técnica sugere, conclusões úteis à sua aplicação prática, nos vários setores da vida nacional.

Permito-me conclamar-vos, neste grato momento, à consecução dêsse novo plano de trabalho, através não só das atividades normais dos vários órgãos estatísticos integrados no sistema ibgeano, como, sobretudo, de deliberações que estimulem e propiciem um vigoroso impulso naquele sentido. Não tenho dúvida de que êsse apêlo encontrará ressonância em vossos espíritos, para que a atuação do Instituto se torne, como tanto convém, cada vez mais útil aos interesses do país.

Conclusão. Declarando, pois, instalados os trabalhos da sétima sessão das Assembléias Gerais do Conselho Nacional de Estatística e Conselho Nacional de Geografia, eu vos apresento as minhas saudações de boas-vindas, afetuosas e efusivas. E formulo os melhores votos por que de vossos esforços, sempre inspirados nos mais nobres sentimentos de patriotismo e numa alta compreensão do alcance da obra comum, resultem, como das vêzes anteriores, novos estímulos à tarefa de todos nós — no campo da Estatística e da Geografia —, a serviço do progresso e da grandeza do Brasil.

WILLIAM G. MADOW

(Professor da Universidade de Carolina do Norte, EE UU)

✓ 27

POR QUE USAMOS AMOSTRAS *

INTRODUÇÃO — Em nossa vida cotidiana, quer como simples indivíduos, quer como homens de negócios, pesquisadores ou funcionários públicos, estamos constantemente a necessitar de informações. Precisamos dessas informações para tomar decisões, adotar linhas de conduta, formular uma política. Precisamos saber o momento em que convém dar início a uma tentativa de caráter econômico, quando convém alterar uma política econômica, como pôr à prova a veracidade ou falsidade de hipóteses que dizem respeito àquilo que está acontecendo e que espécies de políticas governamentais são aconselháveis ou necessárias para a vida normal de nossas comunidades. Para tudo isso, é necessário conhecerem-se fatos, e as opiniões do povo relativas a êsses fatos.

Quando temos de tomar resoluções importantes, gostamos de dispor de todos os dados necessários, todos os fatos, tôdas as medidas das variáveis importantes. Para obter tais informações é que fazemos recenseamentos, inquirimos firmas comerciais, usamos os registros de lançamento de impostos, examinamos os relatórios de associações comerciais. Lançamos mão de registros, tais como os de nascimento, casamento e morte. Extrapolamos informações antigas, pedimos a peritos que nos digam as suas conjecturas, e conjecturamos nós mesmos. De modo geral, podemos dizer que as nossas informações são obtidas por uma ou mais das seguintes maneiras:

a) Censos de população, comércio e assim por diante, em que se obtêm informações de tôdas as pessoas, todos os estabelecimentos de certos tipos, em suma, da totalidade do grupo a que os dados se referem.

b) Registros de natureza administrativa, tais como os referentes à arrecadação de impostos, pedidos de aposentadorias, licenças, etc.

c) Opiniões gerais baseadas nas observações de jornalistas e técnicos

d) Extrapolações de dados antigos obtidas com base na teoria em nosso simples juízo e, freqüentemente, apenas em conjecturas

e) Levantamentos parciais da população ou dos estabelecimentos, em que êstes ora são escolhidos de acôrdo com um plano de amostragem, ora são simplesmente os que respondem a questionários enviados pelo correio; ora consistem nos chamados "informantes típicos" e ora, ainda, são mais ou menos todos aqueles que estejam dispostos a dar informações. Cada um dêsses processos tem suas dificuldades e problemas próprios

A coleta e elaboração dos assim chamados dados fidedignos, ou sejam os provenientes de recenseamentos, que são cuidadosamente coligidos e apurados para cada indivíduo ou estabelecimento, tornam-se geralmente demoradas e sempre dispendiosas. Êstes dados são da máxima importância, por isso que constituem como que marcos no caminho do nosso progresso, no entanto, para várias aplicações, não são de grande ajuda quando se trata de decidir aquilo que devemos fazer amanhã, o mês que vem, ou daqui a um ano, a fim de resolver nossos problemas específicos, a menos que completados por meio de informações mais recentes. Quando um censo geral chega a ser apurado, já se podem ter dado transformações profundas; exemplo disso foi a grande depressão nos Estados

* Conferência realizada no Curso de Informações do Conselho Nacional de Estatística, em julho de 1946.

Unidos, logo em seguida ao ano censitário de 1930, bem como a segunda guerra mundial, depois de 1940. Ambas tornaram impossíveis muitas das aplicações imediatas dos censos de 1930 e 1940, o que não tira o valor desses censos no demonstrar o desenvolvimento do nosso país. Acresce que os recenseamentos não podem ser feitos com freqüência e o número de quesitos que podem ser propostos é limitado, enquanto os dados obtidos por aquele meio podem ser os necessários à solução de questões importantes, surgidas após o seu planejamento.

Os dados oriundos de informações prestadas para fins administrativos, fiscais ou outros, possuem, geralmente, importância limitada, salvo quanto aos fins imediatos para os quais foram obtidos. A razão disso é que o número de questões propostas é geralmente pequeno demais, tendo elas origem nas necessidades administrativas mais imediatas, as instruções são breves e genéricas e os dados obtidos apenas os exigidos para a realização de um programa administrativo. Os questionários são relativamente rígidos, de modo que raramente é possível obter a necessária flexibilidade para quando as condições mudam. As definições usadas são as exigidas para a administração e por isso freqüentemente diferem de maneira considerável das exigidas pelos conceitos sociais e econômicos a serem analisados. Nos Estados Unidos, por exemplo, até pouco tempo, era impossível calcular a renda individual com base nos dados relativos a rendas sujeitas a imposto, por causa da diferença entre estes dois conceitos de renda. Continua sendo impossível computar as rendas de famílias, ou obter dados satisfatórios sobre certos tipos de renda, por isso que estes não servem para o programa de administração do imposto sobre a renda. Finalmente, a natureza do programa administrativo pode ser tal que seja impossível esperar informações honestas. Sabe-se, por exemplo, que há consideráveis sonegações de renda nas respectivas declarações.

Se bem que informações e opiniões gerais possam ser freqüentemente úteis, nenhum de nós está disposto a assumir a responsabilidade de decisões importantes com base, apenas, em informações que, no fim de contas, não passam de meros "palpites". Por maior que seja a experiência e melhor a concepção social e econômica que sigamos, por melhores observadores que sejamos, ou melhor a nossa intuição, quando se trata de tomar decisões importantes, preferimos sempre basear-nos em fatos a basear-nos nas opiniões de outrem. Acresce que é sabido que o nosso conhecimento a respeito de séries cronológicas é bastante restrito e que as extrapolações do passado são muito perigosas.

Os levantamentos parciais da população podem ser feitos com relativa rapidez e custo reduzido, seus questionários e instruções podem ser, porém, muito flexíveis, tal como no caso dos "palpites" a que já nos referimos, e surge aí a questão das possíveis diferenças entre os resultados dos levantamentos e a verdade. Há muitos levantamentos parciais que não estão em condições de fornecer qualquer meio objetivo de dizer se os dados obtidos são ou não fidedignos. Entre estes se encontram os levantamentos destinados a medir as alterações do custo da vida, em que se deposita confiança em pessoas que se dizem peritas em escolher os estabelecimentos "típicos" a serem inquiridos sobre os preços das mercadorias. Como consequência disso, sérias controvérsias, em torno do grau de confiança que esses dados merecem, freqüentemente diminuem ou mesmo destroem a sua utilidade prática. Por outro lado, o levantamento por amostras é um levantamento de parte da população de tal modo executado que, ao menos aproximadamente, podemos predizer com objetividade a freqüência relativa da ocorrência das várias diferenças entre o resultado do levantamento e a verdade.

Como trabalhadores conscienciosos, vemo-nos, assim, na contingência de precisar coligir dados que sejam, ao mesmo tempo, fidedignos, oportunos e baratos, dados suscetíveis de aplicação às nossas necessidades práticas, dados capazes de ajudar nossa sociedade a fazer frente aos difíceis problemas de hoje em dia. A fim de obter esses dados, podemos lançar mão dos vários métodos acima esboçados. O método que tem sido usado com crescente freqüência,

por causa das suas muitas vantagens, é o do levantamento por amostras, ou isoladamente, ou em conjunto com outros métodos de obter informação.

No curso dêste trabalho, examinaremos:

a) as vantagens dos levantamentos por amostras como sucedâneos dos levantamentos completos, quando possível,

b) os usos do levantamento por amostras em conexão com enumerações completas;

c) exemplos do uso dos levantamentos por amostras nos Estados Unidos;

d) a prática da amostragem, onde definimos o ponto de vista do técnico de amostragem e indicamos como podem ser simples os meios eficientes de obter informação; e

e) nossas conclusões preliminares, particularmente no que diz respeito à necessidade do uso de amostras no Brasil e como é possível dar começo a êsse trabalho

Daqui por diante chamaremos tanto aos censos, como às informações prestadas para fins administrativos, de "enumerações completas".

Vantagens dos levantamentos por amostras como substitutivos dos levantamentos completos — Um técnico de amostragem nem sempre recomendará o uso de uma amostra. Às vêzes, a informação solicitada é de molde tal, que o planejamento, a escolha e o levantamento da amostra iriam custar mais caro, em tempo e dinheiro, do que uma enumeração completa. No entanto, um bom conhecimento das possibilidades dos métodos de amostragem põe-nos em condições de recomendar o uso de uma amostra, sempre que esta fôr suficiente, e o de uma enumeração completa, em caso contrário.

De um ponto de vista prático, sempre que a necessária informação puder ser fornecida apenas por uma amostra, suas vantagens sôbre a enumeração completa são evidentes. Está claro que leva muito menos tempo coligir dados apenas de uma parte da população do que da população tôda, a menos que a amostra seja uma fração muito grande da população. Além disso, gasta-se menos tempo na elaboração dos dados e no seu preparo para a publicação. O levantamento por amostra também custa menos. Cada dia gasto no trabalho de coligir dados custa dinheiro; e bem assim, cada dia gasto no processamento e tabulação dos dados.

Os levantamentos por amostras não são, porém, apenas mais baratos e mais rápidos; freqüentes vêzes, a informação obtida por êsse meio será mais fidedigna. Freqüentemente, é difícil obter o pessoal apropriado para realizar o trabalho de coleta e elaboração de uma enumeração completa. De qualquer modo, é sempre impossível obter um número suficiente de pessoas realmente competentes. Pode acontecer que o volume de trabalho exigido para a sua realização faça com que se admitam funcionários de capacidade tão baixa, que o seu trabalho, em vez de aumentar a fidedignidade das estimativas, pode comprometê-la sêriamente. Isto é verdade sobretudo no que diz respeito ao trabalho de coleta pròpriamente dito, ocasião na qual os maus funcionários podem causar danos impossíveis de reparar. Um levantamento por amostras permite o uso de pessoal melhor, mais altamente qualificado e mais bem pago. Permite, ainda, que os encarregados da direção e planificação gerais do levantamento dediquem mais tempo a cada formulário e a cada recenseador. Vemos, assim, que o uso dos levantamentos por amostras pode, na realidade, aumentar o grau de confiança que as estimativas merecem, além de aumentar a eficiência da elaboração, por evitar os grandes desperdícios causados por questionários mal feitos.

Antes de os levantamentos por amostras se terem tornado tão largamente aceitos, como método de obtenção de dados, muita gente achava que, para um levantamento ser realmente bom, era preciso que fôsse completo. Eram de parecer que já havia bastantes erros nos próprios dados, para que se pensasse em reduzir mais ainda a sua fidedignidade com a escolha de uma amostra. Ora, nós já vimos que, pelo fato de permitir o emprêgo de pessoal de maiores

habilitações, a amostra, na realidade, pode aumentar apreciavelmente a precisão das estimativas. Por outro lado, é possível planejar o levantamento de tal modo, que a perda em precisão, devida à amostragem, seja tão pequena quanto o quisermos. Contudo, outras fontes de divergências, entre os resultados do levantamento e a verdade, podem permanecer e ter maior repercussão que as oriundas da amostragem. Numa enumeração completa, uma pequena fração da população é omitida ou contada duas vezes, sendo que as partes omitidas ou contadas duas vezes não se distribuem uniformemente dentro da população. Mesmo quando se trata de características demográficas tão simples como a distribuição das pessoas por idades, sabemos que, por exemplo, as crianças de menos de seis meses são mal recenseadas. Há ainda outros grupos de pessoas, que parecem não ser completamente enumerados em um censo de população; por exemplo, nos Estados Unidos, os homens solteiros entre 15 e 34 anos de idade. Outros grupos dão informações erradas, tais como as mulheres de meia idade, que gostam de diminuir suas idades, assim como os homens que se estão aproximando da idade em que fazem jus ao pagamento de algum seguro de velhice, tendem a exagerar suas idades. Existem, ainda, outros vícios nas declarações de idades, entre os quais podemos citar a tendência em declarar idades que terminam em 0 ou em 5. Geralmente, é possível eliminar os vícios mais simples das declarações de idade pelo uso de perequações.

A situação muda muito quando se analisam questões mais complicadas, tais como a de se saber se uma pessoa deve, ou não, ser incluída na mão de obra disponível, ou ainda questões relativas a ocupações ou rendas. Em questões como essas podem surgir dificuldades, ainda mesmo que se esteja a usar uma enumeração completa, e dificuldades que irão redundar em grandes diferenças entre os resultados do levantamento e a verdade. Seja-me permitido citar dois exemplos. No censo demográfico de 1940, fizemos uso de umas tantas questões a fim de saber se uma dada pessoa pertencia, ou não, à mão de obra disponível. No decurso de alguns levantamentos por amostras feitos posteriormente, verificou-se que, acrescentando-se um ou dois quesitos relativos ao fato de uma pessoa não incluída na mão de obra disponível querer aceitar um emprego, consideráveis alterações se produziram nas estimativas. Em 1945, foi feita uma experiência sobre estas questões, a qual indicou que estimativas de um grupo tão grande quanto o total da mão de obra disponível no país eram suscetíveis de variar de mais de 4%, conforme o questionário usado, enquanto as estimativas relativas a mulheres pertencentes à mão de obra disponível chegavam a apresentar diferenças de mais de 10%.

No caso de dados relativos a ocupações, é notório que as espôsas declaram a ocupação dos respectivos maridos como sendo mais importante do que êles próprios a declarar, enquanto êstes declaram suas ocupações como mais importantes do que seus empregadores o fariam. Assim, por exemplo, uma espôsa dirá que o marido é contador; o marido declarará ser guarda-livros, enquanto seu patrão dirá que êle não passa de escriturário. Numa experiência realizada, compararam-se as declarações de ocupação feitas pela pessoa empregada, ou por um membro de sua família, com as fornecidas pelo respectivo empregador. Verificou-se a ocorrência de consideráveis diferenças, mesmo para classes tão gerais de ocupação, como as de profissionais liberais, trabalhadores qualificados e assim por diante. Por exemplo, somente 65% das pessoas classificadas nas profissões liberais pelo próprio ou por sua família, foram qualificadas do mesmo modo pelos respectivos empregadores. Em caso algum, empregador e família concordaram em mais de 85% das ocorrências. Geralmente, o empregador classificava o empregado numa categoria sócio-econômica mais baixa do que o trabalhador ou sua família o faziam.

É fácil achar outros exemplos de alterações nas estimativas causadas por pequenas mudanças nos questionários, nas instruções, no treino dos entrevistadores ou em outros fatores de um levantamento, independentemente do uso de amostras. Na maior parte dos casos, essas alterações parece poderem ser atri-

buidas ao que podemos chamar de "indeterminação do questionário", isto é, em cada questionário especial ocorrem diferenças essenciais e inevitáveis entre o que desejamos estudar e as medidas que efetivamente obtemos para esse estudo. Nestas condições, o levantamento por amostras apresenta vantagens enormes, por isso que se podem tomar certas providências com o fim de reduzir tais indeterminações. O entrevistador pode ter maior cuidado no obter e anotar as respostas; o entrevistador tanto pode anotar, palavra por palavra, a resposta do informante, como lançar mão de alguma outra técnica. Um método bom para melhorar a técnica de entrevista consiste em incluir maior número de questões destinadas à prova, outro método é aquele no qual o entrevistador discute com o informante certos tópicos de modo geral, a fim de certificar-se das verdadeiras opiniões do informante, somente mais tarde registrando as respostas num formulário, que será o usado para a codificação. Com este último método, não somente podemos ficar sabendo quais os diferentes tipos de resposta que podemos esperar encontrar, como, também, porque se encontram tais respostas. Estas duas vantagens dos levantamentos por amostras, a saber, a possibilidade de incluir mais questões nos questionários e a de usar técnicas mais delicadas no processo de entrevistas, formam o que chamarei de flexibilidade do questionário no levantamento por amostras.

Vemos, assim, que, quando se faz um levantamento completo, na realidade, não se chega a reduzir a variabilidade das estimativas a zero. O que eliminamos é apenas a variabilidade devida à flutuação de amostras. Ora, esta última variabilidade é, por vezes, fração tão pequena da variabilidade total, que não é demais perguntar se o custo adicional da enumeração completa, quando comparado ao de uma amostra, pode encontrar justificativa.

Releva notar, também, que a maior flexibilidade do questionário de um levantamento por amostras permite melhor concordância dos conceitos sociais e econômicos com os quesitos usados para medir esses conceitos. Por isso mesmo, os erros de resposta podem ser muito menores no levantamento por amostras do que no levantamento total, chegando assim, talvez, a reduzir a variabilidade total da estimativa.

Por outro lado, quando se usam dados obtidos por meio de um levantamento completo, na análise de séries cronológicas, devemos ter em mente que mesmo um levantamento completo não passa de uma amostra: amostra dos resultados possíveis das condições subjacentes que produziram o conjunto de observações registradas na enumeração. Uma enumeração "completa", só é completa no sentido de ser um inventário, em determinada data, da população que está sendo estudada. Para o fim de fazer qualquer generalização social ou econômica, de verificar hipótese, de predizer acontecimento futuro, ou ainda de recomendar determinado programa de ação, um levantamento completo não passa de amostra e amostra cujo erro experimental pode ser muito maior do que o erro de amostragem. Existem dados tão difíceis de obter que é quase impossível conceber a possibilidade de serem eles recolhidos por meio de levantamento completo. As pesquisas sobre receita e despesa de famílias, por exemplo, provocam tamanha reação e são tão difíceis do ponto de vista técnico, que ninguém realmente pensa que se deva fazer um levantamento completo de receitas e despesas. Os levantamentos de opinião e as pesquisas sobre situação de mercado não exigem o rigor dos recenseamentos e os seus erros de resposta são tamanhos, que é quase impossível dizer onde está a vantagem de reduzir a zero a variabilidade devida à flutuação de amostras. De mais a mais, a premência que se tem em obter esses dados é grande demais para que seja possível um levantamento completo.

Em todos os casos precedentes, a vantagem do levantamento por amostras reside no fato de que podemos planejá-lo de maneira tal, que, do ponto de vista da amostra, esta é tão fidedigna quanto o queiramos. Assim, por um lado, podemos fazer com que o nosso levantamento seja, em si mesmo, tão fidedigno quanto possível, sem tentar eliminar fontes pouco importantes de variabilidade,

enquanto, por outro lado, não confiamos em que os nossos juízos pessoais sejam o bastante para a seleção da parte da população que deverá representar a sua totalidade.

Uso das amostras em conexão com levantamentos completos — Embora freqüentemente se necessite de dados com tais pormenores que nenhum levantamento por amostra pode satisfazer, mesmo assim, as amostras podem ser usadas em conexão com enumerações completas.

Se antes de recolhidos os questionários estabelecemos uma amostra, podemos obter informações suplementares de parte dos informantes, ainda no decurso da coleta. E' sabido que uma das maiores dificuldades dos levantamentos totais reside na estrita limitação da quantidade de informação que pode ser obtida. A flexibilidade do levantamento por amostras pode ser conseguida a custo relativamente baixo, por meio do uso de uma amostra previamente escolhida, em que se colhem informações adicionais, usando-se para isso um só modelo ou diferentes modelos de questionários. Também se pode escolher uma amostra de questionários já preenchidos, a fim de que estes tenham prioridade no processo de apuração, fornecendo, assim, as estimativas de que temos necessidade urgente. Se já existe amostra previamente escolhida, está será a usada; caso contrário a amostra poderá ser escolhida após o levantamento. Amostra dessa natureza geralmente não fornecerá estimativas muito pormenorizadas, mas a verdade é que também quase sempre não temos urgência de estimativas pormenorizadas, e mesmo no caso de o termos, não as obtemos com base num censo. Uma amostra cuidadosamente escolhida de 100 000 a 500 000 domicílios seria, provavelmente, o bastante para fornecer tôdas as estimativas nacionais e estaduais do Brasil, que são imediatamente necessárias. Claro está que a possível economia de tempo é enorme, e que a despesa adicional seria pequena em relação às vantagens.

Outra aplicação extraordinariamente importante das amostras é fazer com que dados obtidos por meio de questionários diferentes se tornem comparáveis e, ainda, medir a variabilidade das respostas. Todos já tivemos oportunidade de nos reunir para debater qual, dentre várias formas de um quesito, deveria ser a adotada numa pesquisa. Todos já tivemos a impressão de que nenhum dos possíveis questionários era realmente ótimo. Por que não escolher uma amostra, para aquilatar dos efeitos dos diferentes questionários? Por que não realizar experiências, a fim de verificar como as respostas variam em função da pessoa que as dá, num estabelecimento comercial ou num domicílio? Por esse modo, poderíamos ficar sabendo quais as questões que tanto faz serem propostas numa simples amostra como num levantamento completo, por isso que a fidedignidade dos dados não seria lá muito grande, ainda mesmo que estes fôssem obtidos de toda a gente.

Outras aplicações aparecem ainda ligadas à apuração dos resultados de levantamentos completos. O custo da verificação do trabalho de apuração enorme. Se se verifica apenas uma parte do trabalho dos operadores, esse custo da verificação pode ser consideravelmente reduzido, e a amostragem pode ser aplicada somente ao trabalho dos operadores mais eficientes, fazendo-se a verificação completa para os demais. Em relação às outras fontes de divergências, entre os resultados da pesquisa e a verdade, é possível fazer com que esta fonte adicional contribua muito pouco.

Por vêzes, verificamos que uma informação de que necessitamos existe em fichários ou arquivos, mas, a apuração iria exigir trabalho considerável. Uma amostra pequena e bem escolhida, extraída de tais arquivos, irá geralmente reduzir, de modo considerável, a despesa, o trabalho e o tempo necessário para obter a informação desejada.

Exemplos do uso de amostras nos Estados Unidos — As vantagens do uso de levantamentos por amostras não são justificadas apenas do ponto de vista

lógico; elas foram demonstradas pela prática. Na realidade, a maior parte do progresso técnico, no domínio da amostragem, foi realizada em conexão com a prática. Vejamos o que nestes últimos dez anos se tem feito nos Estados Unidos neste particular.

Desde 1935 que as pesquisas sôbre opinião pública e situação de mercados vêm crescendo extraordinariamente. As pesquisas sôbre opinião têm por fim predizer as atitudes do povo com relação a acontecimentos públicos, enquanto as pesquisas sôbre situação de mercados procuram predizer o grau de aceitação de certos artigos de comércio. Tais pesquisas não poderiam realizar-se senão com base em amostras, a fim de fornecer as informações necessárias com a desejada rapidez e a permitida despesa. Por outro lado, as amostras de que se lança mão têm sido cada vez mais bem planejadas.

Em 1935 e 1936, o governo norte-americano procedeu ao primeiro grande levantamento de Receitas e Despesas de Consumidores. Os resultados dessa pesquisa constituíram tremenda surpresa para muita gente nos Estados Unidos, conforme se vê pelas célebres palavras do nosso falecido Presidente ROOSEVELT: "Um têrço da nação está mal vestido, mal alojado, mal alimentado". Nessa pesquisa, que foi feita quando se começou a usar de amostras bem planejadas, escolheu-se uma grande amostra de domicílios em várias comunidades. Dessa amostra, em seguida, se extraiu uma amostra menor. As habitações pertencentes a esta amostra menor foram visitadas, obtendo-se informações sôbre características demográficas e de rendimento. Por fim, escolheu-se uma amostra dentre aquêles domicílios que haviam fornecido informações sôbre rendimentos; os domicílios contidos nesta última amostra foram visitados, obtendo-se grande quantidade de informações acêrca de suas despesas. Cada entrevista destinada ao questionário sôbre despesas exigia várias horas. Por causa da extensão do questionário e do tipo dos quesitos propostos, não teria sido possível obter essas informações senão por amostra. Além disso, a amostra tinha que ser escolhida cientificamente, porque ninguém teria confiança em resultados fornecidos por uma amostra de informantes que houvessem sido catados de acôrdo com o juízo subjetivo de alguém.

A aplicação importante que se fêz, em seguida, com levantamentos por amostras, foi em 1937, quando o país se achava a braços com o desemprego. As estimativas do número de desempregados iam de 7 a 15 milhões de homens e mulheres que não estavam trabalhando, podiam trabalhar, desejavam empregos, mas não os podiam encontrar. Providências governamentais de suma importância dependiam do número de desempregados. Por isso, ordenou-se que se procedesse a um recenseamento do desemprego, que deveria consistir num registro voluntário de todos os desempregados. Com o fim de ter uma contra prova dos resultados desse recenseamento, e também de obter outras informações, escolheu-se uma amostra da seguinte maneira. Nos Estados Unidos, os domicílios são referidos a itinerários de entrega postal, ou seja, a área servida por um mesmo carteiro. A amostra escolhida para o fim citado, de verificar os resultados do registro, consistiu na seleção de um itinerário de entrega postal em cada 50. Todos os domicílios que se achavam nos itinerários de entrega postal escolhidos para a amostra, foram levantados. Para as estimativas importantes de desemprego, apenas os dados da amostra foram utilizados. Se não fôsse essa amostra, não somente muito tempo, mas também muitos dados fidedignos teriam ficado perdidos.

O 16.º censo decenal da população de 1940 — Em 1940, o desemprego ainda parecia grande e os Estados Unidos não dispunham de estimativas satisfatórias do desemprego, desde a de 1937. Em consequência disso, decidiu-se introduzir, como parte do censo de 1940, uma amostra de 5% da população total do país. A escolha dessa amostra foi feita da seguinte maneira: como cada linha do questionário apresentado se destinava a receber informações sôbre uma só pessoa, predeterminou-se a amostra, escolhendo-se uma linha de cada

20, e a amostra ficou assim constituída pelas pessoas que tinham sido enumeradas nessas linhas predeterminadas.

Embora no censo de 1940 tivessem sido propostas questões sôbre emprêgo e desemprego a tóda a população do país, os dados referentes àquela amostra de 5% foram apurados em primeiro lugar e, se não me falha a memória, as estimativas nacionais e estaduais sôbre emprêgo e desemprego, baseadas nessa amostra, estavam prontas por volta de outubro de 1940.

Além das questões propostas a todos, as pessoas incluídas na amostra de 5% deviam fornecer umas tantas informações adicionais. Neste censo de 1940, as técnicas de amostragem não somente foram utilizadas na confecção dos questionários, como também na apuração dos resultados. No decurso da elaboração dos dados sôbre domicílios e famílias, verificou-se que as verbas disponíveis seriam insuficientes para levar a cabo o trabalho. Escolheu-se, então, uma amostra de domicílios, que permitiu fôsem feitas e publicadas as tabulações. Também o custo da elaboração, em geral, foi consideravelmente reduzido pelo uso de amostras no processo de verificação das operações de codificação e perfuração. Se bem que essas e muitas outras pesquisas por meio de amostras tivessem sido feitas entre 1935 e 1942, foi com a vinda da guerra que a importância da amostragem se tornou realmente clara. Era preciso tomarem-se decisões importantes, com urgência e acêrto. Muitas o foram com base em levantamentos por amostras.

A partir de 1940, uma pesquisa por amostras de domicílios vinha sendo feita todo mês, para o fim especial de medir as alterações com o número de desempregados. Com a deflagração da guerra, o desemprego deixou de constituir um problema, mas a quantidade de mão de obra disponível veio a constituir outro. Para isso, lançou-se mão do mesmo levantamento por amostras, que se transformou num pequeno levantamento mensal das características demográficas do país. Por essa época, já se tinham realizado consideráveis progressos no método de amostragem e êste era constantemente usado. Com o fim da guerra, o interêsse máximo provavelmente voltará a ser o desemprego. Um dos caracteres mais úteis dêsse levantamento é que, além das questões propostas todos os meses, se introduzem questões adicionais, a fim de se obterem certas informações com rapidez e baixo custo. Durante a guerra, por exemplo, introduziram-se quesitos, por uma ou duas vêzes, sôbre o número de mulheres que estavam em condições de trabalhar. Tais dados só poderiam ser obtidos através do uso de amostras.

Em consequência das grandes migrações internas que ocorreram por causa da guerra, surgiram sérias carências de habitações. Era importantíssimo prover de alojamentos os centros de produção bélica. Para atender a isso, fizeram-se levantamentos de casas vagas e habitáveis para que se pudesse decidir quantas habitações em cada área o govêrno tinha que construir. Muitas cidades quiseram ter casas novas e apresentaram prova de sua necessidade, mas foi por meio dessa amostra que se pôde saber quais as que estavam mais necessitadas.

A medida que os centros de produção bélica se iam tornando de mais a mais congestionados, além da falta de casas ia começando a aparecer carência de alimentos, combustível e outros gêneros de primeira necessidade. Fizeram-se vários levantamentos por amostras nos mais congestionados dêsses centros. Êsses levantamentos foram projetados de maneira a fornecer não apenas estimativas de características da população, mas, também, do número de pessoas que moravam nessas comunidades, o que constitui tarefa bastante difícil. Teria sido impossível obter semelhantes dados com tamanha rapidez, baixo custo e rigor por outro método que não fôsse o de amostras. Ainda se poderiam citar inúmeros outros usos importantes dos levantamentos por amostras, no período que vai de 1942 a 1945.

Com o fim da guerra, mudaram os objetivos principais dos levantamentos por amostras, mas sua importância continua.

Nas primeiras semanas que se seguiram à vitória, havia temores generalizados de que se produzisse sério desemprego, por alguns meses, até que se processasse a reconversão das indústrias de guerra em indústrias de paz. De novo se fizeram absurdas estimativas. De novo a solução foi encontrada, em grande parte, por meio do levantamento por amostra da disponibilidade de mão de obra, ao qual já nos referimos antes.

Como parte do recenseamento agrícola de 1945, fêz-se uso de uma amostra. Justamente agora, o Congresso Norte-Americano aprovou considerável aumento a ser feito, cada três meses, no levantamento da disponibilidade de mão de obra nos Estados Unidos. Além destes levantamentos, consideráveis progressos têm sido realizados no uso de outras amostras por parte do governo e da indústria. Fica bem claro, assim, que aquêlê país está cada vez mais convencido da utilidade e exequibilidade dos levantamentos por amostras.

A prática da amostragem — Uma vez discutidas as vantagens do uso das amostras e dados uns tantos exemplos importantes, examinemos algumas das bases atualmente usadas no planejamento dos levantamentos por amostras. Deve-se ter em mente que os métodos de amostragem se encontram em rápido progresso e que nesta curta descrição só nos é possível apresentar breve sumário dos principais métodos de amostragem em uso, hoje em dia.

Preliminarmente, porém, seja-me permitido definir nosso ponto de vista quanto à prática da amostragem.

Antes, e acima de tudo, somos práticos; queremos fazer o melhor possível dentro das limitações impostas pelo tempo, pelo dinheiro e pelas condições administrativas.

Em segundo lugar, somos flexíveis; temos de desenvolver os métodos capazes de encontrar aplicação nas circunstâncias em que a amostra deva ser escolhida. Nós dizemos ao conhecedor do campo científico dentro do qual a pesquisa se desenvolve: "Ensine-nos tudo o que puder a respeito dêsse assunto. Se fôr possível, tiraremos partido dêsse conhecimento, a fim de melhorar os nossos métodos".

Em terceiro lugar, somos analíticos; isto é, repudiamos essa habilidade de pessoas que, embora ignorando os métodos e possibilidades da amostragem, se dizem capazes de estabelecer, sem prova, o tamanho e a natureza da amostra. Insistimos em saber a razão pela qual uma amostra deve ser tomada, quais as suas finalidades e como devemos usá-la para essas finalidades.

Em quarto lugar, somos realizadores; não nos contentamos em projetar a amostra, deixando a outrem o trabalho de detalhar sua execução. Somente os técnicos em amostragem podem arcar com a responsabilidade dos detalhes, instruções e aplicações. Por outro lado, queremos não só planejar o equipamento necessário à seleção das amostras, como tomar parte em sua aquisição. A melhoria do equipamento necessário aos levantamentos por amostras, em grande escala, tem constituído uma parte importantíssima dos recentes trabalhos de amostragem.

Em quinto lugar, queremos um regime de cooperação, pois devemos trabalhar com os conhecedores do campo científico dentro do qual se desenvolve o levantamento, a fim de alcançar o resultado que ambos desejamos, a saber, informações rápidas, baratas e rigorosas.

Podemos, agora, examinar alguns dos principais desenvolvimentos verificados nos métodos e equipamento de amostragem atualmente em uso. Esses desenvolvimentos têm sido de natureza diversa, envolvendo ora a lógica, ora os métodos de amostragem.

Em síntese, o nosso ponto de vista, no que diz respeito à lógica da amostragem, é o seguinte. Se fôsse possível afirmar que uma amostra escolhida de certo modo fornece o valor verdadeiro que pretendemos estimar, êste seria o método de amostragem a ser usado. Se pudéssemos afirmar que os resultados médios de, suponhamos, dez amostras escolhidas de determinados modos, iriam representar os valores verdadeiros, êste seria o método de amostragem a ser

usado. Sabemos, no entanto, que nada disto é possível. Mas, sabemos, também, que, se escolhermos as nossas amostras de determinados locais e calcularmos as freqüências relativas com que os diferentes resultados possíveis ocorrem, essas freqüências relativas irão tornar-se cada vez mais próximas de valores fixos, à medida que repetimos muitas vezes a seleção da amostra. Além disso, se usarmos desses métodos, para amostras de um tamanho qualquer, estaremos em condições de predizer aproximadamente a freqüência relativa de ocorrência de diferenças entre estimativas baseadas em amostras e valores verdadeiros. A magnitude e freqüência relativas das diferenças entre estimativas e valores verdadeiros estarão na dependência do tamanho e da natureza da amostra, bem como na dos métodos de estimativa usados. Conseqüentemente, dentre todos os planos de amostras realmente práticos e que custam a mesma quantia, usaremos aquêles de que esperamos resulte a menor diferença possível entre o resultado do levantamento e o valor verdadeiro. Já se demonstrou que um dos modos de garantir que as freqüências relativas das estimativas tendam a valores fixos, consiste no uso das Tábuas dos chamados Números Equiprováveis, em várias fases da seleção da amostra. Releve notar que, a menos que se use uma Tábua de Números Equiprováveis ou outro processo equivalente, os resultados obtidos na prática podem não concordar com os previstos pela teoria. Este uso da Tábua de Números Equiprováveis é o método principal de levar a teoria ao campo da prática.

A fim de escolher o tipo de amostra que, em geral, dá lugar a estimativas diferentes o menos possível dos valores verdadeiros, desejamos definir nossas possíveis amostras de modo tal que, para dada quantia de dinheiro, dado prazo e outras circunstâncias, seja a menor possível a diferença acarretada pelo fato de escolhermos uma ou outra destas amostras. De um ponto de vista ideal, se pudéssemos definir um tipo de amostra de tal natureza que tôdas as amostras possíveis dessem lugar a estimativas iguais ao verdadeiro valor, êsse seria o tipo a usar-se. Embora não possamos esperar atingir êsse ideal, podemos tentar o uso de métodos que reduzem a variabilidade entre as possíveis amostras.

Seja-me permitido, agora, dar os esboços de três possíveis levantamentos: um de natureza demográfica, um de estabelecimentos comerciais e, finalmente, um de terceiro, de arquivos. Em relação a cada um, irei indicando um pouco daquilo que atualmente se conhece.

Levantamento por amostra da população — Se quiséssemos promover um levantamento da população, a fim de ficarmos conhecendo algumas das características do Brasil, primeiro teríamos que decidir quais os dados desejados e a quais divisões do país, isto é, a nação tôda, as regiões, os Estados, etc, pretenderíamos fazer corresponder os respectivos resultados. Teríamos também que decidir sobre que êrro de amostragem seria permitido, tomando ainda em consideração as outras fontes de êrro, tais como a variabilidade das respostas, a qualidade dos recenseadores, e assim por diante. Em seguida, iríamos considerar outras questões, tais como a do número de agências locais de coleta, que estaríamos em condições de instalar, levando em conta que devemos ter bons supervisores quando pretendemos coligir dados oriundos de uma amostra e, ainda, que o custo de coligir questionários adicionais seria relativamente pequeno. Suponhamos, agora, que, após tôdas essas considerações, tivéssemos chegado à conclusão de que necessitávamos apenas de estimativas de âmbito nacional e que deveríamos começar por tomar uma amostra de municípios, baseando esta última conclusão nas seguintes razões:

- a) o fato de já dispormos de um agente estatístico em cada município;
- b) o fato de os municípios não serem, em geral, nem muito grandes, nem muito pequenos, pois, na realidade, os grandes demais podem ser subdivididos e os pequenos municípios confinantes, agrupados,
- c) o fato de as divisas dos municípios serem bem definidas.

Então, após têmos escolhido a amostra de municípios, escolheríamos uma amostra de pessoas, dentro de cada um dos municípios que já fizessem parte

da primeira amostra. A questão, para isso, é a seguinte: como escolher os municípios e quantos dêles devem ser escolhidos? Deixando a segunda parte da questão para mais tarde, consideremos a maneira de escolher os municípios. De forma alguma permitiríamos que um perito conhecedor do Brasil se encarregasse de fazer a escolha para nós, por isso que os juízos de um individuo isolado têm que ser parciais, e não teríamos meio algum de medir a intensidade e o sentido dessa parcialidade. Também não concordaríamos em que os municípios fôsem escolhidos simplesmente ao acaso, pois que se selecionássemos uma amostra de, digamos, 50 ou 100 municípios, poderia dar-se o caso de todos êles pertencerem a um mesmo Estado. Isso quer dizer que, se usássemos uma amostra escolhida ao acaso, puramente acidental, a questão de saber-se quais aquêles municípios que vieram a fazer parte da amostra teria uma enorme importância. Iríamos, então, verificar se não seria possível grupar os municípios em classes tais que, em seguida, o fato de escolhermos êste ou aquêles dos municípios pertencentes à mesma classe deixaria de ter importância para o fim de calcular estimativas nacionais. E' isto, ao fim de contas, que constitui a base dos nossos métodos de amostragem, a saber planejar a nossa amostra de tal modo que tôdas as amostras que possam resultar dêsse processo fiquem tão próximas quanto possível do verdadeiro valor. A fim de definir aquelas classes iríamos lançar mão de fontes tais como a dos dados anteriores, entre os quais os do recenseamento, a da experiência presente, ou ainda a dos cadernos anuais de dados municipais. Teríamos de conversar com peritos conhecedores da sociologia, economia, demografia, agricultura e indústria do Brasil. Poderia acontecer que, após semelhantes conversas, decidíssemos que tínhamos necessidade apenas de umas poucas daquelas classes, para o fim de estabelecer estimativas de âmbito nacional; isso dependeria da natureza daquilo que tivéssemos que estimar. Todavia, algumas considerações gerais podem ser feitas. Assim, não consideraríamos como aceitável uma amostra de municípios que excluísse o Rio de Janeiro ou São Paulo, e talvez outros grandes municípios ainda, conforme o tamanho da amostra. Em consequência, de cada um dêesses grandes municípios faríamos uma classe, ou seja, um "estrato", incluindo-os todos em a nossa amostra de municípios. Teríamos, assim, que classificar os municípios de acôrdo com o tamanho de sua população, sua situação geográfica, suas indústrias, e, talvez, ainda outros característicos. Não permitiríamos que um município escolhido de certa classe fôsse município preponderantemente cafeeiro ou pastoril, por mero efeito do acaso. Êste processo de construir grupos ou estratos seria continuado até o ponto em que as vantagens do processo deixassem de ser suficientemente grandes para justificá-lo. Existem medidas das vantagens da estratificação adicional que dependem da intensidade com que as diferentes amostras possíveis se parecem umas com as outras. Existem métodos que permitem decidir qual o tamanho ótimo da amostra a ser extraída de cada estrato.

Além de resolvermos a respeito dos nossos estratos, temos também que decidir como escolher os nossos municípios dentre os que compõem cada estrato. E' pouco provável que recomendemos sejam os municípios escolhidos ao acaso. E' mais provável que recomendássemos a escolha dos municípios com probabilidade proporcional aos respectivos tamanhos. Em nosso processo de estratificação, não seria possível definirem-se os nossos estratos de tal modo que os municípios nêle contidos tivessem aproximadamente o mesmo tamanho, a menos que tivéssemos eliminado outros métodos, que permitem decidir qual o tamanho ótimo da amostra a ser extraída de cada estrato.

Está claro que, se em um dos nossos municípios vivesse muito mais gente do que nos outros, haveríamos de esperar que as estimativas baseadas nesse município tivessem maior probabilidade de aproximar-se dos verdadeiros valores do que as estimativas baseadas nos municípios muito pequenos.

Por outro lado, já que muitas características são correlacionadas com os tamanhos dos municípios, pelo menos nos Estados Unidos, o fato de tomar pura e simplesmente o município maior acarretaria êrro. Em consequência disso,

em cada estrato devemos escolher os municípios com probabilidade proporcional aos seus respectivos tamanhos e, em seguida, escolher o mesmo número de habitações de cada um desses municípios, sejam quais forem os escolhidos para a amostra. Em experiências feitas sobre o processo de escolher municípios, verificou-se que o emprêgo do processo de escolha com probabilidade proporcional ao tamanho redundava em que uma amostra de tamanho 50 fornece resultados tão precisos quanto os de uma amostra de tamanho 100, em que os municípios tivessem sido escolhidos simplesmente ao acaso. E' possível, às vezes, mediante o uso de equações de estimação mais complicadas, atingir o mesmo grau de eficiência que caracteriza as amostras escolhidas com probabilidade proporcional ao tamanho, usando-se, no entanto, seleção simplesmente acidental. Para o fim de fazer seleção com probabilidade proporcional ao tamanho, o melhor é lançar mão de estimativas correntes da população, ou de qualquer outra medida do tamanho; no entanto, o uso de dados antigos irá afetar muito pouco as vantagens deste processo de seleção.

Suponhamos, agora, que já procedemos à estratificação e que escolhemos os nossos municípios com probabilidade proporcional ao tamanho. Em seguida, temos de extrair amostras da população de cada um dos municípios já escolhidos. Cumpre-nos aqui notar novamente que a população dos distritos maiores apresenta características inteiramente diversas em relação à que vive em pequenos povoados ou, ainda, no campo. Se o nosso trabalho de estratificação tiver sido bem feito, é provável que as populações que moram nas grandes sedes de distritos dos diversos municípios do mesmo estrato se pareçam umas com as outras, mais do que qualquer delas se pareça com a população que vive nas fazendas do mesmo município. Da verificação desse fato decorre a questão de saber se a amostra tirada de cada município deve ser escolhida entre os que vivem nas vilas grandes, nas pequenas e nas fazendas proporcionalmente ao tamanho da população destes diversos tipos de comunidades no próprio município ou no estrato. O que se verificou nos Estados Unidos é que a precisão dos resultados lucra consideravelmente quando a seleção é feita de acordo com as proporções do estrato, e não do município.

Estando resolvido que proporções da amostra devem ser extraídas dos diferentes tipos de comunidade, passa-se, então, a considerar a extração da amostra de cada um desses tipos de comunidades. Verifica-se, então, que, para isso, uma amostra escolhida simplesmente ao acaso é cara demais e difícil de obter-se. E' neste ponto que aparece a necessidade de possuímos mapas dos municípios que fazem parte da amostra. Nesses mapas, subdividimos em várias partes a secção da área de cada município exterior a uma vila de divisas bem definidas, de modo que cada uma dessas partes possa ser tida como apresentando mais ou menos a mesma população. Extraímos, então, uma amostra sistemática, constituída por aquelas subdivisões e, em seguida, dentro de cada uma das subdivisões já escolhidas, de novo extraímos uma amostra sistemática, mas agora de domicílios. Amostra sistemática é aquela que se obtém escolhendo-se cada enésimo elemento. Tais amostras são sempre mais fáceis de selecionar que as amostras escolhidas ao acaso, apresentando ainda sobre estas, freqüentemente, embora nem sempre, a vantagem de melhor distribuição geográfica.

Além disso, também com probabilidade proporcional ao tamanho, extraímos primeiramente uma amostra de vilas, usando, depois, mapas destas vilas, extraímos uma amostra sistemática de seus quarteirões e, finalmente, extraímos uma amostra sistemática dos domicílios contidos nesses quarteirões.

Todos esses passos somente são dados após cuidadoso exame. Embora tanto estes como outros métodos que dependem da existência de mapas, ainda mais detalhados que os que se têm, estejam atualmente em uso nos Estados Unidos, pode bem ocorrer que, aqui, sejam preferíveis outros métodos, que envolvem o uso dos registros de lançamento de impostos ou outras fontes adequadas.

E' da máxima importância têmos em vista que, embora a teoria seja geral, a prática é específica, de modo que é possível introduzirem-se modificações e

aperfeiçoamentos num caso particular, sem que os possamos estender à generalidade. Além disso, freqüentes vêzes o que parece não ser mais do que divergência sem importância da teoria, pode, na realidade, ser extraordinariamente importante.

Na execução de qualquer dêstes levantamentos, surgem inúmeros problemas oriundos do fato de não estarem em casa as pessoas, ou se recusarem a responder, ou responderem errado. Estas questões não são simples e devem ser consideradas, o quanto possível, antecipadamente, de modo que já se disponha de soluções prontas para o momento em que os problemas surgirem.

Na amostragem de estabelecimentos comerciais, processos bastante semelhantes aos referidos acima podem ser usados, a não ser pelo fato de que, pelo menos nos Estados Unidos, precisamos poder identificar completamente cada um dos grandes estabelecimentos, com exceção apenas dos muito pequenos. Muitas vêzes, alguns estabelecimentos importantes realizam volume maior de negócios do que todos os outros estabelecimentos, conjuntamente. Em casos como êsse, procuramos estratificar de acôrdo com o tamanho do estabelecimento, extraíndo amostras apenas dos estratos constituídos pelos estabelecimentos menores, o que significa que os estabelecimentos maiores vão todos fazer parte da amostra. Além disso, pelo uso de listas conseguimos reduzir consideravelmente o número de estabelecimentos a serem incluídos nalguma amostra suplementar. Creio que, no Brasil, os registros de lançamentos de impostos podem vir a ter grande utilidade na amostragem, por isso que êles não só incluem todos os estabelecimentos, mas, além disso, contêm uma medida do tamanho, pelo menos, o montante dos impostos pagos. As diferenças de classificação podem, estou certo disso, ser satisfatòriamente resolvidas com algum trabalho, contanto que os lançamentos estejam completos e em dia.

Gostaria, aqui, de observar que diferenças que podem ser muito importantes em estimativas e classificações precisas, deixam de ser importantes quando se trata de amostragem. Suponhamos, por exemplo, que, usando os registros de lançamento, eu tenha uma lista de estabelecimentos que não sòmente inclui aquêles em que estou interessado, mas, além disso, 25% a mais, digamos. Então, tomo a minha amostra e, em lugar de ter de eliminar 25% da lista, o que daria muito trabalho, elimino apenas cêrca de 25% da minha amostra, o que dá muito menos trabalho e, se pretendo usar essa amostra semana após semana, ou mês após mês, o custo do trabalho fica muito pequeno.

Na amostragem de fichários ou de questionários, o trabalho é geralmente reduzido. Há vários métodos para isso. Também neste caso, quase nunca tomamos uma amostra completamente ao acaso, usando, porém, métodos de amostragem que, nalguma de suas fases, apresentam caráter accidental. Assim, podemos extrair uma amostra constituída de cada enésimo questionário. Podemos escolher grupos de questionários. Podemos estratificar. Podemos usar do método da amostragem dupla em que, primeiramente, escolhemos uma amostra grande, e após ter estratificado esta amostra grande, dela extraímos uma amostra menor. Existem muitos métodos possíveis, sendo que todos êles têm sido experimentados e todos êles, muito freqüentemente, fornecem bons resultados.

Conclusão — Procurei, neste trabalho, dizer-vos por que se usam amostras, ao mesmo tempo que esbocei os modos de tratar as questões que surgem na seleção das amostras. Resumamos um pouco o que ficou dito.

Usamos amostras porque elas nos fornecem informações rápidas, baratas e rigorosas. No escolher uma amostra, fazemos uso de todo conhecimento e informação que podemos obter, como base das nossas decisões.

Com a crescente necessidade de informações sôbre preços, produção, custo de vida, etc., haveréis, aqui no Brasil, de começar a usar amostras muito brevemente. Na minha opinião, seria um grave êrro se, no vosso censo de 1950, não fôsse incluída uma amostra. Tomo a liberdade de lembrar que não é cedo demais para dar comêço ao seu preparo. De qualquer modo, é certo que não disporeis de tempo suficiente para realizar um trabalho tão bom quanto gosta-

ríveis de fazer. Nós nunca o obtivemos. Por outro lado, se o tempo gasto antes de 1950 vier a reduzir o período necessário para a publicação das estimativas baseadas no censo de 1950, tereis realizado um excelente negócio. Que deve, então, ser feito? Estas sugestões, eu as apresento com hesitação, por isso que aqui me encontro há pouco mais de cinco meses. E' bem possível que já estejais fazendo algumas, ou mesmo tôdas as coisas que eu sugiro; de qualquer modo, lembro que as decisões a respeito de vários pontos devem ser tomadas com a máxima urgência. Um dos motivos de eu aconselhar que se iniciem, quanto antes, tais trabalhos, é que tôda amostra bem planejada exige certo equipamento e, tratando-se de um censo, o equipamento necessário pode vir a ser muito grande. Atualmente, nos Estados Unidos estamos usando levantamentos aerofotográficos para o fim de conseguir determinar mais fâcilmente as divisas das partes de áreas que pretendemos enumerar. Dividimos cada um dos municípios em pequenas partes, para os possíveis levantamentos. Estamos usando mapas levantados para companhias de seguros e que indicam a localização de cada edifício do mesmo quarteirão. Empregamos, assim, um equipamento destinado à amostragem que exige largo tempo para ser formado, mas, também, que aumenta muito a precisão das nossas estimativas e reduz a despesa do levantamento.

Não tereis necessidade imediata de todo êsse equipamento e talvez nem dêle jamais necessiteis, pois é bem possível tenhais outro equipamento que satisfaça perfeitamente as vossas necessidades. No entanto, seria extremamente desagradável verificar, de repente, que não estais em condições de fazer aquilo que desejais, porque o aparelhamento necessário não pode ser conseguido com a suficiente rapidez. Algumas das cousas que eu sugeri já se acham em estudos ou deverão ser brevemente estudadas, tanto em vosso Serviço de Recenseamento, como na Universidade de São Paulo, e seria de desejar que êste trabalho continuasse e crescesse da forma mais articulada possível.

A fim de possibilitar a rápida divulgação de estimativas nacionais e, talvez, estaduais, baseadas no censo de 1950, seria aconselhável incluir uma amostra como parte dêsse censo. A fazer-se isso, a decisão deveria ser tomada quanto antes. No sentido de efetivar essa decisão, lembraria que se fizessem experiências sôbre métodos de precisão, não sômente com base nos questionários de 1940, como, também, com base na enumeração de um levantamento em pequena escala.

Para estar em condições de obter rápidas estimativas de âmbito nacional, ou talvez estadual, de características demográficas e econômicas não abrangidas pelo censo, seria conveniente dar início ao planejamento de uma amostra do Brasil para fins gerais. A fim de dar execução a esta idéia, seria necessário verificar se os municípios brasileiros precisam ser agrupados, e planejar de uma vez a sua estratificação. Lembro ainda que seria conveniente realizar experiências sôbre os processos de escolher amostras de cidades e partes de municípios, para que fiqueis sabendo quais os problemas que podem surgir na prática.

Poderíamos também começar a estudar como e onde podem ser encontradas listas de domicílios, estabelecimentos comerciais, edifícios, etc, a fim de saberdes até que ponto elas podem contribuir para o vosso trabalho.

Alguns anos atrás, um estrangeiro, STEFAN ZWEIF, exprimiu a opinião de muitos dentre nós, ao escrever um livro que intitulou *Brasil, país do futuro*. No momento atual, quando se iniciam dias de progresso ainda maior para o Brasil, êste grande serviço centralizado de estatística tem um dever para com a nação: o de estar preparado para provê-la de estimativas rápidas, baratas e rigorosas sôbre a população e suas características, sôbre rendas e despesas, sôbre edificações e inversões de capital, sôbre os dados que demonstram o crescimento e progresso desta grande nação.

Eis por que se usam amostras nos Estados Unidos. Eis por que aqui também deveis estar preparados para usá-las.

O CENSO CONTINENTAL DE 1950 *

AS funções que ainda exerço na direção dos serviços do último Recenseamento Geral do Brasil justificam, por si sós, fôsse eu escolhido para apresentar aos Delegados à VII Sessão da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística o tema, ora em estudo em tôda a América, do "Censo Continental de 1950" e cuja execução em nosso país, de acôrdo com o plano que fôr assentado, lhes cabe propor quando julguem da oportunidade de ser submetida à alta consideração do Governo da República. Limitar-me-ei, por isso mesmo, feitas algumas apreciações retrospectivas sôbre a matéria, a evocar aquêlo grandioso empreendimento mediante o histórico das iniciativas e das providências para sua realização dentro do mesmo espírito de solidariedade e mútua confiança que, de mais em mais, as nações do Continente se esforçam por fortalecer, para o fim de preservar a compreensão americana da vida, sem temores, na nova era que o inopinado desfecho da última guerra se apressou em anunciar para a Humanidade.

Os helenos, com uma peculiar intuição das relações imanentes, colocavam sob a invocação da mesma divindade a sabedoria, as artes e a prudência guerreira. Para a minha geração, que já passou com plena consciência dos acontecimentos pelas angústias de dois conflitos mundiais, todos os anseios agora se dirigem no sentido de que aquela divindade se transfigure na deusa pacífica da inteligência, do pensamento e da imaginação criadora que a tradição latina nos acostumou a invocar.

*

Os recenseamentos constituem, desde a mais remota antigüidade, o processo natural de investigação, em determinado momento, do patrimônio das nações em valores humanos e bens materiais. Instituídos, a princípio, para fins militares e tributários e executados sem regularidade, sob a forma de cadastros, não há dúvida, entretanto, de que a documentação remanescente dêsses levantamentos contém valiosos subsídios para a reconstituição do meio econômico-social de todo o mundo antigo.

Entre os registros de população dêsses tempos destacam-se, pela multiplicidade das informações, os que se referem a dois recenseamentos dos hebreus, no deserto de Sinai e na planície de Moab, no primeiro dos quais já se observa a aplicação de um dos critérios incorporados à técnica censitária — o da simultaneidade da operação para todo o grupo populacional considerado.

Em Roma, sob o reinado de **SERVIVS TULLIVS**, exigindo as reformas por êle introduzidas na organização administrativa e social informações quantitativas mais freqüentes, passaram os recenseamentos a ser executados com o critério de periodicidade, que também se incorporou à técnica censitária. Patrícios e plebeus eram então convocados pelos censores, por ocasião das cerimônias da lustração, realizadas a intervalos quinquenais, e declaravam, sob juramento

* Conferência realizada no Curso de Informações do Conselho Nacional de Estatística, em julho de 1946.

de nada falsear nem sonegar, nome, idade, qualidade e profissão, bem como os das mulheres e filhos, e, ainda, a relação dos escravos e dos bens móveis e imóveis.

Apesar da oposição crescente a essas enumerações, consideradas ato religioso pelos pontífices e cômoda medida de administração pelos homens de governo, na época áurea de Augusto ainda se efetuaram três recenseamentos, com a periodicidade aproximada de vinte anos e extensivos a tôdas as províncias do Império. O critério da universalidade que assim se incluiu na técnica dessas operações, além de torná-las morosas, teve então o inconveniente de exigir, para que se observasse o ritual antigo, extensos movimentos de população. A um desses deslocamentos, provocado pela execução do censo ao tempo de QUIRINUS, Governador da Síria, acha-se, como é bem conhecido, ligada a origem da era cristã, embora a crítica histórica ponha dúvidas na reconstituição cronológica a que se procedeu, tardiamente, já no último quartel do século VI.

Em começos da idade moderna verifica-se, com referência ao tempo, uma diferenciação nos processos de levantamentos dos fenômenos coletivos, destacando-se dos de estado os de movimento, reservados os primeiros aos recenseamentos gerais e os outros às atividades que ora constituem a estatística permanente. Iniciados êsses últimos levantamentos, no ano de 1532, em Londres, com a compilação semanal do número de óbitos e, a seguir, na França, com a dos registros de batizados, casamentos e óbitos, a pouco e pouco estenderam o campo de suas indagações por tal forma que, nos tempos atuais, compreendem tôdas as atividades públicas e privadas. E' na interpretação dos elementos assim coligidos, mediante os recursos do método estatístico, que se procuram as regularidades dos fenômenos coletivamente típicos, suas leis de tendência e, por meio delas, as conclusões de conjuntura indispensáveis à vida e organização racional do Estado.

Feita aquela diferenciação que atribuiu maior interêsse sociológico às operações censitárias, dando-lhes, além disso, espírito científico e delas excluindo tôda finalidade militar ou tributária, coube em 1666 à Nova França, no Continente americano, levantar o primeiro recenseamento geral na acepção moderna, exigindo as declarações de sexo, idade, ocupação, estado conjugal e relações de família. Estava também reservada a uma nação das Américas, aos Estados Unidos, iniciar em 1790 uma série, ainda não interrompida, de operações censitárias com a aplicação conjunta dos critérios de periodicidade, simultaneidade e universalidade.

Em relação ao Brasil, deve-se ao Abade CORRÊA DA SERRA, naturalista e diplomata português de nomeada em seu tempo, a primeira estimativa da população do Brasil-Colônia, utilizando para êsse fim as relações das "almas de comunhão" que, para conhecimento do povo de suas Dioceses, eram periódicamente mandadas pelos Bispos ao Rei de Portugal, como grão-mestre da Ordem de Cristo e, nessa qualidade, chefe espiritual dos habitantes de seus domínios. Conforme se lê em nota fornecida pelo Abade a HUMBOLDT, que a transcreveu em sua conhecida obra *Essai politique sur le royaume de la Nouvelle-Espagne*, obteve para o ano de 1776 a população de pouco mais de 1 500 000 habitantes, mas considerando que daquelas relações não constavam nem as pessoas de menos de 10 anos nem os índios já reduzidos e não batizados, elevou a estimativa a 1 900 000, o que ficou consagrado como expressivo elemento de referência da era colonial.

As estimativas posteriores, referidas a diversos anos, foram também baseadas em relações análogas fornecidas por vigários, ouvidores e serventuários da polícia, sem contudo as necessárias garantias de que não houvesse duplicidade de registro, e isso explica as discordâncias reveladas pelo confronto dos resultados atribuídos, por historiadores e geógrafos, à população do Brasil até a data do I Recenseamento Geral, em 1872.

A Lei n.º 1 829, de 9 de setembro de 1870, que mandou proceder ao recenseamento da população do Império, consagrou não só o princípio da periodi-

cidade decenal do levantamento, recomendada pelo I Congresso Internacional de Estatística, reunido em Bruxelas no ano de 1853, como ainda o da execução nos anos de milésimo zero, princípio êste preconizado, dois anos depois da lei brasileira, pelo VIII Congresso, que se realizou em São Petersburgo.

Nossa Constituição de 1891 consubstanciou o mesmo princípio da periodicidade decenal do recenseamento demográfico, e, a exemplo dos Estados Unidos, para fins de representação na Câmara dos Deputados.

Seja por motivos de ordem política, seja pelos de ordem econômica ou mesmo administrativa, não realizou o Brasil, porém, recenseamentos gerais nos anos de 1880, 1910 e 1930.

Criado o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e entregue a presidência ao Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, cabe acentuar entre suas primeiras iniciativas a da proposta para a realização do Recenseamento Geral de 1940, compreendendo, além do aspecto demográfico, os econômicos e sociais. O Decreto-lei n.º 969, de 21 de dezembro de 1938, que dispõe sobre os recenseamentos gerais do Brasil, estabeleceu o princípio da periodicidade decenal nos anos de milésimo zero e atribuiu à Comissão Censitária Nacional, integrada no sistema do Instituto e constituída para cada levantamento, o encargo de organizar-lhe o plano e assistir a sua execução, tendo como órgão executivo o Serviço Nacional de Recenseamento.

As demais nações do Continente, com exclusão do Equador, que ainda não procedeu a nenhum recenseamento depois de se haver constituído em Estado independente, já realizaram, embora em sua maioria sem a regularidade desejável e restritas à população, o total de 122 operações censitárias, das quais 63 no século atual, 58 no século passado e 1 no século XVIII.

Além de inúmeras estimativas e censos parciais levados a efeito no período colonial e em épocas mais recentes pelas diversas nações americanas, os recenseamentos gerais por elas procedidos assim se distribuem: Estados Unidos, 16, com periodicidade decenal, de 1790 a 1940; Colômbia, 11, o primeiro em 1825 e o mais recente em 1938, com intervalo de decênio os três últimos; Chile, 11, de 1831 a 1940, tendo os 3 últimos periodicidade decenal; Honduras, 11, de 1881 a 1940, sendo quinquenal o intervalo dos 3 últimos; Canadá, 8, de 1871 a 1941, todos com regularidade decenal, e, com essa mesma periodicidade, 2 outros antes de instituída a Confederação; Venezuela, 7, o primeiro em 1873 e o último em 1941; Bolívia, 6, de 1831 a 1900, mas só do último divulgados os resultados completos; México, 6, de 1895 a 1940, com períodos decenais os 4 últimos; Brasil, 5, o primeiro em 1872 e o último em 1940; Cuba, 5, de 1899 a 1943, além de 9 outros anteriores à independência; Guatemala, 5, o primeiro em 1813, e, os 4 restantes, de 1880 a 1940; Peru, 5, os 4 primeiros de 1836 a 1876, e o último em 1940; Costa Rica, 4, de 1844 a 1927; Salvador, 4, o primeiro em 1878 e o último em 1930; Panamá, 4, de 1911 a 1940, com periodicidade decenal; Uruguai, 4, de 1852 a 1908; Argentina, 3, em 1869, 1895 e 1914, respectivamente; Nicarágua, 2, em 1920 e 1940; Paraguai, 2, em 1886 e 1937; República Dominicana, 2, em 1920 e 1935; e finalmente Haiti, 1, em 1918.

Como se verifica, das 22 nações americanas, 15 procederam a recenseamentos gerais no período de 1935 a 1943, das quais 9 no ano de 1940, e que são: Brasil, Chile, Estados Unidos, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá e Peru.

Quanto à extensão do recenseamento, as nações americanas, na generalidade, sempre consideraram o censo demográfico como fundamental, e vêm acentuando suas tendências no sentido de enriquecer a operação com indagações sobre aspectos econômicos e sociais. Das 15 nações americanas, anteriormente aludidas e em referência ao período de 1935 a 1943, Honduras, Panamá e Paraguai efetuaram apenas censo demográfico; Cuba, demográfico e eleitoral; Chile, Guatemala, Peru e Venezuela, além do censo demográfico, indagações complementares sobre domicílios; Colômbia, censo demográfico precedido do predial; República Dominicana, com intervalos de um ano, os censos de pré-

dios, população e agricultura; e, as 5 restantes — Brasil, Canadá, Estados Unidos, México e Nicarágua —, vários censos distintos.

Dos 6 países americanos, cujo último recenseamento geral data de mais de um decênio, Bolívia, Costa Rica, Haiti e Salvador só realizaram censo demográfico; Argentina, demográfico, agrícola, industrial e comercial; e, finalmente, Uruguai, demográfico, agrícola, industrial e domiciliário.

A respeito de atividades censitárias, o Brasil se colocou entre as nações americanas e do mundo que mais estendem e aprofundam as investigações, efetuando em 1940 um Recenseamento Geral que, além de inquéritos complementares, compreendeu 7 censos distintos, quais sejam: demográfico, agrícola, industrial, comercial, dos transportes e comunicações, dos serviços e social.

*

Os antecedentes ora rememorados revelam que as nações do Continente, em sua maioria, procederam a recenseamentos gerais no último decênio e aquelas, em que essas operações não foram executadas, dispõem de órgãos com suficiente tirocínio em levantamentos estatísticos

Por outro lado, a progressiva compreensão das relações entre os países do Continente, como conseqüência da política de boa vizinhança, e a solidariedade que demonstraram no decurso da última guerra revelam, também, que já se formou uma consciência americana para a solução de problemas comuns sob os princípios de cooperação e mútuo entendimento. Entre êsses problemas nenhum sobrepõe ao do conhecimento dos recursos, humanos e materiais, das nações americanas mediante um recenseamento continental levantado em bases de comparabilidade.

Importa acentuar que as aspirações em torno de uma operação nesses moldes, que, pelo seu caráter de comunidade, já traduzia intuídos de uma íntima aproximação entre as nações do Continente, foram expressivamente manifestadas por ocasião da IV Conferência Internacional Americana, reunida no mês de agosto de 1910 em Buenos Aires. Os Delegados aprovaram, então, uma Resolução que recomenda aos respectivos Governos:

“1º O levantamento, por decênios, do recenseamento da população, tendo em vista os progressos científicos e os processos técnicos

2º Que se efetue o recenseamento da população em todos os Estados americanos em 1920, e, se for possível, em um mesmo mês previamente indicado pela União Pan-Americana em Washington

3º Recomenda igualmente aos países da União Pan-Americana que, para a mesma data, se efetue um recenseamento industrial geral, e outros que aconselhem a ciência e a prática.

A atitude do Brasil, em face dessa recomendação, foi de adesão plena, havendo o Presidente da República, pelo Decreto n.º 2 881, de 9 de novembro de 1914, sancionado o ato do Congresso Nacional que aprovou a mencionada Resolução da IV Conferência e cujo teor, posteriormente, foi mandado publicar pelo Decreto n.º 12 995, de 24 de abril de 1918.

Conquanto a V Conferência, realizada em Santiago do Chile no ano de 1923, houvesse feito uma recomendação semelhante, a circunstância feliz da criação do Instituto Interamericano de Estatística, por ocasião do VIII Congresso Científico Americano, reunido em Washington no mês de maio de 1940, fêz renascer com maior entusiasmo aquela aspiração, que deverá congregiar tôdas as nações do Continente na efetivação do empreendimento de interesse comum

Esse Instituto, que é órgão profissional com o objetivo de favorecer o desenvolvimento da estatística no Hemisfério Ocidental, e cuja presidência está confiada ao nosso compatriota MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS, teve logo a adesão da maioria das nações americanas e nele foi constituída a Comissão

de Estatística Demográfica, de que é Presidente o Dr. ALBERTO ARCA PARRÓ, Diretor-Geral da Estatística do Peru.

Como primeira providência dessa Comissão, em junho de 1943 foi expedido um memorando sobre a "Estatística Demográfica nos Países da América" e sobre o "Censo Continental de 1950", e, consultada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a propósito desse último tema, manifestou-se a presidência da Comissão Censitária Nacional no sentido de que a iniciativa merecia, sem dúvida, incondicional aprovação. Embora seja recenseamento a designação tradicional entre nós dessas operações, há conveniência em manter a denominação de censo para o do conjunto das nações americanas, visto o termo ser comum aos idiomas usados no Continente.

Em meados de outubro do mesmo ano reuniu-se no México o I Congresso Demográfico Interamericano, do qual participaram como nossos delegados o Embaixador LIMA CAVALCANTI e o Dr. OCTAVIO ALEXANDER DE MORAES, estatístico brasileiro a esse tempo em missão junto ao Instituto Interamericano de Estatística, e, entre as Resoluções aprovadas, convém ressaltar a que "recomenda tomem os governos americanos as necessárias medidas para que se execute, no curso dos anos de 1950 e 1951, o Censo Continental Americano no qual, além do aspecto estritamente demográfico, se compreenda de forma integral o social-econômico sujeito a um programa básico, elaborado pelo Instituto Interamericano de Estatística e aprovado pelos governos, sem prejuízo de que cada Estado, de acordo com as respectivas necessidades administrativas e experiência, possa dar à referida operação estatística a extensão que julgue conveniente".

Compreende-se facilmente que a tolerância estabelecida nessa recomendação, quanto ao período de pouco mais de um ano dentro do qual as nações americanas devam proceder ao seu recenseamento, atende à tradição de cada país e condições a êle peculiares, sem que, entretanto, isso prejudique, de modo essencial, o princípio de comparabilidade dos resultados censitários.

Considerando o assunto, convocou o Dr. HALBERT L. DUNN, Secretário-Geral do Instituto Interamericano de Estatística, os mais destacados especialistas norte-americanos em demografia, os quais, reunidos em junho de 1944 e tomando conhecimento de uma investigação preliminar a que procedeu o Dr. RICARDO LUNA VEGAS, estatístico peruano adido ao mesmo Instituto, debateram os problemas relativos ao projetado Censo Continental, objetivando um programa mínimo comum a tôdas as nações americanas e um plano uniforme de ação a ser por elas aprovado oportunamente.

A investigação preliminar, anteriormente referida, deu origem a extensa monografia, divulgada em o número 9 de *Estadística*, e, em separado, como o n.º 1 das Séries de projetos do Instituto Interamericano de Estatística, compreendendo vários capítulos, cujos títulos por si sós revelam a importância e a profundidade da pesquisa. I — Breve história dos censos nacionais de população do Hemisfério Ocidental; II — Notas comparativas sobre os métodos dos últimos censos de população; III — Características investigadas no último censo de população de cada país americano; IV — Concepção e possibilidade de realização do Primeiro Censo das Américas; V — Sugestões do autor em torno do projetado Censo das Américas.

As sugestões do autor apresentam o problema de maneira tão clara, concisa e expressiva que, transcritas na íntegra, dispensam qualquer acréscimo à perfeita compreensão das providências que exigem o desenvolvimento e a execução do projeto:

"1. Os países americanos que ainda não tenham fixado a data de seu próximo censo de população, considerando a conveniência técnica de que todos os países do Continente efetuem ao mesmo tempo censos demográficos, deveriam procurar levantá-lo no decurso do ano de 1950, ou ao mais tardar, antes de junho de 1951.

2. Os países que, como a Colômbia, Venezuela e Cuba, tenham estabelecido realizar seu próximo censo em datas que não coincidam com o período anteriormente assinalado, poderiam talvez considerar a possibilidade de transferir as aludidas datas, para que sejam seus censos realizados em 1950 ou no primeiro semestre de 1951.

3. A organização censitária em cada país deverá ser centralizada e a mais autônoma possível, a fim de lhe ser assegurada eficiência técnica. Em qualquer caso, seria desejável manter o mesmo critério de direção, desde o preparo do censo até a publicação dos resultados.

4. Nos países que carecem de mapas adequados para fins censitários, seria conveniente sugerir a recomendação formulada pela II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, realizada no Rio de Janeiro em agosto de 1944, no sentido de que se proceda à preparação de mapas para serem utilizados nos censos nacionais e, em particular, no Censo das Américas de 1950. Tais mapas deverão reunir certos elementos mínimos, e a divisão política do território deverá ser estabilizada durante determinados períodos a fim de facilitar o trabalho censitário.

5. Com o objetivo de assegurar o mais completo levantamento da população, em alguns países poder-se-iam efetuar operações preliminares que permitissem, além de comprovar a organização censitária e de ampliar a propaganda de formação do ambiente, conhecer, com a devida antecipação, a população que vai ser recenseada. Com base nesses dados poder-se-ia realizar uma distribuição mais adequada dos instrumentos de coleta e dos agentes-recenseadores, bem como o ulterior controle do levantamento.

6. O método de levantamento mais recomendável por sua eficácia técnica é o de interrogatório (*canvasser*), no qual o registro das respostas fica a cargo do agente-recenseador. Em todo caso, o pessoal encarregado do levantamento do censo deverá receber uma conveniente preparação.

7. O instrumento de coleta deverá ser de manejão fácil e os quesitos formulados com clareza e precisão. É aconselhável, entretanto, limitar seu número, tendo em conta a duração do levantamento, as condições da população a recensear e os meios de que se disponha para a elaboração dos resultados.

8. Com o objetivo de obter um mínimo de comparabilidade internacional no próximo Censo das Américas, é de desejar que os países do Hemisfério incluam no instrumento de seu próximo censo, sem prejuízo dos quesitos adicionais que desejem formular, os referentes à idade, sexo, lugar de nascimento, analfabetismo ou grau de instrução ou ambos, ramo de atividade econômica, posição ou situação na ocupação, ocupação individual, relação com o chefe da família. Não obstante o reduzido número de quesitos que se propõe, pode-se afirmar que eles compreendem os atributos essenciais a serem investigados em uma população e são os que mais se adaptam aos propósitos de comparação internacional.

9. Com o fim de se lograr a necessária simultaneidade na operação, conviria que o levantamento fôsse levado a termo no menor prazo possível. Para isso, seria necessário mobilizar um número proporcionalmente maior de agentes-recenseadores idôneos.

10. Nos casos em que se decida aplicar coeficientes para corrigir possíveis omissões, seria recomendável que os dados da população assim calculada se publicassem à parte dos da efetivamente recenseada. Entre outras vantagens, isso evitaria atraso na publicação dos resultados.

11. Sugere-se a adoção das definições e classificações da Comissão de Técnicos Estatísticos da Liga das Nações para a elaboração dos resultados censitários relativos à população ativa.

12. Seria conveniente a fixação de um prazo máximo dentro do qual se deverá levar a termo a elaboração dos resultados censitários.

13. Tratando-se de atributos comuns aos censos de todos os países americanos, dever-se-á procurar um acordo quanto à forma mediante a qual devam

ser investigados e classificados, e bem assim sôbre outras importantes conceituações censitárias, como, por exemplo, a da população "urbana" e "rural".

14. Na publicação dos resultados de um censo dever-se-á dar preferência aos referentes a todo o país, o que vale dizer às sinopses nacionais, mas, em qualquer caso, também se deverá fixar um prazo máximo para a publicação dos volumes de resultados censitários."

Essa monografia, cujas sugestões acabo de reproduzir, foi encaminhada, para o devido conhecimento e apreciação, ao órgão central do sistema estatístico de cada uma das nações do Continente americano.

Mais recentemente, na reunião da Diretoria do Instituto Interamericano de Estatística realizada nesta Capital em janeiro último, ficou resolvido constituir-se uma Comissão Especial para o Censo das Américas, da qual participaria um representante autorizado de cada uma das nações do Continente. É de esperar que a primeira reunião dessa Comissão se verifique em 1947, por ocasião do próximo Congresso Interamericano de Estatística, com o objetivo de fixar as bases mínimas do plano censitário e a conceituação a ser observada para a necessária comparabilidade dos respectivos resultados

Além dessas medidas preliminares no sentido da concretização da proposta ARCA PARRÓ para o Censo Continental de 1950, outras, conexas com a mesma iniciativa, foram lembradas a título complementar, destacando-se entre elas a aprovada na II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia, e que sugere ao Instituto Pan-Americano de Geografia e História "o entendimento com Instituto Interamericano de Estatística a propósito do preparo dos mapas necessários aos censos nacionais em geral e ao censo de 1950 em especial, estabelecendo-se a possível padronização, dentro de requisitos mínimos, de mapas nos quais figurem as divisões políticas e administrativas, cujos limites se recomenda sejam fixados segundo planos periódicos".

Na Sessão de 1945, a Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia votou uma Resolução de aplauso às iniciativas anteriormente indicadas, autorizando, ao mesmo tempo, o Professor JORGE ZARUR, Secretário-assistente do mesmo Conselho, a aceitar o encargo de coordenar os estudos de elaboração dos aludidos mapas, de interêsse para todos os países americanos. No que respeita ao Brasil, a mesma Resolução determina que o Serviço de Geografia e Cartografia, de que é Diretor o Engenheiro CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO, proceda aos trabalhos em cooperação com o Serviço Nacional de Recenseamento.

Finalmente, em meados do ano próximo findo, reuniu-se em Caracas a III Conferência Interamericana de Agricultura, na qual representaram o Brasil o Dr. NEWTON DE CASTRO BELEZA, então Superintendente do Ensino Agrícola e Veterinário, e o Professor WALDEMAR RAYTHE, Reitor da Universidade Rural, e, entre as Resoluções aprovadas, cabe assinalar a que se relaciona com o assunto em exame e formulada nos seguintes têrmos:

"1. Recomendar que cada nação do Hemisfério Ocidental adote as medidas necessárias para proceder a um censo nacional da população e da agricultura (inclusive pecuária e produtos florestais) no ano de 1950.

2. E que cada nação coopere com o Instituto Interamericano de Estatística e com a Organização de Alimentação e Agricultura, a fim de que sejam adotadas em tais censos normas mínimas de uniformidade para facilitar as necessárias comparações"

A recomendação constante dessa Resolução foi desde logo aceita pela Diretoria do Instituto Interamericano de Estatística, e é possível que outros aspectos econômicos e sociais venham a ser considerados para sua inclusão no plano definitivo, levando-se, dessarte, as indagações a outros campos, para um melhor conhecimento dos recursos da comunidade das nações americanas.

*

Conquanto a exposição feita indique, em linhas gerais, o vulto dos trabalhos preparatórios de coordenação já reclamados para o projetado Censo, é bem de

ver que inúmeras outras providências da parte de cada uma das nações ainda se impõem para seu desenvolvimento até a fase da execução.

Antes de tudo, convém advertir que a desejável comparabilidade dos resultados decorre não só de uma conceituação precisa dos aspectos a investigar, como ainda da uniformidade do plano de apuração das informações colhidas. E se, como é evidente, a qualidade do material dos censos depende da preparação dos encarregados da coleta, não é menos imperioso ter em vista que a apuração também exige pessoal previamente habilitado nos trabalhos de codificação e manejo das máquinas destinadas àquele fim, sobretudo nos países, como o nosso, que não possuam serviços censitários de caráter permanente. Por outro lado, há a considerar que muitas das nações americanas não fixaram em lei a periodicidade dos recenseamentos para os anos de milésimo zero ou um, e que, em outras, as últimas operações censitárias já datam de mais de um decênio.

Em resumo, aprovado pelos governos das nações americanas o plano definitivo que fôr estabelecido para o Censo Continental de 1950, sua execução ainda ficará na dependência de atos legislativos que constituam os órgãos centrais responsáveis e concedam os necessários recursos, para então se promover a impressão do vultoso material de coleta e de controle, a organização dos serviços censitários regionais e a preparação do ambiente que assegure a cooperação do público ao êxito do grandioso empreendimento cujo alcance político-social dispensa ser ençarecido.

Quanto ao Brasil, a experiência do Recenseamento Geral de 1940 e as observações decorrentes das análises de seus resultados, sob a orientação do Professor GIORGIO MORTARA, facilitarão, por certo, sua integração nesse plano de sentido internacional, uma vez que se conte com elementos precisos para o traçado das divisões censitárias em correspondência com os acidentes topográficos locais, e se possa constituir, em cada Município, um corpo de agentes-recenseadores em número adequado a compensar as dificuldades decorrentes da extensão do território e das deficiências dos meios de transporte, para assim não haver demora no retorno do material de coleta e sua apuração, objetivando a pronta divulgação dos resultados censitários.

Atendido êsse aspecto, estou certo de que os responsáveis pela execução do futuro plano censitário merecerão também o mesmo crédito de confiança que, para os atuais, foi aberto não só por parte dos poderes públicos das três ordens administrativas do país, bem como por tôdas as classes sociais e o povo brasileiro em geral

*

Essas as considerações que, a meu ver, cabem nesta palestra de informações com referência ao Censo Continental de 1950. Efetuando-o, afirmariam as nações das Américas ao mundo a profunda convicção do pensamento americano, expresso na Carta do Atlântico: "mais ampla colaboração entre as nações com o fim de se conseguir, para tôdas, melhores condições de trabalho, prosperidade econômica e segurança social".

CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DE UM SISTEMA ADEQUADO DE COLETA DOS DADOS DE NASCIMENTOS E ÓBITOS NUM PAÍS AMERICANO *

NESTA conferência partiremos da presunção de que há umas tantas características gerais que devem prevalecer em qualquer sistema de coleta de dados de nascimentos e de óbitos destinado a funcionar com êxito nas diversas nações da comunidade americana, não obstante a diversidade de leis, costumes, cultura e tradições que entre elas existe.

Não é da finalidade desta palestra entrar nos pormenores de tal sistema. As particularidades de método dependem, naturalmente, das condições peculiares a cada país, e, mesmo em circunstâncias similares, podem elas ser realizadas de várias maneiras, cada uma das quais, *de per si*, inteiramente satisfatória.

Além disso, a palestra se limitará ao registro de nascimentos e de óbitos, o que não importa em subestimar o valor que assumem tanto a estatística dos casamentos e dos divórcios, como a que se refere à morbidade. São elas altamente importantes; todavia, reconhece-se que a existência de estatísticas fidedignas de nascimentos e de óbitos é indispensável como base segura para quaisquer estudos concernentes à saúde pública e à população, e que, sem elas, o valor de outros tipos de estatísticas correlatas ficaria grandemente reduzido.

Por outro lado, as características essenciais de um bom sistema de coleta serão consideradas, apenas, do ponto de vista da obtenção de resultados adequados, capazes de servirem a objetivos sociais; a utilidade do registro dos fatos vitais para fins pessoais ou individuais não será, por isso, levada em conta.

As nações americanas, possivelmente com uma ou duas exceções, apresentam certas características comuns, que afetam diretamente a organização dos registros de nascimentos e de óbitos.

Inicialmente, há a considerar na população uma quantidade apreciável de analfabetos, ou, pelo menos, de pessoas de pouca instrução, possuindo baixo padrão de vida; em segundo lugar, existe uma classe que coincide, em parte, com a anterior — a das pessoas que vivem em lugares ermos ou inacessíveis.

Encontra-se dificuldade especial em obter registros completos no seio de ambas essas classes, por não darem elas o devido aprêço a tais registros.

Ademais, geralmente apenas uma proporção mínima dos nascimentos e óbitos que ocorrem nos grupos citados se verifica em instituições de internamento; conseqüentemente, um número substancial dessas ocorrências pode dar-se sem assistência profissional especializada, e, no que concerne aos óbitos, sem os serviços de agente funerário e sem o enterramento em cemitério público.

Em terceiro lugar, em tôdas as nações americanas algum elemento de organização estatística existe sempre no plano federal e, por vêzes, também no plano regional. Em certos países, essa organização, mantida pelos governos, apresenta-se mesmo bastante desenvolvida, ao passo que, em outros, é ainda rudimentar.

* Conferência realizada no Curso de Informações do Conselho Nacional de Estatística, em julho de 1946.

Na maior parte dêles, o trabalho da estatística federal compreende a coleta e a apuração dos dados concernentes aos nascimentos e aos óbitos. De qualquer maneira, a existência de algum mecanismo estatístico evidencia que tem sido reconhecida, no Continente, a necessidade de tais pesquisas e faculta um ponto de partida para a ampliação ulterior das atividades dêsse gênero.

Essas considerações aplicam-se às regiões onde predomina a cultura anglo-saxônica, tanto quanto às nações de tradições latinas. Elas, por outro lado, distinguem a nação americana típica, do país típico dos outros Continentes. Nos países da Europa, pelo menos naqueles da parte ocidental e setentrional, o analfabetismo e o isolamento não constituem sérios embaraços à obtenção de registros completos. São nações pequenas e densamente povoadas, que apresentam contingente de analfabetismo bastante baixo. Ademais, o registro dos fatos vitais constitui aí uma prática antiga, firmemente estabelecida e acolhida sem relutância. As nações asiáticas mais típicas, por sua vez, apresentam um alto contingente de analfabetismo e de isolamento, mas não dispõem de nenhuma organização estatística real que possa servir pelo menos de ponto de partida para o estabelecimento de um sistema de registro. De modo geral, as nações americanas ocupam assim posição intermediária, com boas iniciativas já lançadas, ao lado, porém, de importantes tarefas ainda pôr levar a efeito.

Aplicações da Estatística Vital Os registros de nascimentos e de óbitos foram outrora considerados como prática que se mantinha apenas para atender a interesses individuais. Uma certidão de nascimento pode ser exigida para comprovar a cidadania ou a filiação para determinados fins, como sejam, a obtenção de emprêgo, a frequência escolar, ou, ainda, a posse de herança. O atestado de óbito, entre outros efeitos, pode ser necessário para o recebimento de um seguro de vida

Hoje em dia, reconhece-se que a utilização do registro civil para fins pessoais não é, nem a única, nem a razão mais importante de sua necessidade. A preservação da saúde pública depende de informações completas e atualizadas relativas às taxas de nascimentos e de óbitos, e à distribuição dêstes, segundo as causas. Tal conhecimento é necessário, não somente para a localização dos focos perigosos que possam comprometer a saúde coletiva, mas também para determinar a distribuição das verbas destinadas aos órgãos encarregados de sua defesa.

Nos sistemas de informações que funcionam bem, o aproveitamento da estatística vital para tais fins tende a ampliar-se cada vez mais, disso resultando o aumento da eficiência do respectivo trabalho. Verificou-se, por exemplo, ser possível, graças aos modernos equipamentos de tabulação, fazer corresponder aos registros de óbitos infantis os registros correlatos de nascimentos e preparar, para serem utilizadas pelos órgãos da Saúde Pública, listas dêsses óbitos, contendo, entre outros informes, o nome do profissional que assistiu o nascimento e o do hospital, no caso de se ter aí verificado a ocorrência

Entre as aplicações da estatística vital, ocupa justamente o segundo lugar a formação da política demográfica. Num mundo em que os povos cada vez mais se aproximam pelo desenvolvimento das comunicações, aumentaram grandemente as possibilidades de atrito, tanto entre nações, como dentro de cada uma delas entre os diferentes grupos geográficos, econômicos e sociais. Num período da história em que o progresso da ciência na produção de armas destruidoras tornou necessidade imperiosa evitar tais atritos, nada mais essencial existe do que a análise e interpretação cuidadosas do crescimento e dos movimentos da população, sob o ponto de vista tanto nacional, como internacional. Cada nação deve dispor de informações completas sobre as condições da respectiva população, para uso tanto próprio como das organizações internacionais. Isto exige não somente o quadro estático de distribuição da popu-

lação, tal como a fornecida por um censo, mas ainda a exposição dinâmica das alterações demográficas consoante são reveladas pela estatística vital e pelos dados sobre as migrações.

Não se deve pensar que a política demográfica só se preocupa com medidas destinadas a estimular a taxa de nascimentos. Ela pode, ou não, levar em conta tal objetivo; acha-se, contudo, mesmo que disto não tenham consciência os respectivos responsáveis, influenciando em certas decisões administrativas, tais como, a localização de uma nova fábrica ou indústria, a criação ou redistribuição de um imposto que afeta desigualmente diferentes classes ou regiões. Os legisladores e os administradores, a quem competem tais decisões, devem dispor não só de informes estatísticos completos e atualizados, como também da orientação técnica de um especialista nos efeitos das medidas a serem tomadas.

As estatísticas vitais são necessárias também no planejamento prospectivo da produção de mercadorias e serviços, quer tratando-se de funções de natureza oficial ou semi-oficial, como o número e a localização de escolas e hospitais, quer tratando-se de iniciativas privadas, como a distribuição de gêneros e artigos, o fornecimento de berços, a construção de casas e o suprimento de caixões para defuntos. Tanto é prejudicial aumentar os meios de satisfação, se a necessidade correspondente não existe ou é apenas temporária, como deixar de o fazer quando ela ocorre sem ser percebida. E o único remédio para evitar o dano é ter informações completas e precisas.

Objetivos de um Sistema de Coleta de Estatística Vital

Para atender adequadamente aos vários objetivos a que se destina a estatística vital, o seu sistema de coleta deve ser organizado de forma a satisfazer a três exigências básicas: integralidade, exatidão e presteza.

Embora a integralidade de cem por cento não seja praticamente alcançável, uma aproximação vizinha desse nível torna-se necessária para assegurar todos os benefícios proporcionados pela tabulação da estatística vital. Os resultados parciais não apresentam apenas um valor reduzido, mas originam, ainda, a possibilidade de conclusões ilusórias. Quando há falta de registros, o material recolhido não constitui uma amostra representativa do total, por conter um número desproporcionadamente grande de nascimentos ou de óbitos ocorridos em camadas econômica e socialmente mais elevadas. Assim, as classes que têm proporcionalmente menor representação na amostra são precisamente aquelas sobre as quais a informação é mais necessária para os fins de saúde pública. E' evidente, além disso, que os dados parciais não satisfazem à necessidade de uma estatística vital em condições de medir as alterações demográficas ou de ensejar planos de natureza social e econômica.

Seria ocioso alegar que a estatística vital deverá ser razoavelmente exata. O esforço e a despesa que a coleta dos dados implica serão largamente malbaratados se as apurações estatísticas resultantes não merecerem confiança. Uma informação profundamente inexata poderá, na realidade, desorientar, o que será pior do que não dispor de nenhuma informação.

Aludindo à conveniência da presteza, ocorre-nos a história do homem que viu alguém quase a afogar-se no rio adjacente a certa cidade superpovoada. Em vez de proporcionar-lhe imediato auxílio, perguntou êle à pessoa prestes a desaparecer qual a sua residência, correu ao enderêo e tentou alugar o apartamento ocupado pelo infeliz. Verificando, entretanto, que a habitação acabara de receber novo inquilino, indagou dêste: "Como soube que o apartamento estava vago? Vi o antigo morador afogando-se no rio e vim imediatamente para aqui." "Fui eu quem o atirou nágua", foi a resposta.

Pôsto que não possamos esperar atingir o grau de pronta informação sugerida por esta anedota, é claro que o valor das estatísticas de nascimentos e de óbitos, para fins de saúde pública, declina rapidamente em cada semana

que decorre, até que os resultados apurados se tornem disponíveis. O exemplo mais expressivo da necessidade de informação imediata está na notificação das doenças contagiosas, exigida por dispositivos legais na maioria dos países. Em geral, o defeito mais sério da estatística oficial nos diferentes países latino-americanos é a demora que se verifica na tabulação e publicação dos resultados. Entretanto, no que respeita às estatísticas de nascimentos e de óbitos, há também nos Estados Unidos da América alguns Estados morosos em facultar o conhecimento desses dados. Por outro lado, como exemplo do que se pode conseguir, sob condições favoráveis, pela presteza de declaração e apuração, mencione-se que a cidade de Nova Iorque prepara listas de nascimentos, contendo nomes e endereços, que habilitam as enfermeiras da Saúde Pública a visitar a parturiente em seu lar um ou dois dias após a sua volta do hospital. Nesse particular, também o Serviço Federal de Bioestatística do Brasil merece especial elogio pela pronta publicação de seus dois boletins semanais de óbitos, segundo as causas principais, um para o Distrito Federal e outro para tôdas as capitais dos Estados. Os governos estaduais fazem jus, igualmente, a encômios pela cooperação que prestam com os informes telegráficos, que tornam possível o preparo do último daqueles dois boletins

**Como podem ser realizados
esses objetivos ?**

I — Integralidade — Quais são as características essenciais de um sistema coletor de estatísticas de nascimentos e de óbitos, capaz de realizar os três objetivos de integralidade, exatidão e presteza? No esforço para conseguir a integralidade, a subdivisão do território em unidades que permitam serviço prático constitui importante objeto de consideração. O território nacional deveria ser dividido em áreas de registro bastante pequenas para que um único indivíduo pudesse manter-se efetivamente responsável por declarações completas de nascimentos e de óbitos em cada área. Admite-se que, em algumas regiões do hemisfério, esse objetivo é de realização difícil à vista das comunicações ora existentes e que, em tais áreas, deverão ser tomadas medidas especiais para o futuro imediato. Entre elas poderia incluir-se a concessão de subsídios especiais ao oficial de registro para o fim de habilitá-lo a percorrer devidamente a jurisdição a seu cargo, desde que o número de ocorrências a serem registradas nesse âmbito fôsse suficientemente grande para justificar a referida concessão. Outra solução poderia ser a do emprêgo de um delegado remunerado pelo govêrno, federal ou regional, para atuar num grupo dessas áreas, cumprindo-lhe percorrer periodicamente o território sob sua jurisdição.

Uma vez assentada a maneira de dividir o território, não é preciso dizer que os agentes locais do registro deverão ser cuidadosamente escolhidos entre pessoas capazes de desempenhar as atribuições que lhes cabem. É essencial que ao oficial local do registro sejam fornecidas instruções impressas, expondo e esclarecendo suas diferentes atribuições. Para esse fim, não basta apenas uma cópia da legislação em vigor; esta deve ser suplementada por explicações em linguagem simples, com exemplos e ilustrações de tôdas as tarefas que o oficial possa ser chamado a executar. Onde houver serviços de saúde pública de âmbito nacional, ou restrito, desempenhando atividades bem desenvolvidas em áreas rurais, poderão seus órgãos participar ativamente do treinamento dos oficiais de registro e promover uma aproximação mais íntima entre o oficial de registro e a população local, o que representará um grande passo para colimar o objetivo de reduzir as lacunas do registro nas áreas rurais, onde o problema apresenta maior dificuldade. Será também importante que a repartição central tenha autoridade para substituir os funcionários que persistam em deixar de remeter os informes exigidos

Uma das principais razões da falta de declaração de nascimentos e de óbitos é a ausência de compreensão do valor e da necessidade dos registros em causa por parte de certos grupos da população. Instruir o público sobre esses assuntos será, portanto, um importante passo no sentido de se conseguirem decla-

rações completas. Trata-se, entretanto, de um processo demorado e, por isso, o que se deve esperar para um futuro imediato é que os oficiais do sistema de registros, nas várias localidades, tomem a iniciativa de assegurar que todos os nascimentos e óbitos de suas áreas sejam declarados. Não é essa uma tarefa fácil e a remuneração dos oficiais de registro deve ser adequada, a fim de incentivá-los a bem realizar o seu trabalho. Isso incontestavelmente implica em que o seu pagamento deverá provir, em parte, do governo, nacional ou regional, pois sobrecarregar as famílias em que ocorrem nascimentos ou óbitos com emolumentos e encargos adicionais só tenderia a desestimular o registro e a anular, assim o esforço no sentido do verdadeiro fim visado. Sendo a estatística vital utilizada principalmente para objetivos públicos, como parte essencial das atividades relacionadas com a saúde pública, cumpre custeá-la com recursos dos próprios governos.

Uma bonificação oficial, mediante pagamento de quantia fixa por nascimento ou falecimento, devidamente declarados à autoridade central, tem a vantagem de constituir um incentivo financeiro específico para obter registros completos. O Dr. LUIZ NUNES BRIGGS, do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política, do Brasil, em publicação preparada para a Conferência Nacional de Estatística de 1930, sugere uma escala móvel de pagamento, que leve em conta "a situação geográfica, as condições rodoviárias e o tráfego em geral do país, para que haja, tanto quanto possível, a necessária equidade na apreciação dos fatos de que resultarão as providências a tomar". Esse plano teria a vantagem de considerar o grau de dificuldade que os oficiais de registro tivessem de enfrentar em algumas localidades. Por outro lado, a importância a ser paga não se deveria elevar a ponto de provocar falsas declarações e conviria, em qualquer caso, manter as informações sob fiscalização periódica ou outro qualquer meio de controle, tal como a assinatura de um médico ou dos pais no documento enviado à repartição central. Cumpre insistir rigorosamente na remessa das declarações dentro dos prazos determinados. Se em dada área não ocorrerem nascimentos ou óbitos durante qualquer período considerado, o fato deverá ser comunicado por escrito. Um controle efetivo do recebimento das informações dos agentes locais deverá ser estabelecido e em caso algum restringir-se à simples averiguação de que não foram elas recebidas. As que faltarem deverão ser reiteradamente reclamadas até que sejam obtidas e, se for alegado um extravio de correio, deverão ser solicitadas cópias ou segundas vias das originais.

As autoridades legislativas deverão convencer-se de que o registro completo dos nascimentos e óbitos é assunto de interesse público, mais ainda do que de interesse dos indivíduos a que diretamente se referem, eliminados, em consequência, todos os desestímulos ao registro provocados por emolumentos ou exigências regulamentares onerosas. Não se levanta aqui, evidentemente, nenhuma objeção ao pagamento de uma taxa por certidão de nascimento ou de óbito fornecida a pedido do interessado, mas apenas contra qualquer despesa associada ao próprio ato do registro, seja abertamente, seja mediante um subterfúgio, tal como a exigência de pagamento de uma certidão não solicitada no momento em que é feito o registro. Isso não significa que o oficial dele encarregado não deva ser remunerado pelo trabalho que assim executa, tanto quanto por outros encargos que lhe caibam. Sempre que houver nítida compreensão de que uma boa estatística vital é um ativo nacional, que vale o seu custo, não haverá hesitação em se lhe proporcionarem os recursos necessários.

O trabalho de cada funcionário local deve ser estimulado mediante entendimentos pessoais freqüentes com representantes da autoridade central. Isso lhe fará sentir que alguém está interessado em seu trabalho e reconhece seus esforços. Um dos meios de assegurar tais contactos diretos é dispor de um grupo de agentes itinerantes pertencentes à repartição federal ou regional, se possível em número suficiente que permita pelo menos uma visita anual a cada cartório local de registro. Essas visitas podem, também, ser utilizadas

para fins de inspeção, em que se verifique se cada oficial está desempenhando as atribuições convenientemente, assim como para promover a padronização da rotina nas várias localidades. Sob esse aspecto, são também de grande valia as associações de oficiais locais de registro, que, realizando reuniões periódicas de âmbito nacional ou regional, permitam aos respectivos membros por-se em contacto e discutir, tendo em vista interesses comuns, seus problemas e suas dificuldades. Tais reuniões são mais proveitosas quando tomam a forma de debates, dos quais as pessoas interessadas participem ativamente, em vez de se cingirem a ouvir longas exposições, freqüentemente de fundo acadêmico, apresentadas por uns poucos oradores.

II — Exatidão — No que respeita à exatidão, o informe pertinente ao registro de um nascimento ou de um óbito pode ser considerado sob dois aspectos: o de informação clínica, prestada por um médico, e o de dados pessoais, fornecidos comumente pelos pais da criança ou pelos parentes do finado. A informação mais importante da primeira espécie é naturalmente a causa de morte. Entretanto, em certas jurisdições são pedidos, juntamente com o registro de um nascimento, detalhes clínicos concernentes ao parto. A possibilidade de se obterem informações médicas exatas depende, em primeiro lugar, de que existam médicos para isso, onde ocorrer grande número de nascimentos e de óbitos, sem assistência médica, não se poderá esperar um alto grau de exatidão na matéria. A prática seguida em alguns lugares, de a declaração médica ser assinada por um sanitarista na falta da assistência de um clínico, é muito recomendável, mas evidentemente inexequível nas condições ora existentes em muitas partes do hemisfério. Para generalizar-se, portanto, maior exatidão de dados clínicos referentes aos nascimentos e óbitos dever-se-á aguardar o melhoramento e a difusão mais ampla dos recursos médicos.

Contudo, a existência de clínicos disponíveis não resolverá inteiramente o problema. Sendo o médico um homem ocupado, temos de ser condescendentes com aquêle que, talvez por inadvertência, assina o seu nome no espaço do atestado de óbito destinado à causa da morte. Um manual para médico, contendo explicações sobre os princípios de classificação de causas de morte, simplificará a tarefa do clínico que o tenha em mão e concorrerá para maior uniformidade das informações. Entretanto, mesmo com tal assistência, os médicos só consagrarão, à prestação de informes exatos, o tempo e o incômodo que ela exige, se puderem apreciar devidamente o valor e a importância das estatísticas vitais. Isso envolve, em parte, um problema de educação de cada médico e, em parte, o do aperfeiçoamento da organização central da estatística vital, pois se os dados obtidos não estiverem sendo, na verdade, utilizados efetivamente para fins de saúde pública, tornar-se-á difícil convencer o médico da importância desse trabalho. Portanto, a agência central responsável pela estatística vital, qualquer que seja a sua denominação, deverá cooperar estreitamente com o serviço ou departamento de saúde pública, quando não constituir parte integrante dêle.

A exatidão da informação, no que se refere às características pessoais, apresenta poucos problemas, na grande maioria das nações americanas, onde tal informação é fornecida diretamente pelos pais ou parentes e não por intermédio de um médico ou de um agente funerário, como correntemente sucede nos Estados Unidos da América. A grande superioridade do primeiro desses sistemas, no que diz respeito ao rigor dos informes prestados sobre os caracteres pessoais, ressalta do fato de constituírem os pedidos de retificação de tais informes objeto de atividade predominante na maioria das repartições estaduais de estatística vital dos Estados Unidos, sendo, porém, extremamente raros nos países da América Latina. Por isso, alguns Estados norte-americanos estão tentando agora estabelecer a participação dos pais nos registros de nascimento, o que permite esperar alguma melhoria na exatidão dos informes obtidos.

III — Presteza — Do fato de ser a presteza mencionada em último lugar entre as três características essenciais de um bom sistema de coleta de esta-

tísticas vitais, não se infira seja ela o requisito de menor importância. Ao contrário, a utilidade dos informes coligidos, mormente para fins de saúde pública, depende precipuamente dessa condição. Pouco vale ter informações inteiramente completas e exatas, meses ou anos depois da ocorrência dos fatos. Aos norte-americanos não faltam ocasiões para observar que os latino-americanos têm, em geral, a sede da perfeição. Não há como negar ser a perfeição uma coisa excelente, e digno de admiração o esforço permanente para atingi-la. Entretanto, nesta matéria, as estatísticas vitais, como qualquer outra espécie de estatística, são instrumentos e não um fim em si mesmas. Sendo instrumentos cujo fio se gasta rapidamente com o transcurso das semanas e dos meses, a verdadeira essência do seu efetivo aproveitamento reside na pronta divulgação dos respectivos resultados.

O importantíssimo objetivo da presteza não é, entretanto, fácil de conseguir-se. Reduz-se, principalmente, a uma questão mais de organização e de pormenores do que de altos princípios. Exige que as diferentes partes do mecanismo estatístico funcionem de modo perfeitamente sincronizado, a fim de que não se perca tempo na execução das operações de coleta, apuração e publicação. Uma prática do maior alcance é a de se editarem boletins impressos em mimeógrafo ou multilite, logo que os dados se tornem disponíveis, publicando, posteriormente, informações mais completas, de caráter definitivo.

Naturalmente, o pronto recebimento das informações provenientes das áreas locais de registro é uma condição preliminar de que dependem os resultados atualizados. Torna-se evidente que o grau de presteza a conseguir-se é limitado pelas comunicações disponíveis e não se conforma a regras gerais. Entretanto, uma vez assentado um esquema de prazos para a remessa dos dados, deve-se insistir em sua observância e dotar o órgão coletor de meios de tornar-se operante. Voltando à possibilidade, antes considerada, do pagamento de uma determinada importância por nascimento ou óbito registrado, é prática salutar só efetuar tais pagamentos nos casos de informes remetidos dentro dos limites de prazo estabelecidos.

Conclusão Não é preciso dizer que, qualquer que seja o sistema instituído, a integralidade de cem por cento, assim como a exatidão absoluta, jamais serão obtidas. É importante, por isso, balancear periodicamente o funcionamento do mecanismo de coleta para sentir a fidedignidade dos resultados que estão sendo obtidos. Em termos gerais, poderá isso ser feito de duas formas: por comparação com outros dados e por amostragem. A comparação com estatísticas dos assentamentos eclesiásticos de batizados e de cerimônias fúnebres constitui um meio apropriado de controle da eficiência do sistema de registro, especialmente nos países onde predomina a religião católica. Sob este ponto de vista, verificou-se que as autoridades eclesiásticas são, muitas vezes, altamente cooperadoras, quando fica esclarecido que o propósito da declaração é o bem-estar da coletividade e não qualquer diminuição das prerrogativas da Igreja. O confronto com resultados censitários também fornece, freqüentemente, indicações valiosas. No Brasil, um grande número de estudos úteis, abrangendo a comparação de dados provenientes de diversas fontes, tem sido realizado pelo Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento.

O levantamento por amostra é um método mais dispendioso do que o aproveitamento de dados já coletados para outros fins, e pode implicar na execução de averiguações locais, para o fim de apurar os fatos apenas através de alguns dos casos incluídos na amostra. Contudo, facultará, como é natural, uma prova muitíssimo mais adequada do funcionamento do sistema, desde que planejado de modo a fornecer exatamente a indicação que se pretenda com a fidedignidade que se deseja. Para ter a máxima eficiência, a amostra deve ser cuidadosa e cientificamente planejada de antemão, mediante aplicação dos métodos modernos de planejamento de amostras, que permitem conseguir, com o mínimo de custo, o grau de fidedignidade considerado necessário. Não havendo

na própria repartição alguém a par dêses princípios, será mister buscar fora dela a assistência técnica necessária. Em algumas circunstâncias, pode-se recorrer à amostragem para compensar de certa maneira as deficiências do sistema. Nos Estados Unidos da América, por exemplo, a área de registro de nascimentos estabelecida em 1915 e constituída pelos Estados em que se acreditava fôsse êsse registro completo na proporção de 90%, se expandiu gradualmente até abranger todos os 48 Estados. O plano original previa retirar-se da área qualquer Estado inicialmente nela incluído, no qual se presumisse haverem os nascimentos registrados caído abaixo de 90%. Todavia, quando o teste por amostras do registro de nascimento, realizado juntamente com o Censo de 1940, revelou percentagens de registro abaixo de 90%, em vários Estados, não foram êles excluídos, passando a vigorar o critério atual de aceitar os dados tais como disponíveis e procurar aproveitar outras informações que permitam uma correção apropriada das deficiências existentes.

Concluindo, a tese desta palestra pode ser resumida dizendo-se que os requisitos fundamentais a serem atendidos num mecanismo destinado a fornecer boas estatísticas vitais são a integralidade, a exatidão e a presteza; porém, o maior dêles é a presteza.

M. A. TEIXEIRA DE FREITAS
(Secretário-Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

O CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA E SUAS ATIVIDADES EM 1946

TENHO a honra de apresentar à consideração dêste Plenário a resenha dos trabalhos que o Conselho Nacional de Estatística, reunido em Assembléia Geral, acaba de realizar

Coube-me o privilégio, que é para mim o maior motivo de ufania durante uma já bastante longa vida profissional, de acompanhar-vos, de colaborar convosco, de realizar a síntese de vosso pensamento, e de responder pela execução das vossas decisões, no decurso das oito primeiras reuniões desta Assembléia Geral, da quais sete em sua seriação ordinária. E assim participei, assumindo uma responsabilidade que sempre temi fôsse superior às minhas forças, dessa vossa magnífica tarefa, de dar unidade e eficiência às atividades técnicas que realizam em todos os pontos do país, — e em todos os planos de govêrno, visando a todos os aspectos da vida nacional, — para mais de dois mil centros de trabalho que já ocupam perto de dez mil servidores.

Vejo, com regozijo profissional e júbilo patriótico, que o Conselho, em seu labor fecundo, não deixou que se esmorecesse o entusiasmo, nem a coragem cívica, nem a preocupação de bem servir à causa pública, nem a prudência nas deliberações sob cuja inspiração começou a agir desde aquêles dias, já bem distanciados no tempo, em que, celebrada a Convenção Nacional de Estatística a 11 de agosto de 1936, e ainda ao terminar aquêle ano, êste Plenário se reuniu pela primeira vez no Itamarati, enfrentando de ânimo resolutivo um empreendimento inédito no continente e que abriria rumos novos ao Brasil.

Sim, rumos novos. E não somente no que tange à estatística. Mas também nos domínios da geografia e da administração em geral, senão mesmo da própria ordem política brasileira. Afirmou-o, em assomo de insopitável entusiasmo, e numa antevisão admirável dos destinos dêste Instituto, o eminente intelectual argentino, Professor RICARDO LEVENE, logo depois que S. Excia. o Presidente GETÚLIO VARGAS acabou de assinar o Decreto-lei n.º 1 022, pelo qual ratificou *sur place* o Pacto Intergovernamental que se acabava de firmar, fazendo surgir o sistema estatístico-geográfico brasileiro.

Novo testemunho disto está, Senhores Conselheiros, no que realizastes, perfeitamente cõscios das responsabilidades que os nossos objetivos, a situação geral do país e as exigências da hora histórica que estamos vivendo, vos atribuíam de modo indeclinável.

Através dos relatórios que ouvistes e dos debates que em tórno dêles foram travados, passastes em revista tôdas as realizações da estatística brasileira a partir da sessão de 1945. E verificando o rumo certo que o Instituto vai seguindo, no desdobramento dos seus objetivos, fixastes o que deve ser prosseguido e desenvolvido, e os reajustamentos que a experiência das soluções previamente traçadas estava a indicar. Comprovastes especialmente a felicidade da solução cooperativista que, por iniciativa de S. Excia. o Presidente EURICO GASPAR DUTRA ainda quando Ministro da Guerra, os Convênios de Estatística Municipal trouxeram ao mais grave problema da estatística brasileira. Refiro-

* Discurso-relatório lido no encerramento da VII Sessão Ordinária da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, em julho de 1946

me à coleta de âmbito municipal, realizada de forma que, unificada e eficiente, sirva ao mesmo tempo, e em condições iguais, ao próprio município tanto quanto ao Estado e à União, atendendo, não só, às necessidades da administração civil, mas satisfazendo, também, as exigências da organização da segurança nacional.

A seguir, tendo em vista a lição dos fatos, a situação geral dos serviços, as advertências dos números que elaborais e analisais, bem assim os problemas desta hora trepidante que vive a Nação, definistes os vossos votos, propósitos, normas de ação, advertências e sugestões, que orientem, por um lado, a vida do Instituto no que concerne à estatística, mas, por outro lado, também ofereçam aos dirigentes do país um conjunto impressionante de fatos, de razões, de rumos possíveis. Objetivo que constitui, sem dúvida, o mais alto *desideratum* da instituição de que sois o cérebro, qual seja o de alertar a Nação diante das contingências que emergem de sua própria vida, dando-lhe o conhecimento seguro e documentado das possibilidades e necessidades a que lhe cumpre atender.

Mas, passemos revista, ainda que sob forma esquemática, ao que foi objeto de vossa deliberação, além dos votos congratulatórios com todos os Governos cuja atuação solidária se traduz nas próprias atividades do Conselho, e das palavras de estímulo às repartições que executam suas deliberações.

Pronunciamentos e visitas Devo referir em primeiro lugar os votos que homenageiam a memória de figuras beneméritas recentemente desaparecidas e cuja falta tivestes motivos para sentir de modo particular. Esse preito, referiu-se com justiça a ALBERTO COUTO FERNANDES, a MÁRIO LACERDA GORDILHO, a MANOEL RIBAS, a HIPÓLITO ALVES DE ARAÚJO, a FERNANDO COSTA, a ANTÔNIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA, a BARRETO FALCÃO, a MÁRIO BARBOSA CARNEIRO, a JOHN KEINES e a JOHN NORMANO.

Moções gratulatórias também formulou o Conselho a JUAREZ TÁVORA, o organizador do projeto do Instituto, bem como a LUÍS SIMÕES LOPES, a JOÃO CARLOS VITAL, a JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, a LÉO D'AFFONSECA, a MANOEL RIBEIRO ESPÍNDOLA e a todos os signatários da Convenção Nacional de Estatística, por motivo do decênio decorrido a partir da sua assinatura, evento para o qual essas ilustres personalidades tanto concorreram.

Também congratulou-se o Conselho: com o Governo da Bahia, pela passagem de Dois de Julho, ao iniciar a Assembléia os seus trabalhos; com o Governo dos Estados Unidos, pela passagem da data magna daquela Nação irmã; com S. Excia. o Embaixador da França, no dia 14 de Julho; com o Senador PEDRO LUDOVICO, lembrando o grande feito do seu governo à testa dos destinos do Estado de Goiás — a fundação de Goiânia; com o Conselho Nacional de Geografia, pela feliz conclusão do novo cálculo da área territorial do Brasil; com o Dr. OTÁVIO LOBO, pela instalação do Instituto do Nordeste, em Fortaleza. Regozijou-se ainda a Assembléia pela realização do 1º Congresso Brasileiro dos Médicos Católicos.

Votos de reconhecimento formulou o Plenário: a S. Excia. o Sr. Prefeito do Distrito Federal, Dr. HILDEBRANDO DE GOIS, e ao ilustre representante dessa Unidade da Federação no Conselho, Dr. SÉRGIO MAGALHÃES, pela homenagem de que foi objeto o Instituto, sob a presidência do Professor ERNANI CARDOSO, Secretário-Geral do Governo da Cidade. Outros votos dirigiram-se a S. Excia. o Interventor da Bahia, em virtude do aprêço manifestado pelo estudo que o Instituto divulgou sob o título *Problemas de Base do Brasil*; à Imprensa Brasileira, e especialmente ao *Jornal do Comércio*, pelo apoio que lhes tem merecido a causa da estatística brasileira, ao Sr. ANTÔNIO GUIA DE CERQUEIRA, pela cooperação que prestou ao Conselho, como representante dos órgãos filiados ao Instituto, na órbita federal; e ao Professor CARLOS DIEULEFAIT pela sua colaboração na REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA.

Tendo em vista sua destacada atuação, a Assembléa consignou um voto de apreço à Comissão Técnica de Estatística da Circulação, Distribuição e Consumo. E houve por bem, igualmente, louvar a Comissão Especial composta pelos servidores do Instituto, ARMANDO DUARTE RABELO, EDITE AZEVEDO e ANTÔNIO PAULINO LIMPO TEIXEIRA DE FREITAS, pelo trabalho que realizaram, possibilitando a aprovação do novo plano de coleta para a estatística do ensino primário; bem assim o Serviço de Divulgação, da Secretaria-Geral, pela feliz continuidade de suas publicações, e, em geral, todo o funcionalismo do Instituto

Ainda entendeu o Plenário manifestar o seu aplauso: ao Governô da cidade, pela criação da Secretaria da Agricultura; a S. Excia., o Sr. Ministro da Educação e Saúde, pelas esclarecidas diretrizes da sua administração; ao ilustre jornalista RUBENS DO AMARAL, pela maneira brilhante por que justificou a mudança da Capital da República; e ao Coronel JANARY NUNES, Governador do Território do Amapá, pelas realizações do seu governô, referidas no Relatório oferecido à Assembléa.

A S. Excia. o Interventor em São Paulo, o Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, também exprimiu sua compreensão e solidariedade, a propósito dos recentes fatos relacionados com a colônia japonesa naquele Estado

Finalmente, quis a Assembléa relembrar, por expressivo voto, o alcance que logrou, em face da política de expansão da hinterlândia brasileira, a participação de todos os órgãos do Instituto no grande evento histórico que foi a inauguração de Goiânia e o seu Batismo Cultural, quando teve, a bem dizer, a paraninfar o ato, a geografia, a estatística e a educação.

A par dêses pronunciamentos, visitou o Conselho a S. Excia. o Chefe da Nação e ao ilustre Prefeito do Distrito Federal, exprimindo nessas visitas o seu reconhecimento pela confiança e apoio que as altas autoridades da República têm dispensado aos serviços estatísticos da Nação Brasileira. Voltando-se para o Conselho irmão, com o qual divide suas responsabilidades, o Plenário, levado por sentimentos de admiração e reconhecimento, manifestou aos valorosos labutadores da ala geográfica do Instituto, todo o seu apreço e solidariedade, na mais alta demonstração de cordial fraternidade que estava ao seu alcance. Fê-lo, não sômente focalizando as fecundas e desdobradas atividades através das quais o Conselho Nacional de Geografia tem servido ao país e trazido à estatística o mais prestimoso concurso, mas ainda homenageando-o na pessoa do seu ilustre Secretário-Geral, o Engenheiro CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO, o qual, por indicação vossa, ficou investido na representação dos dois Conselhos junto ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, surgido no Itamarati sob os auspícios da Fundação Rio Branco.

Essa confraternização, aliás, também teve uma nota social, expressa nas visitas trocadas entre os dois Conselhos, e na recepção que o Governô local ofereceu, no Parque da Cidade, ao Grande Plenário dos Colégios dirigentes do Instituto

As Resoluções votadas Passando à matéria deliberativa, cumpre aludir, em breve resenha, ao que se segue, além da indicação que deu origem ao Ato n.º 2, do Presidente, referente à economia interna do Conselho.

Foram apresentados 49 projetos de Resolução. Com a fusão de dois dêses, e por terem sido arquivados três outros, ficando o de n.º 30 para ser mais detidamente examinado na sessão de 1947, aprovaram-se 44 Resoluções.

Ficou recomendada, em três Resoluções, a colaboração do Instituto.

- a) nos estudos dos problemas dos Territórios,
- b) na realização dos Congressos Brasileiros de Estatística;
- c) no levantamento da renda nacional e da balança de pagamentos:

Traduzindo as oportunas sugestões e advertências que emergem das investigações estatísticas, foram elaboradas cinco Resoluções, que versaram sôbre:

- a) a política social de amparo à família;
- b) a política educacional, no campo do ensino primário;
- c) a multiplicação e a interiorização dos centros metropolitanos;
- d) o significado nacional da Rodovia Transbrasiliana e a urgência da sua conclusão;
- e) as atividades das Associações Rurais, visando ao fomento econômico direto e eficiente em cada município

O Conselho promoveu ou recomendou providências técnicas, administrativas ou publicitárias aos diferentes órgãos do Instituto, em dezesseis Resoluções. Esses atos disseram respeito:

- a) à elaboração das monografias estatístico-corográficas já previstas em Resoluções anteriores;
- b) à divulgação dos relatórios dos serviços estatísticos;
- c) à divulgação dos elementos cadastrais coletados nas campanhas estatísticas;
- d) às atividades das seções de estatística militar;
- e) aos livros de registro escolar e a novos questionários para o levantamento da estatística do ensino primário,
- f) à elaboração de ementários da legislação acerca da vida judiciária, administrativa e eclesiástica de cada município;
- g) à continuação e ampliação dos Inquéritos Econômicos, lançados na vigência do estado de guerra;
- h) ao levantamento da exportação intermunicipal;
- i) à organização de exposições de geografia e estatística,
- j) à cooperação efetiva dos órgãos responsáveis pelos informes destinados à estatística brasileira;
- l) ao preparo de plantas topográficas destinadas a servir de base a levantamentos estatísticos,
- m) ao lançamento das *Sinopses Municipais* e à publicação da *Revista dos Municípios*;
- n) à organização imediata do *Anuário da Legislação e Administração Municipal*;
- o) a um Convênio com o Instituto de Colonização Nacional;
- p) à inclusão de uma prova de estatística nos concursos para os cargos públicos;
- q) à mais ampla divulgação das principais Resoluções do Conselho

Em sete outras Resoluções foram tomadas medidas concernentes à economia interna do Instituto, focalizando os seguintes assuntos:

- a) o mandato das instituições filiadas ao Instituto nos órgãos deliberativos do Conselho,
- b) a ratificação das deliberações das Juntas Executivas do Conselho;
- c) o estágio de aperfeiçoamento e estudo para os servidores das repartições de estatística;
- d) o alvitre de transferirem-se os órgãos centrais de estatística (os federais e os regionais) à administração do Instituto,
- e) a criação do Serviço de Estatística dos Transportes, Comunicações e Obras Públicas, como órgão central de estatística do Ministério da Viação;
- f) a tomada de contas da administração financeira do Instituto.

Formulando conclusões ou sugestões, tendo em vista determinados estudos que foram julgados merecedores de especial atenção por parte dos estatísticos brasileiros, foram baixadas cinco Resoluções. Esses atos, acompanhados dos estudos a que se referem, abordaram os seguintes assuntos:

- a) a estatística do ensino primário no decênio 1932/1941;
- b) uma exposição da Secretaria-Geral do Instituto em que se focalizam a natureza, os fins e a situação atual da entidade;
- c) o *Plano de Ação Social* do Episcopado Brasileiro;
- d) as emendas constitucionais referentes à sistematização nacional da divisão administrativa e judiciária, à permissão para que se venham a criar novos centros metropolitanos nos Estados, como sedes de Uniãos Municipais, e à expressa admissão dos sistemas nacionais de serviços públicos, baseados na cooperação intergovernamental;
- e) princípios e diretivas da política econômica e financeira, elaborados pelo diretor do Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

Por fim, destinou o Conselho oito Resoluções à afirmação, em forma explícita e fundamentada, do seu apoio, agradecimento ou aplauso. Essas manifestações se dirigiram:

- a) ao Conselho Nacional de Geografia, tendo em vista toda a sua obra;
- b) ao Instituto Internacional de Estatística, pelo reinício de suas atividades;
- c) ao movimento que visa à revitalização dos municípios,
- d) à Confederação das Associações Comerciais, a propósito de algumas diretivas da política econômica;
- e) à Sociedade Brasileira de Estatística, pela sua atuação em prol da cultura estatística brasileira,
- f) ao Instituto Interamericano de Estatística, assegurando, principalmente, a colaboração do Conselho no estudo do Censo Continental de 1950;
- g) a S. Excia. o Chefe do Governo, pelo interesse que lhe têm merecido os serviços estatísticos brasileiros e em particular pela sua decisiva atuação em prol dos Convênios de Estatística Municipal;
- h) a diversas outras entidades

Atividades culturais Cumpre registrar, agora, a parte cultural dos trabalhos do Conselho.

Merece referida, em primeiro lugar, a reunião da Assembléia Geral da Sociedade Brasileira de Estatística. É realizada com a participação dos titulares do Conselho, pois esse Colégio patrocina as atividades daquele sodalício, ora sob a Presidência do Sr. VALENTIM BOUÇAS, um devotado labutador em prol do progresso da estatística brasileira. A Sociedade é co-editora da REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, órgão do Instituto. Seus trabalhos são a bem dizer um prolongamento, no campo científico e social, das atividades do Conselho Nacional de Estatística, e a sua Assembléia Geral, coincidindo com a reunião plenária anual do Conselho, constitui assim um acontecimento que enriquece os próprios anais do Instituto.

A outra parte do nosso programa cultural é constituída pelo Curso de Informações, cujas conferências, embora destinadas especialmente ao Plenário do Conselho, são lidas em sessões públicas, que constituem relevante contribuição ao aperfeiçoamento do funcionalismo da estatística e ao preparo da mentalidade pública para melhor receber e facilitar a atuação dos órgãos estatísticos executivos

O Curso de Informações ficou este ano a cargo dos ilustres técnicos, Professor WILLIAM G. MADOW, da Universidade de São Paulo, Professor JOSÉ CARNEIRO FELIPPE, Presidente da Comissão Censitária Nacional e Diretor do Serviço Nacional de Recenseamento, e Professor THOMAS N. E. GREVILLE, da Repartição do Censo, dos Estados Unidos, ora em missão científica no Brasil

O tema do Professor MADOW foi a teoria da amostragem, suas aplicações nos Estados Unidos e suas possibilidades no Brasil.

O Professor CARNEIRO FELIPPE discorreu sobre o Censo Continental de 1950, para a realização do qual se estão preparando todas as Nações Americanas,

segundo a orientação coordenadora do Instituto Interamericano de Estatística, e também sob os auspícios do Instituto Pan-Americano de Geografia e História e da própria União Pan-Americana

O Professor GREVILLE abordou aspectos da Bioestatística, referindo-se às condições dos registros demográficos nos Estados Unidos e no Brasil. O assunto foi de perfeita oportunidade, em face do interesse que o Conselho tem manifestado pela reforma do Registro Civil, de cuja eficiência depende fundamentalmente toda a estatística populacional brasileira.

Tomada de altura Parece-me justo e cabível, Senhores Conselheiros, nos de-
tenhamos agora, um momento, para uma tomada de altura.

O Instituto, não obstante a forma inédita de que se revestiu, tem sido bem compreendido — e por isso mesmo amparado — pelos nossos homens de governo, pela opinião pública e pelos seus próprios servidores. Graças a esse amparo, vai levando por diante vitoriosamente sua complexa, extensa e delicada tarefa, na execução de programas anuais que são, ao mesmo tempo, ousados e prudentes

Entretanto, fruto da incompreensão dos novos princípios de direito constitucional e administrativo que a Convenção Nacional de Estatística aplicou pela primeira vez no Brasil, ou do desconhecimento da atuação do Instituto e dos trabalhos que já elaborou e divulgou, algumas vozes severas ou suspicazes apreciaram injustamente a obra que corre sob vossa responsabilidade.

Assim, é oportuno que se mostre à Nação o que há de inexato em tais julgamentos.

Ouvimos, por vezes, que o advento do Instituto constituiu uma intervenção, indevida e prejudicial, do Governo da União, em detrimento da autonomia dos Estados e Municípios; que o Brasil ainda é um país sem estatísticas, ou que suas estatísticas, — que se supõem excessivamente atrasadas, — só têm valor histórico; que o sistema convencional sobre o qual repousa o Instituto falhou na prática, decorrendo daí que a situação brasileira em matéria de estatística, continua a mesma que era antes, sem compensar os gastos que ocasiona, nem oferecer a valia científica, social e política que devera demonstrar; que a estatística brasileira não tem projeção internacional

Haveria algum visado de verdade nessas afirmações? Deixemos que depõem os fatos

Intervenção federal A criação do Instituto reconheceu aos Estados, pela primeira vez, e de modo expresso, o direito e o dever de fazerem estatísticas. Mais. Firmou o princípio de que suas estatísticas precisariam ser válidas tanto quanto as federais.

Foi u'a Mesa Redonda a Convenção Nacional de Estatística. E Mesa Redonda também é a Assembléia Geral dos Conselhos que regem soberanamente o Instituto, conformemente aos preceitos convencionais e às leis da União, dos Estados e dos Municípios. As Secretarias-Gerais desses Conselhos agem com a autoridade que lhes delegaram as altas partes compactuantes da Convenção Nacional de Estatística, em virtude de um acôrdo político expressamente ratificado por atos legislativos. Não são, pois, essas Secretarias, repartições federais. E sua ação coordenadora e executiva se desenvolve na melhor harmonia com todos os órgãos federais, estaduais e municipais com elas articulados, paritariamente, na respectiva ala do sistema.

O fato do Instituto achar-se subordinado ao Presidente da República, não exprime subordinação ao Governo Federal, que viesse, assim, a eliminar inconstitucionalmente a autonomia das administrações regionais e locais. Tal subordinação, ao contrário, coloca o Instituto em contacto direto com o Chefe da Nação, na sua qualidade de dirigente supremo da administração brasileira. Por isso mesmo o Instituto, como entidade coletiva, está fora, mas no mesmo nível, dos quadros administrativos especificamente federais, estaduais ou muni-

cipais. E mantém harmonioso relacionamento, adequado aos seus fins de coordenação e suplementação, quer com a administração federal, quer com as administrações regionais e locais. Quando o Instituto assume a responsabilidade de dirigir órgãos de qualquer das esferas administrativas, assim procede em virtude da própria autoridade do governo respectivo, do qual é delegatário. Mas essa delegação, que já tomou um caráter sistemático em relação aos municípios, — e ainda aqui por força convencional, assinale-se — apenas entrega ao Instituto a direção do órgão da “estatística geral”, no âmbito municipal, a fim de melhor adequá-lo às suas finalidades fundamentais na economia da grande vida nacional. Mas sem que, sequer, fiquem os municípios inibidos de criar e manter quantos órgãos especializados, de estatística dos serviços administrativos, entendam possuir.

Logo, em vez de haver qualquer visio de procedência na alegada intervenção federal nos sistemas estatísticos regionais e locais, o que houve apenas — e o que apenas há — é o auxílio com que liberalmente os assiste a administração nacional, expresso em favores de toda sorte, tais como os da franquia postal-telegráfica, os das facilidades na utilização dos meios de transporte, a isenção de direitos para importação do que lhes fôr necessário, além de outras liberações tributárias. Isto tudo, porém, a mais do auxílio financeiro, mediante o qual não só são custeadas as Secretarias-Gerais dos Conselhos, que constituem órgãos comuns a todos os Governos, mas também são subvencionados os Estados com um milhão e cem mil cruzeiros anualmente. Sem contar o auxílio que foi dado — e ainda poderá ser dado — se necessário — às Agências Municipais, por não atingir a renda do “sêlo de estatística” a importância mínima prevista em lei.

Portanto, o Governo Federal não interfere de *forma alguma*, nos serviços estaduais e municipais de estatística, mas auxilia-os *de todas as formas possíveis*.

O Brasil, país sem estatísticas

Se o Brasil foi até há pouco um país, não diremos, sem estatísticas, — pois as teve desde o regime colonial, — mas de poucos e imperfeitos levantamentos numéricos,

já não o é, graças à atuação deste Conselho

Os cadastros, arrolamentos, inventários, prontuários, esquemas, avaliações e levantamentos, de que a vida do país necessita, estão lançados. Não são todos ainda perfeitos. Pois como tudo que é humano, tais serviços não poderiam ser improvisados, e hão de estar sujeitos a aperfeiçoamentos

O Conselho promoveu para isso a legislação necessária. Fixou normas técnicas e regulou a rápida divulgação dos resultados obtidos.

Os serviços geográficos foram organizados, não só por iniciativa, mas ainda segundo a experiência e com a colaboração deste Conselho, dando lugar à instituição da segunda ala do Instituto, tão bem orientada pelo Conselho Nacional de Geografia. E as beneméritas e vitoriosas campanhas do sistema geográfico brasileiro, hoje já bem conhecidas e apreciadas em todo o país, são também elementos que têm de figurar, de certo modo, no ativo das realizações do Conselho Nacional de Estatística.

Graças ainda aos esforços e à coordenação de recursos e atividades que o Conselho conseguiu estabelecer entre todas as órbitas administrativas com que se articula, foi feito o largo inventário do Recenseamento de 1940 — ao mesmo tempo demográfico, econômico e social — que tantos benefícios já trouxe ao país e cuja valia crescerá constantemente no futuro, à medida que o seu precioso acervo de dados fôr sendo analisado e divulgado

O Conselho ainda deu ou assegurou solução feliz, nas suas dificuldades fundamentais, a todos os grandes problemas do Brasil no campo estatístico. Aí estão, a comprovar a assertiva, os serviços em regular andamento, e já com revelações surpreendentes. Dizem respeito à produção extrativa, pecuária e agrícola; à organização e à produção fabril, em inquéritos anuais que valem por um recenseamento; ao movimento dos mercados, principalmente nas Capitais,

por meio de inquérito mensal de grande profundidade, a constituir a maior sondagem já efetuada, entre nós, de aspectos relevantíssimos da conjuntura econômica; à exportação e importação interestadual por vias interiores, completando o que antes se fazia apenas em relação ao comércio de cabotagem e internacional; à organização e ao movimento do ensino, em moldes e com um desenvolvimento não excedido mesmo nos países mais adiantados. Aí estão também todos os levantamentos que se referem à organização médico-sanitária; ao bem-estar social, especialmente no que concerne às condições dos agrupamentos urbanos; ao movimento trabalhista; à reorganização do registro civil e à criação de vários outros registros necessários à vida nacional; aos transportes e comunicações, principalmente no que toca aos aspectos, — antes quase não explorados, — das estradas de rodagem, dos veículos existentes e da rede telefônica. E aí está ainda o que tange ao custo da vida, aos preços correntes; e, também, à balança de pagamento e à renda nacional, setores em que estão empenhados os melhores esforços do Instituto.

Estatísticas de mero valor histórico Não prevalecem, tão pouco, as assertivas de que as séries estatísticas só têm valor histórico. As séries cronológicas, mesmo não atualizadas, em seus valores absolutos, oferecem sempre importância atual. Sabem-no todos os que conhecem os recursos da inferência estatística. Que seria das empresas de seguro, se precisassem de números atualizados sobre a mortalidade, de cada país, região, ou lugar, para instituir e fazer funcionar seus planos atuariais?

Mas a verdade é que as séries estatísticas brasileiras nem sequer estão mais atrasadas do que as séries congêneres da maioria das nações. Nem mesmo das nações mais adiantadas. Isto já foi provado em publicação recente. E se o *Anuário* que o Conselho edita está tão em dia quanto se poderia desejar, dadas as condições do país, por outro lado o *Boletim Estatístico*, também órgão do Conselho, divulga algumas centenas de séries estatísticas de perfeita atualidade. Abordam essas séries os assuntos de maior interesse, principalmente no terreno econômico, e mantêm os seus números em dia; e na maior parte dos casos com ritmo mensal. O próprio Recenseamento, cuja publicação se supõe geralmente muito retardada, já vem prestando há muito as informações que são de maior interesse para o público e para o Governo. Isto, não somente com a divulgação dos números absolutos, senão também em larga cópia de análises e estudos, que constituem iniciativa inédita na América.

Desvalia científica social e política da obra do Instituto E' outra increpação de todo descabida. Em primeiro lugar, não é comum aferir-se o cabimento ou utilidade das despesas com a estatística, por um padrão dessa ordem. As estatísticas se fazem a fim de dar a conhecer as condições existenciais do país. Os cientistas as buscam, sim, para utilizá-las ao sabor das suas indagações, e dão-lhes o valor que as suas pesquisas e descobertas vierem a ter. A vida social e a cultura popular subirão de nível se existirem boas estatísticas e se houver quem se interesse por elas e lhes aproveite os depoimentos. E à direção política da Nação é que compete procurar e fixar a solução melhor para movimentar os destinos do país, examinando, para êsse fim, e interpretando convenientemente os fatos que as mesmas exprimem de modo sintético. Não é, pois, aos órgãos estatísticos que cabe normalmente fazer ciência, educar ou melhorar a sociedade, e oferecer soluções políticas deduzidas das revelações dos números. Os cientistas, os educadores, as elites que dirigem a Nação e, sobretudo, os estadistas, é que devem tirar dos números aquelas variadas contribuições a que êles se prestam.

Aos órgãos estatísticos cumpre, a rigor, apenas a tarefa estatigráfica. Isto é, — repetimos — a representação apropriada das condições em que vive e se desenvolve o corpo social.

Ao Conselho Nacional de Estatística, pois, seria lícito invocar, no caso, uma declinatória, alegando, possivelmente, também, que os sistemas convencionais de natureza política, como acontece na ordem internacional, são difíceis de ajustar e conduzir, logo, de resultados demorados.

Mas, não é essa sua atitude. Porque o Conselho, fazendo “escola” nesse particular, como já lembrou ilustre intelectual hispano-americano, está certamente inspirado também pelo propósito de “contribuir para o desenvolvimento da ciência”, de “educar a Nação” para as pesquisas que lhe são necessárias, de participar dos esforços que visam a “melhorar a ordem social” e de colaborar na “orientação dos estadistas”, auxiliando-os a interpretar os números que apontem os rumos cabíveis, à luz da realidade nacional, para assegurar o equilíbrio, a harmonia, o dinamismo criador, a evolução pacífica, do organismo nacional.

Comprovam-no, no campo da ciência, as notáveis investigações do Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento, além de muitas contribuições divulgadas na REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA. No que toca à educação, o Conselho publica compêndios, organiza cursos, prepara e divulga uma bibliografia especializada, promove exposições, participa de congressos culturais. E é parte na propagação do Esperanto como idioma neutro auxiliar, colaborando, além disso, com numerosas associações culturais, científicas e de ação social.

Finalmente, quanto à orientação política, aí está o que já se vem chamando o “Ideário Cívico” do I. B. G. E., em grande parte de iniciativa deste Conselho, onde se propugnam as grandes linhas, baseadas no conhecimento da vida brasileira, de uma corajosa política de renovação e reconstrução do país, obediente às tradições nacionais, e sempre pacífica e harmoniosa nos processos. Política também inspirada nos grandes anseios de justiça social que enchem o mundo de angústia e sofrimento, porque ainda não encontraram aquelas fórmulas de realização inspiradas no amor e na tolerância, que não no ódio e na intransigência. Fórmulas de paz, de ordem e de equidade, tendentes a expandir-se evolutivamente, para felicidade de todos, e não a deflagrar revoluções que sacrificarão a maioria e deixarão de si a eiva maldita da violência, que não soube ser a força equilibrada e equânime da justiça e da razão. Abram-se os volumes das Resoluções deste Conselho, leiam-se as páginas de *Os problemas de base do Brasil*, revejam-se os relatórios da Presidência do Instituto, e aí se verá documentado o que acaba de ser afirmado. Encontrar-se-ão, nessas fontes, as sugestões, que já prevalecem, sobre a sistematização da divisão administrativa e judiciária. Ver-se-á apontada a revisão do quadro político da Federação, com a mudança da Capital da República para o Planalto Central. Depurar-se-á o delineamento das “União Municipais”, que o Conselho sugere expressamente em uma das suas deliberações deste ano. Obter-se-á a antevisão da obra magnífica que terão a seu cargo as Colônias-Escolas e o Exército do Trabalho. Compreender-se-á a necessidade e o alcance do grande eixo rodoviário que se destina a ser a Transbrasiliana. E ainda a urgência do fomento econômico dos Municípios, o modo de promovê-lo, e como revitalizar as finanças municipais. Também se encontrarão os fundamentos de uma política social avançada, que se fortalecerá com as medidas sugeridas relativamente à multiplicação dos centros metropolitanos, ao sistema dos serviços sanitários, e à regeneração e à gratuidade assistencial da educação popular. Serão vistos, outrossim, lineamentos para a instituição de outros grandes sistemas intergovernamentais, destinados a resolver os problemas comuns às três órbitas do Poder Público, entre eles o da melhoria da arrecadação tributária. E ler-se-ão páginas dignas de meditação sobre a garantia da unidade do idioma nacional; sobre a racionalização estrutural do aparelho administrativo federal, onde se devem firmar os padrões a serem adotados em seguida pelos Estados e Municípios.

Que dizer-se de tudo isso, em boa justiça?

Falta de projeção internacional da estatística brasileira

E' outra alegação sem qualquer fundamento. O Instituto fornece a todos os órgãos que divulgam estatísticas internacionais, os elementos que lhe são pedidos em relação ao país, colocando o Brasil, nesse particular, em excelente situação. As nossas publicações estatísticas e geográficas são enviadas aos grandes centros técnicos e universitários do mundo. O sistema estatístico-geográfico brasileiro coopera com o Instituto Internacional de Estatística, com o Instituto Interamericano de Estatística, com o Instituto Pan-Americano de Geografia e História, e inúmeras outras entidades de âmbito internacional, onde sua atuação tem sido enaltecida e onde sua influência direta tem sido mesmo desejada e insistentemente solicitada. O esquema estrutural do Instituto já foi examinado com interesse em vários cenáculos científicos e políticos. E já foi apontado como digno de servir de modelo a países de situação análoga à do Brasil. E — não resta dúvida — nossas principais diretivas e nossas soluções estão encontrando acolhida e consagração em mais de um país americano.

Seria essa a fôlha de serviços de uma instituição inoperante, ou que não houvesse correspondido aos seus fins, quanto à projeção internacional?

Diante de tudo isso, Senhores Conselheiros, que alcance real teriam as alegações apontadas? A improcedência é patente. Parece-me claro que só voltarão a formulá-las os que ainda não conhecerem os resultados que obtivemos. Ou, então, aquêles que, conhecendo-os, tenham no espírito idéias preconcebidas talvez momentaneamente divorciadas de um julgamento imparcial. Mas o tempo se encarregará de fazer prevalecer a justiça e a verdade. Essa grande obra está em marcha. E se não fôsse combatida, é porque não possuiria o largo sentido nacional nem a força renovadora que se destina a ter. Ela prosseguirá como fator já agora relevante — e indispensável — da cultura, do progresso e da felicidade do Brasil.

O Conselho cumpriu e está cumprindo sua bela e difícil missão. E o Instituto vai correspondendo à expectativa do Brasil.

Conclusão Prezados Amigos e Companheiros desta longa e áspera jornada em que estamos empenhados há já longos dez anos. Agora, quero pedir-vos vênha para formular alguns agradecimentos.

Agradeço a todos vós a colaboração e a benevolência com que supristes as deficiências do Secretário-Geral. Agradeço, por vosso intermédio, a todos os órgãos executivos do Instituto, de que sois os mais altos chefes, ou os seus representantes, a cooperação prestada aos trabalhos estatísticos sob minha direção.

Formulo ainda as expressões do meu especial reconhecimento àqueles que comigo têm compartilhado as maiores responsabilidades do Instituto: os Colegas da Junta Central, o Dr. HEITOR BRACET, o Engenheiro CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO e o Professor JOSÉ CARNEIRO FELIPPE.

Mas, na quase certeza de que me seja a última oportunidade de falar perante os órgãos supremos do Instituto — o Conselho Nacional de Estatística e o Conselho Nacional de Geografia, reunidos nesse Magno Plenário, quero que as minhas palavras finais sirvam para traduzir a minha comovida gratidão àquela nobre figura de homem público, a quem a Providência Divina me permitiu ver entregue a realização do maior ideal da minha vida — a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Refiro-me, já o sabeis, ao estadista, ao chefe, ao diplomata, que, pela sua sabedoria, prestígio e tato, deu vida, grandeza e perenidade, a tudo quanto vivia sonhando o meu entusiasmo profissional, na impotência dos meus recursos de obscuro funcionário e cidadão humilde. Fique, pois, no final dêste relatório, o testemunho do meu imperecível reconhecimento àquele a quem tudo deve êste Conselho. E a JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, sempre generoso e desprendido, benevolente e compreensivo, possam as realizações dêste Instituto compensar todo o esforço que lhe dedicou, propugnando, por meio dêle, êste alevantado e nobilíssimo ideal — o perfeito conhecimento da nossa Terra e da nossa Gente.

VIRGÍLIO GUALBERTO

(Do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

SÔBRE O CONSUMO DE ALGUNS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

QUALQUER política de melhoria do padrão alimentar da população brasileira, ou mesmo qualquer plano eventual de abastecimento de gêneros alimentícios às diversas regiões do país, precisa de um elemento estatístico básico: o consumo por habitante, quer aquêlê que expresse quantidades atualmente consumidas, quer o que determine o necessário para que a população local passe a usufruir melhores condições alimentares.

A ausência de pesquisas sistemáticas sôbre o padrão alimentar vigente nas diversas regiões do país — reputado unânime e mente pelos nutricionistas como insuficiente na quantidade e incompleto na qualidade — levou-nos, em trabalho elaborado para a Comissão Organizadora do Instituto dos Serviços Sociais do Brasil, a suprir a lacuna de modo indireto, balanceando os resultados estatísticos já conhecidos com suficiente rigor, da produção e da circulação, para daí derivar, em números

ainda de larga aproximação mas bastantes, ao nosso ver, para algumas conclusões de ordem geral, as quantidades consumidas pela população brasileira. Obtivemos, destarte, o consumo que em estatística se denomina de "consumo aparente", para diferenciar do "consumo real", cuja técnica de levantamento se caracteriza pela pesquisa direta das quantidades consumidas em cada família em determinado período de observação. Se o segundo caso pode oferecer cifras rigorosamente satisfatórias para determinação do regime dietético de uma população, nem por isso o "consumo aparente" deixa de ser expressivo se apenas desejarmos, como em nosso caso, estimar quantidades consumidas para daí determinar quantidades que supram as neces-

ANTIGO Diretor do Departamento Estadual de Estatística de Santa Catarina, e, posteriormente, chefe de seção do Serviço de Estatística do Departamento Nacional do Café, o Sr. VIRGÍLIO GUALBERTO se tem dedicado ao estudo dos fenômenos econômicos e sociais do país, procurando conhecê-los e interpretá-los à luz do método estatístico. Muito útil foi, neste sentido, a sua colaboração à Comissão Organizadora do Instituto de Serviços Sociais do Brasil, orientando o preparo de vasto material estatístico, destinado ao estudo das condições nacionais, a que procedeu aquela comissão.

Como contribuição do I S S. B. aos trabalhos que vem realizando a Comissão de Investigação Econômica e Social da Assembléia Nacional Constituinte, coube ao Sr. VIRGÍLIO GUALBERTO elaborar excelente estudo acêrca dos principais gêneros alimentícios, no que se refere ao seu consumo e participação no regime alimentar brasileiro.

Trata-se de pesquisa que, na espécie, ainda não se fez no Brasil, esta, acêrca dos principais gêneros de primeira necessidade para consumo da população. Com efeito, não são conhecidos trabalhos desta natureza, especialmente baseados, como o do Sr. VIRGÍLIO GUALBERTO, em material estatístico, para fixar a participação quantitativa e qualitativa de alguns gêneros na dieta das populações. Daí não apenas a sua originalidade, mas, igualmente, a sua importância na hora atual, quando assumem o maior relêvo os problemas ligados à alimentação do povo. E porque o método estatístico foi utilizado nesta pesquisa em excelentes condições, é oportuno salientar a sua valia, quando manejado para estudos dessa ordem.

Ao divulgar o trabalho do Sr. VIRGÍLIO GUALBERTO, estamos certos do interesse que êle despertará, quer entre estatísticos, quer entre nutricionistas, quer ainda entre os estudiosos dos problemas econômicos e sociais do Brasil. Cumpre referir que o estudo é dedicado, pelo autor, ao Sr. JOÃO CARLOS VITAL, que, nas suas próprias palavras, "presidindo a Comissão Organizadora do I S S B, soube possibilitar algumas pesquisas estatísticas de alto interesse para a Nação".

sidades atuais de uma população geral.

Embora, pois, as conclusões a que chegamos, pouco ou quase nada indiquem sôbre o regime alimentar do país, por que nada informam sôbre alimen-

tos que a população consome mas que ainda não são objeto dos nossos levantamentos estatísticos (peixe, leite, carnes de aves e de caça, frutas silvestres, legumes e verduras, etc.), são elas valiosas porque indicam a participação quantitativa e qualitativa de 13 dos gêneros que são mais largamente consumidos no país

Tais foram os resultados obtidos no trabalho elaborado para a Comissão Organizadora do Instituto dos Serviços Sociais do Brasil a que nos referimos. Os gêneros foram agora classificados segundo a lista-tipo de alimentos do "Bureau International du Travail".

TABELA I

Principais gêneros alimentícios

Consumo aparente "per-capita" — 1942

ESPECIFICAÇÃO	CONSUMO EM QUILOS					
	Norte	Nordeste	Este	Sul	Centro Oeste	Brasil
I — Pão e cereais	63 5	64 0	68 4	94 8	106 9	76 6
Arroz	8 9	7 9	25 0	43 4	66 5	27 3
Farinha de trigo	11 9	9 2	16 5	43 5	6 9	22 8
Farinha de mandioca	42 7	46 9	26 9	7 9	33 5	26 5
II — Carne e peixe	14 3	13 5	21 2	27 0	15 2	20 7
Carne	14 3	13 5	21 2	27 0	15 2	20 7
III — Graxas e óleos	1 1	0 3	1 6	2 9	1 0	1 6
Banha	1 1	0 3	1 6	2 9	1 0	1 6
IV — Leite e derivados	0 7	0 2	0 7	0 5	0 4	0 5
Manteiga	0 7	0 2	0 7	0 5	0 4	0 5
V — Legumes e frutas	31 4	35 5	108 5	111 9	95 6	90 3
Batata	1 2	1 3	6 6	19 5	8 5	9 2
Banana	22 1	17 9	48 7	27 8	55 6	35 6
Feijão	6 0	11 8	21 9	18 2	25 5	17 8
Laranja	2 1	4 5	31 3	46 4	6 0	27 7
VI — Alimentos vários	16 5	22 4	28 8	35 9	23 9	28 9
Açúcar	15 5	15 4	18 8	32 9	12 8	22 1
Rapadura	0 4	6 8	8 2	1 0	2 2	5 1
Cebola	0 6	0 2	1 8	2 0	8 9	1 7

Para verificar o valor alimentício das quantidades com que esses gêneros participam na alimentação regional, adotamos a tabela de conversão abaixo, em que estão indicadas calorias e proteínas por 100 gramas do respectivo gênero.

TABELA II

Valor alimentício, por 100 gramas, de alguns gêneros

GÊNERO	Calorias	Proteínas	GÊNERO	Calorias	Proteínas
Arroz	360,0	8,24	Açúcar	405,5	—
Banana	128,5	1,30	Rapadura	410,0	—
Batata	78,5	1,80	Banha	910,0	—
Cebola	20,5	1,30	Carne	144,5	20,50
Feijão	322,5	23,80	Farinha de mandioca	341,6	13,20
Laranja	47,6	0,80	Farinha de trigo.	260,2	7,50
			Manteiga	760,0	0,50

Baseados nessa tabela de conversão e nos resultados anteriormente expostos das quantidades consumidas, podemos agora determinar a importância alimentar dos gêneros que vimos estudando.

É o que consta da seguinte tabela, cujas quantidades, derivadas da tabela original, expressam o consumo diário da população regional e indicam as calorias e proteínas com que cada alimento participa da respectiva ração diária.

TABELA III
Consumo médio diário da população brasileira, segundo as Regiões Fisiográficas

1. Regiões Norte, Nordeste e Este

GÊNEROS	CONSUMO								
	NORTE			NORDESTE			ESTE		
	Em gramas	Calorias	Proteínas	Em gramas	Calorias	Proteínas	Em gramas	Calorias	Proteínas
I — Pão e cereais:									
Arroz	24,4	86,4	1,98	21,6	77,8	1,78	68,5	246,6	5,64
Farinha de trigo	32,6	84,8	2,4	25,2	65,6	1,89	45,2	117,6	3,39
Farinha de mandioca	117,2	400,4	15,5	128,5	439,0	16,96	73,7	251,8	9,73
II — Carne e peixe:									
Carne	39,2	56,6	8,0	37,0	53,5	7,59	58,1	84,0	11,91
III — Graxas e óleos:									
Banha	3,0	27,3	—	0,8	7,3	—	4,4	40,0	—
IV — Leite e derivados									
Manteiga	1,9	14,4	0,01	0,5	3,8	0,003	1,9	14,4	0,01
V — Legumes e frutas:									
Batata	3,3	2,6	0,06	3,6	2,8	0,06	18,1	14,2	0,33
Banana	60,5	77,7	0,78	49,0	63,0	0,64	133,4	171,4	1,73
Feijão	16,4	52,9	3,90	32,3	104,2	7,69	60,0	193,5	14,28
Laranja	5,8	2,8	0,01	12,3	5,9	0,09	85,8	40,8	0,68
VI — Alimentos vários:									
Açúcar	42,5	172,3	—	42,2	171,1	—	51,5	208,8	—
Rapadura	1,1	4,5	—	18,6	76,3	—	22,5	92,3	—
Cebola	1,6	0,3	0,02	0,5	0,1	0,01	4,9	1,0	0,06
TOTAL	349,5	983,0	—	372,1	1070,4	—	628,0	1476,4	—

TABELA IV

Consumo médio diário da população brasileira, segundo as Regiões Fisiográficas

2. Regiões Sul, Centro-Oeste e média geral do Brasil

GÊNEROS	CONSUMO								
	SUL			CENTRO-OESTE			BRASIL		
	Em gramas	Calorias	Proteínas	Em gramas	Calorias	Proteínas	Em gramas	Calorias	Proteínas
I — Pão e cereais:									
Arroz	118,9	428,0	9,80	182,2	655,9	15,01	74,8	269,3	6,16
Faíinha de trigo	119,2	310,2	8,94	18,9	49,2	1,42	62,5	162,6	4,69
Faíinha de mandioca	21,6	73,8	2,85	91,8	313,6	12,12	72,6	248,0	9,58
II — Carne e peixe:									
Carnes	74,0	106,9	15,17	41,6	60,1	8,53	56,7	81,9	11,62
III — Graxas e óleos:									
Banha	7,9	71,9	—	2,7	24,6	—	4,4	40,0	—
IV — Leite e derivados:									
Manteiga	1,4	10,6	0,01	1,1	8,4	0,01	1,4	10,6	0,01
V — Legumes e frutas:									
Batata	53,4	41,9	0,96	23,3	18,3	0,42	25,2	19,8	0,45
Banana	76,2	97,9	1,00	152,3	195,7	1,98	97,5	125,3	1,27
Feijão	49,9	160,9	11,88	69,9	225,4	16,64	48,8	157,4	11,61
Laranja	127,1	60,5	1,01	16,4	7,8	0,01	75,9	36,1	0,6
VI — Alimentos vários:									
Açúcar	90,1	365,4	—	35,1	142,3	—	60,5	245,3	—
Rapaduna	2,7	11,1	—	6,0	24,6	—	14,0	57,4	—
Cebola	5,5	1,1	0,07	24,4	5,0	0,32	4,7	1,0	0,06
TOTAL	747,9	1740,2	—	665,7	1730,9	—	599,0	1454,7	—

A importância dos gêneros que vimos estudando na alimentação do país, torna-se evidente quando sabemos que eles contribuem, diariamente, com as seguintes quantidades calóricas médias nas diversas regiões fisiográficas: 983, ao norte; 1 740, ao sul; 1 070, no nordeste; 1 476 ao este e 1 731 no centro-oeste, ou seja em média geral para o Brasil, com 1 455 calorias.

Claro é que a contribuição calórica desses alimentos ficaria melhor patenteada, se conhecêssemos o total de calorias consumidas por habitante-dia em cada uma dessas regiões. Infelizmente, esbarramos aqui com outra lacuna, cujo suprimento não nos é possível efetivar no momento.

Entretanto, e a título meramente comparativo, uma vez que a formulação de uma idéia nos parece de importância fundamental, tentamos fixar, se não quantidades reais de consumo, pelo menos médias teóricas do consumo calórico em cada região.

Conhecida a população em 1.º de setembro de 1940, por idade, procuramos atualizar as cifras para 1946, admitindo que nenhuma alteração, muito provável, aliás, tivesse ocorrido na discriminação das idades nesses seis últimos anos. E os resultados figuram na seguinte tabela:

TABELA V

População do Brasil por grupos de idade — 1946

IDADE	POPULAÇÃO EM MILHARES DE HABITANTES					
	Norte	Nordeste	Este	Sul	Centro Oeste	Brasil
Menos de 1 ano	56,1	392,4	534,1	486,4	47,5	1 516,5
De 1 ano	50,6	327,8	493,8	421,2	43,8	1 337,2
» 2 e 3 anos	102,9	744,7	1 080,4	858,4	91,8	2 878,2
» 4 » 5 »	96,4	695,6	1 026,1	835,2	86,1	2 739,4
» 6 » 7 »	93,4	624,3	992,8	800,5	80,7	2 591,7
» 8 » 9 »	88,0	574,1	929,8	764,3	75,1	2 431,3
» 10 » 11 »	88,9	604,2	929,8	767,2	73,0	2 463,1
» 12 » 13 »	84,5	575,2	887,8	731,0	64,9	2 343,4
» 14 » 15 »	75,2	547,4	812,5	673,1	60,0	2 168,2
Adultos	934,5	6 062,3	9 823,3	8 138,1	772,8	25 731,0
TOTAL	1 670,5	11 148,0	17 510,4	14 475,4	1 395,7	46 200,0

Estribados na escala internacional de necessidades em calorias, conhecida sob a denominação de "Standard de Londres", procuramos fixar as necessidades calóricas médias para o Brasil, sem distinguir variações regionais, mas apenas a composição por idade de sua população.

Segundo essa escala, a base de cálculo para determinar as necessidades calóricas nas diversas idades, é o adulto, homem ou mulher, que viva em condições normais, em clima temperado, e não se dedique a trabalhos que exijam esforço muscular. As necessidades de um adulto em tais condições ficariam atendidas com 2 400 calorias por dia.

Partindo dessa unidade padrão, a tabela estabelece coeficientes para determinação das energias necessárias às idades inferiores e especifica calorias suplementares para o trabalho segundo grau de esforços musculares (ligeiro, mediano, intenso e muito intenso).

Procurando aplicar a tabela ao caso nacional, tivemos que tomar um padrão, para homem adulto, mais ou menos arbitrário.

As 2 400 calorias do padrão teórico, acrescentamos mais 600 destinadas a atender a um esforço muscular ligeiro, mínimo, sem dúvida, para compensar o desgaste das 8 horas de trabalho da maioria das atividades profissionais, mas possivelmente satisfatórias, se atentarmos em que as 2.400 calorias do padrão deveriam ficar aqui reduzidas em virtude de condições climáticas menos exigentes.

Aplicando-se os coeficientes recomendados pelo "Standard de Londres", as necessidades calóricas nas diversas idades ficariam assim atendidas no Brasil:

TABELA VI

Necessidades calóricas da população brasileira, por idade

IDADE	Coefficiente	Calorias	IDADE	Coefficiente	Calorias
Menos de 1 ano	(1)	600	De 8 e 9 anos	0,70	2 100
De 1 ano	0,35	1 050	» 10 » 11 »	0,80	2 400
» 2 e 3 anos	0,42	1 260	» 12 » 13 »	0,90	2 700
» 4 » 5 »	0,50	1 500	» 14 » 15 »	1,00	3 000
» 6 » 7 »	0,60	1 800	Adultos	1,00	3 000

(1) 100 calorias por quilo de peso.

De posse, assim, de uma escala de calorias para a população brasileira, e tendo em vista a sua composição por idade exposta na tabela anterior, calculamos o total de calorias necessárias para atender cada grupo de idade, cuja soma, dividida pela população, determina, em termos médios, o consumo ideal por habitante das calorias necessárias a uma alimentação quantitativamente suficiente.

TABELA VII

Calorias necessárias à alimentação nacional, por dia e por grupos de idade — 1946

IDADE	CALORIAS EM MILHÕES DE UNIDADES					
	Norte	Nordeste	Este	Sul	Centro Oeste	Brasil
Menos de 1 ano	33,7	235,4	320,4	291,8	28,5	909,8
De 1 ano	53,1	344,1	518,5	442,3	46,0	1 404,0
» 2 e 3 anos	129,7	938,3	1 361,3	1 081,6	115,7	3 626,6
» 4 » 5 »	144,6	1 043,5	1 539,1	1 252,8	129,2	4 109,2
» 6 » 7 »	168,1	1 123,7	1 787,1	1 441,0	145,2	4 665,1
» 8 » 9 »	184,9	1 205,7	1 952,6	1 605,0	157,7	5 105,9
» 10 » 11 »	213,3	1 450,1	2 231,5	1 841,3	175,2	5 911,4
» 12 » 13 »	228,2	1 553,2	2 397,0	1 974,0	175,2	6 327,6
» 14 » 15 »	225,5	1 642,1	2 437,4	2 019,3	180,0	6 504,3
Adultos	2 803,4	18 187,0	29 469,9	24 414,6	2 318,4	77 193,3
Total	4 184,5	27 723,1	44 014,8	36 363,7	3 471,1	115 757,2
Unidade por habitante	2 500	2 480	2 510	2 510	2 480	2 500

Tais cifras, porque devidamente compensadas pela diferenciação das idades, são agora perfeitamente comparáveis às médias que figuram nas tabelas III e IV.

E, assim, verificamos que os 13 gêneros estudados atendem nas proporções abaixo às necessidades fisiológicas da nossa população:

TABELA VIII

Contribuição calórica dos 13 alimentos às necessidades do país

REGIÃO FISOGRÁFICA	NÚMERO DE UNIDADES CALÓRICAS Médias			Contribuição dos 13 alimentos %
	Dos 13 alimentos	Necessárias	Diferença	
Norte	983,0	2 500,0	1 517,0	39,32
Nordeste	1 070,4	2 480,0	1 409,6	43,15
Este	1 476,4	2 510,0	1 033,6	58,82
Sul	1 740,2	2 510,0	769,8	69,33
Centro-Oeste	1 730,9	2 480,0	749,1	69,79
BRASIL	1 451,7	2 500,0	1 048,3	58,27

Não se deve julgar que as diferenças acima apontadas representem “deficit” alimentar, pois os 13 produtos investigados não são os únicos consumidos. É possível — mas não provável, segundo acreditam os nutricionistas — que o ideal calórico seja atingido com a ingestão de outros alimentos não pesqui-

sados em nosso trabalho, mas as diferenças refletem a importância que assumem êsses produtos na alimentação brasileira, para a qual já contribuem com 58, 27% de suas necessidades fisiológicas.

Verificada, destarte, a contribuição dêsses 13 produtos para a alimentação nacional, bem como sua distribuição regional, e acreditando, como acreditam todos os que se dedicaram ao estudo do assunto, que a população brasileira é quantitativamente subnutrida, outra não há de ser nossa preocupação senão fomentar o aumento do consumo nas várias regiões

Um exame, ligeiro mesmo, dos resultados expostos nas tabelas III e IV permite verificar que os gêneros de nosso estudo não são uniformemente consumidos em tôdas as regiões, mas variam desde um regime quase "mono-calórico" ao norte, onde a farinha da mandioca é o alimento absolutamente principal, até uma dieta mais harmônica no sul, em que o arroz, o açúcar, a farinha de trigo, o feijão e a carne contribuem com quantidades bem expressivas.

Eis por que, ao calcularmos as quantidades necessárias ao abastecimento do país, em 1946, aventamos duas hipóteses, as quais, submetidas à consideração da sub-comissão de alimentação, da Comissão de Investigação da Assembléia, foram por ela aprovadas.

Pela primeira, denominada hipótese A, nenhuma alteração no consumo individual foi introduzida. Os cálculos exprimem, pois, as atuais necessidades do país em gêneros alimentícios, desde que o consumo "per capita" se mantenha igual ao de 1942, embora reconhecido deficiente

A hipótese B, porém, tenta melhorar as condições alimentares, senão de todo o país, pelo menos de quatro de suas cinco regiões. E foi exatamente atendendo para os resultados estatísticos conseguidos, que fomos buscar a fórmula prática em que ela está calcada.

Segundo exprimem as cifras das tabelas III e IV, em acôrdo com as observações geralmente aceitas, é a região sul (composta dos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), aquela em que os habitantes melhor se alimentam. Pensamos, por isso, que ela poderia, em uma primeira etapa de trabalho, no sentido de uma real melhoria do padrão alimentar nacional, servir de modelo para as outras regiões.

Tomando em consideração, porém, as profundas divergências entre os hábitos alimentares dessa região e os das regiões norte e nordeste, pareceu-nos prudente aplicar para estas duas últimas as expressões médias verificadas para o país todo, utilizando-se as médias do sul para as outras duas (este e centro-oste), em que a diferenciação alimentar se não faz tão intensamente.

Destarte, a participação calórica dêsses 13 principais gêneros nas diversas regiões será melhorada da forma seguinte:

TABELA IX

Confronto do total de calorias fornecidas pelos 13 alimentos de acôrdo com o consumo sugerido nas hipóteses A e B

REGIÕES	CALORIAS		DIFERENÇA (B-A)	
	Hipótese A	Hipótese B	Absoluta	Relativa %
Norte	983,0	1 454,7	+ 471,7	+ 48,2
Nordeste	1 070,4	1 454,7	+ 384,3	+ 36,1
Este	1 476,4	1 740,2	+ 263,8	+ 17,9
Sul	1 740,2	1 740,2	—	—
Centro-Oeste	1 730,9	1 740 2	+ 10,3	+ 0,53
BRASIL	1 455,7	1 640,6	+ 184,9	+ 12,6

Como pode observar-se na tabela a seguir, a distribuição das fontes calóricas melhora sensivelmente com a hipótese B sugerida, reduzindo os alimentos absorvidos em excesso, e ampliando o consumo dos que ainda contribuem em pequena escala.

TABELA X

Valor calórico de 6 gêneros, segundo as quantidades consumidas

GÊNERO	NORTE		NORDESTE		ESTE		CENTRO-OESTE	
	Hipótese A	Hipótese B	Hipótese A	Hipótese B	Hipótese A	Hipótese B	Hipótese A	Hipótese B
Arroz	86,4	269,3	77,8	269,3	264,6	428,0	655,9	428,0
Feijão	52,9	157,4	104,2	157,4	193,5	160,9	225,4	160,9
Açúcar	172,3	245,3	171,1	245,3	208,8	365,4	142,3	365,4
Carnes	56,6	81,9	53,5	81,9	84,0	106,9	60,1	106,4
Farinha de trigo	84,8	162,6	65,6	162,6	117,6	310,2	49,2	310,2
F mandioca	400,8	248,0	439,0	248,0	251,8	73,8	313,6	73,8
TOTAL	853,8	1 164,5	911,2	1 164,5	1 120,3	1 445,2	1 446,5	1 444,7

Admitindo-se que os valores estabelecidos na tabela VIII sejam suficientes para a alimentação da população brasileira, a participação dos 13 gêneros seria a seguinte, conforme as duas hipóteses

TABELA XI

Participação calórica de 13 gêneros, segundo as hipóteses formuladas

REGIÕES	Calorias necessárias	CALORIAS		PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)	
		Hipótese A	Hipótese B	Hipótese A	Hipótese B
Norte	2 500,0	983,0	1 454,7	39,32	58,27
Nordeste	2 480,0	1 070,4	1 454,7	43,15	58,74
Este	2 510,0	1 476,4	1 740,2	58,82	69,33
Sul	2 510,0	1 740,2	1 740,2	69,33	69,33
Centro-Oeste	2 480,0	1 730,9	1 740,2	69,79	70,17
BRASIL	2 500,0	1 454,7	1 640,6	58,27	65,62

Verificadas, assim, as duas hipóteses sugeridas, e examinado o valor alimentício dos 13 produtos principais que as compõem e sua contribuição às necessidades fisiológicas do homem brasileiro, passamos ao cálculo das quantidades totais necessárias ao abastecimento do país e de suas regiões no ano de 1946.

Tomando por base a população arrolada na tabela V e as quantidades "per-capita" da tabela I, chegamos às conclusões expostas nas duas tabelas seguintes:

TABELA XII

Principais gêneros alimentícios

Cálculo das quantidades necessárias ao abastecimento da população do Brasil em 1946 — Hipótese A (1)

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE EM 1 000 TONELADAS					
	Norte	Nordeste	Este	Sul	Centro Oeste	Brasil
I — Pão e cereais	106,1	713,5	1 197,7	1 372,3	149,2	3 538,8
Arroz	14,9	88,1	437,8	628,2	92,8	1 261,8
Farinha de trigo	19,9	102,6	288,9	629,7	9,6	1 050,7
Farinha de mandioca	71,3	522,8	471,0	114,4	46,8	1 226,3
II — Carne e peixe	23,9	150,5	371,2	390,8	21,2	957,6
Carnes	23,9	150,5	371,2	390,8	21,2	957,6
III — Graxas e óleos	1,8	3,3	28,0	42,0	1,4	76,5
Banha	1,8	3,3	28,0	42,0	1,4	76,5
IV — Leite e derivados	1,2	2,2	12,3	7,2	0,6	23,5
Manteiga	1,2	2,2	12,3	7,2	0,6	23,5
V — Legumes e frutas	52,4	395,8	1 900,0	1 619,9	133,5	4 101,6
Batata	2,0	14,5	115,6	282,3	11,9	426,3
Banana	36,9	199,6	852,8	402,4	77,6	1 569,3
Feijão	10,0	131,5	383,5	263,5	35,6	824,1
Laranja	3,5	50,2	548,1	671,7	8,4	1 281,9
VI — Alimentos vários	27,4	249,7	504,3	519,7	33,4	1 334,7
Açúcar	25,9	171,7	329,2	476,2	17,9	1 020,9
Rapadura	0,7	75,8	143,6	14,5	3,1	237,7
Cebola	1,0	2,2	31,5	29,0	12,4	76,1

(1) Consumo "per-capita" igual ao verificado na respectiva região em 1942

TABELA XIII

Principais gêneros alimentícios

Cálculo das quantidades necessárias ao abastecimento da população do Brasil em 1946 — Hipótese B

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE EM 1 000 TONELADAS					
	Norte (1)	Nordeste (1)	Este (2)	Sul (2)	Centro Oeste (2)	Brasil
I — Pão e cereais	128,1	853,9	1 659,9	1 372,3	132,3	4 146,5
Arroz	45,7	304,3	759,9	628,2	60,6	1 798,7
Farinha de trigo	38,1	254,2	761,7	629,7	60,7	1 744,4
Farinha mandioca	44,3	295,4	138,3	114,4	11,0	603,4
II — Carne e peixe	34,6	230,8	472,8	390,8	37,7	1 166,7
Carnes	34,6	230,8	472,8	390,8	37,7	1 166,7
III — Graxas e óleos	2,7	17,8	50,8	42,0	4,0	117,3
Banha	2,7	17,8	50,8	42,0	4,0	117,3

(1) Consumo "per-capita" igual ao da média nacional em 1942 — (2) Consumo "per-capita" igual ao da região Sul em 1942

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE EM 1 000 TONELADAS					
	Norte (1)	Nordeste (1)	Este (2)	Sul (2)	Centro Oeste (2)	Brasil
IV — Leite e derivados	0,8	5,6	8,8	7,2	0,7	23,1
Manteiga	0,8	5,6	8,8	7,2	0,7	23,1
V — Legumes e frutas	150,9	1 006,7	1 959,5	1 619,9	216,8	4 953,7
Batata	15,4	102,6	341,5	282,3	27,2	769,0
Banana	59,5	396,9	486,8	402,4	99,4	1 445,0
Feijão	29,7	198,4	318,7	263,5	25,4	835,7
Laranja	46,3	308,8	812,5	671,7	64,8	1 904,0
VI — Alimentos vários	48,2	322,3	628,6	519,7	50,1	1 568,9
Açúcar	36,9	246,4	576,1	476,2	45,9	1 381,5
Rapadura	8,5	56,9	17,5	14,5	1,4	98,8
Cebola	2,8	19,0	35,0	29,0	2,8	88,6

Resumimos na tabela a seguir os totais necessários ao consumo da população do país em 1946, confrontando-os com os resultados da produção em 1942:

TABELA XIV

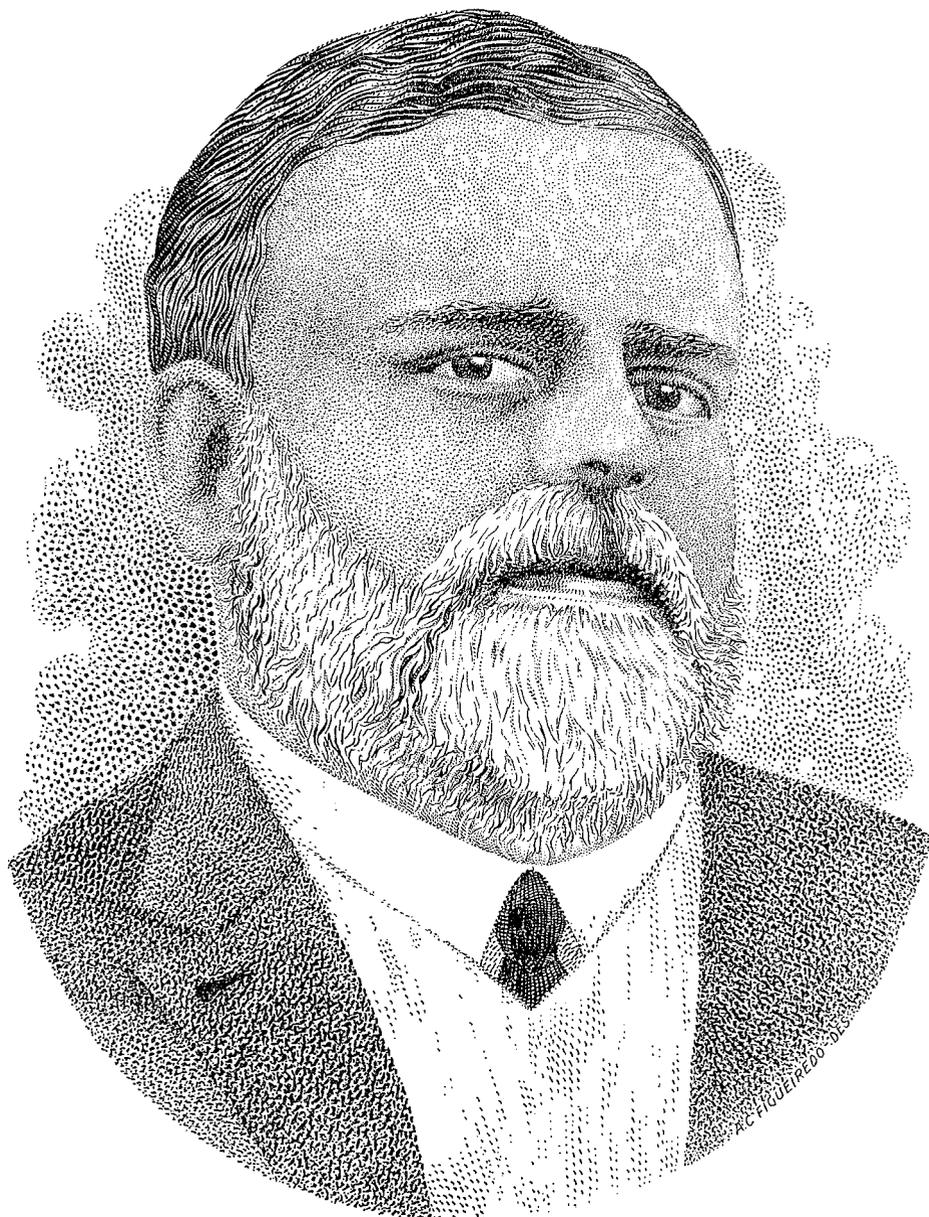
Produção em 1942 e consumo em 1946 dos principais gêneros alimentícios

GÊNERO	QUANTIDADE EM 1 000 TONELADAS				
	PRODUÇÃO EM 1942	CONSUMO EM 1946		DIFERENÇA DO CONSUMO SÔBRE A PRODUÇÃO (%)	
		Hipótese A	Hipótese B	Hipótese A	Hipótese B
Arroz	1 332	1 262	1 799	— 5,25	+ 35,06
Banana	1 563	1 569	1 445	+ 0,38	— 7,54
Batata	419	426	769	+ 1,67	+ 83,53
Cebola	71	76	89	+ 7,04	+ 25,35
Feijão	847	824	836	— 2,71	— 1,29
Laranja	1 241	1 282	1 904	+ 3,30	+ 54,23
Açúcar	1 015	1 021	1 382	+ 0,59	+ 36,15
Rapadura	220	238	99	+ 8,18	— 55,00
Banha	70	77	117	+ 10,00	+ 67,14
Carne	1 019	958	1 167	— 5,99	+ 14,52
Farinha mandioca	1144	1 226	603	+ 7,16	— 47,29
Farinha de trigo	964	1 051	1 744	+ 9,02	+ 80,91
Manteiga	22	23	23	+ 4,54	+ 4,54

Como se vê, se relativamente às necessidades calculadas pela hipótese A (consumo "per-capita" igual ao de 1942), pequenas são as diferenças em relação à produção de 1942, o mesmo não ocorre quanto à hipótese B (consumo intensificado), que exige incremento apreciável na produção de vários gêneros: arroz, (35%), batata (84%), cebola (25%), laranja (54%), açúcar (36%), banha (67%), carne (15%), farinha de trigo (81%), manteiga (4,54%).

Isto demonstra quão deficiente é a produção desses gêneros alimentícios, toda ela destinada a atender apenas ao baixo consumo nacional. Qualquer tentativa de melhoria do nosso padrão alimentar, como sugere em condições ainda mínimas a hipótese B, determinará um sério esforço para aumento da produção.

VULTOS DA ESTATÍSTICA BRASILEIRA



João Vilhena

J. P. WILEMAN

EMBORA nascido na cidade de Uttoxeter, Condado de Staffordshire, a 15 de novembro de 1835, JOSEPH PHILLIP WILEMAN, ou simplesmente J P WILEMAN, é um nome a que muito deve a Estatística Brasileira, como responsável que foi, em nosso meio, por um notável trabalho, racionalizado e eficiente, no campo da estatística comercial

Formado em engenharia civil, em Londres, depois de haver feito seus estudos no Clifton College, da cidade do mesmo nome, WILEMAN partiu para a Argentina, onde durante muitos anos, trabalhou na construção de estradas de ferro. Em 1880 veio ao Brasil, pela primeira vez, servindo como engenheiro da Estrada de Ferro Teresa Cristina. Posteriormente, participou da Comissão de Estudos da Estrada de Ferro Natividade, no Estado do Espírito Santo, e, terminada essa comissão, recebeu a incumbência de idênticos trabalhos na Estrada de Ferro Pedro I.

Contratado para os estudos preliminares de exploração das minas de ouro da Patagônia e Terra do Fogo, voltou à Argentina, de onde mais uma vez regressou ao Brasil, fixando-se, então, no Estado do Rio Grande do Sul em trabalhos de construção de estradas de ferro. Aí veio a constituir família, casando-se com D ZULMIRA CARDOSO DE MATOS, de cujo consórcio teve quatro filhos: HENRIQUE FREDERICO, falecido em 1933, VIRGINIA GEORGINA, DOLORES BEATRIZ e CONSTANCE VIOLET

No Rio Grande do Sul desenvolveu seus estudos sobre assuntos econômicos e financeiros, a que se havia dedicado quando ainda na Argentina, especializando-se, principalmente, no que se referia ao Brasil. Em consequência desses estudos divulgou, em 1896, um bem documentado trabalho, escrito em inglês e impresso em Buenos Aires; denominava-se Brazilian Exchange, tendo por subtítulo "A study of an inconvertible currency". Este livro era dedicado ao Dr FERNANDO ABBOT, ex-governador do Rio Grande

Mudando-se para o Rio de Janeiro em 1898, fundou J P WILEMAN o hebdomadário Brazilian Review, mais tarde denominado Wileman Brazilian Review. Dentro de pouco tempo essa publicação adquiriu grande prestígio nos círculos econômicos do Brasil, principalmente pela elevação e segurança com que comentava a situação financeira do país, que JOAQUIM MURTINHO, então Ministro da Fazenda, procurava sanear, com sua política de deflação

A política então realizada pelo Governo, no campo das finanças, criara grande oposição, principalmente por parte dos industriais, que recebavam a alta do câmbio com a consequente entrada, em grande escala, dos produtos manufaturados estrangeiros, similares aos da indústria nacional. J. P. WILEMAN apoiava a política governamental, e seus artigos no Brazilian Review, escritos com acerto e ponderação, por quem conhecia perfeitamente o assunto, causavam muito boa impressão e criaram para seu autor grande e merecida nomeada.

Foi nessa época que o ministro JOAQUIM MURTINHO cuidou de criar uma repartição de estatística do comércio exterior no Ministério da Fazenda, pois da primeira década republicana não possuía o Brasil dados referentes às transações que efetuara com os demais países. Isto se originava do fato de o Governo Provisório, encontrando grandes deficiências na Diretoria-Geral de Estatística do Ministério da Fazenda, haver resolvido extingui-la, como de fato o fez. Estas deficiências haviam surgido após o falecimento de SEBASTIÃO FERREIRA SOARES, que dirigira a repartição durante muitos anos.

Com a extinção da Diretoria, o Governo criou, pelo Decreto 216 C, de 22 de fevereiro de 1900, seções de estatísticas comerciais anexas às Associações Comerciais e com as mesmas incumbências do órgão extinto. Não há elementos que permitam afirmar tenham sido instaladas todas essas seções, mas é fora de dúvida que nada de eficiente produziram

Todavia, a lei orçamentária de 1900 autorizou o Governo a estabelecer um serviço especial de estatística na Alfândega do Rio de Janeiro. Em virtude dessa autorização, foi baixado o Decreto n.º 3 547, de 8 de janeiro de 1900, em que se criava um serviço de estatística comercial junto à Alfândega do Rio, o qual poderia funcionar em edifício público ou prédio alugado, conforme fôsse julgado mais conveniente

Pelo mesmo Decreto ficava o Ministro da Fazenda autorizado a admitir tantos empregados quantos julgasse necessários, ficando assentado, porém, que esses empregados não teriam o caráter de funcionários públicos, nem gozariam de outra vantagem além da retribuição pecuniária que lhes fôsse fixada. A despesa com o pessoal e material correria por conta do produto da arrecadação do imposto de estatística cobrado nas Alfândegas, por volume importado.

J P WILEMAN se ofereceu para orientar, sem ônus para o Governo, a organização do referido serviço, o que foi aceito pelo titular da Fazenda, que lhe remeteu, em data de 26 de janeiro de 1900, o seguinte ofício: "Comunicando que resolvi aceitar o oferecimento que fizestes a este Ministério para vos incumbirdes gratuitamente da organização do serviço de estatística comercial criado pelo Decreto n.º 3 547, de 8 do corrente, cabe-me agradecer-vos o auxílio que deste modo prestais à pública administração Saúde e Fraternidade (as) JOAQUIM MURTINHO."

Anteriormente, em Aviso de 11 de janeiro ao Diretor da Contabilidade do Tesouro Federal, depois de informar os vencimentos fixados para o pessoal, adiantava o Ministro: "Da direção dos trabalhos fica encarregado provisoriamente e sem retribuição alguma, o Sr J P. WILEMAN, a quem nesta data autorizo a alugar pela quantia de trezentos mil réis, mensalmente, um edifício onde sejam desempenhados os trabalhos de que se trata".

Este edifício era um sobrado à rua da Quitanda, 32, onde a repartição se instalou, começando a funcionar com sete empregados, designados por despacho de 26 de janeiro. O expediente era das 8 às 17 horas, com uma hora para almoço

Em condições assim modestas, foram iniciados os trabalhos de levantamento da estatística do comércio exterior, mais tarde alargados com outros, referentes a estatísticas econômicas e financeiras. Esta continuidade não teve solução até hoje, apesar das várias

mudanças de denominação e, às vezes, da transferência de Ministério verificadas no decorrer do tempo, constituindo, atualmente, o órgão então criado, o Serviço de Estatística Econômica e Financeira

J. P. WILEMAN dedicou-se inteiramente à organização do novo serviço, o que constituiu tarefa assaz penosa, por isso que nos arquivos do Tesouro nada que pudesse orientar os trabalhos foi encontrado. Daí tudo ter sido feito de novo, improvisando-se através da dedicação de um pessoal não afeito a apurações estatísticas, contando, quase unicamente, com a orientação do Diretor da repartição. Inicialmente, como seria no caso, a tarefa circunscreveu-se a estudar e estabelecer os documentos que merecessem fé e representassem a verdade, de maneira a permitir, por eles, a apuração do nosso comércio. As estatísticas anteriores consignavam as quantidades verdadeiras do intercâmbio comercial, enquanto o valor era dado pelo valor oficial das tarifas aduaneiras, sempre ou quase sempre distanciado da verdade.

Houve necessidade, por isso mesmo, de criar, por meio de legislação especial, a fatura consular para a importação do exterior e o manifesto de saída para a exportação, o que se obteve, quanto a este último, por Lei n.º 741, de 26 de dezembro de 1900. Foram estes documentos os que primeiro se aplicaram na racionalização do levantamento do comércio externo. Todavia, sua adoção provocou sérias reclamações por parte do comércio, acarretando isso o adiamento de sua utilização. Deste modo, só em 1901 pôde a repartição iniciar a apuração da estatística do comércio exterior do Brasil.

No fim do ano o volume dos trabalhos tinha crescido muito, em consequência do que fôra aumentado o número de funcionários, já então elevado a 24, ao mesmo tempo que, em meados de 1901, cessava a gratuidade dos serviços do Diretor, por lhe ter sido fixado, em 13 de agosto, o vencimento mensal de 1:500\$000.

Em 1905 foi J. P. WILEMAN nomeado delegado do Brasil na Conferência Açucareira Internacional, naquele ano reunida em Bruxelas. Sua atuação ali foi das mais proveitosas para a nossa economia, conseguindo êle vantagem para o açúcar brasileiro nos mercados estrangeiros. A situação, aliás, era das mais delicadas para o comércio açucareiro do Brasil, por isso que pela "Convenção Açucareira", então existente, o país que desse prêmio ao seu açúcar ficaria privado de exportá-lo para o Exterior. No momento, o Estado de Pernambuco, maior produtor de açúcar no Brasil, cobrava apenas 2% de direitos para o artigo exportado para o estrangeiro taxando a 9% o destinado aos portos brasileiros. Isto foi considerado prêmio à exportação, e daí o embargo à saída do nosso produto para o Exterior. J. P. WILEMAN, com trabalho e tato, obteve o levantamento do embargo, provando, perante a Conferência, não se tratar de prêmio. Em consequência, não sofreu interrupção a venda do açúcar brasileiro para o Exterior.

Graças à orientação de J. P. WILEMAN, pouco a pouco, os serviços da repartição de estatística comercial foram sendo ampliados, de modo a melhor atender às suas finalidades. Criaram-se Agentes do serviço nas cidades do Recife, Salvador, Santos e Antonina. Posteriormente, foi obtida a obrigatoriedade dos manifestos para a navegação de cabotagem, o que se tornou efetivo por Lei n.º 1 841, de 31 de dezembro de 1907. Ampliando as atribuições da repartição, em 1906, foi criada uma nova secção, incumbida de apurar a receita e despesa dos Estados.

Em outubro de 1906 J. P. WILEMAN solicitou exoneração do cargo de diretor da repartição de estatística, a fim de, com liberdade de ação, bater-se pela criação da Caixa de Conversão, idéia então em foco, à qual, porém, era contrário o Ministro da Fazenda, Sr. LEOPOLDO DE BULHÕES. Sua ausência do cargo, todavia, foi pouco superior a um mês, pois assumindo a pasta da Fazenda, com o novo govêrno empossado a 15 de novembro, o Sr. DAVID CAMPISTA, novamente o nomeou para a direção da estatística a 19 de novembro de 1906.

A 1.º de agosto de 1908, porém, voltou a solicitar exoneração, e desta vez em caráter definitivo. Causou esta sua atitude o fato de haver o Jornal do Comércio publicado uma "Vária" na qual estranhava pudesse um estrangeiro exercer importante função pública, censurando a respeito do caso, o govêrno. A "Vária", ao que se sabia, fôra inspirada pelo Ministro da Marinha, Almirante ALEXANDRINO DE ALENCAR, e reportava-se a um artigo do Brazilian Review, sobre a construção dos dois encouraçados "São Paulo" e "Minas Geraes".

O artigo do Brazilian Review considerava que teria sido preferível adotar-se o programa do Almirante NORONHA, titular da Marinha no govêrno anterior, que cogitava da construção de navios menores e em maior número, acessíveis à maioria dos portos brasileiros. Para os grandes encouraçados, afirmava-se no artigo, não possuía o Brasil guarnição apta, nem também diques capazes de recebê-los, e o pior é que não havia força capaz de contrapor-se-lhes, se sua guarnição se revoltasse. Este último argumento veio a tornar-se uma profecia, que se realizou, infelizmente, dois anos depois, sendo ainda titular da Marinha o Almirante ALEXANDRINO.

Assim, em 1908, deixou definitivamente a direção da Estatística Comercial aquêle que fôra seu fundador, organizador e orientador. Ali, entretanto, havia deixado J. P. WILEMAN um grande e culto núcleo de discípulos que, com o mesmo entusiasmo e dedicação, se esforçaram para que a repartição mantivesse o mesmo nível de eficiência com que a deixara o seu diretor.

Deve-se também a J. P. WILEMAN, quando ainda diretor da Estatística, o primeiro "year book" de assuntos brasileiros, todo escrito em inglês e publicado por sua conta em 1908. Em 1910 apareceu o segundo e último número dessa publicação, que tinha cerca de 900 páginas, observando, no seu feitiço, os moldes dos "year books" divulgados nos domínios britânicos.

J. P. WILEMAN foi delegado do Brasil na Conferência Pan-Americana Financeira, realizada no Rio de Janeiro. Era membro da Associação Comercial de Pernambuco e membro fundador da Câmara Britânica do Brasil. Vitimado por diabetes, doença que havia muito o afligia, faleceu a 18 de abril de 1920, no Samaritan Hospital, em São Paulo, onde se encontrava de passagem para o Rio, de regresso de uma estação de repouso em Poços de Caldas. A sua memória foram prestadas significativas homenagens, tendo sido o retrato de J. P. WILEMAN aposto no gabinete do Diretor da Estatística Comercial, hoje Serviço de Estatística Econômica e Financeira, em reconhecimento ao esforço, à tenacidade e à dedicação que dêle fizeram um dos beneméritos da causa da Estatística, no Brasil.

NOÇÕES DE METODOLOGIA

INICIAÇÃO ESTATÍSTICA — PROMÉDIOS CLÁSSICOS DE USO GERAL

(Continuação)

Médias de médias e de razões

64 Média de médias Imaginemos um conjunto de valores

$a, b, c, d, e, f, g, h, j$

cujas médias clássicas têm, respectivamente, as seguintes expressões

$$MA = \frac{a + b + c + d + e + f + g + h + j}{9} \quad (1)$$

$$MG = \sqrt[9]{a \times b \times c \times d \times e \times f \times g \times h \times j} \quad (2)$$

$$MH = \frac{9}{\frac{1}{a} + \frac{1}{b} + \frac{1}{c} + \frac{1}{d} + \frac{1}{e} + \frac{1}{f} + \frac{1}{g} + \frac{1}{h} + \frac{1}{j}} \quad (3)$$

$$MQ = \sqrt[2]{\frac{a^2 + b^2 + c^2 + d^2 + e^2 + f^2 + g^2 + h^2 + j^2}{9}} \quad (4)$$

Separemos os valores considerados em três grupos de número diferente de termos, como segue,

- 1.º grupo: a, b
- 2.º grupo: c, d, e, f
- 3.º grupo: g, h, j .

e, calculando-lhes separadamente cada uma das médias clássicas, examinemos como proceder para deduzir delas a média de mesmo tipo referente ao conjunto. Começemos pelas médias aritméticas que, em cada um dos três grupos, representaremos, respectivamente, por MA_1, MA_2 e MA_3 . Teremos:

$$MA_1 = \frac{a + b}{2}, \text{ o que equivale a } a + b = MA_1 \times 2$$

$$MA_2 = \frac{c + d + e + f}{4}, \text{ o que equivale a } c + d + e + f = MA_2 \times 4$$

$$MA_3 = \frac{g + h + j}{3}, \text{ o que equivale a } g + h + j = MA_3 \times 3$$

Substituindo, na expressão (1) da média aritmética do conjunto, as parcelas componentes das somas acima pelos respectivos totais, teremos

$$MA = \frac{(a + b) + (c + d + e + f) + (g + h + j)}{9} = \frac{MA_1 \times 2 + MA_2 \times 4 + MA_3 \times 3}{9}$$

o que mostra corresponder a média aritmética do conjunto à "média aritmética das médias aritméticas dos diversos grupos, ponderada segundo o número de termos compreendidos em cada grupo"

Analogamente, teríamos para as médias geométricas dos mesmos grupos anteriores

$$a \times b = (MG_1)^2,$$

$$MG_1 = \sqrt{a \times b}, \text{ equivalendo a } a \times b = (MG_1)^2,$$

$$MG_2 = \sqrt[4]{c \times d \times e \times f}, \text{ equivalendo a } c \times d \times e \times f = (MG_2)^4,$$

$$MG_3 = \sqrt[3]{g \times h \times j}, \text{ equivalendo a } g \times h \times j = (MG_3)^3,$$

e daí a seguinte forma para a expressão (2) da média geométrica do conjunto de valores

$$MG = \sqrt[9]{(a \times b) \times (c \times d \times e \times f) \times (g \times h \times j)} = \sqrt[9]{(MG_1)^2 \times (MG_2)^4 \times (MG_3)^3}$$

Assim, "a média geométrica do conjunto é igual à média geométrica das médias geométricas dos diversos grupos, ponderada segundo o número de termos compreendidos em cada grupo".

Passando às médias harmônicas dos três grupos

$$MH_1 = \frac{2}{\frac{1}{a} + \frac{1}{b}}, \text{ donde}$$

$$\frac{1}{a} + \frac{1}{b} = \frac{2}{MH_1},$$

$$MH_2 = \frac{4}{\frac{1}{c} + \frac{1}{d} + \frac{1}{e} + \frac{1}{f}}, \text{ donde}$$

$$\frac{1}{c} + \frac{1}{d} + \frac{1}{e} + \frac{1}{f} = \frac{4}{MH_2},$$

$$MH_3 = \frac{3}{\frac{1}{g} + \frac{1}{h} + \frac{1}{j}}, \text{ donde}$$

$$\frac{1}{g} + \frac{1}{h} + \frac{1}{j} = \frac{3}{MH_3},$$

a expressão (3) da média harmônica do conjunto ficará

$$MH = \frac{9}{\left(\frac{1}{a} + \frac{1}{b}\right) + \left(\frac{1}{c} + \frac{1}{d} + \frac{1}{e} + \frac{1}{f}\right) + \left(\frac{1}{g} + \frac{1}{h} + \frac{1}{j}\right)}$$

$$= \frac{9}{\frac{2}{MH_1} + \frac{4}{MH_2} + \frac{3}{MH_3}}$$

isto é, "a média harmônica do conjunto é igual a média harmônica das médias harmônicas dos diversos grupos, ponderada segundo o número de termos compreendidos em cada grupo".

Finalmente, tratando-se das *médias quadráticas* dos três grupos,

$$MQ_1 = \sqrt{\frac{a^2 + b^2}{2}}, \text{ donde}$$

$$(MQ_1)^2 \times 2 = a^2 + b^2,$$

$$MQ_2 = \sqrt{\frac{c^2 + d^2 + e^2 + f^2}{4}}, \text{ donde}$$

$$(MQ_2)^2 \times 4 = c^2 + d^2 + e^2 + f^2,$$

$$MQ_3 = \sqrt{\frac{g^2 + h^2 + j^2}{3}}, \text{ donde}$$

$$(MQ_3)^2 \times 3 = g^2 + h^2 + j^2,$$

o resultado final, deduzido da expressão (4) da média quadrática do conjunto, será

$$MQ = \sqrt{\frac{(a^2 + b^2) + (c^2 + d^2 + e^2 + f^2) + (g^2 + h^2 + j^2)}{9}}$$

$$= \sqrt{\frac{(MQ_1)^2 \times 2 + (MQ_2)^2 \times 4 + (MQ_3)^2 \times 3}{9}}$$

o que quer dizer que "a média quadrática do conjunto é igual à média quadrática das médias quadráticas dos diversos grupos, ponderada segundo o número de termos compreendidos em cada grupo".

A *conclusão importante* a notar é a seguinte: "tratando-se de médias das diferentes partes de um conjunto, não basta, em geral, tomar a *média simples* dessas médias para ter a *média do conjunto*: é preciso calcular-lhes a *média ponderada* segundo o número de termos compreendidos em cada parte. Sòmente no caso dêsse número ser o mesmo para tôdas as partes, a *média simples* das *médias parciais* dará a *média geral do conjunto*".

Como *ilustração prática* do caso, tomemos as quantidades de mercadorias exportadas do Brasil para o Exterior no *quinqüênio* 1940 a 1944, expressas em mil toneladas, e consideremo-las apenas do ponto de vista da média aritmética.

O *Anuário Estatístico do Brasil*, Ano VI — 1941/1945, fornece, a respeito, os seguintes dados:

1940:	3 237	} biênio:	6 773
1941:	3 536		
1942:	2 660	} triênio:	8 027
1943:	2 696		
1944:	2 671		

Quinqüênio: 14 800

Temos, em relação a êsses dados, os seguintes resultados

Média anual no quinqüênio:

$$\frac{14\ 800}{5} = 2\ 960,00$$

Média anual do biênio 1940/41:

$$\frac{6\ 773}{2} = 3\ 386,50$$

Média anual no triênio 1942/44:

$$\frac{8\ 027}{3} = 2\ 675,67$$

É fácil de ver que a média simples das médias anuais no biênio e triênio supra,

$$\frac{3\ 386,50 + 2\ 675,67}{2} = \frac{5\ 662,17}{2} = 2\ 831,09,$$

difere da média anual no quinqüênio, enquanto que a média das mesmas médias, ponderada segundo o número de anos do respectivo período,

$$\frac{3\ 386,50 \times 2 + 2\ 675,66 \times 3}{5} = \frac{6\ 773,00 + 8\ 027,01}{5} = \frac{14\ 800,01}{5} = 2\ 960,00,$$

coincide com aquela média

OBSERVAÇÃO: As expressões usadas acima, *média anual no quinqüênio*, *média anual no biênio* e *média anual no triênio*, constituem as formas corretas da linguagem técnica, pois os valores calculados representam a "quantidade média exportada anualmente em cada um dos períodos considerados": são viciadas, no caso, as expressões, por vèzes empregadas como suas equivalentes, *média quinqüenal*, *média bienal* e *média trienal*

65. Média de razões Consideremos três grupos de observações que compreendam, de per si, um *número total* de

A casos, B casos, C casos

Suponhamos que, em cada um dêsses grupos, os casos em que ocorre uma dada característica sejam em número respectivamente de

a casos, b casos, c casos

As expressões

$$\frac{a}{A}, \quad \frac{b}{B}, \quad \frac{c}{C}$$

representam, em cada grupo, a razão do número de casos de ocorrência da característica considerada para o total de casos compreendidos no grupo.

Para o conjunto dos três casos, a razão entre o total de ocorrências da característica e o total de casos, chamada *razão média do conjunto*, é dada pelo quociente

$$\frac{a + b + c}{A + B + C}$$

É fácil verificar que a *razão média* não corresponde à *média simples* das razões de cada um dos três grupos

$$\frac{\frac{a}{A} + \frac{b}{B} + \frac{c}{C}}{3} = \frac{a}{3A} + \frac{b}{3B} + \frac{c}{3C}$$

mas é exatamente igual à *média* dessas razões, *ponderada* segundo o número total de casos de cada grupo

Tem-se, efetivamente, para tal média

$$\frac{\frac{a}{A} \times A + \frac{b}{B} \times B + \frac{c}{C} \times C}{A + B + C} = \frac{a + b + c}{A + B + C}$$

O mesmo se verificaria se considerássemos as razões de cada um dos três grupos sob forma percentual

$$\frac{a}{A} \times 100 + \frac{b}{B} \times 100 + \frac{c}{C} \times 100$$

Teríamos, então, calculando a média ponderada nas condições anteriores, a seguinte expressão da *razão média*

$$\begin{aligned} \frac{\frac{a}{A} \times 100 \times A + \frac{b}{B} \times 100 \times B + \frac{c}{C} \times 100 \times C}{A + B + C} &= \\ = \frac{a \times 100 + b \times 100 + c \times 100}{A + B + C} &= \\ = \frac{a + b + c}{A + B + C} \times 100 \end{aligned}$$

Como *ilustração prática*, consideremos os dados encontrados no *Anuário Estatístico do Brasil*, Ano VI — 1941/45, referentes aos óbitos por câncer e outros tumores, nas três cidades brasileiras do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Recife, no triênio 1939/41

Sendo nessas cidades, respectivamente,

$$94\,491, \quad 54\,298 \quad \text{e} \quad 28\,919,$$

o número total de óbitos e

$$3\,778, \quad 3\,604 \quad \text{e} \quad 676,$$

o de *óbitos causados por câncer e outros tumores*, as razões do número de óbitos devidos à causa considerada para o total de óbitos verificados seriam:

Rio de Janeiro:

$$\frac{3\,778}{94\,491} = 0,03998$$

São Paulo:

$$\frac{3\,604}{54\,298} = 0,06638$$

Recife:

$$\frac{676}{28\,919} = 0,02338$$

Sob forma percentual, tais razões dariam a participação abaixo dos óbitos causados por câncer e outros tumores no obituário de cada uma das cidades consideradas

Rio de Janeiro:

$$0,03998 \times 100 = 3,998 \text{ ou } 4,00\%$$

São Paulo:

$$0,06638 \times 100 = 6,638 \text{ ou } 6,64\%$$

Recife:

$$0,02338 \times 100 = 2,338 \text{ ou } 2,34\%$$

Para o conjunto das três cidades, a *razão média* seria determinada diretamente, dividindo, pela soma dos números totais de óbitos de cada uma, o total de óbitos devidos à causa considerada, verificados nas mesmas, isto é,

$$\frac{3\,778 + 3\,604 + 676}{94\,491 + 54\,298 + 28\,919} = \frac{8\,058}{177\,708} = 0,04534$$

ou, sob a forma de percentagem,

$$\frac{8\,058}{177\,708} \times 100 = 0,04534 \times 100 \text{ ou } 4,53\%$$

Se pretendêssemos determinar a *razão média* para o conjunto das três cidades por meio das razões referentes a cada uma, não bastaria tomar a média simples das razões parciais,

$$\frac{0,03998 + 0,06638 + 0,02338}{3} = \frac{0,12974}{3} = 0,04325,$$

pois chegaríamos a resultado diferente do verdadeiro, 0,04534. Deveríamos, sim, calcular-lhes a média ponderada segundo o total de óbitos de cada grupo, obtendo, então,

$$\begin{aligned} \frac{0,03998 \times 94\,491 + 0,06638 \times 54\,298 + 0,02338 \times 28\,919}{94\,491 + 54\,298 + 28\,919} &= \\ = \frac{3\,778 + 3\,604 + 676}{177\,708} = \frac{8\,058}{177\,708} &= 0,04534, \end{aligned}$$

resultado que coincide com o determinado diretamente.

É fácil verificar que o mesmo sucede operando sobre as razões em forma percentual

Como *conclusão geral*, portanto, notemos que "a média de razões verificadas em grupos integrantes de um conjunto, destinada a dar a *razão média* correspondente ao conjunto, deve ser sempre calculada como *média ponderada* das razões parciais, tendo por pesos os respectivos denominadores ou bases".

A ESTATÍSTICA NA AMÉRICA

RELATÓRIO SOBRE AS ATIVIDADES DO INSTITUTO INTERAMERICANO DE ESTATÍSTICA

I — Atividades, 1945/46: a) *Introdução*; b) *Revista trimestral*; c) *Anuário*; d) *Programa técnico*: 1 Censo das Américas em 1950; 2 Estatística agrícola; 3 Estatística educacional; 4 Estatística do comércio exterior; 5 Estatística de indústria e mineração; 6 Classificação internacional das atividades econômicas; 7 Renda nacional; 8 Material estatístico e treinamento profissional; 9 Inquérito sobre estatística vital e métodos de registro; 10 Atividades consultivas e colaboração nos programas internacionais de outras organizações; e) *Serviços administrativos da Secretaria*: 1 Correspondência em geral; 2 Bibliografia e fichários estatísticos; 3 Serviço biográfico; personalidades e organizações estatísticas; f) *Reunião do Conselho Diretor em janeiro de 1946*. II — *Situação financeira* III — *Primeiro Congresso Interamericano de Estatística* IV — *Os serviços nacionais de estatística e o sistema de conversibilidade para as estatísticas internacionais* V — *Relações do I I E com outras organizações internacionais*

a) *Introdução* — A despeito de severas limitações decorrentes do orçamento e de crescente elevação no custo das utilidades e serviços, muitas realizações assinalaram o nosso último ano de trabalho, graças à política seguida pelo I. I. E., amoldando e adaptando o seu programa aos interesses e atividades das instituições oficiais que lhe são filiadas. Em vários casos, o Instituto serviu de intermediário para adaptar e "internacionalizar" trabalhos técnicos devidos, inicialmente, aos esforços e recursos de uma simples organização nacional. Constatam do quadro funcional (apêndice 1) as principais áreas de atividades do Instituto no exercício financeiro que acaba de findar.

b) *Revista trimestral* — No exercício de 1945/46, foram editados quatro números de *Estatística*, revista trimestral que atingiu, assim, o seu 14º número e cujo prestígio se vem firmando entre os estatísticos americanos, como o órgão mais indicado para divulgação de artigos originais sobre metodologia e análise estatística de caráter internacional. A nossa revista vem sendo amplamente catalogada em bibliotecas deste hemisfério e despertando interesse em outros países do mundo. O apêndice 3 permite conhecer a distribuição e os assuntos divulgados.

c) *Anuário* — Desenvolvem-se agora os trabalhos de coleta de dados para o *Anuário Interamericano de Estatística*. A extensão da tarefa excede muito os recursos disponíveis. A todos os técnicos ora estagiando no I. I. E. foram solicitadas contribuições especiais para o preparo desta obra. A União Pan-Americana cedeu um dos seus elementos para colaborar sob regime de tempo integral. O Internacional Labour Office está cooperando na organização de alguns quadros, que serão apresentados nos anuários de ambas as instituições.

Depois de pronto, o *Anuário Interamericano* será uma verdadeira expressão de esforço comum, de que terão participado todas as nações americanas, através, principalmente, dos seus serviços centrais de estatística. A estes caberá, quanto aos dados procedentes dos respectivos países, corrigir falhas, rever e conferir tabelas. O preparo do *Anuário* constituirá o

maior empreendimento do I. I. E. no ano próximo vindouro.

d) *Programa técnico*, — Tem assegurado bons resultados o prosseguimento de trabalhos técnicos segundo o "Programa para Intercâmbio de Estatísticos", lançado já há alguns anos por sugestão de TEIXEIRA DE FREITAS, Presidente do I. I. E. Graças a este plano, a maior parte das tarefas são executadas, no Instituto, por técnicos "visitantes" ou "estagiários" da América Latina, os quais, desempenhando importantes funções em serviços estatísticos dos respectivos países, são comissionados pelos seus governos junto à Secretaria do I. I. E., em Washington, por períodos de um ou dois anos. O alcance desta medida não está apenas na conclusão de certos projetos do Instituto, mas também nas experiências com que retornam aos seus países os técnicos temporariamente cedidos a esta organização. Até agora têm participado deste programa: o Brasil, com três técnicos; o Chile, com um; a Colômbia, com um; o Peru, com dois; e o Uruguai, com um. Outros estagiários são esperados, no ano próximo, do Brasil, do Chile e do Equador.

1 Censo das Américas em 1950. Aham-se agora definitivamente estabelecidas as bases do Censo das Américas em 1950, o qual abrangerá, em seu plano mínimo, os aspectos demográfico e agrícola. Instituiu-se uma Comissão do Censo das Américas, com o objetivo de fixar padrões mínimos e definições para a operação censitária de 1950 e de orientar, promover e coordenar os trabalhos com ela relacionados. Este órgão, do qual já foram designados metade dos componentes, constituir-se-á de um representante de cada uma das vinte e duas nações americanas. Por solicitação do I. I. E., a designação deverá recair na pessoa que tiver, em cada país, a maior responsabilidade na execução dos trabalhos censitários.

Uma vez que as despesas constituem, na maior parte dos casos, o mais forte obstáculo à realização do empreendimento, o I. I. E. promove no momento um Inquérito sobre o custo do Censo, a fim de determinar o montante dos gastos em países onde existem, com suficientes detalhes, informes que possibilitem

semelhantes estudos, cujos resultados serão publicados em *Estadística*, provavelmente no outono de 1946.

Foram estabelecidos planos e assegurados os necessários fundos pecuniários para um Inquérito Cartográfico do Censo em todo o hemisfério, a partir de setembro e com duração de um ano. Os mapas censitários são indispensáveis, tanto para o censo de população, como para o censo agrícola. As deficiências devem ser sanadas, onde quer que se manifestem, antes de ter início o empreendimento de 1950.

2 Estatística agrícola. O primeiro objetivo dos trabalhos neste setor é estimular o emprêgo e aperfeiçoamento de métodos e processos mais adequados e comparáveis para estimativas de safras, censos agrícolas e outros aspectos da estatística agrícola.

O ano findo assinalou-se pela publicação das duas primeiras partes do estudo "Metodologia nas Estatísticas Agrícolas das Américas", inquérito sobre os métodos utilizados nas estatísticas de produção e nas estimativas de safras, o qual abrange um grupo especial de artigos produzidos em um número limitado de países. Será publicada em setembro de 1946 a parte restante, que, reunida às demais, constituirá um dos estudos "em séries" do I I E.

A Terceira Conferência Interamericana de Agricultura, realizada em Caracas, entre 24 de julho e 7 de agosto de 1945, recomendou fosse criada, no Instituto, uma seção para tratar de todos os assuntos relacionados com a estatística agrícola. Subseqüentemente, o I I E designou uma Comissão Provisória de Planificação de Estatística Agrícola, atribuindo-lhe o encargo de preparar indicações quanto aos objetivos, trabalhos — tanto no âmbito nacional como no internacional — e programa geral da referida seção. Esta Comissão reuniu-se várias vezes e está, agora, elaborando o seu relatório, que recomendará o estabelecimento, no I I E, de uma vigorosa e bem financiada seção de estatística agrícola, com amplos poderes para desenvolver e revigorar os métodos estatísticos no Hemisfério Ocidental. O financiamento desta seção exigirá recursos mais ou menos equivalentes à receita atual do Instituto e constitui problema de suma importância.

Terá início no segundo semestre de 1946 um Inquérito sobre Métodos do Censo Agrícola utilizados nas repúblicas americanas, sejam ou não obtidos os necessários fundos para a projetada criação do órgão de estatística agrícola.

3 Estatística educacional. Instituiu-se no ano em curso outro órgão permanente — a Comissão de Estatística Educacional e Cultural, que promoverá estudos e fixará padrões mínimos no campo da estatística educacional. Já teve início uma pesquisa do que existe nas repúblicas americanas, em matéria de estatística educacional. A Comissão espera realizar seus trabalhos regionais em estreita cooperação com a recém-criada Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas, visando seus interesses na estatística educacional e cultural.

4 Estatística do comércio exterior. Foi terminado no verão de 1945 e distribuído em

começos de 1946 o *Convertibility Index for Foreign Trade Statistical Classifications of the American Nations*, em sua edição preliminar de 1 150 páginas. Primeiro passo numa série de providências para obter melhor comparabilidade internacional nas estatísticas do comércio exterior, este volume teve uma tiragem limitada, visto como seu primeiro objetivo era orientar os serviços nacionais de estatística no preparo dos respectivos índices nacionais de conversibilidade. Vários países já iniciaram este trabalho. No decorrer do ano próximo, serão necessários entendimentos para assistência técnica de especialistas estrangeiros aos países que a solicitarem. Tão cedo chegarem dos países americanos os dados indispensáveis, o I I E. procederá ao preparo de uma edição definitiva do *Convertibility Index*, com texto em espanhol, índice alfabético e o maior número possível de especificações existentes no comércio interamericano. A partir daí, serão feitas revisões no "Basic Classification Scheme", de modo a mantê-lo em dia em relação às necessidades internacionais.

O volume já publicado apresenta pela primeira vez, em Espanhol, as seções da "Minimum List of Commodities for International Trade Statistics", de 1938, da Sociedade das Nações; e contém um apêndice informativo sob o título "Status of Foreign Trade Classification in the American Nations".

Na primavera de 1946 iniciou-se um Inquérito sobre as Práticas da Estatística do Comércio Exterior nas nações americanas (não incluídos os problemas de classificação), a fim de determinar as práticas nacionais com relação, entre outros, aos seguintes aspectos: a) âmbito (transbordo, reexportação, separação das mercadorias de consumo interno daquelas que podem ser transformadas ou novamente beneficiadas para reexportação); b) unidades de medida; c) bases de avaliação; d) ano financeiro versus ano civil; e) origem e destino; f) artigos de uso pessoal trazidos por viajantes; g) território estatístico. Este empreendimento tem sido coordenado com os interesses do Conselho Econômico e Social da União Pan-Americana. Espera-se que semelhante inquérito sirva de base para debates no Primeiro Congresso Interamericano de Estatística, a realizar-se em 1947, e que de suas deliberações venham a surgir recomendações preliminares quanto aos padrões, definições e práticas aconselháveis.

5 Estatística de indústria e mineração. O estudo dos métodos e dados existentes no terreno da estatística industrial das Américas, iniciado em começos de 1945, chegou a tal ponto que nos permite admitir como certa a sua conclusão em fins do ano corrente. Este projeto compreende: a) reclassificação dos dados fornecidos pelos censos nacionais das indústrias, segundo a Nomenclatura da Sociedade das Nações; e b) análise dos conceitos e definições empregadas.

Tem havido entendimentos para a vinda de um técnico sulamericano com o encargo de proceder a um inquérito sobre a Estatística de Mineração, trabalho que se deverá iniciar ainda em 1946.

6. Classificação internacional da atividade econômica Foram iniciados pelo I I E, já há algum tempo, os planos para uma edição, em Espanhol, do estudo realizado pela Sociedade das Nações em 1938 e intitulado "Statistics of the Gainfully Occupied: Definitions and Classifications" (inclusive um esquema de classificação dos vários ramos da atividade econômica).

7 Renda nacional Foi concluída em 1945 e está agora em vias de publicação uma série de três artigos sobre os métodos de computação de renda nacional. Por falta de fundos, somente em 1945 se deu por terminado o ensaio sobre estimativas de renda nacional para os países latino-americanos. Se, por um lado, os resultados desses trabalhos tiveram caráter muito fragmentário e provisório para serem publicados como resultados do I I E, por outro constituem excelente ponto de partida para uma colaboração entre o Instituto e os técnicos de vários países.

O principal objetivo do I I E foi estimular o interesse pelo assunto e com isso melhorar as estatísticas econômicas e sociais que servem de base ao cálculo das estimativas de renda nacional. Sente-se já alguma reação a essa iniciativa, por parte de várias nações americanas. Será um problema nos meses vindouros a obtenção de recursos pecuniários para a continuação de tais trabalhos.

8 Métodos de treinamento e material estatístico A Comissão de Educação Estatística, com sede na Argentina, foi reconstituída e está sob a presidência do Segundo Vice-Presidente do Instituto. Ao representante do Instituto na América do Sul, que trabalha nesta especialidade técnica sob regime de tempo integral, coube o cargo de Secretário desta Comissão, a cujas tarefas se dedicará inteiramente nos próximos anos. A Comissão pretende funcionar em estreita articulação com universidades e associações nacionais de estatística, a fim de desenvolver, dentro de cada país, um amplo, vigoroso e coordenado programa de educação estatística.

9 Inquérito sobre estatística vital e métodos de registro Têm sido recebidos de todos os países informes autênticos, modelos de impressos e outros elementos para um inquérito de estatística vital e métodos de registro nas nações americanas, o qual já teve início. O estudo peruano foi completado no ano corrente e será publicado em um dos números de *Estatística*. O estudo panamenho foi completado neste verão. Trabalhos idênticos serão realizados em outros países. Uma vez concluída a série de estudos nacionais, far-se-á uma análise comparativa internacional.

10 Atividades consultivas e colaboração nos programas internacionais de outras organizações No curso deste ano financeiro foram postos à disposição de vários países americanos (em particular da Guatemala e do Paraguai), os serviços especializados de técnicos do I I E, na base de remuneração pelos órgãos nacionais interessados.

Firma-se o prestígio do Instituto como órgão consultivo para os problemas e programas internacionais dos serviços nacionais de estatística, os quais, por seu turno, colaboram

no próprio programa técnico da entidade. Isto se vem verificando particularmente no campo das estatísticas vitais, agrícolas, de renda nacional e de comércio exterior.

e) *Serviços administrativos da Secretaria* — 1 Correspondência em geral. Continuam como no ano anterior os serviços administrativos da Secretaria, ou seja: correspondência, contabilidade, arquivos, publicidade e outros referentes à edição dos trabalhos do Instituto; comissões em exercício; comunicações com membros e associados; estudo de projetos a cargo do corpo técnico; prestação de serviços e informações, tendo em vista os pedidos procedentes de clientela cada vez maior; auxílio aos estatísticos visitantes, no que diz respeito aos seus programas de trabalho nos Estados Unidos. São apreciadas abaixo, separadamente, duas funções administrativas de caráter especializado.

Aumentou no ano em curso o volume de todos estes serviços, em desproporção com o pessoal existente e os recursos orçamentários; daí a conveniência de algumas restrições e a necessidade de não serem aceitos encargos além das nossas possibilidades — problema, aliás, que não deve ser descuidado. A ulterior expansão das atividades técnicas terá de condicionar-se à concessão dos indispensáveis fundos pecuniários.

2 Bibliografia e fichários estatísticos No serviço de bibliografia, os trabalhos de rotina compreenderam, no último exercício: conservação e posterior desenvolvimento do "Statistical Source Files", contendo importantes fontes de referência para informes estatísticos e assuntos correlatos, qualquer que seja a sua origem; preparo de bibliografias especiais relacionadas com os projetos do I I E (inclusive o anuário); idem de elementos para a Secção Bibliográfica da revista; resposta a pedidos de informações, procedentes de outros órgãos e relativos às fontes dos dados estatísticos ou das normas de metodologia.

A tarefa mais importante nesse setor, é o preparo da *Bibliography of Selected Statistical Sources of the American Nations*, que, devendo aparecer em 1947, levará em conta as críticas e sugestões de grande número de colaboradores, recebidas depois da edição preliminar, divulgada, em número limitado, no verão de 1945. A edição definitiva será muito melhorada, mais simples, muito mais útil e adequada do que a primeira. Uma das suas particularidades mais notáveis será a indicação, na "Main List", das publicações consideradas essenciais numa biblioteca internacional básica de estatística. Tem o Instituto recebido tantos pedidos de informações a esse respeito que a *Bibliography* parece constituir, logicamente, um ensejo para atender a todos eles.

3 Serviço biográfico; personalidades e organizações estatísticas. Prosseguem como atividades fundamentais da Secretaria a conservação e o desenvolvimento dos Arquivos Biográficos, de modo a corresponderem melhor às exigências de informes atualizados no tocante ao pessoal e às organizações estatísticas do Hemisfério Ocidental. Estes arquivos não são apenas indispensáveis aos trabalhos do I. I. E., mas também utilizados, cada vez mais,

nas respostas aos pedidos de informações que lhe são dirigidos pelos serviços nacionais de estatística, em tudo o que se relaciona com indicação de candidatos a bolsas de estudos ou concessão de auxílios, com instituição de comissões ou preenchimento de cargos, contactos dos consultores técnicos com pessoas dos países que os contratarem, etc. Espera-se que seja publicada em 1946 a terceira edição de um *Directory of Statistical Personnel in the American Nations*, ora em preparo.

f) *Reunião do Conselho Diretor, em janeiro de 1946* — Entre 2 e 13 de janeiro de 1946 realizou-se no Rio de Janeiro a segunda sessão do Conselho Diretor do I. I. E. Foram os seguintes os principais assuntos tratados: apreciação das atividades do Instituto e modificações no seu programa de ação, tendo em vista a maior importância atribuída a certos objetivos; relações do Instituto com as organizações estatísticas internacionais que vão surgindo, e, em particular, o plano de filiação à União Pan-Americana; estudo dos meios e diêtrizes mais indicados para financiamento do programa técnico do Instituto; criação, em cada país, de um "Serviço de Estatísticas Internacionais"; realização de um Congresso Interamericano de Estatística.

II — SITUAÇÃO FINANCEIRA

Constituindo o apêndice 2 são anexadas as seguintes demonstrações relativas ao exercício de 1945/46: *Demonstração 1*, balanço; *Demonstração 2*, recebimentos e pagamentos; *Demonstração 3*, orçamento, consignações e despesas; *Demonstração 4*, comparação de itens dos exercícios financeiros de 1942 a 1947; *Comprovante A*, quadro das quotas oficiais, decorrentes dos encargos de filiação, no exercício financeiro de 1945/46; *Comprovante B*, análise das contribuições; *Comprovante C*, recapitulação de vendas de publicações; *Comprovante D*, especificações de pagamentos

Disporá o Instituto, em 1946/47, de uma renda aproximada de 60 000 dólares. As suas despesas, nos exercícios anteriores, atingiram as seguintes cifras: 1942/43, \$ 12 800; 1943/44, \$ 41 500; 1944/45, \$ 58 700; 1945/46, \$ 75 100. Ao termo do exercício de 1944/45 verificou-se um saldo de \$ 24 600, até então acumulado. No fim do presente exercício, o nosso balanço acusava um saldo de \$ 25 000, constituído principalmente de verbas não previstas no orçamento normal do I. I. E., mas por ele solicitadas e obtidas. Não fôssem estes fundos especiais, teria o Instituto chegado ao fim do exercício com um saldo extremamente pequeno.

Em sua reunião de janeiro de 1946, o Conselho Diretor pronunciou-se contra a supressão de vários projetos em andamento no Instituto. Para realizar as tarefas constantes do seu programa, inclusive os trabalhos de expediente, terá êle de empregar todos os recursos disponíveis no exercício de 1946/47, cerca de \$ 84 600. Assim, não ficará nenhum saldo para enfrentar algumas despesas no começo do outro exercício, admitindo-se inevitável demora no recebimento das contribuições oficiais. Isto significaria, também, uma regressão orçamentária, pois os fundos pecuniários seriam redu-

zidos a \$ 60 000 no exercício de 1947/48, a menos que outros recursos fôssem obtidos no ano corrente. Espera-se que estas necessidades sejam atendidas, em parte, com as contribuições dos "sócios beneméritos", novo tipo de associado instituído pelo Conselho Diretor em janeiro último e cuja inclusão depende de contribuição anual mínima de 1 000 dólares. Três firmas já se habilitaram a esta espécie de associação, contribuindo ou comprometendo-se a contribuir, neste ano, com \$ 15 000 em dinheiro e alguns "serviços especiais" para realização dos projetos do Instituto.

III — PRIMEIRO CONGRESSO INTERAMERICANO DE ESTATÍSTICA

Prosseguem os planos para o Primeiro Congresso Interamericano de Estatística, proposto para 1947, em local ainda não designado. Está prevista uma série de debates sobre os seguintes problemas: Censo das Américas em 1950; estatística agrícola; estatística do comércio exterior; estatística de indústria e mineração; classificação estatística das doenças e óbitos; Serviço Nacional de Estatísticas Internacionais; metodologia das rendas nacionais; problemas e métodos de estatística educacional; o serviço central de estatística, o departamento de saúde pública e o registro civil, em face da estatística demográfica de cada país; problemas financeiros e administrativos dos serviços nacionais de estatística.

IV — OS SERVIÇOS NACIONAIS DE ESTATÍSTICA E O SISTEMA DE CONVERTIBILIDADE PARA AS ESTATÍSTICAS INTERNACIONAIS

A bem de um efetivo intercâmbio de informes no Hemisfério Ocidental, o I. I. E. propôs, em seu plano de filiação à União Pan-Americana (vêde secção V), o estabelecimento de um sistema de convertibilidade para os dados nacionais de interesse internacional. E seu primeiro passo neste sentido foi insistir com todos os países americanos para que instituissem, em seus órgãos de estatística, um "Serviço de Estatísticas Internacionais". Muitos e demorados esforços devem ser dedicados, no futuro, à tarefa de dotar estes Serviços de gente habilitada e de recursos e métodos que permitam a coordenação das fontes estatísticas nacionais. A efetiva participação de todos os países no preparo de estatísticas internacionais não pode ser satisfatória sem tal mecanismo nacional de coordenação. Por outro lado, dependerá muito da instituição deste mecanismo a adoção, em cada país, dos métodos e padrões internacionais.

V — RELAÇÕES DO I. I. E. COM OUTRAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Na situação que se esboça para a estatística internacional, o I. I. E. reconhece que lhe cabe, antes de tudo, orientar e auxiliar a criação de eficientes "Serviços Nacionais de Estatísticas Internacionais", contribuindo, igualmente, para a melhoria dos próprios serviços centrais de estatística das nações do Hemisfério. Êle espera auxiliá-los em tudo o que

puder, com o fim de facilitar o fornecimento dos informes solicitados àqueles serviços e de aperfeiçoar a metodologia e os processos utilizados no preparo dos dados estatísticos

O próprio Instituto está empenhando todos os esforços para articular suas atividades com os interesses de organizações de notória importância

Já foram tomadas providências preliminares no tocante à União Pan-Americana, em fevereiro de 1946, com apresentação da "Proposta de Filiação do I I E à U P", em virtude da qual o Instituto viria a ser o órgão estatístico daquela instituição e, bem assim, de centralização estatística no Hemisfério Ocidental. Por motivo das atuais incertezas quanto à reorganização do Sistema Interamericano e ao adiamento da Conferência Pan-Americana, que se deveria verificar em Bogotá, em fins de 1946, nada se fez ainda para efetivação da referida proposta

Cumpre assinalar que os primeiros passos já foram dados para articular as nossas estatísticas agrícolas com os interesses da Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas

A Comissão de Estatística das Nações Unidas pronunciou-se quanto à exposição do I I E ao Conselho Econômico e Social das

Nações Unidas, segundo notícia o *Journal of Economic and Social Council* (ano I, n.º 17, de 31 de maio de 1946, págs 237 e 238):

"53 A Comissão de Estatística das Nações Unidas reconheceu o valor e a importância das contribuições para o aperfeiçoamento das estatísticas elaboradas por organizações regionais. Ela acredita que tais organizações, como o Instituto Interamericano de Estatística devem ser utilizadas pelas Nações Unidas na maior extensão possível.

55 .. em alguns casos, particularmente quando se tratar de grandes empreendimentos estatísticos, pode ser conveniente obter certos tipos de dados através de uma organização regional, e não dos serviços oficiais de cada país "

Em 21 de junho de 1946, assim se manifestou o Conselho Econômico e Social sobre a recomendação da Comissão de Estatística: "A Comissão de Estatística fica autorizada a formular recomendações sobre uma articulação dos serviços estatísticos das Nações Unidas com as atividades das organizações congêneres, oficiais e particulares, no sentido de estimular a cooperação internacional no aperfeiçoamento das estatísticas"

HALBERT L. DUNN

(Secretário-Geral do I I E)

APERFEIÇOAMENTO DAS ESTATÍSTICAS AGRÍCOLAS NO CONTINENTE

No dia 9 de julho último, realizou-se, nos Estados Unidos, a Segunda Reunião Plena da Comissão de Estatísticas Agrícolas, do Instituto Interamericano de Estatística, a qual teve por sede o Bureau de Economia Agrícola do Departamento de Agricultura. Participaram da reunião representantes de países americanos e de entidades oficiais de Economia Rural e Estatística Agrícola, inclusive o Sr. GERMANO JARDIM, funcionário do sistema estatístico brasileiro, que, em missão oficial, trabalha, presentemente, na sede do I I E, em Washington.

Oportunas deliberações, de caráter objetivo, resultaram dessa reunião, sobretudo no que se prende à coordenação das iniciativas estatísticas no setor da agricultura, com o planejamento do Censo Agrícola de 1950, em todo o hemisfério, a ser levado a efeito por ocasião do Censo da População do continente, previsto para o referido ano. Foi decidida, também, a criação, no I I E, de uma seção especialmente dedicada às investigações agrícolas, a qual deverá atuar como um dos setores orgânicos do Instituto, no regime de colaboração com as organizações de estatística, nacionais e internacionais, e em especial com a F. A. O. ("Food and Agriculture Organization"), das Nações Unidas.

Além, a iniciativa da Comissão de Estatísticas Agrícolas, do I I E., criando a Seção de Agricultura, corresponde a uma das deliberações do Comitê Diretor do Instituto, aprovadas na sua última reunião efetuada nesta Capital, em janeiro do corrente ano, e, em parti-

cular, às da Terceira Conferência Interamericana de Agricultura, realizada em Caracas, na Venezuela, em julho-agosto de 1945

São as seguintes as principais atividades que deverão ocupar a Seção: a) trabalhos subsidiários ao planejamento do Censo Agrícola de 1950, a ser combinado com o Censo da População continental; b) aperfeiçoamento das estatísticas agrícolas, treinamento de pessoal nos respectivos serviços, compreendendo intercâmbio de técnicos, estudos e trabalhos práticos e conhecimento dos problemas peculiares aos diferentes países; c) ampliação do plano de estatísticas nos ramos da agricultura, destinadas ao "Anuário Interamericano de Estatística", e preparo de bibliografias e informações especiais; d) divulgação de conhecimentos e técnicas censitárias em agricultura e assuntos correlatos, e estímulo a traduções de matéria adequada aos fins estatísticos, para impressão e distribuição, nas línguas dos países americanos; e) encaminhamento de medidas, visando ao aperfeiçoamento intensivo das estatísticas segundo os melhores métodos de coleta, elaboração e apresentação

Em outros itens do relatório apresentado pela Comissão, sugere-se o sistema de rodízio, já utilizado com ótimos resultados nos trabalhos técnicos da Secretaria-Geral do I I E. Dessa maneira, o pessoal fixo da entidade e os elementos das repartições estatísticas dos países membros dessa organização interamericana poderão trabalhar juntos e entrar no conhecimento de problemas mútuos, com reais vantagens para a estatística interamericana e a consecução dos ideais pan-americanos

DISCURSO SÔBRE A ESTATÍSTICA MÉDICA DO BRASIL

Pelos fins do último século, na época memorável de uma revolução, cujos princípios deviam abalar o mundo inteiro, dois homens de gênio deixaram a Europa ensanguentada pela guerra dos Povos e dos Reis, para visitarem o Continente então tranqüilo das duas Américas. Tanto um como outro, entusiastas da Natureza, vinham estudar as suas belezas gigantescas, as suas variadas riquezas e produções inumeráveis, nos lugares em que ela as ostenta com todo o luxo e força de sua origem primitiva. Um, historiador profundo, filólogo, amigo da Humanidade, corre a observar o clima, as leis, os costumes, a vida social dos povos dos Estados Unidos da América do Norte: era o autor das *Ruinhas*, o ilustre VOLNEY. O outro, sábio físico, geógrafo, naturalista distinto, observador seguro e rigoroso, para teatro de suas investigações escolheu o México e o vasto Continente da América do Sul: era o infatigável viajante, Mr. HUMBOLDT.

São os trabalhos que estes dois grandes homens da Europa contemporânea publicaram sobre a América que devem ser consultados com cuidado, meditados repetidas vezes e verificados com escrupulosa atenção, para se saber conhecer a geografia física e para se estudar a história climatérica, médica e política do Hemisfério Americano.

Senhores, hoje que a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro nesta solene sessão me impõe o dever de vos dirigir a palavra, de que modo o poderei eu desempenhar melhor, do que invocando as obras destes dois grandes gênios, fontes inexauríveis de luzes e de úteis verdades, quando para assunto do meu discurso escolhi a Estatística Médica do Brasil, e quando ouse projetar-me em considerações gerais sobre esta matéria tão rica de fatos, tão fecunda em noções novas, e que ainda pal-

pita pelo interesse que alternativamente lhe emprestam as altas ciências?

Seguir passo a passo na estrada da observação as pisadas destes dois homens de gênio, eis o meio de explorar com fruto o solo do Brasil, de estudar o seu clima, de fixar a sua temperatura e de apreciar a riqueza de suas produções, a força numérica dos povos que o habitam, as suas moléstias e a sua civilização. Com o auxílio destes luzeiros pode-se, sem receio, percorrer o vasto campo de observação que perante vós se patenteia, investigar fenômenos da Natureza com um espírito exato e severo, e procedendo ao exame geológico, físico e médico desta bela parte do globo, começar a substituir a verdade a ficções enganadoras, e lançar as bases de uma obra verdadeiramente filosófica.

Compreender em um tratado geral e metódico a exposição das forças físicas, morais e políticas dos diversos países, tal é o sentido natural e o verdadeiro fim da Estatística em geral; ela, assim como a Medicina, vai buscar em tôdas as ciências os seus materiais, tira-os das artes e recebe-os dos mananciais donde podem rebentar raios de luz sobre o estado da sociedade, a Natureza do solo, o

clima e os povos da região que se propõe estudar. Por seu turno a Medicina, adornando-se com alheios despojos e entregando-se a indagações estatísticas, adquire uma nova dignidade, porquanto ela trabalha diretamente no melhoramento da sorte da espécie humana, ao qual deve acelerar, esforçando-se por lhe verificar os progressos.

Assim, pois, o estudo da Estatística Médica não é um estudo árido, reduzido à simples apresentação de algumas tábuas de algarismos sobre a população, as doenças e a mortalidade de um país; a Estatística, invocando o socorro da Geografia, não se limita secamente à des-

JOSÉ FRANCISCO XAVIER SIGAUD foi um dos cientistas estrangeiros que mais se integraram na vida nacional, dedicando o melhor interesse ao estudo de problemas brasileiros referentes à sua especialização — a medicina. Chegando à nossa pátria ainda moço, aqui viveu e constituiu família. Também aqui morreu, em 1856, deixando valiosas contribuições acerca de temas brasileiros, da qual a mais notável, pela profundidade dos assuntos e pela variedade dos problemas focalizados, é o livro *Du climat et des maladies du Brésil*.

Ao seu nome estão ligadas várias iniciativas de natureza cultural, inclusive a fundação da Sociedade de Medicina, a publicação de órgãos de divulgação médica e a edição do Anuário Político, Histórico e Estatístico do Brasil. Além disso, o nome do Dr. SIGAUD vincula-se aos trabalhos estatísticos do Brasil, no período de sua existência entre nós, através de estudos e atividades relacionadas com a estatística médica. O próprio subtítulo da sua obra máxima é *“statistique médicale de cet empire”*, e nos diversos capítulos do livro trata-se de estatística climatérica, bioestatística, estatística cirúrgica, etc.

Dentre os seus trabalhos particularmente relacionados com a estatística, figura o Discurso sobre a estatística médica do Brasil, lido em sessão da Sociedade de Medicina, em 1832. É este pequeno estudo que a REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA hoje reproduz, fazendo-o quer pela sua importância histórica, quer em homenagem ao eminente cientista que tanto contribuiu, pela atividade cultural, para o engrandecimento do país.

Trata-se de trabalho em que se recolhem algumas observações apreciáveis, sobre a morbidade das populações brasileiras. Na publicação ora feita, muito embora se tenha adotado a ortografia vigente, conservou-se inteiramente a redação com que o discurso, já traduzido, foi dado à publicidade em folheto, em 1832.

criação do têrmo dos mares; não indica simplesmente o traçado das grandes cadeias de montanhas que separam as diversas províncias do Brasil; aproveitando-se das luzes da Geologia, não se limita unicamente ao exame do relevo dos terrenos; enfim, a Estatística, ligando-se à Física, não se ocupa só em distinguir o clima da temperatura, compreende no estudo da climatologia tudo aquilo que liga de novo ao globo a historia do desenvolvimento das sociedades humanas, os recursos de sua civilização, de sua indústria, e as causas de suas relações e de suas diferenças

A Estatística Médica, ligada com as outras ciências por meio de relações de estudo sobre os mesmos objetos, como o solo primitivo, a latitude, o solo cultivado, a população, o estado bruto ou civilizado de um país, recebe assim um reflexo de luzes de cada uma delas; apertando mais os seus pontos de contacto com a Economia Política certifica, com elle, o estado físico e moral dos povos; e, seguindo o seu exemplo, assinala a riqueza da civilização e a parte de felicidade com que elles podem contar para o futuro. Este novo género de illustração reservado à Medicina não tem limites: elle pode um dia fecundar os mais úteis e mais gloriozos resultados! Agora que a Estatística Médica ainda é uma ciência que existe no berço, não offerece já por si só uma das mais convincentes provas da efficácia da Medicina, demonstrando aos espiritos vulgares que a Natureza não basta unicamente para a cura das moléstias, pois que desde o tempo de HIPÓCRATES até aos nossos dias está provado que morre muito maior número de individuos que abandonam a moléstia a si mesma do que dos que invocam os socorros da arte?

Um justo sentimento de orgulho deve fazer exultar a todo homem amigo de seu país, quando se vê apresentar aos olhos o magnífico quadro do território que o viu nascer e quando, elevado ao estudo da bela Natureza que ostenta as suas riquezas em tórno d'elle, escuta a applicação dos princípios de uma nova ciência que quer aprofundar tudo, para melhorar

Ao aspecto d'este Império imenso, comprehendido entre o rio Amazonas e o da Prata, banhado de um lado pelo Oceano Atlântico e limitado do outro pelas províncias mais belas da América Meridional, as do Peru, Bolívia e Paraguai, que coração nacional não palpita de admiração, medindo com rápido golpe de vista d'água esta vasta extensão quase igual ao Continente da Europa, cuja forma e limites naturais apenas têm sido alterados por trezentos anos que já decorrem de sua descoberta, povoada ao norte e no centro de desertos, habitada no litoral e ao sul por três raças de homens que apresentam a imagem viva do estado da natureza, da escravidão e da civilização!

Eis, Senhores, o vasto campo de observações que se patenteia às indagações científicas, campo apenas sulcado por alguns trabalhos de mineralogia ou de História Natural; imensa superficie, cujas fendas apparecem apenas nas cartas de geografia moderna; território, respeitado até hoje pelo compasso do geômetra, vigem em grande parte do contacto explorador do engenheiro e dos passos do astrônomo;

país de proporções gigantescas, tesouro inesgotável de minerais preciosos, de vegetais úteis, de productos agrícolas de valor e necessidade; tal é o Brasil, de quem a ciência, a civilização e a liberdade devem entre si disputar a conquista, fecundando a prosperidade de seu porvir.

Honra seja tributada ao homem empenhador, ao infatigável viajor, que nutrido com as lições transmitidas por seus predecessores, LA CONDAMINE, SAINT HILAIRE, SPIX, MARTIUS e LANGSDORFF, e guiado pelo nobre exemplo de Mr HUMBOLDT e Mr BOMPLAND, quizer realizar um dia a grandiosa empresa de explorar um passo a passo a imensa extensão do Brasil! Elle fará conhecer os limites do Império ao norte; e esse deserto imenso, esses areais que guarnecem o Rio Negro na extensão de mais de quinhentas léguas, esses vastos sertões de Minas Gerais e essa provincia de Mato Grosso, onde se efetua a partilha das águas da América Meridional nas nascentes do Bauçes e em Vila Bela, esse sistema de montanhas que se elevam em duas filas mais paralelas entre si do que a cadeia dos Andes, e essa divisão da América Meridional em 3 bacias, as do baixo Orinoco, do Amazonas e do Rio da Prata, das quais o Brasil forma o centro e constitui a planície bosquéeada, a Hylaea, tornar-se-ão objectos de um estudo fácil sobre os vestígios desse explorador atrevido. Elle saberá apreciar os terrenos diversos, o solo bruto, o solo cultivado, e poderá conhecer o clima e a temperatura das diversas provincias do Império, só quando, depois de estudar essa costa que do Rio da Prata até Olinda se dirige do sudoeste ao nordeste, subir pelas praias do Maranhão e percorrer as margens do Rio Amazonas, numa extensão de mais de mil léguas de costa

Aqui pára a investigação do geólogo e principia o estudo do físico e do médico!

As camadas primitivas, os terrenos accidentais, a ausência dos vulcões nesta parte da América do Sul, as invasões parciais do mar, as irrupções dos rios caudalosos, a mudança de leito, a influencia dos innumeráveis rios que, desde o Amazonas, Madeira e Paraná, descem ramificando-se até o Oceano e Rio da Prata, têm sido alternada e sucessivamente medidos pelo olho escrutador do geólogo; agora convém elevarmo-nos a um círculo de considerações de ordem superior; em uma palavra, estudar o clima, a atmosfera e o calor, principio vital da temperatura do Brasil

Cada latitude tem seu distinctivo, disse CABANIS, e cada clima tem sua côr; esta verdade se manifesta em todo o esplendor em sua applicação ao Brasil. Com effeito, cada provincia offerece ao observador uma variedade atmosférica que imprime no clima um caráter particular. Estuda os elementos de que se compõe esta variedade e fazer uma análise detalhada de partes complexas, porque é preciso ao mesmo tempo apreciar a pressão da atmosfera, as misturas do ar, o estado higrométrico, a natureza dos ventos, a ação, ainda desconhecida, sobre a vida orgânica do peso e da força magnética

E que de indagações não necessita este exame, para avaliar-se com exatidão a influencia de cada um destes elementos sobre a in-

fluência da atmosfera ! . . O estudo da climatologia não consiste de certo na distinção dos lugares segundo a sua longitude e latitude astronômicas No Brasil, há províncias que colocadas debaixo da mesma latitude apresentam contrastes de climas bem opostos O calor, estendendo a todos os pontos do globo as suas ondulações, varia em cada lugar a sua ação e o seu poder No Pará e Maranhão, os ventos regulares, a vizinhança de um grande rio e da cinta que fornece o oceano temperam o ardor do calor solar A extensão e a configuração de certas províncias do Norte, as saliências que o Continente projeta nestas regiões, modificam a força do calor, e sob as latitudes de Pernambuco e da Bahia a regularidade, das correntes atmosféricas refresca a temperatura ao mesmo tempo que no centro e no resto da zona tórrida do Sul, a ação refrigerante das matas e florestas se exerce de maneira evidente, a ponto de dar um caráter bem pronunciado às duas estações de inverno e estio O homem, entregando-se ao roteio das matas e à cultura das terras, reage sobre o clima cuja influência direta éle a princípio sentia: mudando a superfície do solo, sondando as suas profundezas, revolvendo massas de terrenos quer por trabalhos de mineração, quer por trabalhos de agricultura, modifica as intempéries do clima, fertiliza a terra, tira dela novas produções, e domina ao mesmo tempo a atmosfera e o solo, testemunhas dos progressos de sua indústria !

Quem pode negar a ação espontânea da intervenção do homem sobre o clima ! A cultura desenvolvida com rápido crescimento na província do Rio de Janeiro não tem tornado as trovoadas menos freqüentes na estação do estio e não temos, porventura, pelo aniquilamento das matas que cercavam a Capital, concorrido para uma sensível diminuição da umidade ? Quem negará que um sistema de irrigação aplicado à província do Ceará dissiparia as secas tão fatais a essa província ? Quem negará que a multiplicação sempre crescente na mineração traz, em seguida, grande alteração no clima de certas partes da província de Minas ? Assim, pois, o homem sujeita o clima à sua vontade, com a poderosa arma da civilização E em presença dos fatos colhidos pela estatística, o que vêm a ser as célebres opiniões de MONTESQUIEU e de BUFFON, os quais sem cessar pintam o homem escravo do clima que o viu nascer, e incapaz de energia sob a zona tórrida, quando no século actual nós vemos instituições liberais mudar de repente um povo inerte e atacado de estupor num povo ativo e laborioso, como se tem podido verificar nas províncias do Sul dos Estados Unidos da América do Norte, em certas partes das Antilhas, e até no Continente da Colúmbia, desde a época da Independência ?

Se descendo das alturas do domínio da Física e deixando de parte o estudo do calor e do clima, vós aproveitais o poderoso socorro da Botânica, da Química e da História Natural para completar os vossos trabalhos estatísticos, é então que em vez de andar às apalpadelas na estrada de investigações dos lugares e produções do Brasil, podeis colher imensos despojos pelas pisadas de vossos antepassados.

É aqui que são múltiplos, variados e profundos os trabalhos dos sábios, porquanto é com efeito nestes ramos das ciências naturais que possuímos numerosos e ricos materiais, os quais parecem fazer do Brasil a terra clássica dos três reinos da Natureza

Sem remontarmos aos escritos cosmógrafos de JEAN DE LERY, do monge THEVET, de JOÃO DE BARROS e de STADEN, encontramos na História Natural de PISON, publicada em latim, os primeiros rudimentos da Botânica e da Zoologia do Brasil Cem anos decorrem depois desta obra sem que apareça um novo livro nesta região americana ! E foi já no principio deste século que LINDLEY percorreu as suas costas, MAWE descreveu as suas minas célebres, KOSTER visitou o interior e ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA, chamado o Humboldt Brasileiro, explorou os pontos mais recuados dessa província de Mato Grosso, maior que toda a Germânia.

O século actual viu brilhar as primeiras investigações de alguns viajantes animosos; o entusiasmo se propaga e provoca as indagações de novos exploradores O padre MANUEL AIRES DE CASAL publica a sua *Corografia Brasileira*; Pernambuco e Maranhão são descritos; LANGSDORFF pinta com encanto as solidões de Santa Catarina; NEWVIED observa a natureza nas províncias de São Paulo, Minas, Rio de Janeiro e Bahia, na qualidade de botânico e algumas vezes a pinta como poeta; SPIX e MARTIUS lançam-se pelas pisadas de HUMBOLDT e fazem pelo Brasil o mesmo que este sábio fez pelo México; ESCHWEUGE, habitante de Minas, descreve as riquezas metálicas desta província, já publicadas pelos trabalhos de JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA, e por CÂMARA.

Enfim, nestes últimos anos que acabam de decorrer, o Brasil, que a história romanesca de M^{rs} BEAUCHAMP e a sábia compilação de R. SOUTHEY tinham feito conhecer à Europa, chama às suas praias novos exploradores RUGENDAS com o seu pincel reproduz as belas solidões das matas virgens e a vida nômade dos índios; WALSH pinta como moralista os costumes da classe livre e os primeiros passos na estrada do regime constitucional ROUSSIN estuda as oitocentas léguas de costa que se estendem do Sul ao Maranhão, e num vasto tratado de hidrografia estabelece com exactidão a configuração marítima do Brasil O pintor TAUNAY oferece às vistas curiosas dos habitantes da capital do mundo civilizado o maravilhoso panorama da capital do Império Antártico AUGUSTO DE SAINT HILAIRE, observador consciencioso, animado pelo amor do bem e ajudado por conhecimentos práticos, numa viagem de duas mil e quinhentas léguas, percorre e explora as províncias do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas, Goiás, São Paulo, Santa Catarina, a Cisplatina, o país de Missões até a margem esquerda do Uruguai, e numa série de obras científicas escreve e aperfeiçoa a história natural do Brasil, revelando a magnificência e a riqueza do reino vegetal

Depois deste quadro bibliográfico dos principais trabalhos científicos, empreendidos sobre o Brasil, aos quais se ligam também duas obras estatísticas devidas a observadores nacionais, uma sobre a província do Pará e outra sobre a do Rio Grande, assim como a grande

colegão estatística de Monsenhor PIZARRO, e os esboços ainda inéditos do espirituoso e sábio LABEAUMELLE, que mão destra ousará reunir no mesmo espaço e sóbre o mesmo país os documentos que a medicina pode tirar das suas próprias observações acerca da população, moléstias e instituições do Brasil ?

Incumbia a uma Sociedade animada de zelo entusiasta pelo bem do país propor em comêço de sua fundação uma questão digna de figurar nobremente entre os programas das corporações mais sábias da Europa ! Fazer a feliz escolha de um assunto nacional, cujo profundo conhecimento deve resultar em beneficio de seus concidadãos, é ter consciência de sua grandeza futura e de sua verdadeira missão. Foi a Sociedade quem primeiro concedeu a idéia d'êste imenso trabalho de estatística médica do Brasil, quando para questão proposta por ella ao concurso, expressou em outros termos o desejo de conhecer quais são as moléstias das diversas provincias do Brasil e, portanto, à Sociedade a quem eu devo a inspição do meu assunto, ella é quem me guia no labirinto das investigações médicas, em que me proponho entrar ajudado por seus luminosos conselhos e por sua benévola indulgência.

Homens da arte, a quem cativa o fagueiro estudo das ciências, acudi a êste vasto teatro do Brasil a estudar as diversas raças de homens que povoam a sua superfície; vinde passar em revista êsses três milhões de homens livres, cujo maior número existe espalhado sóbre o litoral do oceano, e êsses dois milhões de escravos, de quem a morte e o futuro estão de antemão marcados no livro dos destinos. Numerai essas classes industriosas, que aos mais vastos portos do mundo, do êste Continente, atacam o comércio e as artes de tôdas as nações civilizadas; segui a ascensão progressiva da população desde a era da Independência; contaí as raças variadas de africanos reclamados pela agricultura; exploraí a vida selvagem dessas tribus de índios, tão numerosas, tão mutiladas pelo ferro, fogo e as perseguições dos primeiros colonos, e dos quais a civilização actual, seguindo o exemplo dos Estados Unidos, podia tirar tão grandes vantagens para povoar e rotear regiões ainda desertas; e dizei se êste estudo não é da mais alta capacidade ! Se elle vos não eleva ao exame e à solução das grandes questões filosóficas, que tratam do bem da Humanidade !

Em meio das indagações filosóficas e médicas sóbre a origem, progressos e desenvolvimento da população, vos detém uma questão de grave interesse, a da mortalidade: eis a pedra angular do vosso edificio estatístico-médico !

Sóbre todos os pontos d'êste vasto Império, no meio da solidão dos setões habitados por uma população rara de pastores nômades, assim como nas planícies cobertas de granjas e de lugarejos, no interior das grandes cidades e bem assim nos campos da circunvizinhança, a morte ceifa na América grande número de individuos talvez ainda mais considerável do que nos outros Continentes. E pôsto que relatórios apresentados pelos Conselhos Gerais das provincias de Minas e São Paulo nos revelem uma fraca mortalidade entre os negros escravos elevando-a a 3 por 100 no decurso d'êstes últimos

anos, a opinião pública firmada em numerosos fatos, observados de longos anos, estabelece em 10 por cento esta aterradora mortalidade. Nestes últimos, no litoral do Brasil, pôde-se avaliá-la em maior número por causa da importação superabundante de africanos, e nesta capital, em os primeiros meses de 1830, sepultaram-se na Misericórdia de 700 a 800 negros novos em cada mês.

Entre os índios o quase total desaparecimento de certas tribus, ceifadas pela bexiga ou febres intermitentes, faz pensar que a mortalidade é ainda mais terrível em seus estragos. O estado selvagem, a ausência total dos socorros da arte, são os dois escolhos que concorrem para destruir gradualmente esta raça, cuja propagação e cultura seriam de tão grande peso na balança da população agrícola.

Quem não sabe que a falta total de um Estado Civil, útil instituição há tanto tempo esperada, e a falta de registros mortuários obstem a fixar, segundo um cálculo exato, a mortalidade da classe livre ? Todavia, as gerações passam em tórno de nós e se renovam com uma rapidez aterradora ! Nasce e morre, essas duas condições passageiras da Humanidade, parecem ser mais fecundas sóbre o Continente americano. E na verdade, sem examinarmos os assentos das paróquias das locas, onde todavia é menor a mortalidade, limitemo-nos a fazer o cálculo das cidades principais do Império: que quadro sobrecarregado de números não temos de oferecer aos nossos ouvintes !

Lançaí os olhos sóbre a capital, sóbre esta cidade grande e populosa: refleti um instante a colheita abundante que os vossos olhos já acostumados vêem cair com indiferença debaixo da foice da morte e cujos vestígios vos escapam até mesmo no interior dos templos, que pelo gênio de enterramento pôsto em prática, repelem o contacto de novas oferendas, e de vossas saudades, as flores que a amizade vem depositar sóbre o túmulo de um amigo, e as publicas homenagens que no recinto dos cemitérios recomendam antecipadamente os nossos despojos mortais à memória dos nossos contemporâneos e à da posteridade. Não recueis de pavor, Senhores, à enumeração d'êsses tão numerosos sacrificios, dessas perdas irreparáveis de meninos, de mulheres de parto, de adultos e de escravos úteis. Embalde procurareis por vossas explicações lançar um véu sóbre o vácuo aterrador que a morte ocasiona nas diversas ordens da população, sem distincção de idade nem de condição. Embalde apresentareis à vossa imaginação perturbada raciocínios capciosos: são precisos fatos bem estabelecidos para medir o mal que despoava o foco principal da civilização brasileira; são precisos quadros exatos para combater a indiferença egoísta e alentar a medosa ignorância. Lançaí os olhos no recinto desta capital e vêde se por culpáveis negligências tudo não concorre para uma destruição, e rápida ? Que garantias achais vós na hygiene pública, quando as ruas estão amontoadas de imundícies, os cais transformados em cloacas e os baluartes em pântanos ? Vêde a que mãos vós confiais a vossa arruinada saúde, os empíricos; os empíricos dominam e a opinião ignorante os chama antes e depois dos médicos no tratamento da enfermidade !

Quais são os remédios que solicita a vossa incúria? Que garantia vos apresenta aquêle que os compra, que os prepara e que os vende?

Aí tendes, Senhores, uma série de flagelos diversos, que é impeiosamente necessário apartar de uma cidade populosa entulhada de habitantes, se quereis trabalhar no aumento da população e concorrer para o engrandecimento do país. As vossas indagações ainda se oferecem mil causas, que podem ser tomadas em consideração, e fazer brotar de seu próprio exame raios de luzes sôbre a fôrça crescente da mortalidade!

A afluência continuada de doentes graves, que quase moribundos vêm ao Rio de Janeiro reclamar os socorros de práticos esclarecimentos; a chegada nestes últimos anos de muitos negociantes que traficam e são empregados na costa da África e que trazem moléstias do fígado, do baço e pâncreas; a construção de casas novas, cujo número em 1830 excede ao de 300, causa reconhecida de freqüentes doenças por efeito de uma habitação recente, e de lesões mortais; a intemperança, o abuso das bebidas alcoólicas e sobretudo o uso antigo, porém pernicioso, das ceias; o número sempre crescente da população que emigra; os máus tratamentos dos empíricos e a cega aplicação de sanguessugas, das quais a Alfândega tem contado milhões de 1825 para cá; e bem assim o uso epidêmico do remédio Le-roy, cuja introdução no Brasil pôde por um momento, talvez sem exageração, contrabalançar a exportação do café; enfim, a tormentosa influência das paixões políticas, tais são as principais causas que importa aprofundar antes de levantar tabuadas positivas da mortalidade do país. Porém, dirão, o exame estudioso das moléstias endêmicas, epidêmicas e esporádicas do Brasil não basta para explicar tudo, para resolver tudo, na questão da mortalidade? Enumeraí as endemias de cada província, consultai a história para conhecer as epidemias de febres contagiosas ou pestilenciais que têm em diversas épocas assolado o litoral e o centro das províncias marítimas; estudaí segundo a prática civil ou a observação clínica nos hospitais, as afecções esporádicas das províncias do Norte e do Sul. Então é que, por este trabalho de tão alta importância, aplanareis tôdas as dificuldades e que a estatística médica se enriquecerá de materiais úteis.

Essas moléstias que vós desejais conhecer são as formas simbólicas do clima de cada província. Ao norte e debaixo do Equador o vosso olhar escrutador vê os tifos, as febres eruptivas e cerebrais e a hodiopisia formar a maioria dos quadros nosológicos. Entre a linha e o trópico, em Pernambuco e Bahia, vós não encontrareis nenhum indício d'esses flagelos contagiosos da América do Norte, a febre amarela, o vômito negro, os quais pareciam dever se desenvolver em condições análogas de clima e as continuadas comunicações de comércio. Debaixo do trópico do Sul apresentam-se as febres intermitentes perniciosas, e acompanham ao longe os grandes rios de São Francisco, Rio Doce e Paraíba, assim como os pequenos rios menos rápidos que se lançam na baía do Rio de Janeiro. O litoral do mar até os areais do Rio Grande, desde Campos até além de Santa Cata-

rina, é cercado de uma cinta de febres intermitentes, e Paranaçu reclama por sua parte a disenteria como afecção característica de sua localidade. No centro e para o sul, o antraz no Rio Grande, o papo em São Paulo e a elefantíase em Minas formam um triunvirato endêmico e que não pode escapar ao vosso espírito de investigação.

Se entrardes mais avante no domínio da patologia climatérica, achareis ocasião sem cessar de estudar os moléstias da pele e do fígado em todos os graus de variação e de intensidade. A hepatite é o sinal ou o símbolo mórbido da capital do Brasil, e em seus estragos não cede o passo ao flagelo universal da humanidade, a tísica pulmonar. No recinto desta populosa cidade é que o vosso olhar descobrirá essas doenças importadas da África, a lepra, a oftalmia egípcia, a boubá e êsses engurgitamentos linfáticos tão comuns em outro tempo, hoje menos numerosos e todavia ainda desconhecidos debaixo da relação científica. A erisipela, as lesões do escroto e as afecções verminosas occuparão por longo tempo a vossa atenção, porquanto nada é mais comum e mais variado; e uma vez que tenhais aprofundado este estudo, podereis, percorrendo outras regiões, completar a vossa estatística médica pela história das moléstias das extremidades inferiores, as quais atacam os trabalhadores brancos ou pretos das minas do ouro e do diamante, pela dos negros atacados do tétano, do *pian*, e da opilação, e a dos índios que sucumbem às feridas de flechas envenenadas; ou pelo uso, que têm igualmente os negros da costa de Guiné e os índios, de comerem terra argilosa e carregada de partículas de ferro, como observaram Mr HUMBOLDT, JOÃO GONÇALVES e RAMON BUENO, entre as tribus dos Otomaquis, as dos rios Orenoco, Amazonas e Paraná.

Chegados aos confins do domínio da Patologia, não nos resta mais do que procurar nos recursos físicos e morais do Brasil os meios indispensáveis para completarmos o nosso trabalho estatístico. Vós haveis podido notar, Senhores, que ventos regulares, uma doce temperatura e um céu soberbo, têm apartado até hoje das nossas costas os flagelos da peste, da febre amarela e do *cholera-morbus*, porém convém pedir outros preservativos ao mesmo solo, é preciso reclamar outras garantias da parte das instituições.

Nenhum país do globo oferece tantas riquezas para a matéria médica como o Brasil. O Pará encerra em seu seio inumeráveis vegetais mais ricos em produtos medicamentosos que os das outras partes do globo. As especiarias aromáticas, a salsaparilha, o agrião paraense e as gomas-resinas, há muito tempo atestam a fortuna vegetal desta região. A quina e a ipecacuanha nas províncias do centro e na do Espírito Santo e São Paulo abundam em tal quantidade que o comércio as conta entre os produtos de exportação. A cainoa, o barba-timão, e fedegoso, a abóbora do mato, a castanha do caju, são outras tantas conquistas feitas sôbre o território em favor da terapêutica e da matéria médica, e digâmo-lo com um justo orgulho e com o acento da verdade, todos estes produtos têm sido estudados,

aplicados na prática médica e assinalados aos sábios por médicos nacionais, ciosos de espalhar as riquezas do país e de aumentar a illustração nacional

Na esperança de que uma descoberta devida ao acaso ou à ciência faça brotar do seio da terra um vegetal desconhecido que dê ao Brasil a imensa reputação medicinal que a quina granjeou ao Peru; na esperança d'este útil beneficio, que só o futuro poderá um dia apreciar, para combater a febre amarela, a peste, ou o *cholera*, lancemos uma última olhada sobre a nossa arte e sobre as instituições antigas e recentes que têm consagrado o seu ensino e a prática neste hemisfério, porquanto a estatística não podia publicar documentos mais úteis do que aquêles que marcam o estado estacionário ou os progressos de uma profissão livre como a dos médicos

"O dia bilhante do triumpho intellectual da América", disse o poeta romancista JAMES FENIMORE COOPER, "está ainda em sua auroa, porém o seu sol não se levantará nas nuvens. Não se pode calcular os progressos de sua marcha com analogia aos de outro qualquer povo. Um número imenso de jovens abraçam já as profissões sábias, e a sua influencia serve para dar uma melhor direção à educação e ao talento"

Esta é uma verdade de fato que deve ser assinalada pela estatística e com a maior publicidade.

Sim, Senhores, eu aceito para esta parte do Continente americano o agouro favorável e as lisonjeiras primícias que em sua pátria proclamou FENIMORE COOPER. Uma nova força destruindo dia a dia a mortífera influencia da força de apatia que pesava sobre as almas, desperta as paixões, exalta os espiritos e os dirige para a ciência, a política ou a literatura. Principia a dissipar-se o sono da ignoância; e aquêles que primeiro no Continente da América do Sul se desprenderam d'esse repouso letárgico, pela maior parte peitencem à honra da classe dos médicos

A profissão médica, tornando-se desta vez a vanguarda da civilização, despiu a linguagem, as formas e os costumes do passado; tudo mudou na Medicina, mudou em teoria, mudou em prática. Já lá se foi o tempo em que o ensino se limitava a um só livro ou a um só mestre; perdeu-se o Breviário dos nossos antepassados; sobre as nossas plagas têm transbordado as bibliotecas da esclarecida Europa; as suas riquezas, proibidas em outro tempo, têm circulado hoje por todas as classes; a mocidade, ávida por illustrar-se, tem exaurido de tão fecundas fontes uma nova vida

O ensino principiou pelo estabelecimento das Academias Médico-Chúrgicas do Rio de Janeiro e Bahia, e se elle por muito tempo em tais instituições arastou-se estacionário, vai lhe dar um acréscimo imenso de impulsão e de vitalidade a lei de fundação das Escolas, promulgada este ano pela Assembléa Legislativa, essa lei filha dos vossos trabalhos,

A medicina de BROWN e de CULLEN, importada com o humorismo por alguns doutôres de Edimburgo e de Coimbra, não pôde resistir

por mais tempo às invasões da medicina eclética e à irrupção desabida e geral da Escola Fisiológica. Se esse illustre professor de Montpellier, AUGUSTO BROUSSONER, ressuscitasse hoje e pudesse de novo vir visitar estas regiões em que elle habitara há quarenta anos para estudar a Botânica e a História Natural, que pasmo não o arrebataria em face dos rápidos progressos da instituição médica e dos conhecimentos positivos adquiridos sobre as doutrinas e os métodos que governam o mundo científico! Porém, ainda mais duplicaria a sua surpresa ao aspecto dessa reforma de costumes médicos abonados por uma mocidade que para alcançar resultados seguros e felizes em sua prática confia mais nas suas luzes do que nos socorros da charlatanaria...

Quem de nós se atreveia hoje a renovar as cenas pitorescas de ASTRUCQUE, apparecendo à maneira de um meteoro, no vestibulo de um convento de religiosas e proclamando com uma voz rouca enfática, no meio de um circulo de mulheres respeitáveis e crédulas, um prognóstico fatal, pelo simples toque nas paredes do abdomen? Quem de nós tentaria curar a monomania de um velho, renovando para isso o exemplo de ESTÁCIO GOULART, o qual, querendo tratar de um negociante perseguido pela idéia de uma campanha que lhe retinha no interior do crâneo, praticou uma larga incisão crucial sobre o occiput, e por uma simulada tiação atirou ao chão uma campanha que lhe pulou da manga, assim como se vêem pular moedas das casacas dos pelotiqueiros?

Tributemos homenagem bilhante aos homens que em nossos dias praticam a Medicina; se entre elles alguns se encontram ainda que envolvem as suas ações em uma linguagem enigmática e nas formas de uma menthosa charlatanaria, o maior número repele tão indignos meios de representação e prefere o carácter simples e nobre da ciência que cultiva, às caretas e à impostura de que se pode jactar a ignorância.

Uma tão bela reforma nos costumes da classe médica é um verdadeiro progresso que a estatística tem de collocar como frontispício glorioso no resto dos seus trabalhos

Neste movimento ascendente das luzes, ella não parará unicamente para assinalar este primeiro grau de melhoramento moral; incumbelhe aumentar a lista dos seus cálculos com outras conquistas se nos é dado contar com um porvir isento das convulsões políticas. Graças aos constantes esforços da Sociedade, que já tem trabalhado com ardor na reforma dos abusos da prática médica, na dos hospitais e na das prisões, graças à influencia futura de uma lei que estabelece as bases do ensino, que consagra o seu livre exercício, apesar de suprimir os três principaes motores, o *concurso*, o *ensino oral*, e a *escolha livre dos cursos*, nós veremos, Senhores, o porvir desdobrar-se com o aparato de verdadeira glória, e os nossos derradeiros dias saudarão talvez uma ordem de instituições médicas, um regime de liberdade e de luzes, que constituirão para sempre a América do Sul émula em civilização de sua irmã mais velha

ESTATÍSTICA APLICADA

NÃO foram poucos os estadistas brasileiros que, ao dar desempenho a cargos de relêvo na administração pública, patentearam o valor da Estatística, não só como instrumento auxiliar indispensável para propiciar o conhecimento exato e objetivo dos fatos, como também na sua qualidade preciosa de verdadeira bússola norteadora dos rumos dos negócios do Estado. Entretanto, se foi esse o pensamento dominante dos homens ilustres que passaram pelo cadinho das pastas ministeriais, ou que empunharam o bisturi e o microscópio das comissões técnicas do parlamento e dos órgãos consultivos — sua sugestão não conquistou muitos adeptos na massa popular, que continuou a encarar os dados e quadros estatísticos com certa aversão e desprezo, atribuindo-lhes mais uma função de disfarce da realidade, do que reveladora dos fatos e suas causas imediatas. Esse desprestígio da Estatística nos meios populares encontra sua origem nas precárias condições de nossa educação cívica, que tem tolerado até hoje a deformação deliberada da verdade, mediante emprêgo premeditado de falsos dados, ou de deduções falazes baseadas em dados certos, tudo com o fim de demonstrar qualquer tese apriorística da maior conveniência dos interessados.

Ainda agora, neste momento gravíssimo que o Brasil atravessa, há quem se atreva a apresentar, ao público pouco informado e descrente, afirmações estatísticas as mais variadas, relacionadas com a existência e consumo de gêneros. Fazem-no sem o menor critério de exatidão ou de citação das fontes informativas, quando não elaboram, com os valores adrede arrançados, as mais disparatadas conclusões, com uma facilidade impressionante. Tudo, para o aumento da confusão e estímulo de atividades especuladoras, que proliferam nas épocas de carência de tudo, como a que estamos vivendo neste após-guerra.*

Não seria justo culpar a Estatística, as Repartições de Estatística, ou os que se dedicam diuturnamente a esse ramo utilíssimo do saber, pelo que lamentavelmente acontece entre nós. Nem seria inteligente condenar todo o sistema estatístico, devido ao fato de haver quem, consciente ou inconscientemente, competente ou incompetente, transforme-o em instrumento de abusos inqualificáveis. Cumpre, pelo contrário, esclarecer o público, cada vez que seja registrado um novo atentado à probidade da Estatística, denunciando logo o abuso e a malícia que o inspira. Além disso, há toda conveniência em que seja quanto antes promovido, entre os que consideram devidamente as atividades estatísticas, um trabalho de propa-

ganda educativa, no sentido de dar às classes populares melhor conhecimento do real valor da Estatística bem preparada e precisamente interpretada. Para esse fim, nada melhor do que mostrar-lhes como é possível obter, através dos quadros estatísticos sãbiamente trabalhados, indicações de grande utilidade para a previsão e adequado preparo dos anos futuros conforme os seguros indícios da probabilidade. Não se trata, evidentemente, de adivinhação ou profecia, nem de planejamento no significado tão desmoralizado hoje em dia entre nós.

Para melhor elucidação do assunto, é mais prático recorrer a um exemplo, que uma revista de cunho mundialmente popular como o *Reader's Digest* acaba de oferecer, em seu número de julho último, ao condensar um artigo escrito para *Nation's Business* por Dr. VERGIL D REED, uma autoridade em Estatística, Diretor do Escritório do Censo de 1940 dos Estados Unidos. Examinando os resultados do censo demográfico americano, o autor dá indicações interessantíssimas a respeito dos movimentos e modificações verificados, e que se esperam nos próximos anos, na população daquela grande nação irmã, apresentando ao mesmo tempo conclusões de ordem social, que servem para orientar com relativa segurança, não somente as autoridades públicas, como também todos os que se dedicam a atividades privadas e os próprios indivíduos isoladamente. Vejamos, em sùmula, essa verdadeira lição de Estatística Aplicada.

*

Em primeiro lugar, Dr VERGIL D REED mostra alguns grandes erros de apreciação comumente instalados no espírito de todos os americanos: — o de que os Estados Unidos são um “povo jovem”; que vive em cidades em pleno crescimento, ou no interior de Estados com população em aumento; que a maioria trabalha em fábrica ou em fazenda; que estão participando de um *melting-pot* em que comparecem tôdas as raças e nacionalidades, como filhos de pais europeus. Nada disso é verdade, demonstra estatisticamente o Dr REED. A média da idade dos americanos é atualmente 30 anos, quando costumava ser 16, o que significa que os Estados Unidos caminham no sentido de tornar-se uma nação de velhos. A maior parte das cidades não está crescendo, e grande parte dos Estados está perdendo população. A quantidade de pessoas empregadas no comércio, transportes e comunicações é o dôbro do número dos que trabalham nas fábricas e fazendas. E metade das crianças nascidas nos Estados Unidos em 1915 tinha pelo menos um dos pais estrangeiro de nascimento; agora, em cada dez nascimentos, nove registram ambos os pais de naturalidade americana.

Calcula o Dr REED que os Estados Unidos atingirão provavelmente em 1980 a sua população máxima, com cerca de 150 milhões, estacionando daí por diante, ou mesmo declinando

* V “Estatísticas Fantásticas” — pequeno comentário do autor em *Economia*, de São Paulo, número de junho de 1946, a propósito dos “cálculos” publicados pelos interessados no funcionamento das casas de jogo, cujo fechamento iria acarretar a miséria de milhares e milhares de indivíduos ..

um pouco Mas, enquanto que a população está crescendo mais vagorosamente do que no passado, o número de famílias está aumentando mais depressa do que nunca. Nos dez anos intermediários dos dois últimos censos, o crescimento do número de habitantes foi de 7,2%, enquanto que o de famílias atingiu 16,6%. Essa verificação significa, naturalmente, que o tamanho da família média está decrescendo, passando de 4,1 para 3,8 pessoas. Esse aumento desproporcional do número de famílias, observa o autor referido, é mais importante para muitas indústrias do que o aumento de população, porque a possibilidade de venda de geladeiras, fogões, automóveis e muitas outras coisas, depende principalmente do número de famílias e não do de indivíduos. A atual crise de habitações nos Estados Unidos pode ser atribuída, em grande parte, a essa evolução acelerada do número de famílias.

Para esclarecer a origem do rápido crescimento do número de famílias, Dr REED analisa a média da idade dos noivos, que foi 24,3 anos em 1940, quando em 1890 fôra 26,1 anos. Casam-se mais cedo presentemente. Por outro lado, os nascimentos, em lugar de aumentar, estão em declínio: — de 25 nascimentos por 1 000 habitantes em 1915, atingiu o mínimo de 16,6 em 1933 — último ano da grande depressão. Dêsse ano em diante, verificou-se uma alta progressiva, que alcançou 17,6 por 1 000 em 1940, chegando ao apogeu em plena guerra, em 1943, com 21,5 por 1 000. Essa onda já está novamente em declínio. Esclarece o autor: — quando essa criança chegar à idade de ter filhos, haverá provavelmente outra onda menor de nascimentos. Em 1947, as crianças nascidas em 1941 começarão a freqüentar as escolas. Sentir-se-ão, os americanos, deficientes de professores primários. A onda, porém, seguirá classe por classe, até os ginásios e universidades, provocando sucessivos congestionamentos. Após a passagem dessa onda, a administração do ensino americano ficará surpreendida pelo repentino decréscimo de matrículas. Também os fabricantes e distribuidores de artigos infantis sentiram surpresa semelhante, a não ser que eles conheçam a natureza desse fluxo, que não ocorrerá outra vez por uma geração.

Mas, o Dr VERGIL REED não se satisfaz com esses prognósticos objetivos, que são quase certas. Depois de explicar que nascem na república americana 106 homens para 100 mulheres, e que os homens morrem mais cedo do que suas companheiras — o que, aliás, acontece em toda a parte — ele indica que haverá assim uma falta de maridos idosos para as senhoras de meia idade ou mais, crise que se agrava duplamente com a velhice feminina. Quanto à jovem americana, sua situação é folgada, pois a probabilidade de casar-se aos 20 anos de idade é de 15,5 em cada grupo de 100, sendo de 92% a expectativa de casamento durante a vida toda. Em cada 12 pessoas com 15 anos, 11 se casam eventualmente. Mas, como os Estados Unidos estão com sua população envelhecendo, um quarto de seus habitantes tem mais de 45 anos de idade. E de 1930 para 1940 houve um aumento de 35% no número dos que haviam ultrapassado os 65 anos de idade. Dessa observação resulta que em 1980 haverá

provavelmente três vezes mais velhos com idade superior a 65 anos do que em 1930.

O fato de estar envelhecendo a população americana traz à baila várias considerações muito interessantes, não só quanto ao futuro dos mercados de produtos industriais, como no campo das diversões, viagens para estações climáticas, costumes morigerados, orientação política mais conservadora, número de empregos e de empregados etc. Por exemplo: — a proporção das pessoas empregáveis é agora predominantemente dos grupos de idade entre 20 e 59 anos. Como, porém, o número dos que se aproximam dos 20 anos é inferior ao daqueles que estão passando de 59 anos, é claro que a atual onda de empregados possíveis vai extinguir-se dentro de alguns anos. Esse fato irá refletir-se no cálculo das pensões para aposentadorias, custo dos serviços médicos e assistência aos inválidos etc. (Aqui, parece que o autor não considerou a probabilidade de ser estendido, além dos 59 anos da atualidade, o ponto do início da aposentadoria, desde que, como ficou provado, há mais saúde e maior longevidade.)

O crescimento das populações urbanas americanas está mostrando uma taxa regressiva desde 1910. As grandes cidades deixaram praticamente de crescer, com algumas exceções temporárias. Suas áreas suburbanas, contudo, estão em franco desenvolvimento e continuarão a crescer. A metade dos americanos vive em 140 distritos metropolitanos, constituídos de cidades com mais de 50 mil habitantes. A indústria americana já está começando a descentralizar-se, com maior número de fábricas menores fora das grandes cidades, fato que nós, brasileiros, deveríamos fixar para aproveitar essa lição oportunamente. Caso a descentralização continue, é provável que sejam criados mais e melhores centros comerciais nos subúrbios; e os terrenos suburbanos aumentarão de valor, enquanto que os urbanos se depreciarão ou se valorizarão mais lentamente.

A fiação relativa da população rural estava estacionária antes da guerra, com 23,1%. Observa o Dr REED que todas as tendências fundamentais da atual conjuntura americana são contrárias à "volta ao campo". Contribuem para essa conjectura: — melhores métodos de trabalho, melhores sementes, mecanização, e o mais largo uso de fertilizantes — o que torna possível vasto aumento de produção agrícola com menos trabalhadores. O número de fazendas está em declínio; seu tamanho em aumento. O padrão de vida das populações rurais, devido aos melhores métodos, tende, porém, a elevar-se. (Esses prognósticos são bastante significativos, especialmente para nós, brasileiros, que caminhamos cerca de meio século defasados do atual estágio de cultura dos Estados Unidos.)

O número relativo de empregados das entidades dedicadas ao comércio, transportes e comunicações está crescendo há mais de um século. Somente nesse setor de atividades, excluindo o Governo, encontravam-se 45,8% de todas as pessoas que trabalhavam em serviço civil em 1940. A indústria ocupava somente 23,4%, enquanto que a agricultura, extração de madeira e pesca somavam juntas apenas 18,8% do total.

Depois de estudar e focalizar o movimento migratório que se processa dentro do território

da União Americana, entre os Estados, indicando suas causas e tendências futuras, o autor se refere à migração de mulheres procedentes das zonas rurais durante a guerra. Assim, observou-se um decréscimo de 11,3% na população feminina dos campos, ao mesmo passo que cresceu a das cidades. Contavam-se nesse êxodo de mariposas atraídas pelas luzes enganadoras das metrópoles 665 000 moças entre 14 e 24 anos de idade. Naturalmente, elas adquiriram novos desejos, criaram novas necessidades, em consequência de novos costumes e hábitos que certamente afetarão no futuro o seu conceito da vida.

*

Eis como um estatístico norte-americano, em artigo de divulgação popular, para aqui quase transcrito da condensação, mostra o que está acontecendo e vai suceder provavelmente com a população dos Estados Unidos, prevenindo as autoridades, fazendeiros, industriais, comerciais, consumidores, moços e velhos, homens e mulheres, casados, viúvos ou solteiros — honestamente, sem partidatismo, sem intuítos inconfessáveis, objetivamente e exato que uma estatística sêca, sem comentários, torna-se uma leitura árida e incompreensível para o leigo. Mas, interpretada pela forma do exemplo, de modo a interessar diretamente pelas suas conclusões cada classe e cada indivíduo, o seu conhecimento revela-se precioso a todo o mundo.

É de justiça salientar com louvores o pouco que, relativamente à magnitude do assunto e à proverbial falta de recursos, tem sido feito

pelos brasileiros que se dedicam à ingrata tarefa de angariar elementos para as nossas estatísticas e elaborá-los convenientemente, para uso e aplicação na vida prática da coletividade. Pelo número reduzido desses abnegados estudiosos dos fenômenos brasileiros, e pela indiferença costumeira com que são recebidos seus trabalhos, que modestamente mal afloram as camadas verdadeiramente populares, estas sempre preocupadas com as "manchettes" escandalosas — os esforços dispendidos por êles têm sido quase anulados pelos pescadores de águas turvas, que procuram prestigiar-se à custa do sacrifício da probidade da Estatística.

Seria de esperar, portanto, da esclarecida direção dos jornais mais importantes e de maior circulação, uma cooperação mais íntima e constante com a Estatística, já pela recusa de divulgar dados pouco ou nada autênticos, já pela maior divulgação dos resultados oferecidos pelas repartições oficiais autorizadas e personalidades idôneas do mundo estatístico. Obedientes a tal critério de seleção negativa e positiva, a imprensa pátria poderia conquistar mais um galardão de glória, por participar direta e ativamente de uma grande obra nacional: — a democratização da Estatística, que passaria a exercer realmente o seu legítimo papel e a sua função orientadora sistemática de todas as classes sociais. É preciso propiciar ao Brasil a possibilidade de seguir o velho conselho do filósofo grego: — "Conhece-te a ti mesmo!".

ALDO M AZEVEDO

(Do Centro de Estudos da Sociedade Brasileira de Estatística em São Paulo)

INFORMAÇÕES GERAIS

BRASIL

Movimento comercial e industrial em 1945

Prosseguem com regularidade os inquéritos econômicos que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística vem realizando, mensalmente, nos vinte e dois centros mais importantes do país. Conforme tem sido anunciado, os inquéritos em questão abrangem os estabelecimentos com movimento anual de vendas não inferior a 100 000 cruzeiros, advertindo-se que os dados referentes ao centro econômico de São Paulo incluem o Município de Santo André, e os de Niterói incluem os do Município de São Gonçalo.

Durante o ano passado, ascendeu a 15 704 o número médio dos estabelecimentos observados, em comparação com 13 928 em 1944, tendo havido, pois, um aumento de 12,8%. O valor total das vendas foi de 76 999 milhões de cruzeiros, contra 65 669 milhões, em 1944. Foi, assim, de 17,3% o acréscimo verificado. Em 1945, os pagamentos ao pessoal subiram a 7 500 milhões de cruzeiros, montante que, comparado com os 5 444 milhões do ano anterior, oferece o aumento percentual de 37,8%. Os pagamentos de impostos cresceram de 3 331 milhões de cruzeiros, em 1944, para 4 493 milhões, em 1945, representando 34,9% o aumento observado.

Levando-se em conta o acréscimo no número dos estabelecimentos perquiridos e a tendência ascendente dos preços, parece quase certo que ao maior valor das vendas, no ano findo, não correspondeu maior volume de negócios, em comparação com 1944. Também os pagamentos ao pessoal e os pagamentos de impostos aumentaram em proporção maior do que o valor das vendas.

Os estabelecimentos comerciais, em número médio de 7 177, realizaram vendas no valor de 43 878 milhões de cruzeiros, em 1945, enquanto os dados correspondentes apurados para 1944 mostram 6 805 estabelecimentos e 38 038 milhões de cruzeiros. Nesta categoria de estabelecimentos, os pagamentos ao pessoal foram de 2 090 milhões de cruzeiros e os de impostos 1 606 milhões, em comparação, respectivamente, com 1 528 e 1 267 milhões em 1944.

Os estabelecimentos industriais, cujo número médio, em 1945, se elevou a 8 527, efetuaram vendas no valor de 33 121 milhões de cruzeiros. Os dados correspondentes, para 1944, são 7 123 estabelecimentos e 27 631 milhões de cruzeiros. Nesta categoria, os pagamentos ao pessoal ascenderam a 5 410 milhões de cruzeiros e os pagamentos de impostos a 2 887 milhões; em 1944, essas despesas foram, respectivamente, de 3 916 e 2 064 milhões de cruzeiros.

A importância comparativa dos diversos centros econômicos é indicada principalmente pelo valor das vendas, verificando-se que somente os dois centros considerados de primeira ordem — São Paulo e Distrito Federal — contribuem com 75,89% do valor total dos negócios. Os quatro centros de segunda ordem — Recife, Porto Alegre, Salvador e Belo Horizonte — contribuem com 15,31%. Os seis centros de ter-

ceira ordem — Niterói, Belém, Curitiba, Fortaleza, Manaus e Maceió — aparecem com 6,28%, enquanto os demais, reunidos, apenas contribuem com 2,52%.

Nos pagamentos ao pessoal, os dois centros maiores figuram com 81,82% sobre o total; nas despesas com impostos, a contribuição foi de 79,43%. Aos quatro centros de segunda ordem, cabem, respectivamente, 10,72% e 12,64%.

As vendas à administração pública atingiram 2 565 milhões de cruzeiros, em 1946, tendo contribuído com 1 334 milhões os estabelecimentos comerciais, e com 1 231 milhões os industriais. Em relação ao valor total das vendas, os fornecimentos à administração pública representam 3,33% para o conjunto dos estabelecimentos (3,04% para os comerciais e 3,72% para os industriais, considerados separadamente).

A discriminação dos pagamentos ao pessoal, cujo montante se acha indicado acima, foi a seguinte: empregados (fôlha de pagamentos), 72,21%; empregados (comissões e gratificações), 9,07%; comissões a intermediários, 7,88%; retiradas de sócios e proprietários, 10,84%. Os pagamentos de impostos, cujo total também já foi mencionado, se encontram assim discriminados: importação, 17,96%; consumo, 40,53%; vendas mercantis, 20,86%; sobre a renda (pessoas jurídicas), 11,43%; indústrias e profissões, 3,17%; sobre lucros extraordinários, 6,05%.

Os lucros e dividendos distribuídos elevaram-se a 1 334 milhões de cruzeiros, dos quais 488 milhões correspondem aos estabelecimentos comerciais e 846 milhões aos industriais. Em relação ao valor total das vendas, esses lucros e dividendos equivalem a 1,73%, sendo de 1,11% a correspondente proporção nos estabelecimentos comerciais, e de 2,58% a dos industriais.

As despesas dos estabelecimentos industriais com a aquisição de matérias primas, combustíveis e energia elétrica subiram a 13 207 milhões de cruzeiros, correspondendo a 39,87% do valor das vendas pelos mesmos realizadas.

O valor dos estoques de produtos controlados oscilou em torno de 5,5 bilhões de cruzeiros, sem apresentar tendência bem definida para aumento ou diminuição. Foi relativamente pequena a diferença entre o valor máximo de 5 649 milhões, atingido em 31 de dezembro, e o mínimo de 5 441 milhões, registrado a 31 de outubro. A aproximada estabilidade do valor dos estoques, no curso de 1945, contrasta com a tendência ascendente que fora verificada no ano anterior. Essa estabilidade, num período de elevação de preços, significa redução quantitativa dos estoques.

Do valor total dos estoques observados, 47,74% cabem a São Paulo e 26,15% ao Distrito Federal, numa concentração de 73,89% nos dois maiores centros econômicos. Aos quatro centros de segunda ordem — Recife, Porto Alegre, Salvador e Belo Horizonte — correspondem, em conjunto, 15,32%. Os 16 centros restantes, reunidos, figuram com 10,79%.

Exportações brasileiras

Segundo os resultados das apurações já sistematizadas pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira, do Ministério da Fazenda, e relativos à exportação do país no primeiro semestre de 1946, das classes de produtos embarcados foi a dos gêneros alimentícios a única que superou, em quantidade, as remessas efetuadas em idêntico período do ano passado. Com efeito, de janeiro a junho do ano corrente o Brasil exportou 853 520 toneladas de alimentos, no valor de 3 668,2 milhões de cruzeiros, contra 550 377 toneladas e 2 055,9 milhões, no primeiro semestre de 1945, enquanto os embarques de matérias primas caíram de 16 472 e os de manufaturas de 6 853 toneladas. Quanto aos valores, ocorreu um aumento global considerável, o qual somou 3 166,7 milhões de cruzeiros. No semestre correspondente de 1945, exportamos 1 353 101 toneladas, no valor de 4 911,4 milhões de cruzeiros; este ano, as vendas para o Exterior elevaram-se a 1 633 421 toneladas, no valor de 8 108,1 milhões.

Entre as matérias primas, destacaram-se os couros e peles, as madeiras, notadamente o pinho, e o algodão. Quanto a este último, o aumento havido nos embarques do primeiro semestre de 1946 acha-se expresso através dos seguintes dados: 177 605 toneladas, no valor de 1 313,9 milhões de cruzeiros, contra 49 103 toneladas e 299,8 milhões. Registrou-se, também, forte acréscimo nas remessas de lã em bruto. Na parte referente aos frutos oleaginosos ocorreu ligeira diminuição, sobretudo no concernente ao babaçu. Sensível foi o aumento do valor nas exportações de cera de carnaúba: enquanto as 6 571 toneladas embarcadas de janeiro a junho de 1945 representaram 173,9 milhões de cruzeiros, as 6 930 toneladas remetidas no mesmo período de 1946 importaram em 300,3 milhões.

No setor dos alimentos, avultaram as vendas de café, com 1 834 617 sacos e 1 108,9 milhões de cruzeiros a mais, em 1946. Os outros gêneros alimentícios que registraram aumentos foram arroz, farinha de mandioca, feijão, bananas, laranjas e carnes frigorificadas.

Exportações de tecidos

Decorrido um ano do término da guerra, as exportações brasileiras de tecidos de algodão continuaram a registrar aumentos, tanto no volume como no valor médio por tonelada. Os embarques do artigo, durante os meses de janeiro a maio, no triênio de 1944/46, acham-se assim discriminados: nos cinco meses de 1944, 7 636 toneladas, no valor de 346,4 milhões de cruzeiros; nos de 1945, 8 566 toneladas e 476,7 milhões de cruzeiros; e nos de 1946, 9 793 toneladas e 548,5 milhões de cruzeiros. O preço médio por tonelada, que passara de 45 364 cruzeiros, no aludido período de 1944, para 55 653 no de 1945, assinalou um acréscimo bastante moderado do ano passado para o corrente, quando foi de 55 997 cruzeiros.

Dados fornecidos a respeito pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira, do Ministério da Fazenda, abrangem também as exportações por Continente e países de destino, nos meses referidos.

Decresceram este ano as vendas a diversos países americanos, entre os quais figuram des-

tacadamente os Estados Unidos e a Argentina. Guardou o Continente, no entanto, a posição de maior comprador dos nossos tecidos, tendo absorvido, nos citados cinco meses deste ano, 5 096 toneladas das 9 795 embarcadas para o estrangeiro. Os acréscimos mais importantes foram os das remessas para a União Sul-Africana, cujas compras passaram de 584 e 1 072 toneladas, respectivamente, em 1944 e 1945, para 1 531 toneladas este ano, sempre considerados apenas os meses de janeiro a maio. Nada menos de dez países asiáticos efetuaram compras de tecidos de algodão ao Brasil, em 1946, totalizando, no referido lapso de tempo, 1 003 toneladas, no valor de 44,9 milhões de cruzeiros. Foram eles o Afeganistão, a China, as Filipinas, a Indo-China, o Líbano, a Palestina, a Pérsia, a Síria e a Transjordânia.

A Turquia, que aparece como a única compradora nos dois anos anteriores, não figura entre os importadores até maio último.

A Europa aumentou suas aquisições este ano, tendo recebido em maio 1 019 toneladas, no valor de 59,0 milhões de cruzeiros. Nos meses de janeiro a maio de 1944 e 1945, os embarques para o Velho Mundo somaram, respectivamente, 313 e 413 toneladas.

Características da população brasileira

Indicações do maior interesse são encontradas na Sinopse do Censo Demográfico de 1940, recentemente publicada pelo Serviço Nacional de Recenseamento, sobre a composição da população brasileira, em setembro daquele ano, segundo o sexo, grupos de idades e principais caracteres individuais. Esses caracteres referem-se à cor, estado conjugal, nacionalidade, grau de instrução, crença religiosa e atividade primordial. Quanto ao primeiro dos aludidos atributos, bem fácil será avaliar as dificuldades que tiveram de ser vencidas para obter-se uma caracterização o mais aproximada possível da realidade, tendo sido adotado o critério mais conveniente, ou seja, o destaque dos grandes grupos étnicos — brancos, pretos e amarelos — e a inclusão na categoria dos "pardos" de todos aqueles que declararam outra cor, na conhecida e vasta gradação de nossa mestiçagem. Assim, dos 41 236 315 habitantes encontrados no país, em 1º de setembro de 1940, 26 171 778 eram brancos; 6 035 869, pretos; 242 320, amarelos; 8 744 365, pardos, havendo ainda a parcela relativamente inexpressiva de 41 983 sem declaração de cor.

Quanto ao estado conjugal, a situação era a seguinte: solteiros, 27 177 242; casados, 12 236 256; separados, desquitados e divorciados, 67 183; viúvos, 1 722 019; estado conjugal não declarado, 33 615. A discriminação por sexo, no concernente ao estado conjugal, oferece aspectos merecedores de destaque. Assim é que predominam os homens na rubrica dos solteiros e as mulheres em todos os outros itens. Para 6 068 333 homens casados, existiam 6 167 923 mulheres; os homens separados, desquitados ou divorciados eram em número de 25 789, enquanto as mulheres somavam 41 394. As viúvas avultavam esmagadoramente sobre os viúvos: 1 284 922 para 437 097. E entre os que não declararam o estado conjugal, as mulheres

representavam quase o dúbio dos homens: 21 225 para 12 390.

A classificação por nacionalidade mostra que 39 822 487 eram brasileiros natos; 122 735, brasileiros naturalizados; 1 283 833, estrangeiros; e 7 260, de nacionalidade não declarada. Predominam, entre os estrangeiros, as seguintes nacionalidades: portuguesa, 354 311 (218 901 homens e 135 410 mulheres); italiana, 285 029 (146 812 homens e 138 217 mulheres); espanhola, 147 897 (76 950 homens e 70 947 mulheres); japonesa, 140 693 (77 200 homens e 63 493 mulheres); alemã 88 939 (47 730 homens e 41 209 mulheres); e síria, 45 786 (27 689 homens e 18 097 mulheres).

No que se refere à instrução, apenas 13 292 605 sabiam ler e escrever, não incluídos aí os 208 570 de instrução não declarada e devendo-se levar em conta os compreendidos nas idades da primeira infância, forçosamente pertencentes à parcela dos iletrados.

Católica romana foi a crença religiosa declarada por 39 177 880. Os protestantes figuravam com 1 074 857 adeptos e os ortodoxos com 37 953, perfazendo, com os católicos, o significativo total de 40 290 690 cristãos. Fora os 101 974 de religião não declarada, os restantes se achavam assim classificados: espíritas, 463 400; budistas, 123 358; de outra religião, 107 392; sem religião, 87 330; israelitas, 55 666; maometanos, 3 053; xintoístas, 2 358; e positivistas, 1 099.

As atividades principais estavam representadas da seguinte maneira: agricultura, pecuária, silvicultura, 9 453 512 indivíduos; indústrias extrativas, 390 560; indústrias de transformação, 1 400 056; comércio de mercadorias, 749 143; comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização, 51 777; transportes e comunicações, 473 676; administração pública, justiça, ensino público, 310 726; defesa nacional, segurança pública, 172 212; profissões liberais, culto, ensino particular, administração privada, 118 687; serviços, atividades sociais, 899 774; atividades domésticas, atividades escolares, 11 909 514; condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas, 3 108 212.

Dispersão demográfica A dispersão da população brasileira pelo vasto território nacional constitui um fato que

logo ressalta no exame de nossos fenômenos demográficos. Ao lado das grandes concentrações urbanas, nota-se a rarefação, no interior. Segundo apurou o Censo de 1940 — e a situação de lá para cá não sofreu, decerto, alterações capazes de modificar substancialmente o quadro populacional — para os 41 565 083 habitantes então existentes, nada menos de 13 493 647 se encontravam em municípios de população entre 10 001 e 25 000 almas; 12 950 947 habitavam os de 25 001 a 50 000; 6 466 348 os de 50 001 a 100 000; 2 570 222 os de 100 001 a 250 000. Nos municípios abaixo de 10 000 habitantes, havia, em 1940, 1 994 052 indivíduos, enquanto apenas 922 658 se distribuíam pelos de 250 001 a 500 000 almas. Estes últimos são os do Recife, Salvador e Pórt Alegre, nenhum deles sequer com 400 000 habitantes, ou seja, respectivamente, 352 727, 294 253

e 275 678. No entanto, o Distrito Federal e São Paulo reuniam 3 100 106 habitantes, cabendo 1 781 567 ao primeiro e 1 318 539 ao segundo.

Como se vê, os núcleos de 10 001 a 50 000 habitantes, totalizando 1 181 dos 1 574 municípios existentes em 1940, possuíam 26 444 594 dos 41 565 083 então encontrados no país. Com população até 5 000 almas, havia 29 municípios; de 5 001 a 10 000, 243; de 10 001 a 25 000, 799; de 25 001 a 50 000, 382; de 50 001 a 100 000, 98; de 250 001 a 500 000, 18; de 250 001 a 500 000, 3; e acima de 1 000 000, 2.

Segundo a densidade, a maior parte dos municípios, ou seja, 504, oscila entre 10,01 e 25,00 habitantes por quilômetro quadrado; 377, entre 25,01 e 50,00; 219, entre 5,01 e 10,00; 191, entre 1,01 e 5,00; 132, entre 50,01 e 100,00; 30, entre 100,01 e 250,00. Com um número de habitantes superior a 250,01 por quilômetro quadrado, havia, em 1940, 11 municípios, enquanto 110 unidades municipais apresentavam menos de 1,00. Estas últimas se achavam agrupadas, em sua quase totalidade, nas regiões Norte e Centro-Oeste, que abrangem o vale do Amazonas e os extensos campos de Goiás e Mato Grosso.

Características da população carioca Segundo a Sinopse do Censo Demográfico de

1940, havia no Distrito Federal, em 1º de setembro do referido ano, 215 670 estrangeiros, para a população encontrada de 1 764 141 habitantes. Os brasileiros natos somavam 1 533 698, e os naturalizados 12 963, figurando ainda no cômputo geral 1 810 indivíduos de nacionalidade não declarada.

Os portugueses apareciam com o maior contingente: 92 753 homens e 54 187 mulheres. Dentre as nacionalidades predominantes, seguem-se os italianos, com 8 969 homens e 7 470 mulheres; os espanhóis, com 5 913 homens e 5 546 mulheres; os alemães, com 4 844 homens e 4 631 mulheres; os poloneses, com 3 092 homens e 3 170 mulheres; e os sírios, com 3 589 homens e 2 432 mulheres. Os naturalizados mais numerosos são de origem portuguesa — 6 913 homens e 793 mulheres. Os de origem italiana perfazem 774 homens e 244 mulheres; espanhola, 579 homens e 174 mulheres; alemã, 492 homens e 218 mulheres; russa (parte europeia), 307 homens e 110 mulheres; e síria, 281 homens e 56 mulheres.

De acordo com as atividades respectivas, a população do Distrito Federal achava-se assim classificada: agricultura, pecuária, silvicultura, 18 878; indústrias extrativas, 4 582; indústrias de transformação, 156 497; comércio de mercadorias, 109 470; comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito seguros e capitalização, 11 830; transportes e comunicações, 64 291; administração pública, justiça, ensino público, 55 588; defesa nacional, segurança pública, 45 808; profissões liberais, culto, ensino particular, administração privada, 19 873; serviços, atividades sociais, 116 057; atividades domésticas, atividades escolares, 638 621; condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas, 164 981.

Quanto à cor, os brancos figuravam com 1 254 353; os pretos, com 199 523; os pardos,

com 305 433; os amarelos, com 1 550 Faltou a declaração de côr de 3 282 recenseados

Entradas e saídas de estrangeiros Durante o quinquênio de 1940/44, entraram no Brasil 98 265 imigrantes, ocorrendo, no mesmo período, uma saída de 55 893 elementos estrangeiros Dêsse movimento resultou um saldo de 42 372 indivíduos, a favor do Brasil, com forte predominância da nacionalidade portuguesa, ou seja, 16 178 indivíduos

Quanto às entradas verificadas no quinquênio, coube ainda aos lusos o primeiro lugar, observando-se, porém, sensível decréscimo de ano para ano, fenómeno oriundo das dificuldades de deslocamento decorrentes da guerra, e que se refletiu na imigração de procedência européia Assim é que foram em número de 13 123 os portugueses entrados no Brasil, em 1940; 6 713, em 1941; 1 866, em 1942; 367, em 1943; e 841, em 1944. As saídas obedeceram a ritmo idêntico, embora em menor proporção quantitativa, observando-se o mesmo no tocante aos demais de origem européia

Imediatamente após, figuram os norte-americanos, com 22 616 indivíduos entrados no país, no quinquênio, e saídas de 14 090 A seguir, vêm os argentinos, com 12 967 e 9 616, respectivamente; os uruguaios, com 8 288 e 2 389; os ingleses, com 3 555 e 3 110; e, com números menores, os espanhóis, franceses, japoneses (somente em 1940 e 1941), alemães, italianos, chilenos, bolivianos, paraguaios, poloneses, holandeses, suíços, húngaros, tcheco-eslovacos, belgas, romenos e outros menos numerosos No concernente aos súditos dos países do "eixo", o movimento ficou restrito quase exclusivamente aos anos de 1940 e 1941, sendo

que nenhum japonês entrou no Brasil de 1942 a 1944

O quinquênio acusou o seguinte movimento global, cada ano: 1940, 33 285 estrangeiros entrados e 14 489 saídos; 1941, 25 353 e 15 632, respectivamente; 1942 12 333 e 8 003; 1943, 12 290 e 7 137; e 1944, 15 004 e 10 632

Consumo de energia elétrica Da média mensal de 183 954 Kw do consumo público e particular de energia elétrica, nas capitais estaduais, federal e do Território do Acre, em 1945, nada menos de 153 934 Kw foram absorvidos nos dois centros mais importantes — Rio e São Paulo Refletindo a predominância da atividade industrial, o primeiro lugar cabe a São Paulo, com 83 366 Kw, figurando o Distrito Federal com 70 568 Kw E ainda refletindo essa mesma predominância, embora numa escala bem menos acentuada, sobre os demais centros considerados de segunda ordem — Recife, Pôrto Alegre, Salvador e Belo Horizonte — a primeira destas capitais aparece na terceira colocação, com um consumo médio mensal, o ano passado, de 6 213 Kw Em seguida, vêm: Belo Horizonte, 4 756 Kw; Salvador, 4 444 Kw; e Pôrto Alegre, 3 680 Kw

Niterói, Curitiba e Fortaleza, com 3 666, 2 055 e 1 043 Kw, respectivamente, pertencem ao grupo dos centros cujo consumo ultrapassou de 1 000 Kw, na média dos doze meses de 1945. Aos 13 centros restantes corresponde apenas o total de 4 163 Kw

A discriminação do consumo pelas diferentes regiões fisiográficas em que se divide o país é a seguinte: Norte, 1 470 Kw; Nordeste, 8 598 Kw; Leste, 84 269 Kw; Sul, 89 193 Kw; e Centro-Oeste, 424 Kw

ESTRANGEIRO

Assistência social, na Suécia O problema da habitação, consideravelmente agravado em quase todos os países, sobretudo nos da Europa, por efeito da guerra, constitui uma das muitas preocupações do governo sueco, que o inscreve no largo plano de assistência social em cuja execução se encontra empenhado Segundo declarações do Professor GUNNAR FISCHER, médico sueco que há pouco esteve em visita à República Argentina, as autoridades governamentais do importante país escandinavo consideram que o lar constitui um dos problemas sociais de maior atualidade na Suécia Medidas especiais, por isso, foram postas em prática, desde 1935, para assegurar às famílias numerosas residências dotadas dos requisitos indispensáveis de espaço e conforto Com êsse objetivo, o Estado passou a conceder, aos municípios e a determinadas empresas, empréstimos a juros módicos e auxílios financeiros, destinados a facilitar casas, mediante aluguel baixo, às famílias com três e mais filhos A partir de 1938, tais empréstimos se tornaram extensivos às próprias famílias, sob a forma de forte redução nos aluguéis ou, no caso de tratar-se de casa própria, diminuição das amortizações anuais A ajuda é proporcional ao número de filhos menores de 16 anos, cabendo às famílias de três filhos uma redução de 30% por ano; às de

quatro filhos, 40%, e assim, sucessivamente, até o máximo de 70%

Desde esse plano, em 1943 haviam sido contempladas nada menos de 15 000 famílias, o que representa cerca da quarta parte de tôdas as famílias numerosas, com precários recursos, existentes no país A concessão de vivendas para operários não se acha aí compreendida Desde alguns anos, o Estado vem oferecendo as facilidades possíveis, em tal sentido, por intermédio dos municípios ou das empresas privadas As dotações oficiais são concedidas de uma só vez ou na forma de determinada percentagem do custo das construções, a qual pode variar entre 25% e 80%

Outro aspecto da assistência social que, na Suécia, tem adquirido grande impulso, se refere à alimentação, sobretudo das crianças e das mães Em linhas gerais, o plano abrange os seguintes itens: a) facilitar alimentos ricos em vitaminas e medicamentos às crianças e gestantes; b) assegurar alimentação gratuita aos escolares; c) manter baixos os preços de gêneros de primordial importância, tais como manteiga, gorduras e matérias graxas

Comércio exterior britânico No plano econômico-financeiro, a mais viva preocupação da Grã Bretanha vem consistindo, desde o término da guerra, no

incremento do comércio externo, sobretudo no que diz respeito às exportações. Grande parte do esforço de reconversão industrial, se orienta no sentido da reconquista dos mercados temporariamente impossibilitados de receber artigos da produção do Reino Unido. Tão acentuado é o empenho em semelhante direção, que o consumo interno de muitos produtos manufaturados continua submetido a um severo regime de racionamento. Isso se verifica, por exemplo, no ramo dos tecidos, enquanto se procura dinar para o estrangeiro tudo o que as fábricas nacionais produzem. No entanto, a Inglaterra, não conseguiu ainda o equilíbrio entre as exportações e as importações. Durante o mês de julho do corrente ano, que assinalou um "record" nos embarques para o Exterior, com remessas no valor de 91,9 milhões de libras, as importações somaram 96,7 milhões, o que significa um saldo negativo de 4,8 milhões. Convém, aliás, esclarecer que a diferença em questão representa sensível decréscimo do valor das compras, em relação às vendas. Em outras palavras, essa diminuição traduz o êxito da política econômica empreendida pelo Governo.

De janeiro a julho deste ano, o excedente das importações sobre as exportações atingiu 176 milhões de libras, em face do que o insignificante "deficit" registrado naquele mês parece indicar brusca redução dos saldos desfavoráveis. Contudo, não se espera que o ano de 1946 termine com predominância do valor das exportações, sendo inversa, de resto, a expectativa. Segundo cálculos de observadores da vida econômica da Grã Bretanha, o saldo negativo, no decorrer dos cinco meses restantes do ano, não será inferior a 50 milhões de libras, o qual, adicionado ao de 170 milhões relativo ao período de janeiro a julho, resultará no "deficit" global de 226 milhões.

Sob o aspecto, porém, essencialmente financeiro, o país conta com recursos graças aos quais os efeitos do saldo negativo, nas trocas comerciais, fica sensivelmente minorado. Assim é que, levando em conta o saldo líquido proveniente dos serviços comerciais e financeiros de índole variada, inclusive as rendas das companhias de navegação, os observadores avaliam em 250 milhões de libras o montante do

que classificam como "exportações invisíveis". Mas, esse total não resolve o problema, em seus termos econômicos, uma vez que o Reino Unido necessita de divisas estrangeiras para atender, no Exterior, a despesas que não apresentam caráter comercial, como as decorrentes da permanência das forças militares destacadas na Alemanha.

Indústria argentina O desenvolvimento industrial da Argentina, durante o primeiro semestre do corrente ano, encontra nos índices referentes ao pagamento de salários uma expressão que permite observar, embora de maneira sumária, o progresso havido nos diversos ramos da atividade manufatureira. O índice geral relativo ao emprego nas indústrias traduziu, nos primeiros seis meses de 1946, um aumento de 2,7%, em confronto com igual período do ano passado.

Considerando-se o índice 100 para o ano de 1937, o nível atingido no primeiro semestre de 1946 eleva-se a 214,2, quanto ao montante dos salários, sendo que a comparação com o mesmo período de 1945 revela um acréscimo de 19%. Foram as seguintes as indústrias que determinaram esse aumento no índice geral dos salários este ano, em relação a 1945, segundo a investigação feita pela "Dirección Nacional de Investigaciones, Estadísticas y Censos": produtos químicos e farmacêuticos, 29,8%; têxteis e suas manufaturas, 26,5%; produtos alimentícios, bebidas e fumo, 25,9%; papel e seus artefatos, 22,6%; couro e suas manufaturas, 22,2%; pedras, terras, vidros e cerâmica, 19,8%; petróleo, carvão e seus derivados, 16,2%; metais e suas manufaturas, exclusive maquinaria, 15,4%; maquinaria e veículos, 10,9%.

No concernente ao emprego, os índices de janeiro e junho de 1946 ultrapassaram os de 1945 nas proporções a seguir: petróleo, carvão e seus derivados, 9,8%; produtos químicos e farmacêuticos, 9,2%; papel e seus artefatos, 4,8%; couro e suas manufaturas, 3,8%; metais e suas manufaturas, exceto maquinaria, 3,5%; têxteis e suas manufaturas, 3,3%; produtos alimentícios, bebidas e fumo, 2,8%; pedras, terras e cerâmica, 2,2%; maquinaria e veículos, 1,8%.

BIBLIOGRAFIA

CONGIUNTURA ECONOMICA — Istituto per gli Studi di Economia — Milão, 1946.

Os primeiros quatro números desse boletim de informações do Instituto de Estudos Econômicos foram publicados nos meses de março a junho de 1946

Na apresentação, pela qual se inicia o primeiro número, FERRUCCIO PARRI, animador e chefe da "Resistência" e antigo Presidente do Conselho dos Ministros, esclarece os objetivos do Instituto, cuja criação é devida à sua iniciativa. Em sua múltipla atividade de docente, jornalista, estudioso dos fenômenos sociais, líder civil e militar, PARRI teve o ensejo de avaliar bem a necessidade de uma documentação estatística, ampla e incessantemente posta em dia, acerca da situação econômica do país; e, pela criação do Instituto, se propôs estimular a coleta, a coordenação e a análise das informações sobre esse assunto

O Instituto de Estudos Econômicos visa a tornar-se quase uma "cooperativa central" dos órgãos que operam nesse domínio, contando com a colaboração dos serviços estatísticos públicos, dos serviços de estudos econômicos de grandes empresas e sindicatos, e dos estudiosos livres. O boletim representa apenas uma primeira realização; entre as demais que estão sendo planejadas, salienta-se a publicação de um anuário da economia italiana, em que deveria reviver a nobre tradição da análoga obra de RICCARDO BACCHI, *L'Italia Economica*, continuada pelo eminente autor durante uma longa série de anos e através de grandes dificuldades, com admirável firmeza e inesgotável espírito de sacrifício

É diretor do boletim LIBERO LENTI, cujo nome, bem conhecido pelos cultores da estatística econômica, constitui uma promessa certa de diretrizes cientificamente corretas e praticamente oportunas. Entre os membros do Conselho Diretor do Instituto, encontram-se outros cientistas de fama internacional, como LUIGI EINAUDI, COSTANTINO BRESCIANI TURRONI e MARCELLO BOLDRINI

O próprio LENTI contribui para cada número do boletim com uma resenha da situação econômica ("Congiuntura del mese") Entre os estudos originais, salientam-se os de BRUNO ROSSI RAGAZZI, sobre as rendas e os consumos da população italiana nos anos 1944-45; de BENEDETTO BARBERI, sobre a marcha da produção agrícola no período 1929-45 e sobre a distribuição dessa produção segundo meses e estações; de PASQUALE SARACENO, sobre o balanço dos pagamentos internacionais da Itália nos anos 1946 e 1947 (estimativas de previsão)

A maior parte do conteúdo do boletim é constituída pelas "Informações estatísticas", que são acompanhadas por esclarecimentos e comentários, bem compilados. As principais classes de assuntos, em que se apresentam agrupadas essas informações, são as seguintes: Agricultura, Indústria, Trabalho, Transportes, Comércio exterior, Preços e custo da vida, Mercado monetário e financeiro, Consumos, Finanças, Obras públicas, Assistência social

Completam o boletim análises sumárias da conjuntura em países estrangeiros, sendo, nestes primeiros números, considerados os seguintes: Suíça, Suécia, França, Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos, Dinamarca e Polônia

Desejando êxito feliz e largo desenvolvimento ao trabalho e às publicações do Instituto de Estudos Econômicos, permito-me manifestar a esperança de que o boletim encontre acolhimento favorável e ampla divulgação no Brasil, contribuindo para o melhor conhecimento das condições de um país ligado à América Latina por tantos vínculos ideais e econômicos, e tornando possível uma adequada apreciação do esforço tenaz que o povo italiano está realizando para reconstruir, sobre as ruínas, uma organização social mais eficiente e mais justa do que a antiga

O preço anual da assinatura do boletim é de 500 liras; o endereço da administração é o seguinte: "Istituto, per gli Studi di Economia, Via Melzi d'Eril, 20, Milano". — G. MORTARA

RASSEGNA ECONOMICA — Associazione fra le Società Italiane per Azioni — Roma, 1946.

Em abril de 1946 a Associação Italiana das Sociedades por Ações retomou a publicação do seu boletim mensal de informações econômicas, de que, além da edição completa, em língua italiana, está sendo divulgada uma edição reduzida, em língua inglesa (*Italian Economic Survey*) O último número aqui chegado é o de julho-agosto

A resenha é dirigida por FRANCESCO COPPOLA D'ANNA, conhecido como perito em assuntos econômicos italianos

Cada número contém informações e análises da situação econômica e financeira do país, em geral, e de aspectos particulares da mesma; esta seção é reproduzida na edição inglesa. A edição italiana contém, ainda, uma seção de informações econômicas internacionais, e notas bibliográficas

Essa publicação periódica é muito útil para quem deseja seguir o desenvolvimento da economia italiana, no atual laborioso período de restauração

O preço anual da assinatura da edição italiana é de 500 liras; o endereço da administração é o seguinte: "Associazione fra le Società Italiane per Azioni, Piazza Esedra, 47, Roma — G. M

GIORNALE DEGLI ECONOMISTI E ANNALI DI ECONOMIA — Università Commerciale Luigi Bocconi — Milão, 1946.

Quando, no fim de 1938, o *Giornale degli Economisti e Rivista di Statistica* encerrou a sua existência, que não podia continuar na atmosfera venenosa do fascismo nazificado, os diretores-proprietários da antiga e gloriosa revista pediram à Universidade Comercial de Milão acrescentar aos seus *Annali di Economia* o subtítulo de "Giornale degli Economisti" O

objetivo era duplo: conservar o nome, que merecera um lugar de destaque na história dos estudos econômicos italianos, e salvá-lo do aviltamento que sofreria se alguns dos pseudo-economistas nazi-fascistas se apoderassem dele, como pretendiam fazer. Para alcançar com maior segurança esse segundo objetivo, a Universidade acabou por dar a prioridade ao nome de "Giornale degli Economisti" no título da sua revista. Esta conseguiu ser tolerada ainda quatro anos (1939-42), mas depois foi suspensa.

Agora, depois de três anos de interrupção, reinicia-se a publicação regular da revista, de que mantém a direção GIOVANNI DEMARIA, Diretor do Instituto de Economia da própria Universidade.

Chegaram ao Brasil, até agora, os Ns 1-2 e 3-4, correspondentes aos meses de janeiro a abril de 1946.

A colaboração original é ampla e variada.

Para o leitor estrangeiro, talvez, os estudos mais interessantes sejam os relacionados com a situação econômica e política italiana atual, entre os quais se salientam o de GIUSEPPE MEDICI, sobre as reformas agrárias oportunas e possíveis nas diversas regiões, e os de ANILIO CABIATI e GIUSEPPE UGO PAPI, sobre o problema da reorganização do sistema monetário, como também a análise crítica das vicissitudes da organização sindical na Itália, elaborada por DEMARIA.

Entre os estudos de economia teórica merecem relevo o de LUIGI FEDERICI sobre a teoria dos impostos de importação e as esmeradas contribuições econométricas de AMEDEO GAMBINO, C DAMI, EMILIO ZACCAGNINI e FELICE VILLANI.

CORRADO GINI inicia uma brilhante discussão das objeções econômicas pelas quais se pretende contestar a utilidade das avaliações da riqueza nacional, assumindo neste primeiro artigo o papel de *advocatus diaboli*.

Além dos estudos citados, outros, sobre questões econômicas e sociais, contribuem para despertar o interesse do leitor da revista. E a resenha bibliográfica reúne notícias e análises críticas de numerosas publicações, entre as quais várias italianas, ainda desconhecidas aos economistas brasileiros.

Aos orientadores do novo *Giornale degli Economisti*, ressurgido sob ótimos auspícios, não desagradará o voto de quem, dirigindo o antigo, não conseguiu impedir a sua decadência na vigência de um regime que passou gradativamente da compressão para a supressão do pensamento livre: o voto de que, na aura da liberdade, essa resenha da ciência econômica possa mais uma vez atingir, no quadro internacional, a posição de alto e merecido renome para a qual subira na época áurea da colaboração de PANTALEONI, PARETO, DE VITI DE MARCO e BENINI.

O preço da assinatura anual para *Giornale degli Economisti* é de 2 000 liras. Endereço da administração: Casa Editrice Dottor Antonio Milani, Via Jappelli, 5, Padova — G M

L'INDUSTRIA, Rivista di economia industriale, Milão, 1946

Reiniciando a sua publicação, esta antiga revista da economia industrial italiana se apre-

senta modificada na aparência, na periodicidade (agora, trimestral) e na própria substância. Com efeito, embora dedicando a maior parte das suas páginas a assuntos conexos com problemas práticos, revela marcada tendência para a aplicação de critérios científicos nas respectivas análises.

Tendência que, de outro lado, se manifesta pela própria personalidade do Diretor, FERDINANDO DI FENIZIO, apreciado economista, que combina com a cultura teórica a experiência prática adquirida na orientação do serviço de estudos de uma das maiores empresas industriais italianas.

Entre os artigos contidos nos dois primeiros números da revista, alguns tratam dos problemas imediatos da economia e da indústria italiana. Salientam-se os de MARCELLO BOLDRINI e AMBROGIO GADOLA sobre as destruições de prédios causadas pela guerra e as necessidades e possibilidades de novas edificações; os de IVO MONTI (siderurgia), CARLO FANSEMI (alumínio), ALBERTO CAMPOLONGO (mecânica pesada) e GIULIELMO PREMUDA (construções navais), sobre as perspectivas das indústrias metalúrgicas e mecânicas; e o de ANGELO ALDRIGHETTI, sobre a indústria da mineração do enxofre.

Um ensaio, de caráter histórico, de ROBERTO TREMELLONI, apresenta um quadro de conjunto da situação da indústria italiana na época da unificação do país, iniciando a análise das vicissitudes e dos efeitos da experiência livre-cambista empreendida pelo novo reino, em que predominavam as tendências liberais.

Notas informativas e polémicas documentam e discutem questões econômicas e sociais, nacionais, estrangeiras e internacionais, e oferecem dados estatísticos e ligeiros comentários.

Ampla resenha bibliográfica dá notícia de recentes publicações econômicas, jurídicas e tecnológicas.

O preço da assinatura anual é de 2 000 liras. O endereço da administração é o seguinte: Via Farneti, 8, Milano — G M

UNITED STATES LIFE TABLES AND ACTUARIAL TABLES 1939-41 — Thomas N. E. Greville — Bureau of the Census — Washington, 1946

Marcou época a publicação, há cerca de vinte anos, pelo Bureau do Censo dos Estados Unidos, das tábuas de mortalidade calculadas pelo Professor GLOVER, e assim há de acontecer com as que agora vêm à luz, cujo preparo esteve entregue à competência de um jovem, mas já ilustre atuário, o Dr THOMAS N E GREVILLE.

Essas tábuas baseiam-se no censo populacional de 1940 e na mortalidade do triênio 1939-41, e foram calculadas separadamente para cada sexo de cada um dos grupos raciais: branco, preto e "outras raças". Além disso, incluem-se tábuas para as populações totais de cada sexo ou grupo racial, e do país.

O cálculo dessas tábuas exigiu um trabalho prévio de eliminação de erros, realizado com a maior meticulosidade. Consideraram-se os casos de deficiências na enumeração ou falta de integralidade no registro civil, e ainda os

erros nas declarações referentes à idade, raça ou sexo. Como era de esperar, êsses erros são de menor importância para a população branca, aumentando para a preta, sobretudo na região agrícola do sul, e mais ainda para as "outras raças", inclusive os índios, as quais pela primeira vez são consideradas separadamente.

Os cálculos basearam-se sobre grupos quinquenais de idade. Do estudo a que se procedeu sobre o efeito dos erros de atribuição de certos dígitos, resultou que o grupamento "5-9" era o melhor para a população branca, e "4-8" para a de côr; como, porém, a mortalidade só era conhecida para o grupamento "5-9", e para manter a uniformidade, êsse foi o adotado.

As taxas de mortalidade, acima de 5 anos, foram obtidas por interpolação oscultriz. Sabe-se que há, nesse particular, duas soluções possíveis: ou aplica-se a interpolação à população e aos falecidos separadamente para obter valores anuais ajustados, e em seguida determinar as taxas; ou calculam-se taxas "pivotais" de mortalidade, que se ajustam diretamente. Esse último processo, introduzido por GEORGES KING no cálculo da "English Life Tables", ns 7 e 8, e aplicado nas subseqüentes tábuas ns. 9 e 10, bem como nas recentes tábuas do Canadá e da Austrália, foi o preferido pelo Dr GREVILLE, não só por motivos de ordem prática, mas ainda por conduzir a uma série mais regular e mais conforme com as implicações do processo interpolatório. Os valores pivotais, referentes às idades 7, 12, 17, etc., foram obtidos pela fórmula de KING, modificada de modo a incorporar certo grau de perequação. Para a interpolação oscultriz, empregou-se a fórmula de JENKINS, baseada nas 5 diferenças modificadas. Embora tenham sido apresentadas críticas ao emprego de fórmulas dêsse tipo no cálculo de tábuas de mortalidade geral, porque não respeitam integralmente a fidelidade dos dados originais, mostra o Dr GREVILLE que apenas as irregularidades locais são eliminadas, e que as características básicas da curva de mortalidade são preservadas. Por outro lado, a obtenção de uma tábua com as irregularidades aplainadas é inestimável para os cálculos da população futura do país, e de tábuas atuariais necessárias para o estabelecimento de pensões de aposentadoria e outros benefícios sociais.

Para as idades infantis e para as senis, fazem-se mister métodos especiais, que são amplamente discutidos e explanados pelo Dr GREVILLE, em notável apêndice matemático.

Uma das inovações contidas no trabalho do Dr GREVILLE é a apresentação de tabelas atuariais baseadas sobre as tábuas de mortalidade para os dois sexos e côr branca, e ainda para a população total branca, tendo sido ajustada esta última segundo a função de MAKEHAM. Para cada uma dessas tábuas figuram os usuais valores de comutação, valores de anuidades vitalícias e de prêmios, único e anual, de seguros sobre a vida, para várias taxas de juros. A utilidade dessas tabelas, baseadas na experiência nacional, está na possibilidade de estabelecer esquemas para aplicação do seguro social, onde não se verificam as seleções implícitas nas tábuas das companhias de seguro privadas. Também podem elas ser utilizadas pelo poder judiciário na fixação do ressarcimento

dos danos oriundos da morte ou invalidez.

No capítulo introdutório, apresenta o Dr GREVILLE extensas comparações entre os valores biométricos fundamentais constantes das novas tábuas e outras, quer as anteriores dos Estados Unidos, quer de países estrangeiros. A América Latina está representada apenas pelo México. É pena que o retardamento da apuração do nosso censo de 1940 não tenha permitido ao ilustre Professor GEORGIO MORTARA ultimar os seus notáveis estudos demográficos, calculando a tábua geral de mortalidade com a experiência de 1939-41, como já fez com algumas capitais (Distrito Federal, São Paulo, Recife e São Salvador).

A *vida média* (duração média da vida residual dos sobreviventes na idade considerada) no nascimento é, para a população total, de 63,62 anos, sendo maior entre os brancos, onde atinge 64,92, e menor nos negros, onde é de 53,85 anos. Em relação aos sexos, vemos que, na população total, as mulheres têm maior longevidade, atingindo 65,89 para 61,60 entre os homens. Essa característica acentua-se mais ainda no cálculo da *vida mediana* ou *vida provável* (idade em que exatamente metade do grupo inicial faleceu). Na população total, ela é de 69,85 anos, subindo para os brancos a 70,86 e descendo para os pretos a 57,86 anos. Relativamente ao sexo, é de 67,68 para os homens e 72,22 para as mulheres.

A vida média tem aumentado continuamente na Norte-América, mercê da elevação do padrão de vida de sua população. Assim, a tábua de 1900-02 acusava apenas uma vida média de 48,23 anos, a de 1919-21 de 56,84 para homens de côr branca, 51,08 e 58,53 para o sexo feminino, respectivamente. Também entre os negros nota-se sensível melhoria, pois a vida média em 1929-31 era apenas de 47,55 para os homens e 49,51 para as mulheres.

As comparações internacionais mostram que as taxas de sobrevivência no México e na Índia estavam ainda em 1930 abaixo das que caracterizavam os Estados Unidos em 1900, e mesmo o Japão não tinha atingido êsse nível. A mortalidade nos Estados Unidos em 1930-1932 podia equiparar-se à da Inglaterra nesse mesmo período; mas, dez anos depois, em 1939-41, aquêl pais ainda não tinha atingido a baixa mortalidade deparada na Nova Zelândia, quatro anos antes, denotando a possibilidade de novos melhoramentos.

Se isso acontece nos Estados Unidos, pode imaginar-se o que vai entre nós, e que enormes possibilidades se apresentam para o melhoramento de nosso efetivo humano, se tivermos uma bem orientada política de higienização e educação do povo. Assim, na idade de 20 anos, apenas São Paulo apresenta uma vida média (43,82 anos) superior à do negro nos Estados Unidos (39,52 anos), enquanto que o Distrito Federal se caracteriza por 39,20 e o Recife por apenas 31,34. Essa última vida média corresponde, na população branca norte-americana, quase à idade de 40 anos.

Esse ligeiro bosquejo só pode dar uma idéia muito imperfeita da riqueza de material contida na monografia do Dr GREVILLE. Esta há de perdurar como um modelo, em que os mais eficientes métodos matemáticos são aplicados ao

cálculo das tábuas de mortalidade, sem jamais perder o contacto com as contingências práticas. Pela excelência da elaboração, pela novidade dos critérios introduzidos, pela extensão dos resultados, ela constitui uma obra de excepcional valor, que honra o Bureau do Censo dos Estados Unidos, sob cujos auspícios foi elaborada — JORGE KINGSTON

—————

ENSAIO SOBRE ECONOMIA (FRAQUEZA CONGENITA DA AGRICULTURA) — Mário B. Tamassia — Rio de Janeiro, 1945.

A literatura brasileira sobre Economia Agrária é ainda, temos de convir, muito escassa e deficiente. Contamos, é verdade, com alguns estudiosos da matéria, aos quais se deve, já hoje, uma contribuição tanto mais valiosa quanto é certo que a mesma decorre quase exclusivamente da iniciativa pessoal. De modo geral, entretanto, a Economia Agrária, especialmente em suas aplicações práticas, constitui um campo quase virgem em nosso meio, o que não deixa de ser estranhável num país que tem nas atividades agrícolas, ainda em nossos dias, o principal fundamento de sua riqueza.

É de notar que a maioria dos estudos existentes a esse respeito ou são monografias que oferecem uma visão muito parcial dos problemas agrários do país ou são generalidades que não expressam de maneira satisfatória a nossa complexa realidade agrícola. Existe já, sem dúvida, um corpo de idéias definidas sobre aquilo que poderemos denominar política agrária nacional. As grandes linhas dessa política já se acham esboçadas. Todavia, muito resta a fazer a fim de tornar mais conhecidos os dados do problema com que há muito tempo nos defrontamos.

Daí a importância de que se revestem trabalhos como esse que acaba de oferecer à publicidade o Sr. MÁRIO B. TAMASSIA, o qual, embora apresentado originariamente à Congregação da Faculdade de Ciências Econômicas Moura Lacerda, sob a forma de tese de doutoramento, bem merece a denominação que lhe deu o seu autor, de *ensaio sobre economia agrária*.

Na opinião do A., o ensaio representa a primeira tentativa entre nós de estudo sistemático dos nossos problemas agrários à luz das modernas tendências econômicas. Servindo-se do método indutivo no estudo e interpretação de numerosas questões, o Sr. TAMASSIA procurou, tanto quanto lhe foi possível, cingir-se às realidades que informam a nossa estrutura agrária. A larga utilização que faz de estatísticas sobre as áreas e número de propriedades agrícolas, rendimento das culturas, produção e consumo de gêneros alimentícios, valor da produção agrícola, etc., imprime um cunho de grande objetividade ao trabalho, em cujas páginas os estudiosos e interessados em geral encontrarão valiosos elementos informativos.

O ensaio foi dividido em cinco partes principais, subordinadas, respectivamente, aos seguintes temas: "A agricultura e os meios de produção"; "O Trabalho"; "A Máquina"; "O Capital"; "A Agricultura e os fenômenos resultantes da oferta e da procura"; "Produção

Agrícola"; "Rendimento Agrícola"; "Conclusão". Na primeira parte, o A. examina uma série de relações que o tema geral subentende, tais como o homem e o meio, o homem e o espaço, a extensão das propriedades agrícolas, a lei da concentração e os antagonismos no seio da agricultura brasileira, a libertação do espaço, a concentração e a desconcentração agrária paulista, número de propriedades rurais e sua área no Brasil em confronto com os Estados Unidos. Expondo as características da propriedade latifundiária no Brasil, chega a resultados que evidenciam uma situação pouco animadora a esse respeito, a menos que se modifiquem os rumos de nossa política da terra. "Existem grandes propriedades agrícolas" — escreve — "mas são relativamente pequenas as explorações. Somos um "gigante adormecido". A produtividade *per capita* e por hectare do brasileiro é uma das menores do mundo".

Nas partes subsequentes, o Sr. TAMASSIA examina outros aspectos do problema agrário brasileiro, todos eles de grande interesse.

—————

LA VIVIENDA Y LOS NUCLEOS DE POBLACION RURALES DE LA HUERTA DE VALENCIA — José Manuel Casas Torres — Sucesores de Rivadeneyra S. A. — Madrid, 1944.

Sabe-se que o ciclo das invenções e descobertas marítimas, desenvolvendo as relações entre o Ocidente e o Oriente, muito contribuiu para que florescessem na Europa grandes empréios comerciais, a partir do século XVI. Foi, no entanto, depois da súbita revolução industrial, em fins do século XIX, que mais se fez sentir o fenômeno da concentração urbana, de conseqüências hoje desastiosas para os países de economia agrária, pois, a despeito de tantas diretrizes políticas, com intuito de deter o êxodo das populações camponesas, sobre elas se exerce uma atração inevitável dos centros comerciais e industriais modernos.

Concomitantemente, vão-se definindo as características do meio urbano e do meio rural. As cidades evoluem para uma espécie de padronização internacional dos estilos de vida, que se observa em certas manifestações de arte, nos tipos de habitação, no vestuário, nos costumes, etc.; os campos têm o espírito conservador e regionalista, quer no sentido patriarcal da organização social, nas diferenças de comportamento em relação à idade e sexo, quer no apêgo às antigas crenças, superstições e temas de folclore. Essa diferenciação progressiva será tanto mais fraca, não há dúvida, quanto menores as distâncias e barreiras naturais entre o campo e a cidade.

O leitor é naturalmente levado a essas conclusões em face do trabalho do Sr. JOSÉ MANUEL CASAS TORRES, *La Vivienda y los Nucleos de Población Rurales de la Huerta de Valencia*, que mereceu, na Espanha, o prêmio "Menendez y Pelayo" de 1943.

A região estudada está compreendida entre as últimas ramificações do Sistema Ibérico, ao Norte e ao Sul, o Mediterrâneo a Leste e a encosta de Meseta a Oeste; e, do ponto de vista

geográfico, é dividida em três zonas — a da orla marítima, plana e caracterizada pelo cultivo de arroz e hortaliças, a de colinas áridas, com terreno arenoso, e a montanhosa, onde predominam os pomares e pinheirais.

Sobre uma superfície de 182 quilômetros quadrados se distribui uma população de 601 338 habitantes, não incluída a da cidade de Valência. Trata-se, na opinião do A., da maior aglomeração rural da Europa, com uma densidade demográfica de 827 habitantes por quilômetro quadrado. É, fenômeno interessante, alguns dos seus centros agrícolas têm sido absorvidos pela cidade em crescimento, constituindo verdadeiros quistos rurais em plena urbe. Por outro lado, é tão grande, na zona agrícola, o número de habitações dispersas, que alguém teria dito, com razão: "La huerta misma es una ciudad inmensa". O Sr. CASAS TORRES encontra explicação para esse fato no regime das pequenas propriedades e na abundância de água, não sendo necessário que os habitantes se agrupem junto às fontes do precioso líquido. Sua monografia registra apenas duas exceções à notável dispersão demográfica da huerta: uma, exemplo de atração dos caminhos, consiste nas moradias ao longo da estrada de ferro de Valência a Barcelona; a outra é dada pelo núcleo de Masanasa, no extremo norte do termo municipal, onde se aglomeram, fugindo aos mosquitos e febres de um baixio pantanoso, as famílias que ali se entregam à cultura do arroz.

Da ausência de barreiras entre o meio urbano e o meio rural resulta que o camponês "tan solo se diferencia de los otros por su traje labrador y el acudir al campo en lugar del taller, la fábrica o la obra". Acontece até que pessoas empenhadas nas atividades industriais se dedicam também às lides agrícolas.

A maior parte da população, todavia, é constituída de agricultores, que se caracterizam por forte apego à terra. Aliás, o A. atribui a capacidade produtiva da huerta, antes de tudo, ao fato de ser o morador, em geral, o dono do sítio em que reside com a sua família, pequena autarquia onde todos trabalham.

Depois de apreciar os aspectos físico, econômico e demográfico da região, o Sr. CASAS TORRES estuda, com base na organização social, de que são resultantes, os três tipos de habitação — as moradias trogloditas, em que vive, nas colinas áridas, a humilde classe dos *coveros*, as *alquerias* senhoriais, das famílias abastadas, e as cabanas, as mais geográficas das habitações da huerta e que se multiplicam à medida que as terras se dividem e subdividem. E aprecia a influência de outros fatores, como a tradição, que se manifesta na cor azulada dos portais e janelas, etc.; o clima, que impõe, de algum modo, a disposição especial dos telhados, a existência de varandas e espaços abertos, a ausência de janelas na parte virada para os ventos frios do Norte; e os materiais, que por serem encontrados em outras regiões do globo, fazem surgir na huerta construções mais ou menos idênticas às dessas regiões.

O trabalho é fartamente ilustrado com fotografias, mapas e diagramas.

CONVERTIBILITY INDEX FOR FOREIGN TRADE STATISTICAL CLASSIFICATION OF THE AMERICAN NATIONS — Inter-American Statistical Institute — Washington, 1945.

Obedecendo a esquemas especiais em alguns países, como no Brasil, ou baseando-se apenas em classificações tarifárias, por seu turno sujeitas a modificações decorrentes de simples decisões políticas, a apresentação das estatísticas do comércio exterior sempre se revestiu de uma falta de uniformidade que muito prejudica o confronto dos resultados internacionais. Isso tem obstado um conhecimento mais amplo, e mutuamente proveitoso, dos recursos e potenciais distribuídos entre as diferentes coletividades humanas, cujos laços de interdependência dia a dia se fortalecem, à medida que assumem projeção mundial os problemas econômicos de após-guerra.

A Conferência Alfandegária Internacional, realizada em Paris, em 1900, recomendou o uso de uma classificação estatística abrangendo as especificações mais comuns nas listas de exportação e importação. Em 1910, na Conferência Internacional de Estatística, levada a efeito em Bruxelas, outra classificação foi estudada e submetida aos governos participantes da reunião. Posteriormente, em sessão do Congresso Internacional de Estatística, ali também realizada, em 1913, adotou-se um esquema de 186 especificações classificadas em cinco grupos.

Depois da primeira guerra mundial, o assunto passou a despertar ainda maior interesse. Em 1931, a Sociedade das Nações publicava a sua *Draft Customs Nomenclature*. E mais ou menos ao mesmo tempo, como resultado da Conferência Internacional de Estatísticas Econômicas, promovida em 1928, instituiu-se uma comissão de especialistas, que em 1935 apresentava, com base naquela nomenclatura, a *Minimum List of Commodities for International Trade Statistics*. Após críticas e sugestões dos governos interessados, ambos os trabalhos foram revistos e reeditados, o primeiro em 1937 e o último em 1938. A "Minimum List" de 1938 vem sendo utilizada na tabulação de muitas estatísticas do comércio exterior, verdade que muito pouco no tocante às repúblicas americanas.

São estes, segundo o próprio texto introdutório, os antecedentes do *Convertibility Index for Foreign Trade Statistics of the American Nations*, que o Instituto Interamericano de Estatística já está divulgando entre as nações do Hemisfério, como valiosa contribuição ao objetivo de incentivar as suas relações comerciais, paralelamente às iniciativas que se delineiam nos outros domínios do intercâmbio continental, visando a uma crescente aproximação entre os povos da América.

Elaborado na sede do I I E, em Washington, sob a direção de um técnico brasileiro, Professor OCTAVIO ALEXANDER DE MORAES, que no decorrer dos trabalhos recebeu conselhos e sugestões de inúmeros técnicos e especialistas dos Estados Unidos, o *Convertibility Index for Foreign Trade Statistical Classification of the American Nations* reproduz, em castelhano, a "Minimum List of Commodities for Foreign Trade Statistics", com ajustamentos que aten-

dem às características do comércio interamericano; e, calcado nesta contribuição da Sociedade das Nações, encontra-se ali, também, um minucioso "Basic Classification Scheme", em que são desdobradas, tendo-se em vista os milhares de especificações da indústria norte-americana, as 50 seções, 456 itens e 360 sub-itens da "Minimum List"

Instruções úteis, acompanhadas de desenhos elucidativos, destinam-se a orientar os serviços estatísticos do Continente na organização dos índices nacionais de conversibilidade para apresentação das suas estatísticas de comércio exterior. Dessa tarefa naturalmente se eximem aqueles que optarem pelo próprio "Basic Classification Scheme", do qual o Instituto Interamericano de Estatística promete uma edição definitiva, em Espanhol, com índice alfabético, após futuras revisões e atualizações. Por último, e à guiza de histórico, encerram o volumoso *Conventionality Index*, que compreende 1 130 páginas, uma exposição dos critérios de classificação adotados, bem como análises, comentários e relatórios das comissões que se têm empenhado no estudo e solução de tão intrincado problema

LOS FUNDAMENTOS DE LA SOCIOLOGIA — EL SENTIDO DE LA EVOLUCIÓN CULTURAL DEL BRASIL — A Carneiro Leão — Editora Americalee — Buenos Aires, 1945.

É ponto pacífico, nas hostes da escola nova, que a educação deve pressupor o conhecimento das condições do educando, à luz da biologia e da psicologia educacional, sem o que pouco adiantam os métodos consagrados após tantos séculos de experiência. Visando-se com isso a melhor ajustar às condições ambientes sucessivas gerações de indivíduos, impõe-se conhecer também o meio social e suas tendências culturais e econômicas. Daí a importância dos estudos de sociologia aplicada, pois somente sobre tais alicerces é possível erigir um sistema educacional que, de fato, corresponda às aspirações e necessidades de um povo, em certo período de sua existência.

A situação do Brasil, neste particular, é resumida pelo Professor A. CARNEIRO LEÃO, da Academia Brasileira de Letras, no prefácio do seu livro *Los Fundamentos de la Sociología*, num trecho em que se reporta à reforma do ensino em Pernambuco, em 1928:

"Impunha-se a criação de uma cátedra de sociologia, capaz de auscultar as realidades brasileiras, de sondar a vida social — regional e nacional presentes — de maneira objetiva e científica. Até então vivíamos mais ou menos estranhos às nossas próprias cousas, fatos e problemas. Os nossos programas escolares, que se copiavam reciprocamente, inspiravam-se, via de regra, nos programas estrangeiros. Havíamos criado o vocábulo *brasileidade*, porém não lhe havíamos dado conteúdo."

Nestas linhas o A. define a sua própria orientação por isso que, atento principalmente ao caso nacional, expõe no seu livro as questões mais palpitantes da sociologia moderna: relações dos sócios com o meio ou ecologia humana; o meio rural e o meio urbano; os

fatores genéticos e o meio cultural; a distância, o isolamento, o contacto social e a interação como fenômenos básicos da vida em sociedade; a ação do "contrôle" social; os métodos e técnicos de experimentação sociológica.

A formação universitária dos professores secundários, se outros benefícios não assegurasse, teve em nosso país o mérito de intensificar os estudos sociológicos, através dos programas de sociologia geral, dos cursos de ciências sociais, e até mesmo das preleções de sociologia educacional, que, juntamente com as de outras disciplinas, são ministradas no último ano das Faculdades de Filosofia e Letras, para integração profissional dos candidatos ao magistério de todas as especializações.

Testemunho eloquente dessa influência é o livro do Professor CARNEIRO LEÃO, que, a exemplo do seu ilustre antecessor na antiga Universidade do Distrito Federal, Professor GILBERTO FREYRE, reuniu em obra de alto valor didático as suas aulas naquele estabelecimento, aliando erudição a um critério eminentemente prático e experimental.

Tópicos para estudo e debate, para investigações e informes, além de fartas bibliografias para consulta de estudantes e mestres, permitem amplo desenvolvimento dos assuntos focalizados em *Los Fundamentos de la Sociología*.

Outro livro, lançado pela mesma editôra, patentela a devoção desse professor às atividades escolares, em cujos domínios já conta, aliás, com bibliografia assaz numerosa. Trata-se de *El Sentido de la Evolución Cultural del Brasil*, enfilexando conferências realizadas em Montevidéu, quando da visita da Missão Cultural Brasileira ao Uruguai, e também em Buenos Aires, a convite dos meios universitários argentinos.

Em substancioso capítulo, "Evolução Político-Social das Américas", o A. procura evidenciar a influência dos imperativos históricos e geográficos na evolução cultural do Continente. Apreciada, nesse panorama geral, a evolução cultural do Brasil, o Professor CARNEIRO LEÃO passa ao exame de vários problemas educacionais, que estão na ordem do dia também em outras repúblicas latino-americanas. Não é, pois, de admirar que as suas conferências despertassem vivo interesse dentro e fora do país, como deixam entrever as solicitações partidas de autoridades, institutos culturais e universitários do Uruguai e da Argentina, com o objetivo de divulgar, pelos respectivos órgãos publicitários, as idéias e sugestões do conhecido educador pátrio.

THE FEDERAL RESERVE SYSTEM, ITS PURPOSES AND FUNCTIONS, 1939 — BANKING AND MONETARY STATISTICS, 1943 — Board of Governors — The National Capital Press — Washington.

Completando o Federal Reserve System vinte e cinco anos de existência em 1939, pois fora instituído em 1914, pelo Presidente Woodrow Wilson, o seu Board of Governors teve a iniciativa de publicar, talvez a título de comemoração, um conciso manual destinado

aos estudiosos de assuntos financeiros, banqueiros e homens de negócio acaso interessados em conhecer a estrutura e o funcionamento daquela extensa organização, cujas atividades se têm refletido, de maneira tão preponderante, na vida econômica da república norte-americana.

O volume em apêço compreende doze capítulos: esboço geral do Federal Reserve System; atribuições dos Federal Reserve Banks; função das reservas bancárias; expansão e retração das reservas bancárias; composição das reservas bancárias; reservas de unidades bancárias e reservas do sistema bancário; autoridades do Federal Reserve System, seus poderes e limitações; reservas dos bancos associados; ativo e passivo dos Federal Reserve Banks; receita dos Federal Reserve Banks; margem de segurança; sumário

Após o último capítulo é encontrada uma lista de todas as publicações até então divulgadas pelo sistema

Com *Banking and Monetary Statistics*, alentado volume de quase mil páginas, pode-se conhecer todo o movimento financeiro dos Estados Unidos no período 1914/1941, sendo de notar que algumas séries estatísticas abrangem períodos muito mais longos, que remontam a 1900, 1892, 1890, 1863 e 1860

Iniciado em 1939, teve o seu preparo retardado volume de quase mil páginas, pode-se com o último conflito mundial e nas quais se empenhou o Board of Governors, que somente em setembro de 1943 logrou desincumbir-se de sua árdua tarefa, divulgando, sob normas uniformes, dados procedentes de várias e diferentes origens

Divide-se em duas partes essa publicação. Da primeira constam quinze seções: estatísticas gerais de todos os bancos dos Estados Unidos; ativos e passivos de todos os bancos associados; ativos e passivos de todos os bancos segurados; registro semanal do ativo e passivo de bancos associados nas principais cidades; depósitos e retiradas; receitas bancárias; suspensão de pagamentos bancários; atividades bancárias de filiais, grupos e consórcios; Federal Reserve Banks; fundos de reserva de bancos associados, reservas em crédito bancários e itens correlatos; dinheiro em circulação; taxas monetárias e mercados de títulos; governo dos Estados Unidos — tesouro, corporações oficiais e agências de crédito, reservas ouro; estatísticas financeiras internacionais. Na segunda parte incluem-se as estatísticas de bancos associados, por distritos

Numerosos textos elucidativos acompanham as tabelas apresentadas.

TRABAJOS DE INVESTIGACIÓN, Tomo I (1943) e Tomo II (1945) — Universidade de Cuyo — D'Accurzio Impresor — Mendoza, Argentina.

A súbita revolução industrial, operada no último quartel do século XIX, complicou ao extremo a vida humana e fez surgir profundos antagonismos sociais, que se agravam neste século pelas conseqüências de dois grandes conflitos mundiais. Se crescem paralelamente os encargos do Estado, como único fator de

equilíbrio, torna-se necessário com ele articular todas as instituições capazes de concorrer para o estudo e solução dos problemas de interesse público e privado, que hoje tanto assoberbam os governos

Os *Trabajos de Investigación* atestam, sem dúvida, a importância e o valor de uma Universidade que, não se limitando aos objetivos tradicionais do ensino superior, reivindica para os seus institutos o papel de centros de pesquisa plenamente integrados no meio econômico e social circunstante.

"La mayoría de estos trabajos se refiere a cuestiones regionales, como puede verse, pero ello no es sino expresión del deseo de agregar nuestros entusiasmos a la obra constructiva que la Universidad se ha impuesto desde un principio."

A julgar por essas contribuições do Instituto de Estudios Económicos, enfeixadas em dois volumes, é digna de louvor a orientação construtiva que à sua vida escolar imprime a Universidade argentina

Sob o título "Relações das Entidades Autárquicas com a Administração Central", são analisadas no tomo I as modernas e debatidas instituições de direito público. Seguem-se outros assuntos: Legislação Florestal Argentina; Bases para um Anteprojeto de Lei de Sociedades de Economia Mista; Materiais de Construção em Mendoza; Zona de Influência da Estrada Mendoza-Neuquen; Aspectos da Economia de São Rafael; Regime Legal das Águas Subterrâneas; Os caminhos e o Transporte no País; A Coordenação dos Transportes Nacionais; Importância Econômica das Rotas Nacionais na Província de Mendoza; A Estrada de Ferro Transandina e o nosso comércio com o Chile; A Técnica e o Princípio de Coordenação dos Transportes.

O tomo II compreende: Sobre alguns Princípios da Ciência da Administração; A Indústria da Cidra em Mendoza; Aproveitamento da Energia Hidroelétrica na Província de Mendoza; Estruturação Básica para Implantação do Seguro Agrícola na Província de Mendoza; Industrialização da Cevada em Mendoza; A Indústria do Couro em Mendoza; Organização das Feiras e Mercados em Mendoza; Política e organização de uma Seção de Vendas; A Lei n.º 11 357 sobre a organização da Sociedade Conjugal; Questões Gerais de Economia Política — Economia Dirigida e Problemas Fundamentais da Moeda; Argentina em crise; Custo de Produção de Soda e Sabão em Mendoza; Os Interesses da Nação, os Serviços Públicos e o Capital Estrangeiro; O IV Censo Nacional; A Unidade de Mendoza; A Carta de Chapultepec

Essas contribuições são apresentadas sob a forma de monografias, seminários, pesquisas de alunos, notas, comentários, etc

BULLETIN DE L'INSTITUT INTERNATIONAL DE STATISTIQUE — Tome XXX (Session de 1938) — Imprimerie Orbis — Praga, 1945

Em virtude dos graves acontecimentos verificados na Europa em 1938, e que forçaram a abandonar a capital tchecoslovena delegados de

trinta e três países ao Congresso Internacional de Estatística, cujo encerramento foi por isso mesmo antecipado, não puderam ser logo dados à publicidade os resultados e conclusões da importante reunião de Praga, na qual deveriam ser examinados temas de grande relevância.

Decorridos sete anos, quando se tenta reerguer o continente europeu da maior devastação de todos os tempos, o Instituto Internacional de Estatística ressurgiu de inatividade a que o relegaram as circunstâncias decorrentes da ocupação nazista. E, como um indício a mais de que na Europa tudo vai retomando o ritmo anterior, aquele Instituto publicou e começou a divulgar, ainda no ano da vitória, o *Bulletin* alusivo à memorável sessão de 1938, dêle constando relatórios e comunicações de técnicos e estudiosos mundialmente conhecidos.

No terreno da estatística demográfica, por exemplo, são apresentados: quinta revisão decenal da nomenclatura internacional das causas de óbitos, de M. HUBER; contribuição da estatística para a solução do problema do câncer, de W. BOEHMERT; a população rural — uso de uma definição internacional, de H. BUNLE; estatísticas referentes ao turismo internacional, de A. MOLINARI; os enfermos nos recenseamentos de população, de L. BERARDINIS; utilidade da estatística para a ciência médica, de E. F. WAGEMANN; comparabilidade internacional das estatísticas de causas de óbitos, de H. L. DUNN; a estatística alemã de doentes cancerosos, de H. MEYER; as probabilidades de óbito pela situação matrimonial, de L. LIVI e G. PARENTI; o problema da distinção do artesanato e da grande indústria na classificação das profissões, de A. BOHÁČ; da relação entre o meio geográfico e o porte dos conscritos, de J. AUERHAM; notas sobre as relações entre o decréscimo da natalidade e o desenvolvimento das condições econômicas, de C. HORÁČEK; a taxa anual de crescimento da população, de J. JANKO; a fórmula de RAHTS para a probabilidade de morte, de V. KORINEK; o método fronteiriço da estatística do turismo, de P. SMUTNY.

A secção de estatística econômica abrange: estatísticas econômicas hebdomadárias e sua significação para a observação econômica na Alemanha, de E. F. WAGEMANN; a dinâmica dos fenômenos coletivos, de F. SAVORGNAN e L. AMOROSO; método e valor de um índice geral de consumo, de R. MEERWARTH e CH. LORENZ; a estatística agrícola em países onde apresenta certas dificuldades (especialmente os países coloniais), de M. HUBER e H. ULNER; o recenseamento agrícola mundial de 1940, de V. DORE; da perceptibilidade dos desequilíbrios monetários por meio da estatística, de M. HORNA; o recenseamento da distribuição no Canadá, de M. MARSHALL; dos problemas relativos à balança dos capitais, de A. KRÁL.

Constam da parte referente à estatística social: instituições estatísticas cuja organização se caracteriza por uma descentralização horizontal (grupo de línguas latinas), de A. MOLINARI; a organização dos serviços estatísticos na Inglaterra e nos Estados Unidos, de S. A. RICE e R. O. LANG; relatório sobre os países de organização estatística por centralização parcial, de W. WINKER; diretrizes para a elaboração das estatísticas de rádio-difusão nos diversos países, de J. IENBURG; relatório da co-

missão de estatística da habitação e das novas construções, de B. NYSTROEM; as bases de comparação para o número de acidentes de circulação nas estradas, de H. VAN ZANTEN; coordenação internacional das estatísticas universitárias (origem social dos estudantes), de V. CASTRILLI; ensaio de um cálculo de risco de acidente dos condutores de veículos automóveis e de passageiros, de L. LIVI.

A terceira parte consiste em contribuições ao estudo da metodologia geral e da estatística matemática: a uniformidade nos limites dos grupos estatísticos, de K. DREXEL; a estatística e a reforma do calendário, de H. PLATSER; valor e limites da matemática na estatística, de M. HECHT e P. FLASKAMPFER; os dois tipos fundamentais de distribuição estatística, de J. KORČÁK.

Finalmente, encerram o *Bulletin* biografias de vultos já desaparecidos e que se notabilizaram no âmbito internacional das atividades estatísticas.

MEMORIAS, 1940-1941, 1942 e 1944 — Consejo Superior de Investigaciones Científicas — Imprenta de Silveric Aguirre, Madrid.

"La Hispanidad concentró siempre sus energías espirituales para crear una cultura universal."

Citando este trecho da lei que instituiu, no país, o Consejo Superior de Investigaciones Científicas, um dos seus componentes desenvolve, no início do primeiro volume, tese ampla e erudita.

A Espanha, que já havia participado das altas dignidades do império romano, pois espanhóis foram o primeiro cônsul estrangeiro em Roma, os imperadores TRAJANO, ADRIANO, MARCO AURÉLIO e TEODÓSIO, o GRANDE, assim como filósofos, poetas e oradores famosos daquela época, dera ao mundo uma série interminável de invenções e descobertas científicas, entremeadas de longos períodos de estagnação, motivados pelas invasões dos bárbaros, no século V, e dos árabes, no século VII.

Livre destes últimos, que a dominaram por oito séculos, retomou sua antiga posição, incorporando-se plenamente ao movimento renascentista iniciado nos últimos anos do século XV e começo do século XVI.

D. ANTÔNIO ROCASOLANO aprecia, uma a uma, as contribuições da Espanha ao progresso geral das ciências. Sua enumeração começa pelo primeiro livro de geografia, *Situ Orbis*, de POMPONIO MELA, e termina com as conquistas no terreno da astronomia, quando em 1543 a nação ibérica adotou em suas Universidades as idéias de COPÉRNICO e GALILEU, repudiadas e perseguidas pela Santa Inquisição em outros recantos do velho Continente.

Segundo o Ministro da Instrução, cujo discurso é também reproduzido, ao Consejo Superior de Investigaciones Científicas está reservado o papel de continuador daquelas tradições, coordenando e estimulando pesquisas que mantenham o prestígio da ciência espanhola, a serviço da Espanha e da própria civilização. Integram-no diversos institutos e patronatos, com os nomes de vultos mais notáveis da cultura.

espanhola e distribuídos por três grupos, conforme se dediquem a estudos do mundo físico, do mundo biológico ou do mundo espiritual.

Do primeiro grupo fazem parte: a) o Patronato "Afonso el Sabio", constituído pelos Institutos "Jorge Juan", de Matemática, "Alonso de Santa Cruz", de Física, "Alonso Barba", de Química, o Laboratório de Bioquímica e Química Aplicada, da Universidade de Zaragoza, as secções de Química Orgânica, das Universidades de Barcelona e de Sevilha; b) o Patronato "Juan de la Cierva Codorniu", que abrange os Institutos de Geofísica, Material Científico, Combustível, Química Aplicada, Técnico de Construção e Edificação e o Laboratório del Ebro

Do segundo grupo constam: a) o Patronato "Santiago Ramon Y Cajal", integrado pelos Institutos "Ramon Y Cajal", de Investigações Biológicas, "José de Acosta", de Ciências Naturais, o Jardim Botânico de Madrid, o Instituto Espanhol de Entomologia, as secções de Helminologia, da Universidade de Granada, e de Petrografia, da Universidade de Barcelona; b) o Patronato "Alonso De Herrera", compreendido pela "Misión Biológica de Galicia"

Finalmente, incluem-se no terceiro grupo: a) o Patronato "Raimundo Lullio", com os Institutos de Teologia, Filosofia, Direito, Economia e Pedagogia; b) o Patronato "Menendez Pelayo", compreendendo os Institutos de Filologia, Estudos Árabes e Hebráicos, História, Arte e Arqueologia, Geografia, Antropologia e Etnologia

Esta enumeração permite fazer-se uma idéa quanto ao mérito dos trabalhos divulgados nas Memórias do Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

LA EXPANSIÓN DE LA ECONOMIA ESPAÑOLA — EL MOVIMIENTO DE PRECIOS EN ESPAÑA — Higino Paris Eguilaz — Diana Artes Gráficas, e Suc. S Oceña — Madrid.

Inicialmente, como que tentando justificar o título de obra — expansão e não evolução — o A. renuncia ao estudo da economia espanhola a partir de remotas épocas: "Em primeiro lugar, qualquer estudo do futuro precisa ser feito sobre as bases de uma perspectiva histórica; a realidade actual é o resultado de um processo em que intervieram numerosos factores, uns pouco variáveis no correr dos tempos, outros produto de vontades humanas que, manifestadas através dos sistemas políticos, se concretizam em realizações variáveis, segundo a forma de utilização dos meios naturais, etc "

Depois de outras considerações, inclusive sobre se a presente situação da economia espanhola é o resultado de erros políticos cometidos nos séculos XVI, XVII e XVIII, acrescenta mais adiante: "Isto pôsto, deixemos de lado as possíveis interpretações da história económica da Espanha, muito rica de ensinamentos, mas também capaz de conduzir a falsas especulações. A escassez de dados é outra dificuldade que se opõe a quem pretenda remontar além do século XX "

O economista EGUILAZ penetra, pois, na essência do problema, que se resume, afinal,

numa estimativa de recursos futuros, não esquecendo o reverso da medalha — o aspecto demográfico —, e expõe numa visão de conjunto, de vez que, em caso contrário, o assunto comportaria diversas monografias especializadas, os recursos e potenciais económicos da nação ibérica, os quais, no seu entender, têm suscitado equívocos e pressupostos muito erróneos

O estudo começa pela população: crescimento, densidade, índices de natalidade e mortalidade, deslocamentos, cálculos para futuros decênios e consequência desses aumentos no quadro geral da economia espanhola

Rebatendo conclusões da Dirección General de Acción Social y Emigración, contidas em um trabalho intitulado "Dispoblación y Repoblación de España", o A não é de opinião que a imigração aumente à medida que se accentue o predomínio da grande propriedade e que, inversamente, a emigração tenha origem no regime de pequenos latifúndios

E assim termina a primeira parte do seu livro: "Apesar de tais resultados, obtidos pela investigação estatística, não se pode concluir que esteja condicionado à grande propriedade o aumento da população em algumas regiões espanholas e que bastaria reunir em grandes latifúndios as pequenas propriedades para deter o êxodo de populações de umas províncias para outras. Factores raciais, psicológicos e sociais intervêm simultaneamente, e é provável que sejam eles, de par com os factores geográficos, a causa das diferenças nos sistemas de propriedade encontrados numas e noutras unidades da República. Dentro desse ponto de vista, o grande ou o pequeno latifúndio seria apenas um efeito daqueles factores, e as migrações internas estariam sujeitas, em suma, não ao regime de propriedade, porém às mesmas causas determinantes desse regime."

Prossegue o A investigando, em outro capítulo, as causas do actual nível de consumo, particularmente as características da produção agrícola, mineira e industrial, os transportes, o comércio exterior e a estrutura da população produtiva

Em seguida, aprecia as flutuações do consumo espanhol, no século actual, com relação aos principais géneros alimentícios, vestuário, matérias primas e produtos básicos, o mesmo não fazendo com os artigos manufacturados por falta de dados estatísticos oficiais

Daí passa ao exame das possibilidades económicas, ao aumento da produção — imperativo do aumento do consumo, derivado, por seu turno, do crescimento da população — e, bem assim, à utilização de todos os recursos mobilizáveis no desenvolvimento da capacidade produtiva: terras, reservas minerais, mão de obra, instalações hidro-eléctricas, oportunidades do comércio exterior, etc

No tocante às perspectivas da economia espanhola, ante a propalada "evasão dos campos", o autor não vislumbra nesse facto o cumho alarmante que em geral lhe atribuem, em parte porque se compensam os deslocamentos de população entre as províncias e em parte porque um despovoamento gradativo e parcial das áreas rurais, sobre levar às indústrias boa parcela de mão-de-obra, até contribuiria para intensificar a mecanização da lavoura.

Contrário às diretrizes adotadas pelo governo, revela-se aqui um franco apologista do "laissez-faire": "Acreditamos que é erro grave dificultar a emigração dos camponeses. O abandono dos campos, por uma fração da população agrícola, constitui precisamente uma das imposições do progresso econômico-social do país, e bloquear com medidas legais esses movimentos é um ato muito desacertado."

Depois de ventilar tantos problemas da economia espanhola o A encerra o seu trabalho com interessantes conclusões sobre a população, a produção, o comércio exterior, o consumo, a expansão, a política financeira, etc

El Movimiento de Precios en España, outro livro editado sob os auspícios do Consejo Superior de Investigaciones Científicas, ressentese também da falta de estatísticas oficiais, motivo por que não pôde o A "estudar as repercussões do movimento de preços no conjunto e em cada um dos setores da economia espanhola, ou seja, na renda nacional e sua estrutura, no volume das diferentes produções, nos salários reais de cada grupo da população assalariada, no ritmo da capitalização nacional, no comércio exterior, etc"

Apoiado nos dados existentes, limita-se a assinalar alguns fatos importantes, como as dissociações de preços em certos períodos, sua influência no volume relativo da produção dos diversos artigos e uma conseqüente política de preços

O livro em causa abrange um período de trinta anos, de 1913 a 1942, marcado por fases de notável significação para a vida do país: a primeira guerra mundial (1914/1918), a ditadura (1923/1930), a República (1931/1936), a guerra civil (1936/1939) e a última guerra mundial

LOS FUNDAMENTOS DE LA PSICOLOGIA — João de Sousa Ferraz — Editora Americana — Buenos Aires, 1944

Evolução dos Estudos Psicológicos, História da Psicologia ou mesmo Fundamentos Históricos da Psicologia caberia melhor como título desse livro, que, à primeira vista, parece consistir num estudo dos fenômenos biológicos mais relacionados com os fenômenos psicológicos. Todavia, nada sofre com isso, bem se vê, o mérito dessa pequena e valiosa contribuição do professor patricio à coletânea lançada pela editora argentina

Apoiado em conclusões geralmente admitidas, em observações pertinentes à vida e aos costumes de povos ainda no alvorecer da civilização, o A começa por reconstruir o nebuloso e controvertido período pré-histórico. Após esse capítulo sobre a mentalidade primitiva, conduz o leitor pelos intermináveis roteiros da Psicologia, dos seus primórdios entre os egípcios, indús, chineses, persas e hebreus, às suas culminâncias na antiguidade clássica, com Sócrates, Platão, Aristóteles, Pirro, Epicuro e Zenon, à decadência das escolas gregas, sob o peso do cristianismo e da escolástica, e ao impulso renovador da Renascença

A seguir, passa ao advento do método experimental, aos progressos da indução com Bacon, e às diversas escolas aparecidas entre

o século XV e o século XIX — o cartesianismo de DESCARTES, MALEBRANCHE, SPINOZA e HOBBS, o empirismo de LOCKE, o espiritualismo e o materialismo de LEIBNITZ, BERKELEY, HUME e CONDILLAC, o racionalismo de KANT, o romantismo de FICHTE, HEGEL e SCHOPENHAUER, o cientifismo de HERBERT e seus discípulos, precursores da moderna psicologia diferencial

Estudando a influência de COMTE, expõe os rumos da psicologia depois do positivismo, de modo especial o papel de STUART MILL, SPENCER, BAIN, CHARCOT, BERGSON, WILLIAM JAMES, RIBOT, RICHTER, PAVLOV e LANGE

Na parte dedicada à psicologia contemporânea, focaliza os seus aspectos mais importantes, como psiquismo animal, vida orgânica e vida mental, personalidade, automatismos, reações, reflexos condicionados, comportamento inteligente, etc e desenvolve uma análise das tendências atuais dos estudos psicológicos — o behaviorismo e suas ramificações, com PIERRE JANET, BINET, THORNDIKE, STANLEY HALL, BALDWIN, MACDOUGALL, WATSON, e BECHTEREW, o estruturalismo de TITCHNER, KOFFKA, WERTHEIMER, STERN, a corrente psicoanalista de FREUD, ADLER e WUNDT e, finalmente, a orientação de CLAPARÈDE, DEWEY, PIERON e EBBINGHAUS, no campo da psicologia experimental e funcional

LA VIE ECONOMIQUE DU MONDE — Maurice Rouable — Editeur Dunod — Paris, 1945

Convicto de que o "estudo da Geografia Econômica tende a contribuir para um melhor entendimento entre os povos, em virtude de serem os problemas internacionais, antes de tudo, problemas econômicos", o Professor MAURICE ROUABLE, do Collège J B Say, da França, elaborou para os candidatos ao bacharelado e às Ecoles Nationales des Arts et Metiers, um livro cujo êxito poderá ultrapassar os meios acadêmicos do seu país, principalmente se forem atualizados os dados estatísticos ali apresentados, os quais, à falta de elementos mais recentes, se referem, na sua totalidade, ao ano de 1938

Detém-se o autor, de início, nos aspectos gerais e teóricos da Geografia Econômica, expondo, com síntese e clareza, rápidas noções sobre o comércio, a moeda metálica e fiduciária, o câmbio, as sociedades comerciais e as grandes concentrações econômicas

Nos sete capítulos seguintes estuda o trigo, o arroz, os cereais secundários, o vinho, o café, o chá, o cacau, o açúcar, as frutas e as matérias oleaginosas, sempre do ponto de vista da produção, da distribuição e do consumo, fixando, ao mesmo tempo, os antecedentes históricos dessas culturas, suas características botânicas, a composição química e as várias modalidades resultantes das diferenças de clima, de solo e das novas técnicas de produção

Dos produtos do mar — precedidos de uma descrição do ambiente marinho, da sua flora e fauna — passa à indústria da pesca, seu desenvolvimento e localização pelos diversos mares

Animais e produtos derivados, com os seus problemas correlatos, como o da forragem e o

da seleção dos rebanhos, constituem objeto de dois outros capítulos

A seguir, vêm a hulha e o lenito, seus principais processos de extração e aproveitamento industrial, desde o gás de iluminação até a borracha sintética; o petróleo e derivados, sua utilidade, as refinarias, os grandes *trusts* e a política petrolífera; a eletricidade e a hulha branca, centrais térmicas e hidráulicas; o ouro e a prata, inclusive a sua função monetária; o ferro e seus minérios, a siderurgia e o aço; o cobre e o alumínio, o chumbo, o zinco, o estanho e outros metais; os adubos, necessidade e espécies; o algodão e a indústria de tecelagem; a lã e outros tecidos de origem animal; outros tecidos de origem vegetal; a sêda e o *rayon*; as florestas e principais regiões florestais; a indústria das madeiras; a borracha

São dedicados à circulação das riquezas os sete últimos capítulos, que abrangem as vias fluviais, as estradas de ferro internacionais, as rodovias, as grandes rotas oceânicas, as marinhas mercantes, a navegação aérea e os meios de comunicação do pensamento — correios, telefones, cabos submarinos e serviços de rádio-telegrafia

Ilustram o livro do Professor ROUABLE inúmeros mapas, quadros e diagramas

ANAIIS DA BIBLIOTECA NACIONAL — Volume LXV — Ministério da Educação — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1945.

O Volume LXV dos *Anais da Biblioteca Nacional*, correspondente ao ano de 1943, insere documentos do arquivo da Casa dos Contos, de Minas Gerais Copiou-os e anotou-os o historiador JOSÉ AFONSO MENDONÇA DE AZEVEDO, que, em prefácio à divulgação de tão importante material histórico, ressalta o valor dos documentos ora recolhidos à Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional

Mais de uma centena de peças, todas elas de interesse histórico, foram lidas, copiadas e anotadas; prendem-se, em particular, a assuntos do passado mineiro, tendo o anotador as distribuído em cinco grupos: "MANUEL DE BORBA GATO, GARCIA RODRIGUES PAIS e outros bandeirantes"; "Bandeirantes e outros primitivos povoadores de Minas Gerais"; "Os levantantes de Pitangui e a revolta de Vila Rica"; "A Inconfidência Mineira" e "Vários Assuntos". Cada capítulo é precedido de notas e comentários, em que se põe em destaque a significação dos documentos estudados

É inegável o valor desse material ora divulgado no volume LXV dos *Anais da Biblioteca Nacional*, e sua importância não só reflete na reconstrução de aspectos da história mineira, como também ressalta em interesse para a história nacional. Trata-se, de fato, de peças históricas que vêm completar o conhecimento de cenas da vida de Minas Gerais no século XVIII, e outras que contribuem para melhor conhecimento de episódios de repercussão nacional, como é o caso das bandeiras exploradoras das Gerais e da Inconfidência de 1789

RELATÓRIO DO GOVERNADOR GERAL DE MOÇAMBIQUE — Período de 20 de março de 1940 a 31 de dezembro de 1942, Vol. I — Divisão de Publicações e Biblioteca — Agência Geral das Colônias — Lisboa, 1945.

Três anos de experiência no Governo Geral de Moçambique permitiram ao General José TRISTÃO DE BETTENCOURT levar às autoridades metropolitanas o conhecimento das reformas, iniciativas e realizações mais notáveis, ocorridas naquele setor do Império Colonial Português durante o período a que se reporta em extenso e minucioso relatório.

Compreende o primeiro volume todo o capítulo I, que tendo como sub-título "Governo e Administração", obedeceu ao seguinte plano: Administração Civil, Negócios Indígenas e Polícia Geral; Educação e Missões; Serviços Sanitários e de Assistência; Fazenda; inclusive obras públicas, indústria e geologia, comunicações postais e telegráficas, agricultura, veterinária e agrimensura; Serviços Militares

Ao apreciar a situação dos serviços estatísticos, o Governador Geral defende uma norma hoje vitoriosa entre as organizações mais adiantadas, pelo que é oportuno transcrever esse trecho de seu Relatório:

"Os Serviços de Estatística, criados na Colônia; em 1920 — ano em que se julgou a estatística digna de, por si, nela empregar, permanente e efetivamente, a atividade de um departamento da administração pública —, vinham-se regendo por um regulamento promulgado no mesmo ano, e que, além de permitir uma larga descentralização, não dava à Repartição criada, nem a autonomia técnica nem a autoridade estatística necessária à instituição de um sistema uniforme de trabalho

"A elaboração das estatísticas da Colônia estava assim entregue a uma diversidade de departamentos da administração, cada um deles publicando, independentemente da Repartição de Estatística e à margem dos trabalhos da estatística geral, as estatísticas que entendia dever elaborar

"Legislação posterior, baseada na promulgada na Metrópole, após a criação do Instituto Nacional de Estatística, procurou introduzir na Colônia aqueles princípios

"Fundamentalmente, porém, a base em que se assentava a ação dos Serviços manteve-se a mesma, isto apesar de em vários diplomas emanados do Governo Central se marcar um pensamento diferente, o da centralização, e se imporem aos serviços estatísticos coloniais obrigações que, praticamente, implicavam a execução do mesmo princípio

"Por Decreto-Lei n.º 27 870, de 1936, o Governo Central regulou as relações entre os órgãos coloniais de estatística e o Instituto Nacional de Estatística, determinando aos primeiros que apresentassem, no prazo de 120 dias, projetos de organização dos respectivos Serviços, no intuito certamente de se estabelecer uniformidade orgânica, assente nos princípios fundamentais que presidem à atuação daquele órgão central."

**AGRICULTURAL STATISTICS, 1945 — U. S
Department of Agriculture — Government
Printing Office — Washington, 1945.**

Como as edições de 1943 e 1944, de *Agricultural Statistics*, esta não abrange períodos muito longos, pois não vão além de quinze anos as séries retrospectivas mais extensas. Por outro lado, não houve a preocupação de apresentar estatísticas mensais, motivo por que é sugerida aos interessados nessas estatísticas a consulta dos vários periódicos e boletins mimeografados que o Departamento de Agricultura divulga regularmente.

Em virtude de não serem conhecidos, até então, os resultados do Censo Agrícola de 1945, foram calculadas as estimativas sobre áreas cultivadas, número de rézes, arrendamento e venda de fazendas, valor das safras, dos rebanhos e produtos conexos.

Segundo ainda o texto explicativo, os dados relativos a áreas cultivadas são baseados, em grande parte, nos censos agrícolas de 1929, 1934 e 1939.

Quanto aos anos intercensitários, baseiam-se aqueles dados em cerca de duzentos mil questionários, cujo preenchimento os postalistas rurais obtêm diretamente dos agricultores, informes esses que em tôdas as Unidades Políticas são suplementados por elementos diversos, como indagações por via postal, inquéritos locais, notas de expedição, recibos, etc.

Relatórios de um ou dois agricultores de cada distrito permitem conhecer, em localidades respectivas, a média de produção por acre, a qual é também obtida através dos informes sobre áreas e colheitas procedentes de cada uma das fazendas do país.

Depois de especificar outras fontes e recursos utilizados no preparo de *Agricultural Statistics*, estabelece o referido introito uma distinção entre safra comercial e safra de consumo local, que não é objeto da enumeração. Seguem-se vários esclarecimentos no tocante aos preços locais, à elaboração dos números índices, à estatística dos rebanhos, à situação dos mercados, ao comércio e produção estrangeiros e, por fim, ao sistema de pesos e medidas.

Compreende a parte estatística própria-mente dita: grãos; algodão, açúcar e fumo; óleos, gorduras e óleos vegetais; frutas, legumes, melões e nozes; feno sementes e safras menores; gado vacum, porcos, ovelhas, cavalos e muarens; laticínios e avicultura; financiamento e rendimento agrícolas; fertilizantes; elementos diversos.

**REPÚBLICA DE CUBA — CENSO DEL AÑO
1943 — Dirección General de Estadística —
P' Fernandez Y Cia, Impresores — Ha-
vana, 1945**

A publicação de resultados censitários, com intervalos nunca inferiores a dez anos, vem sendo aproveitada por muitos países como a ocasião mais oportuna para divulgar conhecimentos relativos também aos seus aspectos geográficos, prováveis condicionantes das características demográficas, econômicas, políti-

cas, sociais e culturais acaso reveladas pelos seus recenseamentos.

Outro, ao que parece, não teria sido o propósito da Dirección General de Estadística, de Cuba, quando se entregou à tarefa de reunir em magnífico volume, fartamente ilustrado, os dados do último censo levado a efeito naquela República da América Central. Ao relato dos trabalhos preparatórios e de execução, própria-mente ditos, segue-se verdadeiramente tratado de geografia nacional, que abrange nada menos de metade da substanciosa publicação cubana: geofísica, geologia, clima, flora e fauna, recursos econômicos, indústrias básicas, organização política e administrativa, o governo e seus elementos constitutivos, as artes e letras, etc.

Somente depois dessa explanação, de uma notícia bibliográfica dos censos anteriores e de tabelas em que são apresentados os seus resultados globais, por sexo, idade e nacionalidade, é que se passa a uma análise do censo de 1943, compreendendo população, instrução, grupos de indústrias, grupos de ocupações, assuntos de competência do poder judiciário, etc.

Elevava-se a 4 778 583 habitantes a população de Cuba em 25 de julho de 1943, segundo os dados oficiais contidos no volume.

**VII CENSO NACIONAL DE POBLACION —
Tomos V e VI — Companhia Anonima Edi-
torial Grafolit — Caracas, 1945**

Encontram-se nesses dois volumes os resultados do último censo venezuelano relativos a seis unidades da federação — Miranda, Monagas, Nueva Esparta, Portuguesa, Sucre e Tachira —, precedidos de um breve relato das atividades preliminares, como sejam, preparação do pessoal e do material, propaganda, instituição do dia do censo, escolha dos quesitos, etc. Dêles consta, igualmente, uma notícia sobre os trabalhos de coleta, crítica, apuração, publicação e divulgação dos dados, com justificativas dos critérios adotados, tendo em vista as possibilidades e características de cada região do país.

Visando ao conhecimento da população e das suas condições de saúde e habitação, os questionários abrangeram, praticamente, os aspectos essenciais do censo: nome, sexo, estado civil, idade, instrução, assistência escolar, lugar de nascimento, nacionalidade, profissão, ocupações e ofícios, religião, defeitos físicos e mentais, tipos de casas e grau em que satisfazem os modernos preceitos de higiene.

Resultados globais atribuem à Venezuela uma população de 3 951 371 habitantes em 7 de dezembro de 1941, considerado o dia do censo.

**ANAIIS DA II REUNIÃO PAN-AMERICANA
DE CONSULTA SOBRE GEOGRAFIA E
CARTOGRAFIA — Serviço Gráfico do Ins-
tituto Brasileiro de Geografia e Estatística
— Rio de Janeiro, 1945**

A II Reunião de Consulta sobre Geografia e Cartografia, realizada nesta capital em setembro de 1944, contou com a presença de dele-

gações de muitos países americanos, que, atendendo a solicitação do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, não hesitaram em participar de trabalhos cujas conclusões poderiam ser altamente proveitosas, como primeiro passo na coordenação de tôdas as suas atividades geográficas

Constituíram-se, então, diversas comissões técnicas, para estudo e debate dos problemas mais importantes

Assim, à Comissão de Geodésia e Astronomia de Campo coube opinar sobre triangulação continental, "data" geodésicos para a América Central e do Sul, nivelamento geodésico de precisão, magnetismo, gravimetria, observações de mares e sismologia

A Comissão de Topografia, Aërofotogrametria e Mapas Topográficos tratou dos processos de levantamento, da difusão da aerofotogrametria e do aperfeiçoamento e uniformização dos mapas topográficos

A Comissão de Cartas Aeronáuticas apreciou normas para o preparo e aperfeiçoamento dessas cartas

A Comissão de Cartas Hidrográficas manifestou-se no tocante aos levantamentos hidrográficos e arquivos cartográficos nacionais, à padronização cartográfica e impressão de mapas

Por fim, a Comissão de Toponímia, Terminologia, Assuntos Gerais e Relações entre Geografia e Cartografia teve o encargo de examinar as questões relativas à ortografia dos nomes geográficos, ao dicionário de termos técnicos, à geografia no após-guerra, ao intercâmbio cultural, ao ensino da geografia e da cartografia, à bibliografia geográfica e ao uso de mapas nos recenseamentos e nos estudos geográficos

Enfeixam os trabalhos dessas comissões, bem como a ata das resoluções aprovadas, os *Anais* que o Conselho Nacional de Geografia publicou e vem divulgando entre os meios interessados.

LOIDE BRASILEIRO — Relatório de 1944 — Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Rio de Janeiro, 1945.

Subsídio valioso para a história da nossa marinha mercante, êsse Relatório permite conhecer o desenvolvimento do Lóide Brasileiro a partir de 1890 e expõe suas atividades e realizações nos últimos anos, de modo especial nos períodos de 1936 a 1944 e de 1940 a 1944. Não ficou também sem registro o drama da nossa navegação, duramente afetada pelas contingências da segunda guerra mundial, e tampouco as perspectivas alvitreiras do nosso comércio internacional e de cabotagem, com as medidas de renovação que ali se processam, tanto na melhoria das instalações e na simplificação dos métodos de trabalho, como na reparação dos navios existentes e nos contratos para aquisição de novas unidades.

Subordinadas a diferentes títulos — Administração Superior, Superintendência Técnica, Superintendência Comercial, etc — são apresentadas naquela publicação, de permoio com tabelas, plantas e gráficos elucidativos, amplas informações pertinentes ao movimento da empresa, onde, a despeito de condições tão desfavoráveis, se verificou acentuado surto progressista, que se traduz, aliás, no *superavit* atingido em 1944, conforme evidência o balanço geral de sua receita e despesa naquele exercício

Além dos elementos já referidos, a contribuição da estatística, através do órgão competente, consta de dados minuciosos quanto à existência, aquisição e baixa de navios e embarcações auxiliares, às suas médias e coeficientes de custeio, ao custo do transporte de uma tonelada de carga, às milhas navegadas, ao aproveitamento das unidades mercantes, ao movimento geral das linhas mantidas pela frota, à sinopse do seu movimento nas viagens terminadas, à receita e despesa dos navios em tráfego, à receita e custeio dos transportes efetuados e, finalmente, aos principais produtos nacionais transportados

BOLETIN MENSUAL DE ESTADÍSTICA — Dirección General de Estadística — Meses IV, V, VI — Ns 4, 5, 6, Ano IV — Caracas, 1944.

A conhecida publicação venezuelana *Boletín Mensual de Estadística* circulou numa de suas melhores edições, contendo farto material sobre diferentes assuntos, durante o segundo semestre de 1944. O sumário da edição em apreço consta de estatísticas econômicas, de produção, demográficas, administrativas e culturais, estas últimas bastante desenvolvidas

Conforme acentua a nota explicativa que precede a apresentação da matéria, são divulgados nesse número dados relativos à indústria de construções na Venezuela, a qual se vem revelando um dos mais importantes fatores de trabalho para numeroso setor das populações daquele país

O capítulo relativo à demografia se reveste, igualmente, de grande interesse, subministrando informações bastante expressivas sobre vários aspectos da vida venezuelana. Os quadros aí publicados permitem apreciar o número de casamentos, nascimentos e falecimentos registrados na Venezuela nos últimos anos, e bem assim o movimento migratório

A parte referente às Estatísticas Administrativas e Culturais inclui a divulgação de dados sobre acidentes de tráfego no Distrito Federal, com a discriminação das causas que motivaram tais acidentes, a gravidade de que se revestiam, as classes de veículos que mais freqüentemente entraram em colisão, o número de acidentados menores e maiores de 15 anos as vítimas que ocasionaram e os tipos de sanções impostas aos condutores, tais como multas, apreensões, suspensões e o número de acidentados cujos respectivos processos foram encaminhados aos tribunais de justiça

Em anexo às estatísticas econômicas, o *Boletim* publica números-índices sobre o movimento econômico até junho de 1944; preços por atacado; preços de utilidades; valor das hipotecas; contas correntes de bancos nacionais e estrangeiros, além de outras séries de interesse.

No que se refere à estatística da produção, o *Boletim* divulga, em quadros, elementos numéricos sobre a produção de açúcar, cerveja e consumo de pescado fresco na capital; quantidade de ouro e diamantes cujos direitos foram suprimidos durante o segundo trimestre de 1944; consumo de leite pasteurizado na capital federal; gado vacum, caprino, lanígero e suíno; beneficiamento de reses, segundo os dados fornecidos pelos administradores e arrecadadores de impostos municipais; supressão do imposto de consumo interno sobre gasolina, terebentina, queiosene, "Varsol", "Diesel Engine Oil", "Fuel Oil" e asfalto.

TABELA DE DISTÂNCIAS EM MILHAS E DURAÇÃO EM DIAS E HORAS — Departamento de Estatística — Rio de Janeiro, 1946.

Com a divulgação desse trabalho, resultado de cálculos meticulosos, presta o Departamento de Estatística do Lóide Brasileiro, incontestavelmente, um serviço apreciável à navegação de cabotagem e mesmo ao tráfego em alto mar.

Depois do valor, em metros, das diversas espécies de milhas, num total de doze, e das medidas de velocidade dos navios, são especificadas as distâncias entre cada porto nacional e todos os demais portos do país, com a duração das viagens expressa em dias e horas, tendo-se em vista as tabelas aprovadas pela Conferência de Navegação de Cabotagem, em setembro de 1935, e a velocidade média de cada navio, em milha horária.

Em outra parte podem ser conhecidas as distâncias percorridas entre os portos servidos pelo Lóide, inclusive os estrangeiros, e a duração média das viagens, também em dias e horas, de acordo com a velocidade média de cada navio, em milhas horárias.

MEMORIA DEL INSTITUTO SOCIAL (1941/1944) — Universidad Nacional del Litoral — Santa Fé, 1945

Dando conta de sua intensa atividade no quadriênio 1941/1944, o Instituto Social da Universidad Nacional do Litoral, Argentina, fez editar uma memória que está circulando no Exterior.

Empregando os meios ao seu alcance, como a conferência, o folheto, a rádio-difusão, cursos para aperfeiçoamento de operários e empregados, e a investigação dos problemas econômico-sociais da República Argentina, o Instituto, conforme se verifica do trabalho aludido, preencheu satisfatoriamente sua finalidade.

As informações estatísticas aí contidas permitem conhecer o seu múltiplo labor no quadriênio 1941/1944.

No setor "Extensão Universitária", foram, em conjunto, realizados 157 atos sob os auspícios do Instituto, dentre os quais merecem especial referência os cursos breves, a cargo de especialistas, sobre temas não suficientemente desenvolvidos na Universidade. Editou o Instituto, no decurso dos quatro anos, quarenta e três publicações, perfazendo um total de 105-150 exemplares. O plano geral dessas publicações, reproduzido na memória, relaciona uma série de interessantes estudos sobre assuntos culturais, históricos e sociais.

Foi também intensa a atividade desenvolvida pela "Seção de Cursos". Conforme consignava o trabalho, dois fatos importantes ocorreram no primeiro ano do período: a fundação da "Associação Cooperadora" e da "Escena Andariega". A primeira dessas iniciativas redundou numa excelente colaboração entre professores e alunos, servindo para aproximá-los mais ainda, através da realização de reuniões desportivas, conferências, almoços de confraternização. A "Escena Andariega", cujo objetivo é despertar a vocação artística dos alunos do curso de Instrução Literária e ofereceu gratuitamente teatro às crianças, representado por adultos, atendeu de maneira satisfatória aos seus objetivos.

A "Seção Museu Social", na execução de seu programa, empenhou-se, no período aludido, em trabalhosas investigações sobre assuntos econômico-sociais, incorporando à sua biblioteca artigos, comentários, estatísticas, etc., relacionados com o desenvolvimento do país.

REVISTA DE TRABAJO — Ministério do Trabalho — Madrid, maio, junho e setembro de 1945.

Os números de maio, junho e setembro da *Revista de Trabajo*, editada pela Seção de Publicações, do Ministério do Trabalho da Espanha, apresentam a feição habitual, contendo artigos assinados por especialistas em estudos sociais e econômicos e uma parte de informações gerais, abrangendo a vulgarização de documentos históricos, jurisprudência, legislação trabalhista e notícias bibliográficas.

Dentre a colaboração constante da primeira parte, de "Estudos e Documentos", destacam-se: "Factores sociales del paro forzoso", de JOSÉ PÉREZ SEÑERO; "La economía moderna y la colocación de los trabajadores", de PASCUAL PÉREZ JUSTE; e "El ambiente psíquico del trabajo", de J. MAS-GUINDAL.

MONTHLY LABOR REVIEW — United States Department of Labor — Bureau of Labor Statistics — Setembro de 1945.

Interessantes estudos sobre níveis de salários e condições gerais do trabalho, nos Estados Unidos, encontram-se no número de setembro

dêste ano da *Monthly Labor Review*. O sumário apresenta a seguinte matéria: "Income From Wages or Salaries in the Postwar Period"; "Postwar Employment Opportunities for Welders"; "Wartime Changes in Agricultural Employment"; "Operations of Consumers' Cooperatives, 1944"; "Union Agreements in the Tobacco Industry"; "Trends in Urban Wage Rates, October 1944 to April 1945"

tícios; o terceiro analisa a parte concernente aos vestuários, habitação e serviços coletivos essenciais; e, finalmente, o quarto capítulo estabelece uma estimativa da distribuição dos bens de consumo entre os gastos dos consumidores, na respectiva aquisição

MEMORIA DE LA SUPERINTENDENCIA DE BANCOS Y ESTADÍSTICA BANCARIA DE SEGUROS Y CAPITALIZACIÓN — República del Perú, 1945

Todo o movimento bancário do Peru, durante o ano passado, acha-se fixado no volume publicado pelo Governo peruano, sob o título *Memoria de la Superintendencia de Bancos y Estadística Bancaria de Seguros y Capitalización*. Trata-se de minuciosa compilação de exposições, relatórios, balanços, registros, leis, decretos e resoluções, tudo em torno das atividades bancárias no importante país andino. Também está discriminado o funcionamento das companhias de seguros e caixas econômicas, constituindo, assim, a *Memoria* um largo panorama da vida financeira nacional. O volume traz, como anexos, quadros elucidativos da situação geral das finanças, no país, três déles relativos à estatística bancária, compreendendo a relação dos estabelecimentos bancários, sua distribuição regional e salários mensais do pessoal e serviço das empresas bancárias e da Superintendencia de Bancos.

A posição que, no conjunto dessas atividades, ocupa o Banco Central de Reserva del Peru aparece em destaque, com a discriminação dos seguintes itens: principais contas do ativo e passivo; encaixe; obrigações sujeitas a encaixe; encaixe relativo a circulação e depósitos; empréstimos; e moeda em circulação, com sua classificação e distribuição

MONNAIES ET BANQUES — Société des Nations — Service des Publications — Genève, 1945.

Noventa e nove organizações bancárias — cinqüenta e quatro centrais e quarenta e cinco comerciais — estão incluídas nas tabelas anuais e trimestrais desta publicação, que compreende o período 1937/1944 e apresenta sensível desenvolvimento, em relação à do período 1936/1941

Assim, aparecem no presente número alguismos referentes a países que haviam sido omitidos ou estudados de modo pouco satisfatório no volume anterior: Irlanda, Nicarágua, Paraguai, Costa Rica, Guatemala, Haiti, Islândia, Iran, Salvador, Síria, Líbano, Irak, Palestina e, a título de documentação histórica, Slováquia, Croácia e Bélgica (Banco de Emissão de Bruxelas)

Dividido em duas partes, na primeira podem ser conhecidos os resumos internacionais que indicam a composição e o movimento da circulação monetária, os ativos dos bancos centrais e comerciais, as reservas monetárias de ouro, em milhões de dólares americanos, o valor da produção mundial de ouro, as percentagens de dinheiro em caixa nos bancos comerciais, os índices das compensações bancárias, as taxas de juros e o valor das moedas em cêntimos dos Estados Unidos

Da segunda parte constam os balanços individuais dos bancos centrais e os resultados de um estudo dos balanços e das contas de lucros e perdas dos bancos comerciais, cujas estatísticas são apresentadas segundo normas estabelecidas pela Sociedade das Nações

WARTIME RATIONING AND CONSUMPTION — Sociedade das Nações — Genebra, 1942

O controle do consumo das utilidades de primeiro plano, determinado pelas restrições da guerra, foi objeto de demorado estudo do Serviço de Informações Econômicas da Sociedade das Nações. O trabalho data de 1942, tendo sido editado novamente nos Estados Unidos, em 1943, sob o título *Wartime Rationing and Consumption*. Divide-se em quatro capítulos a publicação, que faz largo uso de quadros estatísticos elucidativos dos níveis de consumo normal, antes da guerra, nos países europeus, e da situação em que se achavam no decorrer do conflito. O primeiro capítulo trata das condições gerais do consumo, na economia de guerra, e, como se vê, encara o problema em seus termos gerais; o segundo particulariza o consumo e o racionamento de gêneros alimen-

BOLETIN ESTADÍSTICO — Dirección de Estadística — Talleres Gráficos de Guillermo Kraft Ltda. — Buenos Aires, 1946.

Um ato do Poder Executivo da Argentina em abril do ano corrente, atribuiu à Dirección de Estadística o encargo de elaborar e publicar um boletim mensal destinado a "dar ao país informações acerca do movimento econômico relacionado com as elevadas funções de estado afetas à Secretaria-Geral de Indústria e Comércio"

O presente volume, primeiro da série recém-instituída, contém amplos informes sobre a economia argentina, sua produção e comércio interno e externo. Distribuem-se pelos seguintes títulos os gráficos e tabelas: óleos vegetais, álcool, algodão, arroz, aves, caça e derivados, açúcar, madeiras, forragem, frutas,

gado, grãos (cereais e oleaginosos), farinha de trigo e subprodutos, legumes, cevada e cerveja, minerais, pesca, fumo, vinhos, mate, etc

Segundo manifesto propósito da Direcção de Estatística, maiores desenvolvimentos terão os números futuros do *Boletim*, com a inclusão de novas séries estatísticas, que algumas repartições da Secretaria não têm estado em condições de fornecer

Para tanto muito contribuirá, esperam os seus responsáveis, a reforma verificada nos serviços estatísticos daquele setor do Poder Executivo, a qual se orientou pelos mesmos princípios que nortearam a reorganização da estatística oficial brasileira: centralização técnica, mediante o emprego de métodos estatísticos uniformes, e descentralização executiva, porém coordenada, com o fim de evitar esforços paralelos e dispersivos

LEGISLAÇÃO ORGÂNICA (1890-1943) — Lóide Brasileiro — Rio de Janeiro, 1944

Em complemento ao relatório de suas atividades, referente a 1943, o Lóide Brasileiro publicou um volume em que se divulga toda a legislação orgânica da empresa, hoje transformada em autarquia. Até aquêl ano, nada menos de cento e nove leis e decretos foram baixados pelo Governo da República, com respeito ao Lóide Brasileiro

O primeiro dêles, que tomou o número 203, foi o de organização da empresa, baixado a 19 de fevereiro de 1890, pelo Govêno Provisório da República

A incorporação de todo o acervo do Lóide Brasileiro ao Patrimônio da União, assumindo o Poder Executivo a responsabilidade do ativo e passivo da empresa, foi autorizada pela Lei n.º 420, de 10 de abril de 1937. A 11 de junho do mesmo ano, o Lóide Brasileiro foi reorganizado, pelo Decreto n.º 1 708

FACULDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DO PARÁ — Relatório de 1944 — Belém

O relatório apresentado pelo Diretor da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará à congregação dêsse instituto de ensino superior inclui um histórico do ensino médico naquele Estado, pelo qual se verifica que, desde a fundação da Faculdade, em 1919, ali se diplomaram 304 médicos

Pormenoriza o relatório os trabalhos letivos do ano findo, encontrando-se nêle uma relação dos programas lecionados, bem como dos titulares das respectivas cadeiras

Os nomes dos médicos diplomados, a partir de 1924, estão igualmente mencionados no relatório, que traz, em anexos, quadros demonstrativos do movimento de alunos e boletins de exame. Encontra-se, nas páginas do relatório,

abundante documentação das atividades desenvolvidas pelo estabelecimento, no sentido de ampliá-lo e melhorá-lo, tanto sob o aspecto material, como em relação às suas finalidades culturais

CEARÁ ECONÔMICO & ESTATÍSTICO — (Ano I, Número 1) — Fortaleza, 1945.

Tem-se procurado explicar a escassez de publicações técnicas especializadas, no Brasil, pelo desinteresse do público a êsse respeito. O problema, como se pode facilmente verificar, não está bem colocado, tomando-se por causa aquilo que nada mais é do que uma resultante de condições mais gerais e mais profundas. Na realidade, essa fase já está passando, e é com satisfação que a cada momento vemos aparecer, como resultado de exigências que se manifestam em nosso processo evolutivo, publicações que vão preenchendo tais deficiências

Encontra-se neste caso a revista *Ceará Econômico & Estatístico*, cujo primeiro número, datado de 15 de novembro de 1945, circulou no ano corrente. Trata-se de uma salutar, e porque não dizê-lo, corajosa iniciativa de intelectuais cearenses, decididos a oferecer uma revista que, a par de suas finalidades informativas, promova e estimule o estudo e o debate dos problemas econômicos em geral. Todos os assuntos que digam respeito ao comércio, indústria, administração pública, transportes, agricultura, etc., serão aí focalizados, à luz, principalmente, dos elementos estatísticos

Além de uma série de notas e registros editoriais sobre diferentes aspectos da economia cearense, o número aludido publica vários artigos versando temas de atualidade, alguns dos quais podem ser considerados verdadeiras contribuições ao esclarecimento de problemas regionais, como o estudo do Sr. STÊNIO LOPES sobre mercados internos

Índice expressivo da orientação da revista em face da Estatística, é o espaço reservado à entrevista concedida pelo Diretor do Departamento Estadual de Estatística do Ceará, Sr. THOMAZ GOMES DA SILVA

REVISTA DE DIREITO MUNICIPAL — Imprensa Oficial da Bahia — Salvador, 1946.

Ao ensejo da elaboração de nova Carta Constitucional, momento mais oportuno para as justas reivindicações municipalistas, registra-se o aparecimento, na capital baiana, da *Revista de Direito Municipal*, concorrendo para a campanha de vitalização dos centros municipais brasileiros.

Consoante as diretrizes que o seu Diretor, Sr. ORLANDO TITO DE OLIVEIRA, expõe em ligeiras palavras de apresentação, a revista em aprêço visa a pôr em destaque os modernos problemas do Município, que terão acolhimento, conforme o caso, em uma das seguintes secções: doutri-

na, administração, urbanismo, jurisprudência e legislação. De acôrdo com êste esquema, constam do primeiro número: "Provincialização de alguns serviços municipais em Rosário", de ALCIDES GRECCA; "A penúria municipal", de ALIOMAR BALEIRO; "Contribuição de melhoria nos pequenos Municípios", de BILAC PINTO e ANHARIA MELO (anteprojeto); "Município de Salvador" e "Plano de Urbanização de Curitiba", de IVES ORLANDO TITO RIBEIRO; Jurisprudência do Tribunal de Apelação da Bahia e do Supremo Tribunal Federal; Legislação municipal

ANUÁRIO DA PESCA MARÍTIMA NO ESTADO DE SÃO PAULO — Diretoria de Publicidade Agrícola (Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio) — São Paulo, 1945

Em virtude de uma série de medidas oficiais atinentes à regulamentação do comércio do pescado em São Paulo, vem êsse Estado realizando grandes progressos neste ramo de atividade. Realmente, a sua produção pesqueira, especialmente a marítima, adquire maior expressão econômica, dando lugar não somente a um ativo comércio, mas a uma próspera indústria.

Uma informação precisa sobre o desenvolvimento da pesca marítima em São Paulo pode ser encontrada no *Anuário da Pesca Marítima*, divulgado pela Diretoria de Publicidade Agrícola da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio.

A primeira parte do trabalho é destinada ao registro estatístico da pesca, com a apresentação de dados que refletem fielmente o movimento realizado no decurso de 1944. Conforme um quadro demonstrativo da produção, no qual se acham relacionadas 106 variedades, o movimento da pesca, no ano aludido, ascendeu a 9 424 440,100 kg, no valor de Cr\$ 13 622 721,40. Essas variedades foram divididas em três principais categorias — peixes, crustáceos e moluscos — às quais correspondem as relações percentuais de 96,9, 3,0 e 0,1. No grupo dos peixes, a posição mais importante cabe à "sardinha verdadeira grande", da qual foi registrada uma produção total de 5 859 615 650 kg, ou seja, exatamente, 62,1% de todo o movimento da pesca marítima. O trabalho esclarece que as principais razões da grande intensidade da captura desse tipo de sardinha são explicáveis pela fixação do preço de compra ao produtor, livre de qualquer flutuação, mesmo nas épocas em que é mais abundante o produto, bem assim pela segurança do bom rendimento da pesca da sardinha, espécie que ocorre em grandes cardumes, em zonas e épocas conhecidas.

As variedades que figuram com maior volume na estatística da produção do pescado, além da já citada, são a corvina de rede, a pescadinha de alto mar, o goête, a tainha, o cação, o camarão de sete barbas e o peixe galo.

A segunda e a terceira partes são dedicadas, respectivamente, ao comércio e à in-

dústria do pescado. O trabalho assinala que, em virtude das medidas oficiais acima aludidas, melhorou sensivelmente a distribuição do produto, que é hoje apresentado ao consumidor em peixarias que preenchem todos os modernos requisitos de higiene. A fixação de preços, igualmente, proporcionou uma garantia mais sólida ao trabalho dos pescadores, com visíveis reflexos no índice de produção, que acusou cifras equivalentes a um aumento de cerca de 150%.

A industrialização do pescado iniciada no último trimestre de 1938, apresenta aspectos sobremaneira animadores.

As duas últimas partes referem-se ao exercício da profissão de pescador e à biologia da pesca.

Todo o trabalho está fartamente ilustrado com mapas, gráficos e fotografias alusivas ao problema da pesca marítima em São Paulo.

ESTATÍSTICA JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL — Departamento Estadual de Estatística — Oficinas Gráficas da Livraria Globo — Porto Alegre, 1945

Com dados referentes ao ano de 1944, êste volume é o segundo da série lançada, em 1941, pelo Departamento Estadual de Estatística do Rio Grande do Sul. Divide-se em quatro partes: Movimento Judiciário, Justiça do Trabalho, Propriedade Imobiliária e Registros Públicos.

A de Movimento Judiciário abrange: Tribunal de Apelação, Comissão Disciplinar Judiciária, Procuradoria Geral do Estado, Conselho Penitenciário, ações iniciadas, ações civis julgadas, inventários e arrolamentos, execuções findas, execuções de hipotecas e penhores, concordatas, falências, tutelas e curatelas, desquites, acidentes do trabalho e condenações criminais.

A de Justiça do Trabalho compreende: Conselho Regional da 4ª Região, Procuradoria Geral do Trabalho, feitos julgados, decisões e montante das indenizações no Estado.

Da parte de Propriedade Imobiliária constam as seguintes estatísticas: transmissões de imóveis "inter vivos", transmissões de imóveis "causa mortis" e inscrições de hipotecas.

Na de Registros Públicos são encontrados informes referentes a títulos protestados, transcrições de contratos, de penhores agrícolas e pecuários, registros de sociedades e de publicações.

Pelos estudos e conclusões a que se prestam os seus dados, pelo esmero com que foram êstes coligidos, apurados e apresentados, êsse trabalho terá, por certo, um acolhimento muito favorável nos meios judiciários e mesmo entre os profissionais da estatística.

**ASPECTOS GERAIS DE PORTO ALEGRE —
Fortunato Pimentel — Oficinas da Imprensa
Oficial — Porto Alegre, 1945.**

Quando parte do primeiro núcleo de povoamento e acompanha a evolução da sede municipal, nos diferentes planos econômico, social, cultural e político, não olvidados, é lógico, os fatores mais importantes desse desenvolvimento — a posição geográfica, o clima, a natureza do solo —, a monografia de uma cidade pode reconstituir, com algum encanto e colorido, tanto a sua vida e costumes no passado, como os fatos de maior alcance nacional, cuja repercussão ali é fácil de encontrar, num ato da antiga assembléia de vereadores, nos editoriais da imprensa da época ou mesmo nas rimas de um poeta provinciano já desaparecido. Tudo depende, no entanto, de ser o assunto explorado com habilidade, pois, via de regra, não faltam preciosas fontes de consulta — registros, atas de fundação de clubes e instituições diversas, noticiários, dados biográficos, etc.

Trabalho desse gênero permite até esclarecer as peculiaridades mais notáveis da grande aglomeração urbana em que, porventura, se

tenha convertido o pequeno e inexpressivo núcleo inicial.

Eis o que logo sugere uma leitura dos *Aspectos Gerais de Porto Alegre*, de autoria do Sr. FORTUNATO PIMENTEL, que além de empenhar nêles o seu próprio espírito de pesquisa e os seus dotes de expositivo, soube aproveitar o concurso de ilustres figuras da sociedade local. Naquele amplo e minucioso documentário em dois volumes, fartamente ilustrados com fotografias, mapas, diagramas e quadros estatísticos, o autor reproduz toda a história da capital riograndense do sul, desde o então povoado de São Francisco de Porto dos Casais até a florescente e tentacular metrópole de 1945.

Também constam do primeiro volume: caracterização do território, divisão administrativa, população, situação geográfica, geologia, flora, clima, saneamento, educação e cultura, saúde e assistência, transportes e comunicações, serviços públicos, colonização, finanças, produção e organizações trabalhistas.

O segundo volume é dedicado ao desenvolvimento urbanístico, à administração pública e às biografias de personalidades portoalegrenses mais destacadas.

LEGISLAÇÃO

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

ASSEMBLÉIA GERAL

Resoluções da sexta sessão ordinária, em julho de 1946

- N.º 306 — 8 de julho de 1946
Formula um voto e faz ponderações a respeito da estatística do ensino primário do decênio 1932/1941
- N.º 307 — 12 de julho de 1946
Dispõe sobre as atividades das Secções de Estatística Militar e dá outras providências
- N.º 308 — 16 de julho de 1946
Homenageia a Sociedade Brasileira de Estatística e salienta a atuação do seu Presidente
- N.º 309 — 17 de julho de 1946
Louva a atuação do Conselho Nacional de Geografia e assinala as suas principais realizações
- N.º 310 — 17 de julho de 1946
Dispõe sobre o mandato de representante das instituições filiadas ao Instituto nos órgãos deliberativos do Conselho
- N.º 311 — 17 de julho de 1946
Ratifica as deliberações das Juntas Executivas do Conselho e dá outras providências
- N.º 312 — 17 de julho de 1946
Dispõe sobre a divulgação dos relatórios dos serviços estatísticos
- N.º 313 — 17 de julho de 1946
Estabelece normas para a divulgação dos elementos cadastrais coletados nas Campanhas Estatísticas
- N.º 314 — 17 de julho de 1946
Recomenda providências para a elaboração das monografias estatístico-geográficas previstas na Resolução n.º 57, desta Assembléia
- N.º 315 — 18 de julho de 1946
Recomenda providências para a continuidade dos Inquéritos Econômicos para a Defesa Nacional, determinando a sua ampliação
- N.º 316 — 18 de julho de 1946
Sugere a elaboração, pelos órgãos regionais, de ementário de legislação acerca da vida judiciária, administrativa e eclesiástica de cada Município brasileiro
- N.º 317 — 18 de julho de 1946
Formula um apêlo para a inclusão de uma prova de estatística nos concursos para os cargos públicos, e dá outras providências
- N.º 318 — 20 de julho de 1946
Dispõe sobre as Comissões Técnicas do Conselho
- N.º 319 — 20 de julho de 1946
Reconhece a necessidade do levantamento da exportação intermunicipal e dá outras providências
- N.º 320 — 20 de julho de 1946
Dispõe sobre o estágio dos servidores das repartições de estatística
- N.º 321 — 20 de julho de 1946
Recomenda a instituição de exposições de geografia e estatística
- N.º 322 — 20 de julho de 1946
Manifesta o regozijo do Conselho pelo reinício das atividades do Instituto Internacional de Estatística e formula outros votos
- N.º 323 — 20 de julho de 1946
Recomenda a colaboração das repartições de estatística para o estudo dos problemas dos Territórios Nacionais e formula um voto.
- N.º 324 — 20 de julho de 1946
Dispõe sobre o apoio do Conselho ao movimento municipalista e dá outras providências
- N.º 325 — 20 de julho de 1946
Aprova e ratifica uma exposição da Secretaria-Geral do Instituto em que se focalizam a natureza, os fins e a situação atual da entidade
- N.º 326 — 20 de julho de 1946
Recomenda estudos no sentido de passarem à administração do Instituto os órgãos centrais de estatística — federais e regionais
- N.º 327 — 20 de julho de 1946
Formula um pronunciamento sobre sugestões referentes à ordem econômica do país
- N.º 328 — 25 de julho de 1946
Inclui nos Anais do Instituto o "Plano de Ação Social" do Episcopado Brasileiro
- N.º 329 — 25 de julho de 1946
Aprova as contas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- N.º 330 — 25 de julho de 1946
Aprova modelos para levantamento da estatística do ensino primário geral.
- N.º 331 — 25 de julho de 1946
Desenvolve as diretrizes de amparo à Família sugeridas na Resolução n.º 127, da Assembléia Geral do C N E
- N.º 332 — 25 de julho de 1946
Formula um voto e faz sugestões sobre a política educacional brasileira no campo do ensino primário
- N.º 333 — 25 de julho de 1946
Prevê a cooperação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para a realização do 1.º Congresso Brasileiro de Estatística
- N.º 334 — 25 de julho de 1946
Presta homenagem à Assembléia Nacional Constituinte e formula votos e ponderações

- Nº 335 — 25 de julho de 1946
Dispõe sobre a constituição de um Corpo Consultivo de coleta
- Nº 336 — 25 de julho de 1946
Faz recomendações sobre o preparo de plantas topográficas destinadas a servir de base a levantamentos estatísticos
- Nº 337 — 25 de julho de 1946
Encaixa a necessidade de ser criado o Serviço de Estatística dos Transportes, Comunicações e Obras Públicas, no Ministério da Viação e Obras Públicas
- Nº 338 — 25 de julho de 1946
Recomenda sejam lançadas as *Síntopses Municipais* e autoriza a publicação da *Revista dos Municípios*
- Nº 339 — 25 de julho de 1946
Recomenda a organização imediata do *Anuário de Legislação e Administração Municipal*
- Nº 340 — 25 de julho de 1946
Autoriza a transferência ao Instituto de Colonização Nacional, dos encargos previstos no Decreto-lei nº 7 967, de 18 de setembro de 1945
- Nº 341 — 26 de julho de 1945
Consigna o aprêço do Conselho ao Instituto Interamericano de Estatística e formula votos
- Nº 342 — 26 de julho de 1946
Rende homenagem ao Presidente EURICO GASPAR DUTRA pelo apoio dado aos Convênios Nacionais de Estatística Municipal
- Nº 343 — 26 de julho de 1946
Resume as sugestões da observação estatística sobre a multiplicação e interiorização dos centros metropolitanos
- Nº 344 — 26 de julho de 1946
Assegua o concurso do Instituto ao levantamento da renda nacional e da balança de pagamento
- Nº 345 — 26 de julho de 1946
Incorpora aos Anais do Instituto o estudo "Indicações sobre a política econômica e financeira"
- Nº 346 — 26 de julho de 1946
Registra o significado nacional da Rodovia Transbrasiliana e sugere medidas tendentes à sua conclusão
- Nº 347 — 26 de julho de 1946
Dispõe sobre a mais ampla divulgação das principais Resoluções do Conselho
- Nº 348 — 26 de julho de 1946
Formula sugestões acerca das atividades das Associações Rurais criadas pelo Decreto-lei nº 7 449, de 9 de abril de 1945
- Nº 349 — 26 de julho de 1946
Formula aplausos e apelos e registra pronunciamentos diversos

RESENHA

ASSEMBLÉIA GERAL DO CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

No período de 1 a 27 de julho deste ano, estiveram reunidas, nesta Capital, as Assembleias Gerais do Conselho Nacional de Estatística e do Conselho Nacional de Geografia.

A sessão solene de instalação realizou-se no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no dia 1º, às 21 horas, presentes não só as delegações federais e regionais, mas também altas autoridades, parlamentares, representantes dos Ministros de Estado, estatísticos e geógrafos, além de outras expressivas figuras dos nossos meios sociais e culturais, jornalistas e famílias.

Presidiu a cerimônia o Presidente em exercício do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sr. HEITOR BRACET, Diretor do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política, do Ministério da Justiça, estando a mesa constituída pelos srs. Senador FLÁVIO GUIMARÃES e Deputado ALCEDO COUTINHO, representantes do Paraná e de Pernambuco, respectivamente, na Assembleia Constituinte, e Srs. M. A. TRIXEIRA DE FREITAS, Secretário-Geral do Instituto e do Conselho Nacional de Estatística, e CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia.

Iniciando os trabalhos, o Sr. CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO procedeu à chamada dos Delegados da União e das Unidades Federadas,

devidamente credenciados para a Assembleia do Conselho Nacional de Geografia, fazendo o mesmo, logo depois, o Sr. M. A. TRIXEIRA DE FREITAS, em relação aos Delegados à Assembleia do Conselho Nacional de Estatística.

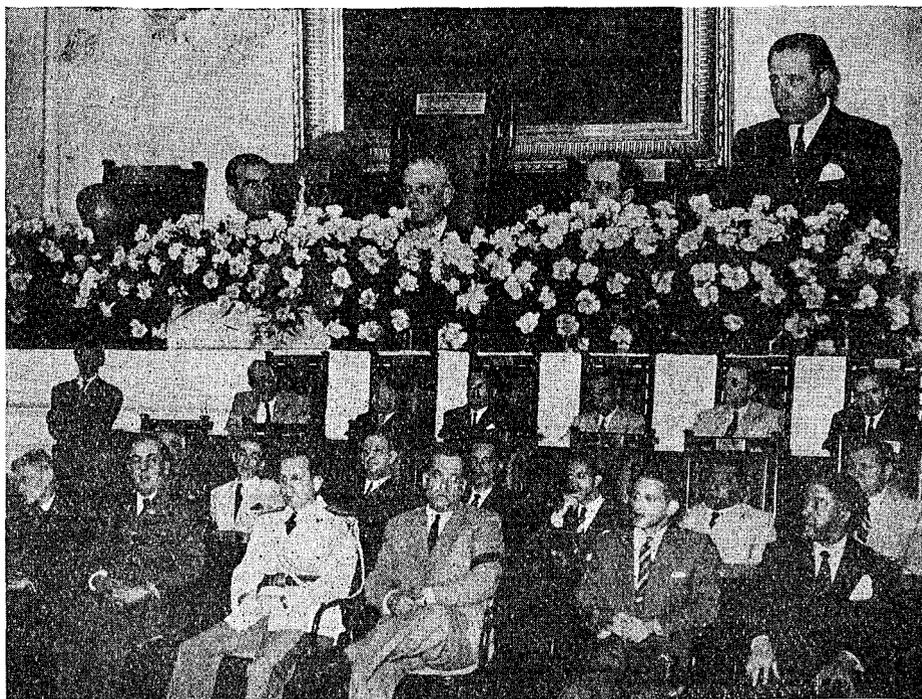
Em seguida, foi dada a palavra ao Ministro ADRIANO DE SOUZA QUARTIM, representante do Ministério das Relações Exteriores, que falou em nome da ala geográfica do Instituto, na órbita federal.

Pela ala estatística, também na órbita federal, discursou o Comandante MANUEL RIBEIRO ESPÍNDOLA, representante do Ministério da Marinha, que pronunciou a seguinte oração:

"Eis aqui demonstrado, meus prezados amigos, com a mais robusta prova, o que desde já me permito chamar a perenidade do espírito ibgeano: a saudação dos representantes federais na Assembleia do Conselho Nacional de Estatística é proferida, no ano décimo do Instituto, por um veterano da comissão interministerial que assentou as bases do sistema e se dirige à plêiade de colegas da organização regional, na qual predomina uma nova geração de colaboradores da grande causa.

Realmente, meu único título nesta nossa Casa, e aquele que de fato me envaidece, é o de ser operário humilde, mas devotado, desta obra, desde o assentamento de seus alicerces.

E o único de que me julgo possuidor é exatamente o de cultivar, com satisfação crescente, o sentimento de fraternidade, que pretendo



Dois aspectos da solenidade inaugural da sétima sessão ordinária das Assembleias Gerais dos dois Conselhos da entidade: ao alto, a mesa que presidiu o ato; em baixo, delegados federais e regionais da ala estatística

seja a maior e a excepcional característica dos trabalhos deste Conselho

Vejo que esse sentimento se tem aprimorado e fortalecido através do tempo, transmitido pelos de ontem aos de hoje que, por sua vez, dêle tanto se estão penetrando, que há de transmiti-lo aos de amanhã

Dentre os delegados regionais que vieram, este ano, ao costumeiro e fecundo encontro familiar, revejo os velhos e fiéis companheiros dos primeiros tempos, trazendo já o lastro de sua experiência e o sempre renovado anseio de bem servir. Ao seu lado descubro os novos combatentes, já conhecidos de todos nós pelo muito que vêm realizando nos seus Estados, e, portanto, jovens colegas que nos chegam animados do sagrado ímpeto dos bons lutadores

A todos peço receber as saudações muito amigas, que lhes dirigem os representantes federais por meu intermédio, e que significam ao mesmo tempo, uma antecipação da cordialidade com que, já a partir de amanhã, estaremos debatendo os nossos problemas e ajustando, cada vez mais, o nosso mecanismo e nossos meios de ação

Duvido que haja outra organização técnico-administrativa cuja base de trabalho seja tão impregnada das forças do sentimento como o I. B. G. E.

Costumam dizer dos nossos números que eles são frios ou eloquentes, implacáveis ou animadores. O que sabemos é que resultam de uma conjugação exemplar de esforços e são produzidos por um sistema em que o egoísmo não media e no qual o segredo do êxito está no aproveitamento das superiores virtudes humanas manifestadas na vida social e resumidas numa só palavra -- cooperação

Entre a sessão anterior e a que agora inauguramos, os laços dessa cooperação mais e mais se estenderam e fortaleceram. O funcionamento das Inspetorias Regionais de Agências Municipais de Estatística, em todos os Estados, e a progressiva nacionalização dessas Agências, de certo contribuíram para o melhor rendimento das fontes primárias de informação, logo repercutindo na segurança de nossas elaborações, como inequivocamente também o testemunha o aperfeiçoamento dos resultados finais, a cargo das repartições centrais da organização federal

Cabe-vos informar sobre a movimentação do novo regime, com elementos de observação bem mais amplos do que no ano passado, e debater com os representantes daquela organização, em cujo nome tenho a honra de falar-vos as medidas ainda necessárias ao incessante aperfeiçoamento do trabalho comum

Estou certo de que o faremos, como de outras vezes, no ambiente de vivacidade, de crítica construtiva, de idealismo, de sã confraternização, dentro, finalmente do espírito da casa, o espírito ibgeano

Este espírito não é o da fácil acomodação nem da displicência, é o da franqueza e da livre manifestação de opiniões e pontos de vista; não é também o da aspereza, mas é o da lealdade; e é, acima de tudo, o da permeabilidade às idéias opostas, aos argumentos sólidos, à razão, enfim, dando lugar à transigência, à harmonia, e à vitória do princípio imutável do nosso sistema, o da mútua colaboração, o da conjugação de esforços, em proveito de cada um e da coletividade

Estamos todos conscientes de nossa alta responsabilidade, pois, na fase de reconstrução política e de crise econômica que o Brasil atravessa, e na qual mais se acentuam as graves deficiências e os velhos fatores de desequilíbrio orgânico e social, há exigência crescente de números, de estatísticas que configurem precisa e exatamente as condições do país e registrem, dia a dia, os movimentos da vida nacional

Vamos trabalhar, meus velhos e novos amigos. Da parte dos vossos colegas da bancada federal encontrareis, como sempre, atenta compreensão e fraterno estímulo

Falou, em seguida, em nome dos delegados regionais da ala geográfica, o Professor JOAQUIM ALVES, representante do Ceará. Logo após, o Sr. RÊMY GORGA, Presidente da Junta Exe-

cutiva Regional de Estatística, do Rio Grande do Sul, e representante desse Estado na Assembléa do C. N. E., proferiu o seguinte discurso:

"É sempre grato aos nossos zelos patrióticos o momento em que a grande família ibgeana se encontra reunida, com o elevado objetivo de examinar e encaminhar estudos e problemas condizentes com os altos interesses do magnífico Sistema Estatístico Nacional

Com esse propósito aqui nos achamos, dispostos a dar a nossa integral cooperação e envolver todos os nossos esforços em prol da causa comum

Imerecidamente destacado para agradecer a saudação que nos é dirigida, aqui estou, como obscuro soldado da grande cruzada estatística, para, em nome dos nossos colegas provincianos, apresentar à luzida bancada federal os nossos vivos agradecimentos pela acolhida dispensada

Acabastes de ouvir, Colegas da representação regional a palavra fraterno, muito amiga, do ilustre Comandante RIBEIRO ESPÍNDOLA, digno representante do Ministério da Marinha, toda ela impregnada de carinhoso estímulo e afeição sincera

Conhecemo-lo desde 1941, através de seus rasgos de generosidade, imprimindo segura e esclarecida orientação aos assuntos trazidos ao debate do plenário

Naquela época, já luziam no cenário estatístico federal as personalidades de CERQUEIRA LIMA e OSVALDO GOMES DA COSTA MIRANDA, cujos nomes nos acostumamos a admirar, não só pela extraordinária capacidade de trabalho, mas ainda, e sobretudo, pela inteireza moral e intelectual de que são portadores. Ao seu lado, as individualidades igualmente ilustres e inconfundíveis de HETOR BRACET e JOÃO DE LOURENÇO, nomes que tanto honram a cultura estatística do país

Como êmbolo e cérebro, na movimentação de toda a maravilhosa engenharia ibgeana, está a figura ímpar de MARIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS, ao qual tem cabido não só a tarefa de acionar, racionalizar e plasmar o Sistema Estatístico Brasileiro, senão também, a de apontar as soluções mais adequadas para os grandes problemas nacionais

A todos estes obreiros e paladinos da causa estatística e aos demais ilustres companheiros que integram a representação federal, honro-me de apresentar, nesta hora, as homenagens das delegações regionais do Conselho Nacional de Estatística. Queo, sobretudo, expunhamos os nossos profundos agradecimentos pelas carinhosas palavras de estímulo e encorajamento de seu ilustre intérprete, a todos significando o melhor de nossa estima e a certeza da nossa mais estreita e integral cooperação, em proveito dos ideais comuns e pelo bem do Brasil"

Por último, o Sr. HETOR BRACET, Presidente em exercício do Instituto, leu, na forma regimental, o discurso-relatório que se acha publicado, noutro local, neste número da REVISTA, após o que convocou os delegados para as reuniões ordinárias, a terem início no dia imediato, e declarou encerrada a solenidade

AS REPRESENTAÇÕES FEDERAIS

Participaram dos trabalhos da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística, os seguintes delegados da União: Sr. HETOR BRACET, representante do Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Sr. JOÃO DE LOURENÇO, representante do Ministério da Fazenda; Sr. A. R. DE CERQUEIRA LIMA, representante do Ministério da Agricultura; Sr. OSVALDO GOMES DA COSTA MIRANDA, representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; Tenente-Coronel FREDERICO AUGUSTO RONDON, representante do Ministério da Guerra; Comandante MANUEL RIBEIRO ESPÍNDOLA, representante do

Ministério da Marinha; Sr MOACIR MALHEIROS FERNANDES SILVA, representante do Ministério da Viação e Obras Públicas; Cônsul CARLOS ALBERTO GONÇALVES, representante do Ministério das Relações Exteriores; Sr M A. TEIXEIRA DE FREITAS, representante do Ministério da Educação e Saúde; Sr JOÃO DE MESQUITA LARA, representante do Território do Acre

Integraram o Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia: Sr HEITOR BRACET, Presidente em exercício do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Presidente da Assembléia; Sr AVELINO INÁCIO DE OLIVEIRA, representante do Ministério da Agricultura; Professor CARLOS DELGADO DE CARVALHO, representante especial do Ministério da Educação e Saúde; Sr FERNANDO ANTÔNIO RAJA GABAGLIA, representante do Ministério da Educação e Saúde; Sr EUGÊNIO VILHENA DE MORAES, representante do Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Almirante ANTÔNIO ALVES CÂMARA JÚNIOR, representante do Ministério da Marinha; Ministro ADRIANO DE SOUZA QUARTIM, representante do Ministério das Relações Exteriores; Coronel RENATO BARBOSA RODRIGUES PEREIRA, representante especial do Ministério das Relações Exteriores; Sr PÉRICLES DE MELO CARVALHO, representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; Sr FLÁVIO VIEIRA, representante do Ministério da Viação e Obras Públicas; Sr CARLOS SOARES PEREIRA, representante da Prefeitura do Distrito Federal; Sr JOÃO DE MESQUITA LARA, representante do Território do Acre; Tenente-Coronel FREDERICO AUGUSTO RONDON, representante do Conselho Nacional de Estatística; Sr VIRGÍLIO CORRÊA FILHO, representante das Instituições técnicas filiadas ao Conselho; Sr CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO, Secretário-Geral do Conselho e da sua Assembléia; Sr FRANCISCO DE SOUZA BRASIL, delegado das Instituições Culturais filiadas ao Conselho

AS DELEGAÇÕES REGIONAIS

Tiveram a seguinte composição as delegações regionais:

Na ala estatística: Sr JÚLIO BENEVIDES UCHOA, Amazonas; Sr HUGO ALMEIDA, do Pará; Sr CLODOALDO CARDOSO, Maranhão; Sr JOÃO BASTOS, Piauí; Sr RAUL DE FIGUEIREDO ROCHA, Ceará; Sr. ADERBAL FRANÇA, Rio Grande do Norte; Sr ABELARDO JUREMA, Paraíba; Sr BLAUDECI DE VASCONCELOS PEREIRA, Pernambuco; Sr EDGAR DE SOUZA MACHADO, Alagoas; Sr OSMAR ARAGÃO, Sergipe; Sr FELIPE NERI, Bahia; Sr HILDEBRANDO CLARK, Minas Gerais; Sr SAID FARHAT, Espírito Santo; Sr FRANCISCO STEELE, Rio de Janeiro; Sr SÉRGIO NUNES DE MAGALHÃES JÚNIOR, Distrito Federal; Sr DJALMA FORJAZ, São Paulo; Sr MÁRIO PINTO CORDEIRO, Paraná; Sr LOURIVAL CÂMARA, Santa Catarina; Sr REMY GORGA, Rio Grande do Sul; Sr KLEBER DE FARIA, Mato Grosso; Sr. FREDERICO MEDEIROS, Goiás

Na ala geográfica: Sr ULYSSES UCHOA BITENCOURT, Amazonas; Sr. ALOÍSIO DA COSTA CHAVES, Pará; Desembargador ELISABETHO BARBOSA DE CARVALHO, Maranhão; Sr JOÃO BASTOS, Piauí; Sr JOAQUIM ALVES, Ceará; Sr EVERTON DANTAS CORTEZ, Rio Grande do Norte; Sr ABELARDO JUREMA, Paraíba; Sr. MÁRIO CARNEIRO DO REGO MELO, Pernambuco; Sr JOSÉ CALMON REIS, Alagoas; Sr. OSMAR ARAGÃO, Sergipe; Sr. LAURO

SAMPAIO, Bahia; Sr BENEDITO QUINTINO DOS SANTOS, Minas Gerais; Sr CÍCERO MORAIS, Espírito Santo; Sr. LUIZ DE SOUZA, Rio de Janeiro; Sr VALDEMAR LEFÈVRE, São Paulo; Coronel ADIR GUIMARÃES, Paraná; Sr. VICTOR ANTÔNIO PELUSO JÚNIOR, Santa Catarina; Sr JORGE P FELIZARDO, Rio Grande do Sul; Sr VIRGÍLIO CORRÊA FILHO, Mato Grosso; Sr LUIZ DE FARIA, Goiás

Os serviços estatísticos especializados integrantes do sistema do I B G E tiveram como representante o Sr LEÔNIDAS CASTELO DA COSTA, Chefe do Serviço de Estatística do Lóide Brasileiro

AS REUNIÕES ORDINÁRIAS

A partir do dia 2, passaram a funcionar separadamente as Assembléias dos dois Conselhos, em reuniões ordinárias

A primeira reunião da Assembléia Geral do C N E realizou-se no dia 4, sob a presidência do Sr HEITOR BRACET, Presidente em exercício do Instituto, e funcionando como Secretário-Assistente o Sr. ALBERTO MARTINS, Diretor da Secretaria-Geral daquele órgão, com a colaboração do Sr WALDEMAR LOPES, Chefe do Serviço de Divulgação Inicialmente, foram propostos, obtendo aprovação geral, os seguintes votos de congratulações: pelo Sr RAUL FIGUEIREDO ROCHA, representante do Ceará, com o General JUAREZ TÁVORA, grande amigo da estatística e elemento decisivo na criação do Instituto, por motivo de sua recente ascensão ao generalato; pelo Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS, com os Srs GETÚLIO VARGAS, LUIZ SIMÕES LOPES, JOÃO CARLOS VITAL, JUAREZ TÁVORA e JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, este último Presidente efetivo do Instituto, pela importante participação que têm tido na vida da entidade, cujo primeiro decênio de existência se completou a 29 de maio deste ano; ainda pelo Sr. M A TEIXEIRA DE FREITAS, com o Estado da Bahia, pela criação da Universidade dessa Unidade Federada; e, por último, pelo Comandante MANUEL RIBEIRO ESPÍNDOLA, representante do Ministério da Marinha, com o mesmo Estado, por motivo do transcurso da data de 2 de julho

No expediente, os Srs. MOACIR MALHEIROS SILVA, KLEBER DE FARIA, FELIPE NERI, REMY GORGA, DJALMA FORJAZ, MÁRIO PINTO CORDEIRO e OSMAR ARAGÃO, representantes, respectivamente, do Ministério da Viação e dos Estados de Mato Grosso, Bahia, Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná e Sergipe, requereram e justificaram a inserção, na ata, dos votos de pesar pelo falecimento, ocorrido no último interregno dos trabalhos da Assembléia, de estatísticos e destacadas figuras da vida nacional, com serviços prestados à estatística Foram, assim, tributadas homenagens à memória de MÁRIO LACERDA GORDILHO, membro do Conselho, MÁRIO BARBOSA CARNEIRO, membro do Instituto Internacional de Estatística, PEDRO BARRETO FALCÃO, antigo Diretor do Departamento Estadual de Estatística do Rio Grande do Sul e delegado regional, nesse Estado, do Serviço Nacional de Recenseamento, ex-governadores e interventores ANTÔNIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA, FERNANDO COSTA e MANUEL RIBAS, e de ALBERTO COUTO FERNANDES, grande animador do esperantismo brasileiro. A requerimento do representante do Paraná, Sr. MÁRIO PINTO CORDEIRO, foi também

inserto na ata um voto de pesar pelo falecimento do diplomata HIPÓLITO ALVES DE ARAÚJO.

Procedeu-se, após, na forma do Regimento, à composição das Comissões, que ficaram assim constituídas: Orçamento e Contas — Comandante MANUEL RIBEIRO ESPÍNDOLA, representante do Ministério da Marinha, e Srs FRANCISCO STEELE, REMY GORGA, HILDEBRANDO CLARK, FREDERICO MEDEIROS e JÚLIO BENEVIDES UCHOA, representantes dos Estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás e Amazonas; Organização Técnica — Srs M A TEIXEIRA DE FREITAS, Secretário-Geral do Conselho, LOURIVAL CÂMARA, FELIPPE NERY e EDGAR MACHADO, representantes dos Estados de Santa Catarina, Bahia e Alagoas, e os representantes dos Ministérios da Agricultura e da Aeronáutica; Redação Final — Srs M A TEIXEIRA DE FREITAS, Secretário-Geral do Conselho, ABELARDO JUREMA, DJALMA FORJAZ e ADERBAL FRANÇA, representantes dos Estados da Paraíba, São Paulo e Rio Grande do Norte, e MOACIR MALHEIROS SILVA, representante do Ministério da Viação.

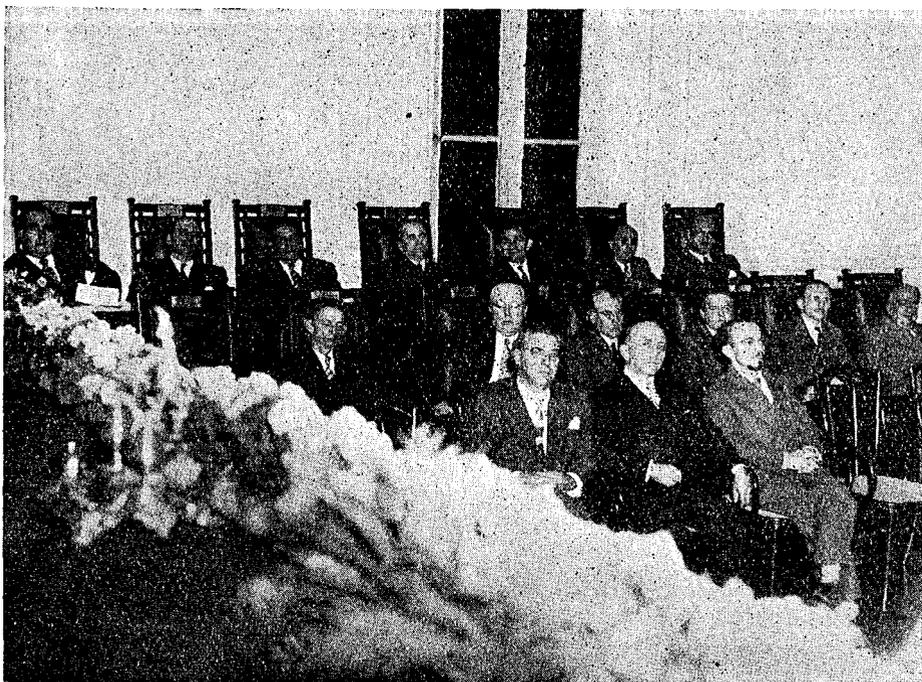
Foram, em seguida, apresentados os projetos de Resoluções, numerados de 1 a 8, com as seguintes ementas: "Louva a atuação do Conselho Nacional de Geografia e assinala as suas principais realizações"; "Recomenda providências para elaboração das monografias estatístico-geográficas previstas na Resolução n.º 57, desta Assembléa"; "Dispõe sobre o mandato do representante das instituições filiadas ao Instituto, nos órgãos deliberativos do Conselho"; "Ratifica as deliberações das Juntas Executivas do Conselho e dá outras providências"; "Dispõe sobre a divulgação dos resultados dos relatórios dos serviços estatísticos"; "Estabelece normas para a divulgação dos ele-

mentos cadastrais coletados nas Campanhas Estatísticas"; "Formula um apêlo para a inclusão de uma prova de estatística nos concursos para os cargos públicos"; "Recomenda a organização de arquivos de documentação nas secções regionais de estatística militar".

SEGUNDA REUNIÃO

Tiveram prosseguimento os trabalhos no dia 3, às 14 horas. Após dar início à reunião, o Presidente, Sr HEITOR BRACET, convidou para dirigir os trabalhos do dia o representante de São Paulo, Sr DJALMA FORJAZ. No expediente, foi lido um officio assinado pelos diretores dos Serviços de estatística especializada filiados ao Instituto — os do Banco do Brasil, Departamento Nacional do Café, Instituto do Açúcar e do Alcool e Lóide Brasileiro — comunicando a escolha do Sr LEÔNIDAS CASTELO DA COSTA, Chefe do Serviço de Estatística do Lóide, para representá-los junto ao Conselho Nacional de Estatística. A seguir, o Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS, referindo-se àquela escolha, ressaltou a ação útil e eficiente dos órgãos filiados ao Instituto, propondo um voto de agradecimentos ao Sr ANTÔNIO GUIA DE CERQUEIRA, Chefe da Secção de Estatística do Instituto do Açúcar e do Alcool, pela eficiência e espírito de cordialidade com que desempenhara o seu mandato, que acabava de findar-se, bem como um voto de congratulações e boas-vindas ao novo representante dos serviços filiados, Sr LEÔNIDAS CASTELO DA COSTA.

Foi dada a palavra, em seguida, ao Sr JÚLIO UCHOA, representante do Amazonas, o qual fez um resumo do relatório que apresentou sobre as atividades estatísticas naquela Unidade Federada, durante o ano passado. Após



Delegados presentes à solenidade de encerramento das Assembléas Gerais.

breve exposição de medidas de cunho administrativo, ocupou-se da impressão da carta geográfica do Estado e do trabalho desenvolvido pela Secção de Estatística Militar do D. E. E., salientando o fato de que, a despeito do volume de atribuições que lhe cabem, têm sido atendidas todas as solicitações de informes oriundas das Forças Armadas, feitas por intermédio dos seus representantes credenciados no Amazonas. Mencionou a atuação do "Centro Teixeira de Freitas", associação técnico-profissional, que representa um desdobramento regional da Sociedade Brasileira de Estatística.

Terminada a exposição do representante amazonense, o Sr. TEIXEIRA DE FREITAS bordou comentários a respeito do que se acabara de ouvir, propondo, com aprovação do plenário, a inserção na ata de um voto de congratulações com o Governo e o Diretor dos serviços estatísticos amazonenses. Na apreciação que desenvolveu acêrca da exposição do representante do Amazonas, o Sr. TEIXEIRA DE FREITAS demorou-se numa referência às dificuldades que pesam sobre certos levantamentos estatísticos, em especial num Estado como aquêlê. Aludiu o orador, então, aos três setores da estatística brasileira para os quais mais está sendo reclamada a atenção do I. B. G. E., a saber: a balança de pagamentos, a renda nacional e as correntes internas de comércio. O primeiro, disse, acha-se na dependência de órgãos especializados, com os quais o Instituto se mantém em contacto, esperando obter os elementos necessários; e o segundo, de grande e reconhecida complexidade, e transcendendo às possibilidades imediatas do sistema estatístico nacional, está sendo estudado pelo Instituto Interamericano de Estatística. Deve-se em considerações acêrca das correntes internas de comércio, mostrando a injustiça das críticas formuladas ao Instituto, pois o regime estabelecido e a execução, pelo órgão centralizador, da tarefa que lhe é atribuída, permitiriam dispor-se das estatísticas daquelas correntes se, por vêzes, não se interompeesse, em alguns Estados, a coleta dos dados através das guias de exportação.

Os trabalhos prosseguiram com a discussão dos projetos de Resolução de ns. 1 a 8, que haviam sido apresentados na reunião anterior. Discutiram êsses projetos e ofereceram emendas os Srs. RAUL DE FIGUEIREDO ROCHA, FELIPE NERY, LOURIVAL CÂMARA, JOÃO DE MESQUITA LARA e MOACIR MALHEIROS FERNANDES SILVA, delegados respectivamente, dos Estados do Ceará, Bahia, Santa Catarina, Território do Acre e Ministério da Viação.

TERCEIRA REUNIÃO

Verificou-se no dia seguinte a terceira reunião, que se iniciou sob a presidência do Sr. HEITOR BRACET, o qual, após a leitura do expediente, constante de um telegrama de agradecimentos do Ministro das Relações Exteriores, convidou para comporem a mesa os Srs. LEÔNIDAS CASTELO DA COSTA, DJALMA FORJAZ e BLAUDECI DE VASCONCELOS PEREIRA, representantes, respectivamente, das instituições filiadas ao Instituto e dos Estados de São Paulo e Pernambuco. Para dirigir os trabalhos convidou,

também, o Sr. RAUL FIGUEIREDO ROCHA, representante do Ceará.

O primeiro orador do dia foi o Sr. OSMAR ARAGÃO, delegado de Sergipe, que falou sobre a data da Independência dos Estados Unidos, requerendo a inserção, na ata, de um voto de congratulações com o Governo e o povo norte-americanos. Fêz uso da palavra, em seguida, o Sr. FELIPE NERY, representante da Bahia, para referir-se à reunião, efetuada horas antes, dos Diretores dos sistemas regionais de estatística e Chefes de Secção do Serviço de Estatística Econômica e Financeira, ressaltando a atuação da Comissão Técnica de Estatística da Circulação, Distribuição e Consumo, do Conselho Nacional de Estatística, visando a melhor articulação dos trabalhos relativos a êsses setores da estatística geral. Solicitou o Sr. FELIPE NERY a inserção na ata de um voto de aplêgo da Assemblêia àquela Comissão.

A propósito da mesma reunião, o Sr. JOÃO DE MESQUITA LARA, representante do Território do Acre, pediu que a mesa encaminhasse ao Diretor do Serviço de Estatística Econômica e Financeira um apêlo dos órgãos da estatística regional, no sentido de lhes ser facultado utilizar, na elaboração da estatística do movimento do comércio importador dos Estados, a guia de importação exigida pelo mesmo Serviço para fins de contrôle. Ambas as propostas tiveram unânime aprovação.

Pelas Comissões designadas na primeira reunião, foi comunicada a escolha dos respectivos presidentes e relatores, como se segue: da Comissão de Orçamento e Contas — Presidente, REMY GORGA, representante do Rio Grande do Sul, e relator, JÚLIO UCHOA, do Amazonas; da Comissão de Organização Técnica — Presidente, LOURIVAL CÂMARA, de Santa Catarina, e relator, FELIPE NERY, da Bahia; da Comissão de Redação Final — Presidente, ABELARDO JUREMA, da Paraíba, e relator, DJALMA FORJAZ, de São Paulo.

Em discussão o projeto de Resolução n.º 3, referente à organização dos arquivos de documentação nas secções regionais de estatística militar, despertou o assunto forte interesse, pelo que o encerramento dos debates em torno do mesmo ficou adiado para depois da realização de uma "mesa redonda" com o Chefe do Serviço de Estatística Militar da Secretaria-Geral do Instituto.

Foi apresentado mais os seguintes projetos de Resoluções: n.º 9, que "aprova modelos de livros de registro escolar e de novos questionários de coleta para levantamentos de estatística do ensino primário geral"; e n.º 10, que "sugere a elaboração, pelos órgãos regionais, do ementário de legislação acêrca da vida judiciária, administrativa e eclesiástica de cada Município brasileiro". A iniciativa da apresentação do primeiro dêsses projetos partiu da consideração dos resultados da execução do Convênio Nacional de Estatísticas Educacionais, firmado em 1931, os quais aconselharam o seu aperfeiçoamento, não só quanto aos processos de coleta, como, ainda, no que respeita à tabulação da estatística do ensino primário geral, previsto nesse pacto interadministrativo.

Coube ao Sr. DJALMA FORJAZ, logo após, ocupar a tribuna, para apresentar um resumo do seu relatório sobre os serviços estatísticos

de São Paulo durante o ano passado. Os vários levantamentos estatísticos a cargo do Departamento Estadual foram objeto de amplas explicações, ficando demonstrada a diligência com que se acham encaminhados os respectivos levantamentos em São Paulo. Apresentou o Sr. DJALMA FORJAZ, por fim, pormenorizados informes acêrca das estatísticas administrativas e políticas, no Estado, pondo em foco os trabalhos a cargo da Secção de Estatística Militar, os quais têm merecido constantes elogios dos chefes militares que o visitam.

O Sr. TEIXEIRA DE FREITAS teceu demorado comentário sobre as realizações da estatística paulista, referindo-se à complexidade das tarefas a cargo do Sr. DJALMA FORJAZ e à grata circunstância de se achar à frente do Governo de São Paulo, e portanto, concedendo o máximo prestígio àquele departamento técnico-administrativo, o próprio Presidente efetivo do I B G E, Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES salientou o Secretário-Geral o valor do trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Sr. JOÃO CARLOS DE ALMEIDA, alto funcionário do D E E de São Paulo, de análise das estatísticas educacionais, formulando um apêlo no sentido de que os Diretores dos Departamentos Estaduais de Estatística procurassem estimular, em suas repartições, estudos semelhantes, bem como promovessem a realização de inquéritos destinados a verificar quais os Municípios ou mesmo Distritos que têm, ou não, médicos, parteras diplomadas, dentistas, farmacêuticos, laboratórios de análises clínicas, etc., inquéritos que ressaltariam as deficiências dessa espécie, existentes no território nacional. Concluindo a sua oração, o Sr. TEIXEIRA DE FREITAS, solicitou a inserção na ata de um voto de congratulações e agradecimentos ao Sr. DJALMA FORJAZ, pela capacidade de iniciativa e ânimo empreendedor de que tem dado provas no exercício do seu elevado posto. Pedeu, também, que fôsse transmitido um telegrama de especial significação, a esse respeito, ao Chefe do Governo de São Paulo, Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, que é, igualmente, o grande animador da obra do Instituto.

QUARTA REUNIÃO

Realizou-se a quarta reunião no dia 5, sob a presidência do Sr. HEITOR BRACET, que a passou, pouco depois, ao Sr. HILDEBRANDO CLARK, representante de Minas Gerais. Convidou ainda o Presidente, para comporem a mesa, os Srs. OSMAR ARAGÃO e FREDERICO MEDEIROS, delegados de Sergipe e Goiás. O Sr. LOURIVAL CÂMARA, representante de Santa Catarina, que foi o primeiro orador do dia, associando-se aos votos de boas vindas ao Sr. HILDEBRANDO CLARK, formulados pelo Sr. HEITOR BRACET, propôs um voto de congratulações com o Serviço de Divulgação da Secretaria-Geral do Instituto, pela circulação de um novo número da REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA.

O Sr. FREDERICO MEDEIROS fez uso da palavra para lembrar a passagem do quarto aniversário da inauguração de Goiânia, manifestando o reconhecimento do seu Estado pela expressiva participação do Instituto na celebração do "batismo cultural" da nova capital. Falou também a esse respeito o Sr. FELIPE NERY, ressaltando

a importância da fundação de Goiânia como contribuição para a marcha rumo ao oeste.

Por fim, discursou longamente o Sr. TEIXEIRA DE FREITAS. Focalizou o Secretário-Geral os arrojados empreendimentos das fundações de Goiânia e de Belo Horizonte, ambos exercendo papel da maior relevância na interiorização do progresso e da civilização e na criação de novos focos de vida e cultura. Defendeu, com abundância de argumentos, as sugestões constantes de pronunciamentos anteriores do Conselho, no sentido de uma revisão dos quadros orgânicos da República, compreendendo a criação de uma entidade intermediária entre o Estado e o Município, bem como a efetivação da mudança da capital do país para o Planalto Central. Acentuou que suas palavras constituam prévia justificação de um projeto de Resolução, destinado a colocar êsses pontos do ideário do I B G E sob as vistas da Assembléa Nacional Constituinte. Ao terminar, solicitou o envio de telegramas de congratulações aos chefes dos Governos estadual e municipal, ao tempo do "batismo cultural" de Goiânia, e que eram os Srs. PEDRO LUDOVICO e VENERANDO DE FREITAS.

Novamente com a palavra, o Sr. FREDERICO MEDEIROS fez um relato acêrca dos serviços estatísticos de Goiás. Após referir-se às atividades da Junta Executiva Regional de Estatística e à aplicação das quotas de auxílio do I B G E ao Departamento Estadual de Estatística, aludiu à execução dos levantamentos a cargo da Secção de Estatísticas Fisiográficas, Econômicas e Político-Administrativas, mencionando, também, os trabalhos técnicos executados pelo D E E. Salientando a regularidade da publicação mensal do *Boletim Estatístico*, referiu que, em 1945, foi preparado o *Anuário Policial do Estado*, relativo aos anos de 1942, 1943 e 1944, o qual somente não foi ainda editado em virtude da deficiência das oficinas tipográficas locais.

O relatório do representante goiano foi comentado pelo Sr. TEIXEIRA DE FREITAS, que pôs em evidência as dificuldades existentes para a boa execução das tarefas estatísticas em Estados com as peculiaridades do meio físico como as de Goiás, inclusive a dificuldade de conseguir a cooperação de técnicos aptos que ali queiram servir. Mostrou como essas dificuldades vinham sendo vencidas, sobretudo pela formação, no próprio Estado, de elemento humano capaz de orientar os trabalhos a cargo do órgão estatístico. Concluiu o Secretário-Geral propondo votos de congratulações com o representante de Goiás e de agradecimentos ao Governo regional.

Seguiu-se com a palavra o representante de Sergipe, Sr. OSMAR ARAGÃO, que leu o resumo do seu relatório sobre as atividades do sistema estatístico regional, em 1945. Em sua exposição, o Sr. OSMAR ARAGÃO fez minuciosa apreciação em torno da organização do Departamento Estadual de Estatística. Acentuou a colaboração oferecida à boa marcha dos serviços estatísticos regionais pelas autoridades da administração estadual.

Coube ainda ao Sr. Secretário-Geral comentar o relato do representante sergipano. Formulou referências à maneira apreciável como a Junta Executiva Regional de Estatística vem

exercendo o seu mandato e, após outras considerações, congratulou-se com o orador, solicitando se transmitisse ao Interventor Federal em Sergipe a boa impressão deixada na Assembléa pelos informes que acabara de ouvir

Foram lidas as ementas dos seguintes novos projetos de Resoluções: n.º 11 — “Recomenda providências para a continuidade dos Inquéritos Econômicos para a Defesa Nacional, determinando sua ampliação”; n.º 12 — “Formula sugestões sobre a guia de exportação municipal”; n.º 13 — “Prevê reuniões de chefes de secção das repartições regionais”; n.º 14 — “Recomenda a instituição de exposições de geografia e estatística”; n.º 15 — “Formula um voto e faz ponderações a respeito da estatística do ensino primário do decênio 1932/1941”

Entraram em discussão os projetos que haviam sido distribuídos na reunião anterior, de números 9 e 10, sendo que o primeiro teve adiados os debates, a fim de ser ventilado o assunto por uma comissão técnica especial, na sede do I. B. G. E.; e o segundo, depois da apresentação das emendas, foi enviado à Comissão de Organização Técnica

QUINTA REUNIÃO

No dia 8, foi efetuada a quinta reunião, assumindo a direção dos trabalhos, no impedimento eventual do Presidente, Sr. HEITOR BRACET, o Sr. LUIZ NUNES BRIGGS, que convidou os Srs. JOÃO BASTOS e EDGAR DE SOUZA MACHADO, representantes do Piauí e Alagoas, para fazerem parte da mesa. Concluída a leitura do expediente, o Sr. TEIXEIRA DE FREITAS solicitou que a Assembléa designasse uma comissão, incumbida de fazer uma visita de cumprimentos ao Presidente da República, General EURICO GASPAR DUTRA, e ao Prefeito do Distrito Federal, Dr. HILDEBRANDO DE GÓES. Para essa missão, foram escolhidos os Srs. SÉRGIO NUNES DE MAGALHÃES JÚNIOR, FELIPE NERY e Tenente-Coronel FREDERICO RONDON. A seguir, o Presidente convidou o Tenente-Coronel FREDERICO RONDON para dirigir os trabalhos do dia

Pelo representante do Distrito Federal, Sr. SÉRGIO NUNES DE MAGALHÃES JÚNIOR, foram propostos votos de pesar em homenagem à memória de dois eminentes economistas, JOHN NORMANO e JOHN KEYNES, ressaltando o alto emprêgo que os mesmos fizeram do método estatístico

Referindo-se à longa enfermidade que tem privado o Sr. A. R. DE CERQUEIRA LIMA de comparecer às sessões da Assembléa, da qual é membro como representante do Ministério da Agricultura, o Sr. FELIPE NERY solicitou a designação de uma comissão para visitá-lo, a qual ficou constituída do requerente e mais dos Srs. HILDEBRANDO CLARK, SAID FARHAT, KLEBER DE FARIA e ADEBAL FRANÇA

Na ordem do dia, foram apresentados os seguintes novos projetos de Resoluções: n.º 16 — “Manifesta o regozijo do Conselho pelo reinício das atividades do Instituto Internacional de Estatística e formula outros votos”; n.º 17 — “Formula sugestões sobre os Territórios Nacionais”; n.º 18 — “Autoriza a execução, pela Secretaria-Geral, de convênios especiais que permitam aos D. E. E. remunerar razoavelmente o seu pessoal técnico”

Entrou em primeira discussão o projeto de Resolução n.º 11, que “recomenda providências para a continuidade dos inquéritos econômicos para a defesa nacional, determinando sua ampliação”. A esse projeto apresentou o delegado do Espírito Santo, Sr. SAID FARHAT, uma emenda aditiva, no sentido de que se estendessem esses inquéritos a alguns centros importantes do interior do país. Em seguida, foi o projeto encaminhado à Comissão de Organização Técnica. Foram também amplamente discutidos os projetos ns. 12, 13, 14 e 15, tendo sido os três primeiros encaminhados àquela Comissão, enquanto o último, que “formula um voto e faz ponderações a respeito da estatística do ensino primário no decênio 1932/1941”, teve aprovação imediata, em virtude da concessão de dispensa de interstício, convertendo-se na Resolução n.º 306

Agradecendo a iniciativa da Assembléa, quanto a essa dispensa, o Sr. TEIXEIRA DE FREITAS acentuou a continuidade da estatística do ensino primário, desde OZIEL BORDEAUX REGO, em 1916, e declarou o seu pesar pela gravidade das acabrunhadoras revelações do trabalho que o Conselho acabara de incluir em seus anais. Manifestou, por último, a esperança de uma completa mobilização de esforços em prol da educação da infância brasileira, mediante a articulação dos serviços e recursos num sistema cooperativo semelhante ao da estatística e da geografia

Quando se procedia ao debate dos projetos acima, foi anunciada pelo Presidente a presença do Sr. ABLARDO JUREMA, Secretário da Educação e Saúde da Paraíba e representante do mesmo Estado na Assembléa, a quem se formulou o convite para participar da mesa

O Sr. JOÃO BASTOS, representante do Piauí, fez um relato sobre o andamento dos serviços estatísticos em seu Estado, oferecendo um resumo dos trabalhos executados em 1945. Focalizou o orador, em especial, a contribuição prestada pelo setor regional da estatística militar aos Comandos da guarnição do Exército em Teresina e da 10.ª Região Militar. Aludiu às atividades da Junta Executiva Regional de Estatística, bem como aos trabalhos desenvolvidos pela Inspeção Regional de Estatística Municipal, no sentido da organização das Agências Municipais de Estatística

Finda a exposição, o Sr. FELIPE NERY teve alguns comentários, manifestando o seu aprêgo ao orador. O Secretário-Geral apreciou longamente o relato do representante piauiense, tendo ocasião, mais uma vez, de traçar larga explanação sobre o funcionamento do sistema instituído de conformidade com os Convênios Nacionais de Estatística Municipal

O Presidente anunciou, logo depois, que no dia seguinte, às 15 horas, a Assembléa receberia a visita de uma Delegação do Conselho Nacional de Geografia e convidava os Srs. JÚLIO UCHOA, do Amazonas, RAUL FIGUEIREDO ROCHA, do Ceará, SAID FARHAT, do Espírito Santo, LOURIVAL CÂMARA, de Santa Catarina, e FREDERICO MEDEIROS, de Goiás, para saudarem os visitantes, em nome, respectivamente, das regiões Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste do país. Ao encerrar os trabalhos do dia, o Tenente-Coronel FREDERICO RONDON ressaltou o ambiente

de interesse e entusiasmo em que os mesmos haviam decorrido

SEXTA REUNIAO

A sexta reunião efetuou-se no dia 9, primeiro sob a presidência do Sr HECTOR BRACET, e depois, a convite d'este, do Sr ABELARDO JURREMA, representante da Paraíba. No expediente, fez uso da palavra o Sr SÉRGIO NUNES DE MAGALHÃES JÚNIOR, elogiando o ato do Governo que extinguiu os jogos de azar e a iniciativa do Prefeito do Distrito Federal, criando a Secretaria-Geral de Agricultura, Indústria e Comércio da Prefeitura. O orador requereu a inserção, na ata, de votos de aplausos ao Governo da República e ao Prefeito do Distrito Federal.

Pelo Sr TEIXEIRA DE FREITAS foi lida uma Indicação, assinada por todos os membros da Assembléa, dispondo sobre a designação de um delegado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para, na forma de um convite da Divisão Cultural do Ministério das Relações Exteriores, fazer parte, durante três anos, do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura. Atendendo a que a atuação do I. B. G. E. se desenvolve em dois planos técnicos, e considerando os estatísticos que estariam bem representados por um expoente da ala geográfica, a indicação dispôs que, enquanto não fôr desdobrada, a representação do I. B. G. E. no I. B. E. C. C. será exercida pelo Engenheiro CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia.

O Sr JÚLIO UCHOA, representante do Amazonas, voltou a esclarecer seus pontos de vista em relação ao funcionamento da articulação estabelecida entre as Inspetorias Regionais de Agências Municipais de Estatística e os Depar-

tamentos Estaduais de Estatística. Em torno do assunto, discorreu o Sr TEIXEIRA DE FREITAS, para acentuar, uma vez mais, que os órgãos executivos do Instituto, isto é, a sua Secretaria-Geral e, conseqüentemente, os delegados desta, não são, de forma alguma, "órgãos federais", e sim "órgãos nacionais". Salientou, ainda, que as Inspetorias Regionais são, unicamente, órgãos coletores de dados estatísticos e se acham subordinados, do ponto de vista técnico, aos Departamentos Estaduais de Estatística, que assim permanecem em sua posição de cúpula dos sistemas estatísticos regionais.

Terminando o esclarecimento do Secretário-Geral, o Presidente anunciou a presença da Comissão que recebera mandato do Conselho Nacional de Geografia para trazer a homenagem desse órgão à Assembléa da ala estatística, bem como de vários outros membros do C. N. G., inclusive o seu Secretário-Geral, Engenheiro CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO. Integraram a Comissão representantes das cinco regiões fisiográficas do país: Sr João DE MESQUITA LARA, pela região Norte; Desembargador ELIZABETO BARBOSA DE CARVALHO, pela região Nordeste; Engenheiro LAURO SAMPAIO, pela região Leste; Sr JORGE FELIZARDO, pela região Sul; e Sr LUIZ GONZAGA DE FARIA, pela região Centro-Oeste. Designados pelo Presidente, os Srs Tenente-Coronel FREDERICO RONDON, HILDEBRANDO CLARK, REMY GORCA e HUGO ALMEIDA acompanharam até a mesa os representantes da ala geográfica, os quais foram saudados pelos Srs JÚLIO UCHOA, RAUL FIGUEIREDO ROCHA, SAID FARHAT, LOURIVAL CÂMARA e FREDERICO MEDEIROS.

Respondeu, em nome do C. N. G., o Desembargador ELIZABETO BARBOSA DE CARVALHO, representante do Maranhão na Assembléa Geral da ala geográfica do Instituto.



O Professor WILLIAM G MADOV, quando proferia a sua conferência no Curso de Informações.

Realizou-se, a seguir, a primeira conferência do Curso de Informações do C N E., pronunciada pelo cientista norte-americano, Professor WILLIAM G MADOW Inicialmente, falou o Professor MILTON DA SILVA RODRIGUES, Catedrático de Estatística da Universidade de São Paulo, que se referiu à atuação do conferencista nos Estados Unidos, bem como aos trabalhos especializados do Professor MADOW no campo da alta matemática Ocupando, após, a tribuna, o Professor MADOW expôs as bases científicas da técnica da amostragem, despertando a sua conferência o mais vivo interesse, não só entre os membros da Assembléa, como no seio da numerosa assistência, constituída, em sua maioria, de matemáticos e estatísticos A mesa que presidiu a conferência ficou composta do Sr. ABELARDO JUREMA, e, a seu convite, dos Srs Professores WILLIAM G MADOW, THOMAS N. E GREVILLE, J CARNEIRO FELIPPE, GIORGIO MORTARA, MILTON DA SILVA RODRIGUES, JORGE KINGSTON, JANSEN DE MELO, O ALEXANDER DE MORAES e M A TEIXEIRA DE FREITAS

SÉTIMA REUNIÃO

Na presidência o Sr HEITOR BRACET e, depois, a convite d'este, o Sr HUGO ALMEIDA, representante do Pará, verificou-se a sétima reunião, no dia 10 e à hora do costume Compuseram a mesa, igualmente a convite do Presidente, os Srs REMY GORGA e LOURIVAL CÂMARA, delegados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina Foram submetidos à primeira discussão os projetos de Resoluções ns 16, 17 e 18, sendo que o primeiro, que "manifesta o regozijo do Conselho pelo reinício das atividades do Instituto Internacional de Estatística", teve dispensa de interstício e imediato parecer da Comissão de Organização Técnica, subindo à Comissão de Redação Final Quanto ao projeto referente à administração dos Territórios, os debates se prolongaram animadamente, d'elles participando os Srs HEITOR BRACET, MÁRIO PINTO CORDEIRO, LOURIVAL CÂMARA, FREDERICO RONDON, SAID FARHAT, ABELARDO JUREMA e TEIXEIRA DE FREITAS, ficando claro que o C N E, embora sem emitir um pronunciamento de aplauso à criação dos aludidos Territórios, permanece fiel ao pensamento, expresso em Resoluções anteriores, da validade da intervenção federal como esforço de penetração da ação governamental em zonas desprovidas de assistência e recursos A requerimento do Sr HEITOR BRACET, a discussão desse projeto foi adiada para a reunião seguinte

Após haver o Sr FELIPE NERY, Relator da Comissão de Organização Técnica, apresentado pareceres referentes aos projetos que lhe tinham sido distribuídos, para que os mesmos fossem submetidos à terceira discussão, fêz uso da palavra o Sr EDGAR DE SOUZA MACHADO, representante alagoano, a fim de prestar informes sobre o desenvolvimento dos serviços estatísticos no seu Estado, detendo-se, inicialmente, na apreciação dos trabalhos levados a cabo pelas diferentes Secções do D E E Depois de fazer referência à revisão dos mapas municipais e a aspectos administrativos da atuação do Departamento, acentuou os benéficos efeitos da transferência, à administração do Instituto, das Agências Municipais de Esta-

tística, de acôrdo com o plano resultante dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal Concluindo, aludiu às reuniões da Junta Regional de Estatística e salientou o apoio e prestígio dispensados ao D E E pelas autoridades estaduais

As palavras do orador foram comentadas pelo Secretário-Geral, que pôs em relêvo as boas notícias que tinha acabado de ouvir, acêrca do andamento dos trabalhos estatísticos em Alagoas Aproveitou o ensejo para tratar da flexibilidade do sistema estatístico nacional, quanto ao levantamento da estatística educacional e, por último, requereu, com aplausos do plenário, votos de congratulações com o órgão central da estatística alagôana e seu diretor, bem como de agradecimentos ao Governô do Estado, pelo apoio que vem sendo dispensado àquela repartição

Após, coube ao representante de Santa Catarina, Sr LOURIVAL CÂMARA, falar sobre a marcha dos serviços estatísticos nessa Unidade da Federação Fêz o orador interessante exposição acêrca do funcionamento do D E E, no qual foram introduzidos modernos e corajosos métodos de trabalho, visando à obtenção do máximo rendimento dos esforços dos servidores. Deu conta da atuação técnica da J E R E, discriminando as Resoluções aprovadas Referiu-se às novas normas de arquivamento de documentação, adotadas na repartição, à publicidade que vem realizando e ao desenvolvimento da biblioteca especializada do órgão estatístico regional Atendeu, ainda, o Sr LOURIVAL CÂMARA, a diversos pedidos de esclarecimentos de seus pares, após o que o Secretário-Geral do Instituto fêz demorado comentário do relatório ouvido, salientando-lhe os principais tópicos e as valiosas sugestões nêle contidas Terminou o Sr TEIXEIRA DE FREITAS por congratular-se, em nome da Assembléa, com o representante catarinense, manifestando também agradecimentos ao Governô do Estado.

A reunião finalizou-se com a leitura das ementas dos seguintes projetos de Resoluções: n° 19 — "Dispõe sobre o apoio do Conselho ao movimento municipalista e dá outras providências"; n° 20 — "Aprova e ratifica uma exposição da Secretaria-Geral do Instituto em que se focalizam a natureza, os fins e a situação atual da entidade"; n° 21 — "Recomenda estudos no sentido de passarem à administração do Instituto os órgãos centrais de estatística — federais e regionais"; n° 22 — "Formula um pronunciamento sobre as sugestões referentes à ordem econômica do país"

OITAVA REUNIÃO

Teve início a oitava reunião com o Sr HEITOR BRACET na presidência. Concluída a leitura do expediente, convidou o Presidente para dirigir os trabalhos do dia ao Sr CLODOALDO CARDOSO, representante do Maranhão, e para comporem a mesa os Srs HUGO DE ALMEIDA, ADERBAL FRANÇA e MÁRIO PINTO CORDEIRO, delegados do Pará, Rio Grande do Norte e Paraná. Agradecendo a distinção que lhe havia sido conferida, o Sr CLODOALDO CARDOSO comunicou que precisava retirar-se a fim de desempenhar uma missão que lhe tinha sido confiada pelo Governô do seu Estado junto ao Minis-

tério da Fazenda O Presidente solicitou, então, ao Sr SAID FARHAT, representante do Espírito Santo, que assumisse a direção dos trabalhos.

O Sr FELIPE NERY pediu à mesa que a visita dos membros da Assembléa ao Sr CERQUEIRA LIMA, Diretor do Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, por intermédio da Comissão designada em uma das reuniões anteriores, fôsse substituída por um telegrama, uma vez que o homenageado se achava sob proibição médica de receber visitas

Leu, a seguir, o Sr TEIXEIRA DE FREITAS uma notícia publicada no *Jornal do Comércio* do dia, contendo referências altamente elogiosas, feitas na Associação Comercial do Rio de Janeiro, à atuação do Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES no Governo de São Paulo Solicitou o Secretário-Geral a inserção na ata de um voto de congratulações com aquêlê Govêrno e o seu Chefe

Na ordem do dia, teve prosseguimento a discussão do projeto de Resolução n.º 17, referente aos esforços de penetração civilizadora do Govêrno Federal através da administração dos Territórios Prêviamente inscrito, o Sr LOURIVAL CÂMARA debateu o assunto, seguido dos Srs MÁRIO PINTO CORDEIRO e TEIXEIRA DE FREITAS

Submetido a votos, foi o projeto encaminhado à Comissão de Organização Técnica, com as emendas apresentadas

A esta altura, a Assembléa recebeu a visita do Sr JOSÉ JÚLIO DA SILVA NERI, Interventor Federal no Amazonas, o qual foi introduzido no recinto e acompanhado até a mesa por uma Comissão composta dos Srs JÚLIO UCHOA, Tenente-Coronel FREDERICO RONDON, LOURIVAL CÂMARA e FRANCISCO STEELE.

Designado pelo Presidente, saudou o ilustre visitante o Sr TEIXEIRA DE FREITAS Falando, após, em agradecimento, o Sr JOSÉ JÚLIO DA SILVA NERI começou dizendo que a sua visita à Assembléa era uma prova da sua simpatia pelo Instituto e da compreensão da obra que êste realiza Membro do Conselho Administrativo Estadual durante cinco anos, tivera o orador oportunidade de estudar vários problemas que, sem a colaboração dos serviços de estatística, não teriam sido resolvidos Ainda muito jovem, estudante de ginásio e, mais tarde, estudante de Direito, advogado no Fôro e deputado à Assembléa Legislativa Estadual, acompanhando a questão do Acre, o litígio de limites com o Pará, e tantas outras pendências, verificou como homens do porte de RUI BARBOSA — no seu estudo sôbre o Acre —, como os auxiliares do seu pai, como o seu pai mesmo, como oficiais do Exército e da Armada, que colaboravam na vitória da causa amazonense, andavam à cata de documentos, sem elementos de orientação certos e seguros, porque faltava ao país um Instituto da natureza do I B G E Referindo-se à atuação do Sr JÚLIO UCHOA à frente do D E E do Amazonas disse que depois de assumir a Interventoria, foi, não visita a repartição, mas abraçar aquêlê homem, que tanto tem trabalhado, no Amazonas, pela vitória de um ideal Ressaltou que os produtos amazonenses se achavam valorizados neste período de após-guerra e que o problema do Amazonas era, antes de tudo, um problema de transporte e de barateamento de fretes, por

meio da utilização de navios adequados à navegação fluvial Disse ainda que, no Amazonas, sempre houve trabalho e esforços, embora nem sempre bem orientados, por faltarem os elementos estatísticos indispensáveis Demoradamente aplaudido, o Sr JOSÉ JÚLIO DA SILVA NERI retirou-se pouco depois

Em primeira discussão, foram debatidos os projetos de Resoluções n.º 19, que "dispõe sôbre o apoio do Conselho ao movimento municipalista e dá outras providências"; n.º 20, que "aprova e ratifica a exposição da Secretaria-Geral do Instituto em que se focaliza a natureza, os fins e a situação atual da entidade"; n.º 21, que "recomenda estudos no sentido de passarem à administração do Instituto os órgãos centrais de estatística, federais e regionais"; e n.º 22, que "formula um pronunciamento sôbre sugestões referentes à ordem econômica do país" Falaram, a respeito dêsses projetos, os Srs FELIPE NERY, SÉRGIO NUNES DE MAGALHÃES JÚNIOR, MOACIR FERNANDES SILVA e TEIXEIRA DE FREITAS, após o que foram os mesmos encaminhados à Comissão de Organização Técnica

Ocupou a tribuna o Sr HUGO ALMEIDA, representante do Pará, a fim de fazer uma exposição acêrca dos serviços estatísticos dessa Unidade Federada Começou o orador por formular elogiosas referências à atuação desenvolvida pela Inspeçôia Regional de Estatística que, levando para diante suas tarefas específicas, muito vem ajudando o Departamento Estadual de Estatística Aludindo à instalação das Agências Municipais de Estatística, informou que, em 1945, a coleta de dados nas fontes primárias melhorou bastante Focalizando a colaboração existente entre a I R e o D E E, resumiu as atividades dêste último, detendo-se nos inquéritos a cargo da Secção de Estatística Militar, no Registro Industrial e na proveitosa articulação mantida entre aquela repartição e os demais órgãos administrativos do Estado O orador leu um longo trecho do relatório do Sr ORION KLAUTAU, Diretor do D E E, do Pará, salientando as dificuldades antepostas à tarefa da organização da rede de Agências Municipais de Estatística, e que podem ser resumidas na grande extensão territorial do Estado e na precariedade dos transportes e comunicações

O Secretário-Geral apreciou as dificuldades apontadas pelo representante paraense, bem como os recursos modestos de que dispõe o órgão estatístico regional E salientando, finalmente, os esforços dos seus dirigentes e o apoio do Govêrno do Estado, requereu votos de congratulações e agradecimentos

A tribuna foi ainda ocupada pelo Sr ADERBAL FRANÇA, que fez um relato sôbre os trabalhos estatísticos no Rio Grande do Norte, à cuja frente se encontrava, até há pouco tempo, conforme salientou, o operoso profissional Sr ANFLÓQUIO CÂMARA Mencionou o representante norte-riograndense as Resoluções baixadas pela J E R E, os atos governamentais de interesse para a estatística, o cumprimento das campanhas do Instituto, a composição dos quadros de pessoal, o andamento da execução dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal e os resultados registrados em diversos inquéritos

O Sr TEIXEIRA DE FREITAS, destacando as notícias trazidas ao plenário pelo Sr ADERBAL FRANÇA, teceu considerações sobre vários aspectos do relatório que acabava de ser ouvido, recordando a atuação do Sr ANFILÓQUO CÂMARA e o prosseguimento do seu esforço pelos sucessores, com os quais se congratulou. Solicitou o Secretário-Geral, por último, que fôsse transmitido ao Governo do Rio Grande do Norte um telegrama de agradecimentos.

NONA REUNIÃO

Realizou-se no dia 12 a nona reunião, com o Sr HEITOR BRACET na presidência, o qual, após a leitura do expediente, convidou o Sr CLODOALDO CARDOSO, representante do Maranhão, para dirigir os trabalhos do dia, e o Sr SAID FARHAT, delegado do Espírito Santo, para participar da mesa.

O primeiro orador foi o Sr MOACIR FERNANDES SILVA, representante do Ministério da Viação, que, alegando compreender a estatística levantada pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem apenas as rodovias construídas pela União e os Estados, acentuou a necessidade de um esforço maior e contínuo dos serviços estatísticos regionais e municipais, no sentido de proceder-se ao levantamento de todas as estradas existentes no país, com a sua extensão e exata localização. O Sr Secretário-Geral fez apreciações em torno desse apêlo, tornando-o da própria direção executiva do Instituto e formulando sugestões sobre a maneira como poderá ser o mesmo atendido.

Comunicando haver o Conselho Nacional de Geografia concluído os trabalhos de revisão do cálculo da área do Brasil, o Sr SAID FARHAT propôs a inclusão, na ata, de um voto de congratulações com C. N. G. Ponderou o Sr TEIXEIRA DE FREITAS que ainda não se acham terminados os trabalhos de demarcação das fronteiras do país, a cargo da Comissão de Fronteiras, chefiada pelo Comandante BRAZ DIAS DE AGUIAR; assim, manifestava-se favorável ao voto de aplausos ao C. N. G., pela tarefa que vem realizando nesse setor, mas convinha, talvez, recomendar a não divulgação dos resultados, porque, possivelmente, eles não seriam ainda definitivos.

Na ordem do dia, o Sr JOÃO DE MESQUITA LARA comunicou que, na reunião entre os delegados regionais e o Chefe do Serviço de Estatística Militar, com a presença dos representantes dos Ministérios da Guerra e da Marinha, havia sido elaborado um substitutivo ao projeto de Resolução n.º 8, o qual merecera o apoio de todos os presentes. Nessas condições, o orador solicitou ao Presidente que o substitutivo fôsse submetido à primeira discussão. Encerrada a discussão, concedida dispensa de interstícios e aprovados os pareceres verbais dos relatores das Comissões de Organização Técnica e de Redação Final, foi o projeto aprovado em definitivo e convertido na Resolução n.º 307, com a seguinte ementa: "Dispõe sobre as atividades das Secções de Estatística Militar e dá outras providências".

Com o número regimental de assinaturas, foram apresentados dois novos projetos de Resoluções: n.º 23, que "desenvolve as diretrizes de amparo à Família, sugeridas na Resolução

n.º 127, da Assembléa Geral do C. N. E."; e n.º 24, que "formula um voto e faz sugestões sobre a política educacional brasileira no campo do ensino primário".

O Sr SAID FARHAT fez uma exposição sobre as atividades do órgão central da estatística espirito-santense, durante o período, conforme salientou, em que o referido órgão esteve sob a direção do Sr COLOMBO ETIENNE ARREGUY. Após tecer louvores à organização dada ao D. E. E. pelos seus antecessores, o orador mencionou a legislação baixada em 1945, sobre a estatística regional, e relatou o trabalho desenvolvido pela Junta Regional de Estatística. Discorreu acerca dos serviços especializados, filiados ao sistema estatístico regional, e que funcionam junto a vários órgãos da administração estadual, de cada um deles oferecendo um resumo das tarefas cumpridas no ano findo. O representante do Espírito Santo demorou-se na explanação dos encargos atribuídos ao D. E. E., ultimamente ampliados, salientando que se procura imprimir o máximo de flexibilidade à organização do Departamento. Fez menção aos auxílios recebidos do Instituto e à aplicação dos mesmos, focalizando, também, o vivo interesse da entidade, no sentido de ver asseguradas as prerrogativas de autonomia e hierarquia do D. E. E. Aludindo à administração da rede das Agências Municipais de Estatística, informou que a Inspetoria Regional vem realizando proveitoso trabalho de cooperação com o D. E. E., visando à eficiente articulação desse órgão com a rede de agências administradas pelo Instituto, na forma dos Convênios. Após algumas observações formuladas pelo representante do Ministério da Viação, o Secretário-Geral teceu comentários a respeito do relatório cuja leitura se ouvira, fixando alguns interessantes aspectos das informações trazidas ao plenário. Estendeu-se ainda na apreciação de vários problemas, como os do controle de exportação interestadual e do registro civil; destacando, quanto a este último, a particularidade de serem gratificados, no Espírito Santo, os oficiais respectivos que comprovam a sua quitação com os serviços estatísticos. Concluindo, formulou votos, aprovados pela Assembléa, de congratulações com o atual e os antigos dirigentes da estatística do Espírito Santo, bem como de agradecimentos ao governo do Estado.

DÉCIMA REUNIÃO

A décima reunião da Assembléa realizou-se no dia 15, abrindo os trabalhos o Sr HEITOR BRACET, que passou a presidência, logo depois, ao representante da Bahia, Sr FELIPE NERY. No expediente, o Sr SAID FARHAT, interpretando os sentimentos do plenário, solicitou fôsse consignado um voto de congratulações com o Embaixador da França, por motivo do transcurso da data de 14 de julho.

O Tenente-Coronel FREDERICO RONDON comunicou que a comissão designada pelo plenário para visitar o Presidente da República e o Prefeito do Distrito Federal se desincumbira da primeira parte dessa missão, e encarregara o representante do Distrito Federal de obter uma audiência do Chefe do Executivo Municipal.

Entraram em discussão os projetos de Resoluções n.º 23 e n.º 24, o primeiro desenvolvendo diretrizes, anteriormente sugeridas pela Assembléia, de amparo à Família, e o segundo, formulando votos e sugestões sobre a política educacional brasileira, no campo do ensino primário. Ambos os projetos foram encaminhados à Comissão de Organização Técnica.

O Sr. João Carlos de Almeida, Chefe da Seção de Estatística Educacional do D. E. E. de São Paulo e membro da Comissão designada pela Assembléia para dar parecer sobre o projeto de Resolução n.º 9, que "aprova modelos de livros de registro escolar e de novos questionários de coleta para o levantamento da estatística do ensino primário geral", encaminhou à mesa o aludido parecer, no qual se propunha, e foi aprovado, um voto de louvor aos Srs. Antônio Teixeira de Freitas, Armando Rabelo e Sra. Edith Azevedo, autores do novo plano. Foi dada a palavra ao Sr. Mário Pinto Cordeiro, representante do Paraná, que leu um resumo do seu relatório sobre as atividades do órgão estatístico regional. Estendeu-se, de início, no relato dos trabalhos levados a cabo pela Junta Regional de Estatística e pela Comissão Revisora das Estatísticas Municipais, no curso dos quais foram examinados múltiplos aspectos dos levantamentos estatísticos regionais. Fez, a seguir, uma exposição sobre as atividades do D. E. E., demonstrando-se na parte relativa aos serviços de Cadastro Industrial e Comercial do Estado, Registro Industrial e Inquéritos Econômicos para a Defesa Nacional. No final, teve palavras de agradecimentos à administração regional e ao I. B. G. E., pela segura orientação recebida, bem como à Inspetoria Regional e às

Agências Municipais de Estatística, pela solicitude e compreensão demonstradas em face das iniciativas do Departamento Estadual de Estatística.

Falando sobre o relatório do representante paranaense, o Secretário-Geral louvou a atuação do antigo Diretor do órgão central da estatística do Paraná, Sr. Lauro Schleeder. Congratulou-se também com o Sr. Mário Pinto Cordeiro, pela atuação eficiente que vem tendo, e formulou agradecimentos ao Governo do Estado, o que foi aprovado pelo plenário.

A Comissão de Organização Técnica apresentou pareceres sobre os projetos nos 11, 19, 20 e 22, sendo os mesmos encaminhados à Comissão de Redação Final.

Anunciada, pelo Presidente, a presença do Professor J. Carneiro Felipe, Presidente da Comissão Censitária Nacional, convidado para pronunciar a segunda conferência do Curso de Informações, foram designados os Srs. Remy Gorga, Sérgio Nunes de Magalhães Júnior, Clodoaldo Cardoso e Osmar Aragão para acompanhá-lo até o recinto. Convidou o Presidente, a seguir, os Srs. Thomas Greville, Giorgio Mortara, Francisco Jarussi, Heitor Alvim Pessoa, Christovam Leite de Castro e Lauro Sampaio, para fazerem parte da mesa, e deu a palavra ao Sr. Teixeira de Freitas, a quem coube apresentar ao conferencista as homenagens da Assembléia. Serviu de tema para a conferência "O Censo Continental de 1950", tendo o Professor J. Carneiro Felipe feito um resumo histórico da prática censitária e da evolução da respectiva técnica. Examinou as consequências do crescente fortalecimento dos laços de união e solidariedade dos povos americanos, dando lugar à cogitação, que toma forma e se



O Professor J. Carneiro Felipe, ao ler sua palestra sobre o Censo Continental de 1950

encaminha para o terreno prático sob o empenho decidido do Instituto Interamericano de Estatística, da realização, em 1950, do Censo Continental das Américas. A conferência do Professor J. CARNEIRO FELIPPE acha-se publicada, na íntegra, neste número da REVISTA.

Finda a conferência, o Presidente declarou reaberta a reunião, dando a palavra ao Sr. TEIXEIRA DE FREITAS, que leu o resumo do relatório sobre as atividades do Serviço de Estatística da Educação e Saúde, do qual é diretor. O orador ressaltou, mais uma vez, os impressionantes resultados das análises feitas com base nos levantamentos estatísticos relativos ao ensino primário urbano e rural. Salientou que, apesar de serem enviados à escola urbana noventa e cinco por cento e à rural cinquenta por cento das crianças que atingem a idade escolar, somente uma percentagem reduzida desse discipulado consegue aprovação até mesmo na primeira série do curso primário, ficando assim demonstrada a incapacidade atual da escola primária para reter, assistir e até educar as crianças.

A exposição do Sr. TEIXEIRA DE FREITAS causou viva impressão, tendo falado, a respeito, os Srs. FELIPE NERY e LOURIVAL CÂMARA, que se estenderam em considerações em torno da atuação do orador no campo da estatística brasileira e continental, propondo o representante catarinense que se consignasse na ata um voto de aplausos ao Ministro da Educação e Saúde pelos propósitos, que vem demonstrando, de imprimir novas diretrizes à política educacional brasileira, conforme o que os números sugerem.

DÉCIMA-PRIMEIRA REUNIÃO

Verificou-se no dia 16 a décima-primeira reunião, tendo o Presidente, Sr. HEITOR BRACET, convidado para dirigir os trabalhos do dia o Engenheiro MOACIR MALHEIROS FERNANDES SILVA, representante do Ministério da Viação. Fêz ampla exposição sobre a marcha dos serviços estatísticos na Bahia o representante dessa Unidade da Federação, Sr. FELIPE NERY. Resumindo os trabalhos realizados pela repartição que dirige, o orador teceu referências, ainda, às deliberações da Junta Regional e apreciou as atividades desenvolvidas pela Comissão Revisora de Estatísticas Municipais, através das quais vem podendo a Inspeção Regional colher os elementos necessários à instalação das Agências Municipais de Estatística, de acordo com o plano previsto nos Convênios. Com a vacância de várias Agências, surgiu o problema de preenchê-las com pessoal capaz, havendo a C. R. E. M. decidido pela realização de uma prova dos candidatos, instituindo-se o estágio prévio dos novos agentes nas várias seções do D. E. E. As providências de caráter técnico foram sempre tomadas com apoio nas instruções do Instituto, aludindo o Sr. FELIPE NERY à cooperação mantida entre o Departamento e a Inspeção Regional.

Comentando o relatório do representante baiano, o Sr. Secretário-Geral apreciou as informações prestadas, focalizando as iniciativas esposadas pelo D. E. E. Teve referências elogiosas à atuação do Sr. FELIPE NERY, na direção do aludido órgão, pondo em relêvo, tam-

bém, a assistência ao mesmo dispensada pelo Governo do Estado, no sentido de assegurar o máximo aperfeiçoamento aos respectivos serviços. Por fim, propôs um voto de congratulações com o Sr. FELIPE NERY e outro de agradecimentos ao Governo estadual.

Foi dada a palavra, em seguida, ao Sr. Sérgio NUNES DE MAGALHÃES JÚNIOR, representante do Distrito Federal, que ofereceu ao plenário interessante resumo acerca das realizações do Departamento de Geografia e Estatística, o qual funciona subordinado administrativamente à Prefeitura da Capital Federal. Estabelecendo alguns confrontos demográficos entre o Distrito e diversas capitais regionais, focalizou, em particular, a circunstância de que, em virtude das conhecidas peculiaridades topográficas, a população do Distrito Federal se distribuiu de maneira irregular e em fortes concentrações, exigindo isto esforço maior por parte da repartição estatística metropolitana. Referindo-se às publicações periódicas do D. G. E., acentuou que, em 1945, além da divulgação feita por esse meio, foram elaborados trabalhos especiais, inclusive centenas de comunicados divulgados pelo Serviço de Estudos e Análises da repartição. Discorreu sobre os trabalhos de preparo e coleta de dados, estatística militar, classificação e apuração, estatística educacional e estatística sanitária.

O Sr. TEIXEIRA DE FREITAS comentou a exposição do representante do Distrito Federal, tendo demoradas considerações a respeito das atividades do órgão central de estatística da capital da República. Focalizou, em especial, o empenho do D. G. E., no sentido de desenvolver ativamente a divulgação dos resultados de seus levantamentos, através de comunicados distribuídos à imprensa diária e às estações difusoras. Com aprovação unânime do plenário, o orador propôs a inserção na ata de um voto de congratulações com o Diretor do Departamento de Geografia e Estatística e com o Prefeito do Distrito Federal.

Com o pedido de dispensa dos interstícios regimentais, o Sr. SAID FARHAT enviou à mesa um projeto de Resolução, que "homenageia a Sociedade Brasileira de Estatística e salienta a atuação de seu Presidente". Concedida a dispensa solicitada e ouvidos os pareceres favoráveis dos Relatores das Comissões de Organização Técnica e de Redação Final, foi o projeto convertido na Resolução n.º 308, ficando o Secretário-Geral incumbido de dar conhecimento do ato à Assembléa Geral da Sociedade Brasileira de Estatística, cuja reunião se ia verificar pouco depois.

DÉCIMA-SEGUNDA REUNIÃO

Verificou-se a décima-segunda reunião no dia 17, assumindo a direção dos trabalhos, a convite do Presidente, Sr. HEITOR BRACET, o representante de Alagoas, Sr. EDGAR DE SOUZA MACHADO. Para ocuparem lugar à mesa, o Presidente convidou os Srs. LUIZ FÁRIA BRAGA e RÊMY GORGA. No expediente, fez uso da palavra o Sr. MOACIR FERNANDES SILVA, que formulou uma sugestão no sentido de que a REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA publique resumos, em línguas estrangeiras, de seus artigos principais.

Na ordem do dia, teve prosseguimento a discussão do projeto de Resolução n.º 9, que "aprova modelos de livros de registro escolar e novos questionários de coleta para o levantamento de estatísticas do ensino primário", acompanhado do parecer da Comissão Especial designada para examiná-lo. Após ligeiros debates, foi o projeto encaminhado, por proposta do Sr SAID FARHAT, à Comissão de Redação Final, visto já não ser necessário o parecer da Comissão de Organização Técnica.

Entrou em primeira discussão o projeto n.º 25, que formula sugestões sobre a reunião de Congressos Brasileiros de Estatística, o qual foi enviado à Comissão de Organização Técnica, com uma emenda do Sr JOÃO DE MESQUITA LARA.

Foram discutidos e votados os pareceres da Comissão de Organização Técnica, com aprovação e encaminhamento à Comissão de Redação Final, do projeto de Resolução elaborado com base no parecer da Comissão de Distribuição e Consumo, que "dispõe sobre as Comissões Técnicas do Conselho". Foi demoradamente debatido em seguida, o parecer sobre o projeto de Resolução n.º 12, referente a uma guia de exportação intermunicipal, de iniciativa do representante do Rio Grande do Sul. De acordo com o curso regimental, o projeto foi encaminhado à Comissão de Redação Final, com uma recomendação da Comissão de Organização Técnica, relativamente à conveniência de ser aguardada a próxima conclusão dos trabalhos de elaboração da "Guia Nacional de Exportação."

Obtiveram aprovação vários outros pareceres da Comissão de Organização Técnica, com emendas e substitutivos a diversos projetos que foram enviados à Comissão de Redação Final. Lidos e aprovados os pareceres do Relator desta última Comissão, sobre os projetos ns. 1, 2, 3, 4, 5 e 6, foram os mesmos convertidos, respectivamente, nas seguintes Resoluções: n.º 309, que "louva a atuação do Conselho Nacional de Geografia e assinala as suas principais realizações"; n.º 310, que "dispõe sobre o mandato de representante das instituições filiadas ao Instituto nos órgãos deliberativos do Conselho"; n.º 311, que "ratifica as deliberações das Juntas Executivas do Conselho e dá outras providências"; n.º 312, que "dispõe sobre a divulgação dos relatórios dos serviços estatísticos"; n.º 313, que "estabelece normas para a divulgação dos elementos cadastrais coletados nas Campanhas Estatísticas"; e n.º 314, que "recomenda providências para elaboração das monografias estatístico-corográficas previstas na Resolução n.º 57, desta Assembléia".

O Secretário-Geral procedeu à leitura da ementa de novo projeto de Resolução, de n.º 27, que "resume as sugestões da observação estatística sobre a multiplicação e interiorização dos centros metropolitanos".

A Assembléia ouviu, após, o Sr REMY GORGA, representante do Rio Grande do Sul, que deu conta das atividades estatísticas em seu Estado. Alongou-se o orador na apreciação das tarefas levadas a efeito pelo D. E. E. e concernentes às campanhas do I. B. G. E., discorrendo sobre os levantamentos da exportação e importação, bem como bancários, industriais e comerciais. Após referir-se aos serviços de apuração mecânica e aos trabalhos

de desenho e cartografia do Departamento, fez uma exposição em torno da organização dos quadros de pessoal da repartição, cuja despesa, em 1945, apenas representou 0,45% da receita estadual. O representante do Rio Grande do Sul ilustrou as suas palavras com a apresentação de um interessante cartograma, espezinhando, à luz da estatística, a vida regional, sob diferentes aspectos.

Ao comentar o relatório do Sr REMY GORGA, em parte referente à direção anterior, do Sr. MEM DE SA, formulou o Sr MOACIR FERNANDES SILVA calorosos elogios não só a esses dois colaboradores da estatística brasileira, como também aos que com eles cooperaram noutros importantes setores técnicos. E após outras considerações, propôs se enviasse ao Interventor Federal no Estado um telegrama de agradecimentos e congratulações.

DÉCIMA-TERCEIRA REUNIAO

Os trabalhos da Assembléia prosseguiram no dia 18, sob a presidência do Sr TEIXEIRA DE FREITAS, Secretário-Geral do Instituto, em virtude da ausência do Presidente, Sr HEITOR BRACET. A convite do Sr TEIXEIRA DE FREITAS, assumiu a direção da reunião, pouco depois, o Sr REMY GORGA, representante do Rio Grande do Sul. Do expediente constaram um telegrama do Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, Presidente efetivo do Instituto, no exercício da Interventoria Federal em São Paulo, agradecendo o voto de congratulações com o seu Governo, anteriormente aprovado pela Assembléia, e um ofício do Sr OCTAVIO ALEXANDER DE MORAES, renunciando em caráter irrevogável à investidura de membro da Comissão Técnica da Circulação, Distribuição e Consumo, sem prejuízo da colaboração que possa continuar a prestar ao Instituto. O Presidente declarou que lamentava a renúncia, a qual, entretanto, era aceita, em virtude dos termos em que fôra formulada; regozijava-se, todavia, pela circunstância de que aquele gesto não representasse qualquer solução de continuidade no eficiente concurso que o Sr OCTAVIO ALEXANDER DE MORAES vem prestando à causa da estatística.

Pôsto em primeira discussão o projeto de Resolução n.º 27, que resume sugestões da observação estatística sobre a multiplicação e interiorização dos centros metropolitanos, falou o Sr TEIXEIRA DE FREITAS, fazendo uma análise da situação do Brasil, com os seus vazios demográficos, e apontando a fórmula de entidades intermediárias entre o Estado e o Município como suportes valiosos para a ocupação das áreas abandonadas. Salientou a oportunidade das medidas preconizadas, como instrumento de uma nova política de organização nacional, que atenda, da melhor forma, aos interesses nacionais, mediante satisfatória distribuição das forças civilizadoras.

O Presidente ressaltou a significação do projeto e fez considerações sobre o problema da mortalidade infantil e a desorganização da vida rural brasileira. Concluiu manifestando o seu integral apoio às soluções indicadas.

O Sr. CLODOALDO CAROSO, representante do Maranhão, pronunciou-se no mesmo sentido, acentuando que a necessidade daquelas soluções estava na consciência de todos os brasileiros.

que conhecem as condições de vida do interior do país Manifestou seus aplausos, em particular, à sugestão quanto à criação, em nossa ordem administrativa, de uma quarta pessoa de Direito Público — os "Municípios Unidos" —, a qual lhe parecia, a vários títulos, a mais indicada para o encaminhamento e solução dos graves problemas expostos no projeto e sobre os quais todos os presentes poderiam oferecer seguro testemunho, baseado nas observações colhidas nos diferentes Estados

O Sr SAID FARHAT, representante do Espírito Santo, declarou estar de inteiro acôrdo com as considerações formuladas pelos demais conselheiros e sugeriu que, em homenagem a seu autor, fôsse o projeto imediatamente convertido em Resolução, com dispensa dos interstícios regimentais O Secretário-Geral discordou dessa proposta, manifestando o seu desejo de que o projeto n.º 27 fôsse objeto de amplo debate e soffresse, mesmo, tôdas as modificações sugeridas pela experiência dos Conselheiros, dada a importância da matéria e o relevô que virá a ter, nos Anais do Instituto Com fundamento nos dispositivos regimentais, solicitou à mesa que facultasse a palavra aos Chefes de Serviços do Instituto presentes à sessão e, em particular, ao seu Consultor Jurídico, Sr AFRÂNIO DE CARVALHO, cuja opinião, a êsse respeito, possivelmente não de todo favorável ao projeto, constituiria, sem dúvida, apreciável contribuição para o prosseguimento do debate

Ocupou, então, a tribuna o Sr AFRÂNIO DE CARVALHO, que fêz minuciosa análise das soluções preconizadas, em diferentes trabalhos, pelo Secretário-Geral do Instituto, manifestando sua concordância, sobretudo, quanto à idéa da redivisão política do país Discordou, todavia, da criação de uma quarta órbita governamental, por duas razões principais: as dificuldades da discriminação de competência e o perigo de que daí resulte um novo aparelho burocrático, altamente oneroso ao país Declarou-se partidário dos convênios intermunicipais, em caráter eventual, sempre que a coincidência de interesses ou a ocorrência de objetivos comuns, que não possam ser atendidos por um Município, isoladamente, venham a tornar recomendável a conjugação de esforços e recursos

Apartearam o orador, para pedir esclarecimentos ou oferecer o testemunho das próprias observações, os Srs SAID FARHAT e CLODOALDO CARDOSO Este último insistiu na defesa de seu ponto de vista, quanto ao acôrto do agrupamento de Municípios, sob forma departamental, referindo, a êste respeito, que o princípio havia sido inscrito, após detidos estudos, na última Constituição de seu Estado

Corroborando o testemunho de vários Conselheiros, sobre fenômeno idêntico, verificado noutros setores de atividades econômicas, o Sr BLAUDECI DE VASCONCELOS, representante de Pernambuco, aludiu ao caso dos proprietários das usinas dêsse Estado, que, via de regra, residem no Recife ou na capital do país, onde investem, em emprêsas imobiliárias ou sob outras formas, os lucros obtidos

Atendendo a solicitação expressa do Secretário-Geral, ocupou a tribuna, em seguida, o Sr LOURIVAL CÂMARA, delegado de Santa Catarina, que analisou longamente vários dos problemas referidos no projeto, acentuando, sobre-

tudo, as diferenciações regionais que, em seu exame, se devem ter em vista, para evitar o perigo de generalizações que visualizem o país como um todo homogêneo Referiu-se, em particular, à necessidade da fixação das massas agrárias, objetivo que, a seu ver, não poderia ser alcançado com a criação de novas cidades Esse ponto de vista foi rebatido pelo Sr SAID FARHAT, que aludiu à função de "represa" a ser exercida pelos novos centros metropolitanos, evitando, por essa forma, a excessiva concentração, apenas, em vinte e uma capitais regionais e na capital da República Prestando um depoimento baseado em estudos e observações pessoais, afirmou o representante catarinense que, ao contrário do que se sustenta, a estabilidade econômica de seu Estado não é devida à boa organização municipal, mas, sobretudo, à disseminação da pequena propriedade e aos efeitos da política de colonização adotada Concluindo, formulou dúvidas sobre se as medidas propostas no projeto n.º 27, resolveriam o grande, senão único problema brasileiro, que é o da fixação do homem à terra

O Sr MOACIR MALHEIROS SILVA, representante do Ministério da Viação, manifestou o seu integral apoio à idéa da mudança da capital do país, que, também, a seu ver, deve situar-se em região central, e observou que não lhe parecia razoável o reparo sobre o perigo de hipertrofia burocrática do "quanto poder" sugerido no projeto, visto como teria o mesmo, apenas, funções de orientação e coordenação, a serem exercidas por um Conselho de Prefeitos

O Sr CARLOS NÓBREGA DUARTE, assessor do representante de São Paulo, aludiu à importância da sugestão sobre a nova órbita de govêrno, a qual, segundo pensa, estaria a exigir mais cuidadoso exame Era de parecer, todavia, que, a título de sugestão, fôsse o projeto aprovado

Comentando os depoimentos ouvidos, falou, então o Presidente, que referindo observações quanto a seu Estado — o Rio Grande do Sul — se deteve na análise da influência das colônias estrangeiras sobre o progresso econômico regional Aludiu às migrações internas, em função da fertilidade das terras, e teceu considerações sobre o uso da propriedade rural, que, a seu ver, deveria ser regulado no texto constitucional, de modo a fixar-se a obrigatoriedade de cultivo, na proporção que fôsse estabelecida, quanto à área total Contestou que o Rio Grande do Sul fôsse um Estado latifundiário e aludiu às considerações empíricas em que se processa a exploração da terra, fazendo interessantes observações sobre a questão agrária e a necessidade de aperfeiçoamento do ensino rural.

Por proposta do Secretário-Geral, foi deliberado que continuaria na próxima sessão a primeira discussão do projeto Passou-se, em seguida, à leitura, discussão e votação dos pareceres da Comissão de Redação Final sobre os projetos ns 7, 10 e 11, os quais se converteram nas Resoluções n.º 315, que "formula um apêlo para a inclusão de uma prova de estatística nos concursos para os cargos públicos e dá outras providências"; n.º 316, que "sugere a elaboração, pelos órgãos regionais, do mentário de legislação acêrca da vida judiciária, administrativa e eclesiástica de cada Município brasileiro"; e n.º 317, que "recomenda providências

para a continuidade dos Inquéritos Econômicos previstos no Decreto-lei n.º 4 736, de 23 de setembro de 1942".

O Secretário-Assistente procedeu à leitura das ementas dos seguintes novos projetos, encaminhados à mesa com o número de assinaturas regimental: n.º 28, que "faz incluir nos Anais do Instituto um documento referente à sua organização e movimentação no quadro administrativo brasileiro"; n.º 29, que "propõe novas bases para a realização do registro industrial pelo Decreto-lei n.º 4 081, de 3 de fevereiro de 1942"; e n.º 30, que "recomenda que se implante o Centro de Documentação Estatística do I. B. G. E., destinado a promover o intercâmbio documentário entre os órgãos filiados pela dinamização e reversibilidade dos instrumentos de registro".

DÉCIMA-QUARTA REUNIÃO

Os trabalhos da décima-quarta reunião foram abertos pelo Sr. HEITOR BRACET, que passou depois a presidência ao Comandante MANUEL RIBEIRO ESPÍNDOLA, representante do Ministério da Marinha. Compuseram a mesa, a convite do Presidente, os Srs. CLODOALDO CARDOSO e HILDEBRANDO CLARK. No expediente, o Sr. KLEBER DE FARIA, delegado de Mato Grosso, comunicou haver sido restabelecida, naquele Estado, a "Guia de Exportação", e ainda que o Governo regional tinha baixado um Decreto atribuindo ao Diretor do D. E. E. a função de Presidente da J. E. R. E. Disse também que o Governo matogrossense cogitava de dar sede ao Departamento Estadual de Estatística.

O Sr. REMY GORGA, representante do Rio Grande do Sul, informou a Assembléia acerca das providências tomadas pelo Governo dessa Unidade da Federação, quanto à assistência social, ao ensino e ao levantamento do custo da vida, propondo, com aprovação do plenário, um voto de congratulações com o Interventor Federal, Sr. CILON ROSA.

O Sr. TEIXEIRA DE FREITAS referiu-se à agradável festa oferecida às várias delegações, no Parque da Cidade, pelo Prefeito do Distrito Federal, e propôs um voto de cordial agradecimento àquela autoridade e ao Sr. SÉRGIO NUNES DE MAGALHÃES JÚNIOR, cuja prestigiosa atuação pessoal tem assegurado aos membros da Assembléia tão agradáveis momentos de reunião social, em suas sessões anuais. Essa proposta foi, também, unanimemente aprovada.

O Sr. MOACIR MALHEIROS SILVA propôs que, tendo-se em vista a conveniência de não retardar os trabalhos, fosse realizada no dia seguinte, sábado, mais uma reunião do plenário. A proposta foi aprovada, ficando estabelecido que a sessão teria início às nove horas.

O Sr. CLODOALDO CARDOSO, representante do Maranhão, fez uma exposição sobre o andamento dos serviços estatísticos naquele Estado, começando por aludir às deliberações tomadas pela J. E. R. E., em 1945. Traçou, a seguir, o esquema de organização da repartição estatística regional, apresentando um resumo dos trabalhos de expediente da mesma. Referiu-se à publicação das *Tábuas Itinerárias do Estado*, impressas nas oficinas gráficas do Instituto, e justificou a necessidade de ser feita uma revisão desse trabalho, para o que o D. E. E.

se acha em entendimento com a Inspetoria Regional. Foram objeto de explanação detalhada as tarefas levadas a cabo pela Secção de Estatística Militar, bem como os assuntos relativos ao levantamento da produção agropecuária. Discorreu ainda sobre a estatística do ensino primário e os planos da Secção Técnica de Pesquisas e Sistematização, recém-criada no órgão estatístico regional. Foram consideradas plenamente satisfatórias às necessidades do sistema regional, nas relações com o sistema nacional, as recentes medidas do Governo estadual, que: a) estabeleceram perfeita discriminação de competências e deveres, não só dos órgãos estatísticos como do pessoal que integra o seu quadro; b) criaram a carreira de estatístico, completamente diferenciada das demais do quadro de funcionários do Estado, evitando, destarte, as transferências e remoções para outros setores da administração, que tanto têm prejudicado a boa marcha dos serviços a cargo do D. E. E.; c) possibilitaram a melhoria, qualitativa e quantitativa, do pessoal da repartição; d) entrosaram os serviços estatísticos com os geográficos, criando a Secretaria do Diretório Regional de Geografia, cujas atividades foram regulamentadas; e) fixaram as normas a serem observadas pelo pessoal da repartição, de modo a evitar as improvisações muitas vezes tumultuárias e, quase sempre, prejudiciais ao espírito de uniformidade que deve presidir às atividades estatísticas. Salientando, por fim, a harmonia e compreensão reinantes entre o D. E. E. e a Inspetoria Regional, aludiu à transferência, que se vem operando, em obediência aos termos dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, das antigas Agências de Estatística, para a responsabilidade financeira e a orientação administrativa do Instituto.

O relatório do Sr. CLODOALDO CARDOSO foi comentado pelo Secretário-Geral, que apreciou a eficiente atuação do representante maranhense e do Diretor do órgão estatístico de seu Estado, Sr. CÁSSIO REIS COSTA, propondo a inserção na ata de um voto de congratulações com esses dois dedicados colaboradores do Instituto e com o Interventor Federal no Estado.

O Presidente suspendeu a sessão, a essa altura, para que se realizasse a terceira e última conferência do Curso de Informações oferecido aos membros do Conselho, a cargo do Professor THOMAS N. E. GREVILLE. Convidados pelo Presidente, tomaram lugar à mesa, onde já se achavam o Secretário-Geral e os representantes do Maranhão e Minas Gerais, os Professores LYNN SMITH, J. CARNEIRO FELIPPE, GIORGIO MORTARA e JANSSEN DE MELO.

Coube ao Professor JANSSEN DE MELO, Diretor do Serviço Federal de Bioestatística, fazer a apresentação do conferencista. O orador referiu-se às importantes obras científicas do técnico norte-americano, bem como aos seus valiosos trabalhos, no campo da matemática e da atuária. Precedendo a leitura de sua conferência, o Professor THOMAS N. E. GREVILLE pronunciou as seguintes palavras:

"Antes de iniciar minha palestra, desejo manifestar a imensa emoção de que me acho possuído ao dirigir a palavra aos mais destacados representantes das atividades estatísticas brasileiras, aqui reunidos na sua Assembléia Geral Ordinária de 1946.

Minha admiração e meu aprêço pelo vosso grandioso país — e daí o desejo de conhecê-lo de perto — já haviam nascido bem antes de se decidir minha partida para esta agradável e proveitosa estada que venho desfrutando entre vós

Meu amigo Dr JANSSEN DE MELO já confirmou antecipadamente esta afirmação Assim sendo, cada nova manifestação de vossa vida com que me é dado entrar em contacto, eu a aprecio não com o espírito curioso de um forasteiro, mas com o carinho apaixonado de um amigo que, além de amar-vos muito, deseja bem compreender vossos problemas, para melhor equacionar os problemas sob sua responsabilidade em termos de harmonia de técnica indispensável a uma estatística das Américas dotada de sentido não somente em referência a este ou àquele país, mas a todo o Continente E como os problemas dessa natureza, ao mesmo tempo que empolgam as inteligências, unem os corações, a minha estada entre vós concorrerá, igualmente, para o aperfeiçoamento de minha cultura profissional, e para o fortalecimento dos laços de afeto que já me ligavam à vossa terra e à vossa gente, mesmo antes de as conhecer!

Ao Dr TEIXEIRA DE FREITAS, portanto, cabe um especial agradecimento, que aqui lhe manifesto de público, pela oportunidade esplêndida que, com seu convite, proporcionou à satisfação dos pontos capitais que acabo de atribuir ao programa de minha viagem ao Brasil

Não posso deixar, também, de agradecer ao Dr. JANSSEN DE MELO as bondosas e carinhosas palavras com que fez a minha apresentação "

O Professor THOMAS N E GREVILLE, que é, desde tempos, um estudioso da nossa língua, falou em Português, tendo sido subordinada a sua conferência ao tema "Características essenciais de um sistema adequado de coleta dos dados de nascimentos e óbitos em um país americano", cujo texto se encontra noutra parte deste número da REVISTA

Ao reabrir os trabalhos, o Presidente concedeu a palavra ao Sr. HILDEBRANDO CLARK,

representante de Minas Gerais, que fez um resumo bastante expressivo das principais iniciativas e realizações dos órgãos estatísticos daquela Unidade da Federação. O orador destacou os serviços efetuados pelo D E E, quanto à estatística agrícola, pecuária, industrial, do ensino primário geral e da assistência médico-social, particularmente no que concerne aos inquéritos lançados em 1945. Além desses trabalhos de maior vulto na rotina, outros também importantes foram convenientemente executados, como os que se patentearam através da exposição realizada no "Dia do Estatístico e do Geógrafo", na qual foram apresentados 160 gráficos e cartogramas O Sr HILDEBRANDO CLARK mencionou, igualmente, a decisiva cooperação do D E E nos serviços da Justiça Eleitoral Leu trechos do seu relatório ao Chefe do Executivo regional, a respeito da utilização, para o levantamento da estatística de exportação, das guias de fiscalização expedidas pelas Coletorias Estaduais Concluiu acentuando a colaboração recebida do Instituto, tanto da direção central, quanto da Inspeção Regional

O Sr TEIXEIRA DE FREITAS comentou o relato do representante de Minas Gerais, sobre o qual teve longas considerações Aludiu ao período em que permaneceu na direção do órgão central da estatística mineira e à satisfação com que vê continuadas e ampliadas suas iniciativas Ressaltou a importância das realizações e das possibilidades técnicas do D E E, congratulando-se com o Sr HILDEBRANDO CLARK, que ora o dirige, e formulando, com aplausos do plenário, votos de agradecimentos ao Governo do Estado

A esta altura, o Sr RIBEIRO ESPÍNDOLA passou a presidência ao Sr MOACIR MALHEIROS



Aspecto tomado quando o Professor THOMAS N E GREVILLE pronunciava sua conferência para as delegações federais e regionais à Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística.

SILVA, representante do Ministério da Viação O Secretário-Assistente procedeu à leitura das ementas dos seguintes novos projetos encaminhados à mesa: n.º 31, que "presta homenagem à Assembléa Nacional Constituinte e formula votos e ponderações"; n.º 32, que "orienta iniciativas destinadas a integrar, no sistema coordenado pelo Instituto, os responsáveis por informes solicitados para fins estatísticos"; n.º 33, que "faz recomendações atinentes ao preparo de plantas topográficas destinadas a servir de base a levantamentos estatísticos"

DÉCIMA-QUINTA REUNIÃO

Realizou-se a décima-quinta reunião no dia 20, a qual teve início sob a presidência do Secretário-Geral, Sr TEIXEIRA DE FREITAS, na ausência eventual do Sr HEITOR BRACET, Presidente em exercício do Instituto. Dirigiu os trabalhos do dia, a convite do Sr TEIXEIRA DE FREITAS, o representante de Goiás, Sr FREDERICO MEDEIROS. Do expediente constavam, além de várias mensagens de agradecimentos a votos anteriormente aprovados, um officio do Sr ALTINO TEIXEIRA, Interventor Federal, interino, na Bahia, de elogio ao trabalho *Problemas de base do Brasil*, editado pelo Instituto, e um telegrama dos membros da Junta Regional de Estatística de Minas Gerais, encarecendo a conveniência de estabelecer-se o regime de "quota de presença" para os membros das Juntas Executivas do Conselho. O Secretário-Geral fez considerações sobre cada um desses documentos, ressaltando o significado do pronunciamento contido no officio do Chefe do Governo baiano, redigido nos seguintes termos:

"Ao concluirmos a leitura do interessante folheto *Problemas de Base do Brasil*, elaborado por esse Instituto, não é possível calar o entusiasmo pela grandeza de temas nele contidos.

O vulto dos problemas nacionais aí detalhados é, realmente, impressionante. O desdobramento dos seus múltiplos aspectos, a clara concatenação que evidencia a interdependência desses problemas, a sua extensão e profundidade, tornam ainda mais interessante esse trabalho, de alto mérito patriótico.

Poder-se-á indicar, aqui e ali, um ponto de vista que não congregue todas as opiniões, uma solução que não reúna as simpatias gerais. Mas, é fora de dúvida que não se pode negar um equilíbrio de altas idéias no equacionar esses problemas nacionais.

Por maiores que sejam as reservas contra qualquer das soluções apontadas nesse trabalho, os "objetivos de base" nele estudados convidam à meditação patriótica e à execução de planos que a eles conduzem pelo mais seguro caminho.

Foi de dúvida é que só o conhecimento perfeito da terra e de quantos aspectos compõem o quadro geral da vida nacional, pode levar a esse caminho. E a Estatística, juntamente com a Geografia, conscientemente estudada, aplicada e compreendida, levará o Brasil a resolver os seus problemas de base, tão superiormente expostos e tão sabiamente equacionados no trabalho em apreço.

Ao agradecer a V. S. a gentileza da oferta do exemplar com que nos distinguiu, formulamos os melhores votos por que seja essa obra objeto de profunda meditação e imediata ação construtiva por parte do maior número de brasileiros, para grandeza maior do futuro de nossa Pátria."

O representante da Bahia, Sr FELIPE NERY, manifestando a sua satisfação pelo agrado e simpatia com que o plenário recebera a men-

sagem, deu um testemunho acêrca do interesse despertado, nos meios governamentais do Estado, pelo referido estudo, informando de que dele se haviam detidamente ocupado não só o Interventor Federal, como os Secretários da Educação e da Agricultura. Foi aprovada uma proposta, no sentido de transmitir-se um telegrama de calorosos agradecimentos ao Chefe do Executivo baiano.

O Secretário-Geral prestou amplos esclarecimentos sobre o ponto de vista da direção do Instituto em face da sugestão dos membros da Junta Regional do Conselho, em Minas Gerais, expondo as dificuldades de natureza orçamentária que ainda não permitiam o estabelecimento da "quota de presença", cuja instituição fôra alvitrada. Propôs, com aprovação do plenário, que a mesa comunicasse aos signatários do apêlo haver sido encaminhado o estudo do assunto.

O Sr. HILDEBRANDO CLARK, delegado de Minas Gerais, esclareceu que, anteriormente, as reuniões da respectiva Junta Regional se verificavam em horário fora do expediente normal das repartições públicas, o que, todavia, já não ocorre agora. Completando informações prestadas na sessão anterior, o representante mineiro fez ainda uma comunicação sobre três importantes iniciativas do Governo do seu Estado, como sejam, o prosseguimento da constituição de grandes usinas centrais elétricas, para servirem a grupos de Municípios; a ampla reforma dos serviços de saúde, e a campanha pelo desenvolvimento do ensino primário no interior.

A seguir, ocupou a tribuna o Sr SAID FARHAT, representante do Espírito Santo, que fez o elogio da vida e da obra do saudoso "leader" esperantista, Sr ALBERTO COUTO FERNANDES, ressaltando o idealismo e devotamento que inspiraram a sua atuação, em prol do idioma auxiliar.

Na ordem do dia, foram lidos os pareceres da Comissão de Redação Final sobre os projetos já discutidos e os substitutivos da Comissão de Organização Técnica. Postos em discussão e votação os pareceres, converteram-se os aludidos projetos nas seguintes Resoluções: n.º 318, que "dispõe sobre as Comissões Técnicas do Conselho"; n.º 319, que "reconhece a necessidade do levantamento da exportação intermunicipal e dá outras providências"; n.º 320, que "dispõe sobre o estágio dos servidores das repartições de estatística"; n.º 321, que "recomenda a instituição de Exposições de Geografia e Estatística"; n.º 322, que "manifesta o regozijo do Conselho pelo reinício das atividades do Instituto Internacional de Estatística e formula outros votos"; n.º 323, que "recomenda a colaboração das repartições de estatística para o estudo dos problemas dos Territórios Nacionais e formula um voto"; n.º 324, que "dispõe sobre o apoio do Conselho ao movimento municipalista e dá outras providências"; n.º 325, que "aprova e ratifica uma exposição da Secretaria-Geral do Instituto em que se focalizam a natureza, os fins e a situação atual da entidade"; n.º 326, que "recomenda estudos no sentido de passar à administração do Instituto os órgãos centrais de estatística, federais e regionais"; e n.º 327, que "formula um pro-

nunciamento sobre sugestões referentes à ordem econômica do país”

Foi efetuada a leitura das ementas dos três seguintes novos projetos: n.º 34, que “formula sugestões acerca das atividades das Associações Rurais criadas pelo Decreto-lei n.º 7 449, de 9 de abril de 1945”; n.º 35, que “encarece a necessidade de ser criado o Serviço de Estatística dos Transportes, Comunicações e Obras Públicas” no Ministério da Viação e Obras Públicas”; e n.º 36, que “suplementa a verba destinada aos auxílios concedidos às Repartições Centrais Regionais”.

Teve prosseguimento, em seguida, a primeira discussão do projeto n.º 27, contendo conclusões e sugestões sobre a valorização econômica e social do interior, ou seja, a multiplicação de novos centros metropolitanos mediante associações intermunicipais. Vários representantes fizeram interessantes observações sobre o assunto, todos acordos no reconhecimento da necessidade, em face das condições reais do país, de medidas novas e corajosas, no sentido de dispor-se um sistema de penetração de recursos administrativos, apto a assegurar a ocupação dos vazios demográficos ora existentes. Importantes emendas foram apresentadas pelo delegado de Santa Catarina, Sr. LOURIVAL CÂMARA, focalizando medidas de organização agrária que devem ser paralelas às preconizadas no projeto. Outros aspectos relevantes foram ventilados pelos Srs. MOACIR MALHEIROS SILVA e FREDERICO RONDON, representantes dos Ministérios da Viação e da Guerra, o primeiro apoiando com especial entusiasmo a interiorização da capital e o último fazendo ponderações relativas à exequibilidade do plano, em virtude da precariedade do espírito associativo, e pelos delegados de Minas Gerais, Sergipe, Espírito Santo e Rio Grande do Sul Srs. HILDEBRANDO CLARK, OSMAR ARAÇÃO, SAID FARHAT e REMY GORGA. Ouvido com a maior atenção, o Sr. MOACIR MALHEIROS SILVA leu ainda expressivos trechos de sua obra *Roda e asa*, nos quais é preconizada a transferência da metrópole para o Planalto Central.

Comentando as apreciações feitas pelos diversos oradores nas reuniões em que fôra discutida a matéria, falou o Secretário-Geral, focalizando cada uma das poucas restrições feitas e expendendo argumentos em defesa das sugestões contidas no projeto. Demonstrou não se cogitar, com a criação de consórcios municipais, de uma nova ordem de Governo, ao lado das três — federal, estadual e municipal — já existentes, e acentuou que dela também não resultará mais um surto de hipertrofia burocrática, tanto mais quanto esse burocratismo se verifica em consequência do crescimento disforme do país. Ressaltou que a idéia das “uniões municipais”, cuja criação se preconiza para os Estados que julgam conveniente estabelecê-la em sua legislação, já estivera nas cogitações dos constituintes mineiros de 1892, fato de que teve conhecimento, aliás, após empenhar-se na defesa da mesma. Em virtude do adiantado da hora, o orador resumiu suas considerações, sendo o projeto encaminhado à Comissão de Organização Técnica, com as emendas recebidas, após haver o Presidente, na qualidade de delegado de

Goiás, manifestado integral solidariedade às soluções propostas.

O Sr. FREDERICO RONDON, representante do Ministério da Guerra, fez considerações sobre o problema da colonização, no país, focalizando alguns fatores negativos da legislação que rege a matéria e expondo os seus pontos de vista quanto à necessidade de que a solução daquele problema constitua a medida de base para efetiva ocupação do território brasileiro e ampla assistência à respectiva população, sobretudo nas regiões mais longínquas. O Sr. LOURIVAL CÂMARA, delegado de Santa Catarina, apresentou despedidas a seus pares, em virtude de estar de regresso àquele Estado, e teceu comentários sobre o projeto n.º 29, referente ao Registro Industrial.

DÉCIMA-SEXTA REUNIÃO

Prosseguiram os trabalhos da Assembléia, no dia 22, sob a presidência do Sr. HEITOR BRACET, que a passou, depois, ao representante do Paraná, Sr. MÁRIO PINTO CORDEIRO. Também convidados, compuseram a mesa os delegados de Pernambuco e do Ceará, Srs. BLAUDECI DE VASCONCELOS e RAUL FIGUEIREDO ROCHA. O Sr. MÁRIO PINTO CORDEIRO, após agradecer a distinção que lhe fôra conferida, convidou o Sr. MEM DE SÁ, Inspetor Regional no Rio Grande do Sul, para também fazer parte da mesa.

O Sr. RAUL DE FIGUEIREDO ROCHA solicitou a inserção na ata de um voto de congratulações com o Sr. JOÃO OTÁVIO LOBO, Presidente do Primeiro Congresso Brasileiro de Médicos Católicos, realizado em Fortaleza, de 1.º a 7 de julho corrente, com a presença dos representantes do Presidente da República e do Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro. Pediu, também, fôsse consignado idêntico voto de congratulações por motivo da instalação, em Fortaleza, do Instituto do Nordeste, entidade cujo objetivo é o estudo dos problemas regionais e da qual fazem parte numerosos intelectuais e cientistas daquela região do país.

Em seguida, o Sr. TEIXEIRA DE FREITAS propôs um voto de aplausos ao jornalista RUBENS DO AMARAL, que, em artigo publicado no *Estado de São Paulo*, defendeu a idéia da mudança da capital da República para o interior do país, contribuindo, assim, para a maior divulgação de um dos itens do ideário do Instituto.

Na ordem do dia, o Presidente anunciou a primeira discussão dos projetos de Resoluções ns. 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35 e 36. Os dois primeiros foram mandados arquivar, por proposta dos representantes de São Paulo e do Acre, aprovada por unanimidade. Os projetos n.º 31, que “presta homenagem à Assembléia Nacional Constituinte e formula votos e ponderações”; n.º 32, que “orienta iniciativas destinadas a integrar, no sistema coordenado pelo Instituto, os responsáveis por informes solicitados para fins estatísticos”; n.º 33, que “faz recomendações atinentes ao preparo de plantas topográficas destinadas a servir de base a levantamentos estatísticos”; n.º 34, que “formula sugestões acerca das atividades das Associações Rurais criadas pelo Decreto-lei n.º 7 449, de 9 de abril de 1945”; e n.º 35, que “encarece a necessidade de ser criado o Serviço de Estatística dos Transportes, Comunicações e Obras Pú-

blicas, no Ministério da Viação e Obras Públicas", e n.º 36, que "suplementa a verba destinada ao auxílio concedido às repartições centrais regionais", foram encaminhados à Comissão de Organização Técnica, após encerrada a primeira discussão, sem que nenhum dos representantes fizesse uso da palavra a esse respeito

Foram, em seguida, submetidos à apreciação do plenário, em segunda discussão e com pareceres da Comissão de Organização Técnica, os seguintes projetos: n.º 9, que "aprova modelos de livros de registro escolar e de novos questionários de coleta para levantamentos da estatística do ensino primário geral"; n.º 23, que "desenvolve as diretrizes de amparo à Família, sugeridas na Resolução n.º 127, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística"; e n.º 24, que "formula um voto e faz sugestões sobre a política educacional brasileira no campo do ensino primário"; n.º 25, que "promove a realização de Congressos Brasileiros de Estatística"; e n.º 27, que "resume as sugestões da observação estatística sobre a multiplicação e interiorização dos centros metropolitanos". Aprovados pelo plenário, foram esses projetos encaminhados à Comissão de Redação Final

O Sr MOACIR MALHEIROS SILVA, representante do Ministério da Viação e Obras Públicas, procedeu à leitura do relatório sobre as atividades estatísticas de vários órgãos dessa Secretaria de Estado. O Sr SAID FARHAT, delegado do Espírito Santo, comentou o relatório que acabava de ser ouvido e propôs um voto de congratulações com o Ministro da Viação, no qual exprimisse o Conselho a grata expectativa de que seja criado, dentro de breve prazo, o órgão de estatística central do Ministério

O Sr BLAUDECI DE VASCONCELOS FERREIRA, representante de Pernambuco, fez uma exposição sobre as atividades do órgão regional de estatística, desse Estado. Acentuou o orador, de início, que o D E E havia passado por uma reforma, aludindo às novas instalações em que a repartição está funcionando. Referiu-se ao crescente vulto dos serviços estatísticos regionais, salientando os esforços desenvolvidos para o cumprimento das tarefas que lhes competem. Sobre a estatística industrial, anunciou que providências estavam sendo encaminhadas, no sentido de apurá-la mecanicamente. Relatou citando dados alusivos ao número de mapas apurados, os levantamentos da exportação e importação. Apresentou aos seus pares indicações a respeito da marcha dos serviços da Seção de Estudos e Divulgação, demorando-se na parte referente à organização de fichários e aos trabalhos cartográficos. Ocupando-se das reuniões efetuadas pela J E R E, frisou o estreito espírito de cooperação que preside as atividades do D E E e da Inspeção Regional. A propósito desta última, teve as seguintes palavras: "A instalação desse órgão veio não somente libertar o D E E de uma das tarefas mais custosas — a coleta de dados nas fontes de informações — mas também permitiu a repartição estadual traçar novos planos de elaboração e análise, melhor servindo à administração pernambucana e ao já numeroso público que, no Estado, se habituou ao consumo de

estatísticas, desde 1927, quando RAFAEL XAVIER publicou o primeiro número do *Anuário de Pernambuco*

O Secretário-Geral ressaltou a tradição estatística de Pernambuco, encontrada pelo Instituto e desenvolvida, com reais proveitos, dentro do novo sistema. Referiu-se à atuação do organizador da estatística pernambucana, Sr RAFAEL XAVIER, atualmente integrado no Instituto, como Diretor da Divisão Técnica do Serviço Nacional de Recenseamento, bem como à eficiência e ao devotamento dos Srs PAULO PIMENTEL, Diretor do Departamento Estadual de Estatística, e SOUZA BARROS, Inspetor Regional Propôs, finalmente, um voto de congratulações com esses colaboradores e de agradecimentos ao Governo do Estado

O Secretário-Assistente procedeu à leitura do parecer e projeto de Resolução apresentados pela Comissão de Orçamento e Contas, aprovando as contas e balanços do Instituto, referentes ao período de 1.º de julho de 1945 a 30 de junho de 1946. Submetidos à discussão e aprovados por unanimidade foram o parecer e o projeto encaminhados à Comissão de Redação Final

O Sr JOÃO DE MESQUITA LARA, representante do Território do Acre, leu o relatório elaborado pelo Diretor do órgão estatístico daquela Unidade da Federação, Sr MANOEL GOMES PIMENTA, propondo, ao concluir a leitura, a inserção, em ata, de um voto de agradecimentos e congratulações ao Governo do Território do Acre e àquele Diretor. Traçando ligeiro retrospecto sobre a organização do Departamento de Geografia e Estatística, o Sr JOÃO DE MESQUITA LARA fixou a situação atual da repartição e discorreu acerca das atividades desenvolvidas em 1945, oferecendo informes sobre o funcionamento das diferentes seções que integram o D G E. Concluiu registrando a ajuda e espírito de cooperação do Instituto, na melhoria das condições técnicas dos serviços estatísticos territoriais

O Sr SAID FARHAT, representante do Espírito Santo e antigo funcionário do Departamento de Geografia e Estatística do Território do Acre, ressaltou os esforços e o devotamento dos servidores daquele Departamento, cujas atividades se desenvolvem em condições mesológicas as mais desfavoráveis

Coube, logo após, ao Sr LUIZ FÁRIA BRAGA, suplente do representante do Ministério da Agricultura, apresentar o relato das atividades do Serviço de Estatística da Produção. O orador expôs a situação dos trabalhos do S E P em 1944 e o programa elaborado para 1945, pormenorizando, após, as realizações dos diferentes setores da repartição. Destacou o interesse despertado, na parte relativa à produção extrativa, pelos dados concernentes à produção mineral. Aludiu à realização dos inquéritos mensais referentes a numerosos produtos, bem como aos de periodicidade anual, abrangendo as campanhas do Instituto e os inquéritos especiais. A propósito da estatística da produção agropecuária, frisou que os levantamentos desse setor, enquadrando atividades básicas do país e interesses econômicos cujo cômputo ainda não é ultrapassado pelos resultados de qualquer outra manifestação do labor produtivo em território nacional, justificam a adoção de medidas tendentes a prover a repartição dos

meios indispensáveis à efetivação de um programa de maior envergadura, nesse terreno. Importância equivalente emprestou o Sr LUIZ FARIA BRAGA à elaboração do cadastro rural, cujos estudos, visando à reforma e à obrigatoriedade do registro de todas as propriedades agropecuárias, prosseguiram no curso do ano findo. Tecendo comentário sobre o assunto, disse: "As diretrizes que, aos poucos, se vão acentuando na atuação governamental, não apenas no Brasil, mostram até que ponto devem as administrações dispor de elementos técnico-informativos para agir no campo da economia pública, necessariamente por elas superintendida e regulada. As características próprias de cada sistema econômico determinam, destarte, a necessidade do emprego de elementos informativos também próprios. A uma economia essencialmente agrícola, ou em maior parte sustentada pelas atividades rurais, impõe-se o conhecimento tanto quanto possível exato da vida rural e da produção que daí se origine".

Comentou as informações prestadas pelo representante do Serviço de Estatística da Produção o Sr REMY GORGA, delegado do Rio Grande do Sul, que se referiu longamente ao cadastro da propriedade rural, elemento básico para a estatística da produção. O assunto provocou amplos debates, nos quais tomaram parte os Srs SAID FARHAT, do Espírito Santo, CARLOS NÓBREGA DUARTE, de São Paulo, e TELXEIRA DE FREITAS. O Sr REMY GORGA ressaltou a atuação eficiente e dedicada do Sr A. R. DE CERQUEIRA LIMA, Diretor daquele órgão central federal, bem como dos seus principais auxiliares. Ao concluir, solicitou a inserção na ata de votos de congratulações e agradecimento ao Ministro da Agricultura e ao Diretor da repartição, extensivos a seus dedicados colaboradores.

Procedeu-se, em seguida, à leitura das ementas dos projetos de Resolução distribuídos, com os ns 37, 38 e 39. O Presidente convidou os Conselheiros para participarem de uma visita de cordialidade ao Conselho Nacional de Geografia, a ser feita no dia imediato, para a entrega, à Assembléia Geral do Colégio irmão, do texto da Resolução n° 309, que louva a atuação do C. N. G. e assinala as suas principais realizações, e ao Sr CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO, seu Secretário-Geral, da Indicação que o elegeu representante do Instituto no Conselho-Diretor do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura. Pelo Presidente, foi designado o Sr DJALMA FORJAZ, delegado de São Paulo, para saudar os membros do Conselho Nacional de Geografia, em nome da ala estatística.

DÉCIMA-SÉTIMA REUNIÃO

A décima-sétima reunião realizou-se no dia 23, tendo o Presidente, Sr HEITOR BRACET, convidado o Sr OSMAR ARAGÃO, representante de Sergipe, para dirigir os trabalhos do dia, e os Srs OSWALDO GOMES DA COSTA MIRANDA, representante do Ministério do Trabalho, RAUL FIGUEIREDO ROCHA, do Ceará, e FRANCISCO STEELE, do Rio de Janeiro, para participarem da mesa.

No expediente, foi lida uma comunicação do Sr LOURIVAL CÂMARA, delegado de Santa Catarina, participando haver designado o Sr. VIRGÍLIO GUALBERTO para seu suplente, visto pre-

cisar regressar àquele Estado. Por proposta do Sr FRANCISCO STEELE, representante do Estado do Rio de Janeiro, foi registrado um voto de agradecimentos à imprensa brasileira e, de modo especial, ao *Jornal do Comércio*, desta Capital, pelo apoio dispensado à causa da estatística. O Sr FELIPE NERY, delegado da Bahia, comunicou que a Comissão designada para fazer uma visita de cortesia ao Prefeito do Distrito Federal deira cumprimento e essa missão. Referindo-se, em seguida, à insólita atitude de alguns elementos japoneses, em São Paulo, solicitou e obteve do plenário um voto de protesto contra o fato, bem como um voto de apreço, solidariedade e confiança ao Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, Presidente efetivo do Instituto e Interventor Federal em São Paulo, cujo espírito de tolerância e de elevada compreensão fôra tão mal interpretado pelos japoneses.

Na ordem do dia, entrou em primeira discussão o projeto de Resolução n° 37, que "recomenda sejam lançadas as "Sinopses Municipais" e autoriza a publicação da *Revista Brasileira dos Municípios*", o qual foi encaminhado à Comissão de Organização Técnica. Submetido à apreciação do plenário, em primeira discussão, o projeto de Resolução n° 38, que "recomenda a organização imediata do "Anuário Municipal de Legislação e Administração", o Sr VIRGÍLIO GUALBERTO, representante de Santa Catarina, ofereceu uma emenda, com a qual o projeto foi encaminhado à Comissão de Organização Técnica.

Após sei anunciada a primeira discussão do projeto n° 39, que "autoriza a celebração de um convênio entre o I. B. G. E. e o Instituto de Colonização Nacional", o Sr KLEBER DE FARIA, delegado de Mato Grosso, solicitou e obteve um voto de congratulações por motivo da criação, em Cuiabá, do "Grêmio Geográfico", núcleo de estudos regionais filiado àquela entidade. Discutindo o projeto, o Tenente-Coronel FREDERICO RONDON, representante do Ministério da Guerra, apreciou as novas atribuições que os dispositivos legais vigentes conferiram ao Instituto, nos serviços de imigração e colonização. Salientou, então, que, considerando essas novas atribuições, que não são de natureza estatística, nem de natureza geográfica, sugeriu o Instituto de Colonização Nacional, órgão filiado ao I. B. G. E., a celebração do convênio de que trata o projeto, uma vez que o objetivo precípuo da criação do I. C. N. consiste, justamente, em promover a colonização nacional, como método de valorização da terra e do homem brasileiro.

O Sr COSTA MIRANDA, representante do Ministério do Trabalho, ponderou que, no seu entender, os dispositivos legais não conferem ao I. B. G. E. a atribuição de executar a política de imigração e de colonização, mas tão somente de orientá-la, em correlação com o órgão específico de execução, e desde que somente a interpretação dos dados estatísticos permitirá sejam devidamente esclarecidas as questões relacionadas com as necessidades e as disponibilidades de trabalhadores. O Sr MOACIR MALHEIROS SILVA, delegado do Ministério da Viação, disse que lhe parecia menos oportuno discutir a celebração de convênio relacionado com atribuições conferidas ao I. B.

G E por Decreto-lei que, publicado em setembro de 1945, não fôra ainda regulamentado. Os Srs HÉITOR BRACET e VIRGÍLIO GUALBERTO manifestaram dúvidas sobre a possibilidade de o I B G E delegar atribuições que lhe foram conferidas por lei, tanto mais quanto o Instituto de Colonização Nacional é, ainda, entidade de natureza privada. O representante de Santa Catarina ofereceu uma emenda no sentido de ser o projeto modificado, de modo que fique o exame do assunto, através de estudo mais detido, a cargo da Junta Executiva Central do Conselho, após o que foi o mesmo encaminhado à Comissão de Organização Técnica.

O Presidente, a seguir, deu a palavra ao Sr. COSTA MIRANDA, para ler o resumo do relatório sobre as atividades do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho. O orador ressaltou, de início, que as atividades e as realizações da repartição que dirige resultaram, em sua maior parte, da cooperação prestada pelos órgãos regionais de estatística. A seguir, fez largo retrospecto dos principais trabalhos a cargo do S E P T.

As informações do Sr. COSTA MIRANDA foram comentadas pelo Sr. SÉRGIO NUNES DE MAGALHÃES JÚNIOR, representante do Distrito Federal, o qual salientou que o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho tem funcionado, muitas vezes, como órgão consultor da administração do país, inclusive em campo não especificamente estatístico. Ao concluir, solicitou um voto de congratulações e agradecimentos ao Ministro do Trabalho e ao Sr. COSTA MIRANDA.

Anunciou, então, o Presidente a presença na casa do General MÁRIO TRAVASSOS, Sub-Comandante da Quinta Divisão de Infantaria, que se fazia acompanhar de seu ajudante de ordens, e designou os Srs Tenente-Coronel FREDERICO RONDON, MOACIR MALHEIROS SILVA, SAID FARHAT e DJALMA FORJAZ para conduzirem até a mesa o ilustre visitante. Solicitou, em seguida, que o Sr. TEIXEIRA DE FREITAS o saudasse em nome do Conselho Nacional de Estatística.

Após a saudação, usou da palavra o General MÁRIO TRAVASSOS, que manifestou o interesse e a simpatia com que sempre acompanhou as atividades dos Conselhos do Instituto e exprimiu a confiança que deposita na atuação da entidade, cujos trabalhos constituem, a seu ver, subsídios de alcance inestimável para o encaminhamento dos problemas nacionais. Afirmou, ao terminar, o seu propósito de estreitar cada vez mais o contacto que tem mantido com o Instituto.

Retirando-se o General MÁRIO TRAVASSOS, o Presidente deu a palavra ao Sr. RAUL FIGUEIREDO ROCHA para ler o resumo do relatório sobre as atividades do órgão regional de estatística do Ceará, apresentado pelo seu Diretor, Sr. THOMAZ GOMES DA SILVA. O orador expôs as atividades desenvolvidas pelas diferentes secções do D E E, no curso do ano passado traçando o esquema dos trabalhos já levados a efeito e dos programados. Referindo-se aos levantamentos efetuados em 1945, salientou a incompreensão infelizmente ainda demonstrada quanto ao preenchimento dos questionários alusivos aos inquéritos do Registro Industrial, sem embargo de que podem ser considerados satisfatórios os resultados obtidos. Teve palavras

elogiosas em relação à atuação da Inspeção Regional, acentuando a "clarividência e espírito de cooperação" do funcionário que a dirige, e graças ao que "os destinos da estatística cearense tomaram novos rumos". No que se refere à instalação das Agências Municipais de Estatística, de acordo com as bases estabelecidas nos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, focalizou o Sr. RAUL FIGUEIREDO ROCHA o problema de seleção dos Agentes, informando que em consequência das substituições tornadas imprescindíveis, os serviços vinham melhorando de maneira sensível. Aludiu ainda à atuação do Sr. THOMAZ GOMES DA SILVA, Diretor do D E E, a cujos esforços fez referências elogiosas.

Terminada a exposição, falou o Secretário-Geral, que apreciou os esforços e as atividades do Diretor da estatística do Estado e de seus auxiliares, pedindo a aprovação de um voto de congratulações e agradecimentos ao Sr. THOMAZ GOMES DA SILVA e ao Chefe do Governo regional, extensivos ao Sr. LUIS SUCUPIRA, Presidente da J E R E, e Secretário da Fazenda do Estado.

DÉCIMA-OITAVA REUNIÃO

Os trabalhos da Assembléia prosseguiram no dia 24, sob a presidência do Sr. HÉITOR BRACET, que a passou, depois, ao representante de Mato Grosso, Sr. KLEBER DE FARIA, compondo a mesa os Srs. ABELARDO JUREMA e FRANCISCO STEELE, delegados da Paraíba e do Rio de Janeiro. O expediente constou da leitura de telegramas de agradecimentos a votos anteriormente formulados pelo plenário e de uma carta assinada pelo Coronel LÉLIO GRAÇA, exprimindo elogios e apoio às sugestões do Conselho, contidas na publicação *Problemas de base do Brasil*. O Coronel FREDERICO RONDON encaminhou à mesa alguns exemplares dos estatutos do Instituto de Colonização Nacional, de que é Diretor-Geral, e da lei de imigração e colonização, para conhecimento dos conselheiros interessados. O Sr. OSMAR ARAÇÃO justificou a ausência, por motivo de doença, do Sr. BLAUDECT DE VASCONCELOS, representante de Pernambuco.

Na ordem do dia, o Presidente anunciou a primeira discussão do projeto de Resolução n.º 30, de autoria do Sr. EDUARDO GONÇALVES, membro de uma das Comissões Técnicas do Conselho, e que "recomenda que se implante o Centro de Documentação Estatística do I. B. G. E., destinado a promover o intercâmbio documentário entre os órgãos filiados pela dinamização e reversibilidade dos instrumentos de registro". O Sr. VIRGÍLIO GUALBERTO, representante de Santa Catarina, ponderou que a Secretaria-Geral do Instituto já criou um Serviço de Documentação Internacional, cujo objetivo é fornecer às entidades internacionais dados estatísticos sobre o Brasil e às entidades brasileiras dados estatísticos internacionais. Sugeriu, então, que o projeto fosse retirado da pauta e encaminhado à Secretaria-Geral, como valiosa contribuição do autor para o futuro aperfeiçoamento do novo serviço. O Sr. TEIXEIRA DE FREITAS, encarecendo a valia dos estudos e sugestões do autor do projeto, sugeriu que a discussão fosse adiada para a sessão do ano vindouro, incumbindo-se a Secretaria-Geral do

Instituto, pelos seus órgãos competentes, de estudar a matéria e novamente apresentá-la à deliberação da Assembléa. O Sr CARLOS NÓBREGA DUARTE, de São Paulo, acrescentou à sugestão do Sr TEIXEIRA DE FREITAS a de que os estudos elaborados pela Secretaria-Geral fossem remetidos aos órgãos regionais de estatística, a fim de que éstos formulassem sugestões

Aprovadas essas propostas, anunciou o Presidente a segunda discussão dos projetos ns 31 e 39, com pareceres da Comissão de Organização Técnica, os quais, após aprovação do plenário, foram encaminhados à Comissão de Redação Final. Relativamente ao projeto n.º 35, que "encarece a necessidade de ser criado o Serviço de Estatística de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, no Ministério da Viação e Obras Públicas", o Sr MOACIR MALHEIROS SILVA, representante desse Ministério, solicitou um voto de congratulações à Comissão de Organização Técnica, pelo substitutivo apresentado. A propósito do projeto n.º 39, que "autoriza a celebração de um convênio entre o I B G E e o Instituto de Colonização Nacional", ao qual a Comissão de Organização Técnica ofereceu substitutivo, o Tenente-Coronel FREDERICO RONDON salientou a solicitude com que, tendo em vista os dispositivos da lei que conferiu ao órgão coordenador do sistema estatístico do país, novas atribuições, no campo da imigração e da colonização, o Instituto de Colonização Nacional se apressara a sugerir ao I B G E que lhe confiasse a execução desses novos encargos, na qualidade de órgão filiado ao mesmo I B G E e de entidade cujos objetivos coincidem, integralmente, com aquelas novas tarefas. Solicitou que a Assembléa se pronunciasse, expressamente, sobre a conveniência, ou não, de funcionar o Instituto de Colonização Nacional como órgão específico de execução das novas atribuições por lei conferidas ao I B G E, salientando que, como representante deste no Conselho Federal de Imigração e Colonização, necessitava do pronunciamento do plenário, a fim de poder ali defender o ponto de vista do I B G E. Os Srs CARLOS NÓBREGA DUARTE, VIRGÍLIO GUALBERTO, JOÃO DE MESQUITA LARA, MOACIR MALHEIROS SILVA e TEIXEIRA DE FREITAS apresentaram emendas e sugestões, no sentido de deixar perfeitamente claro, na redação do projeto, que a Assembléa autoriza a celebração do convênio, desde que, ouvidos o Consultor Jurídico do I B G E e, possivelmente, o Consultor Geral da República, se verifique não há impedimento legal em atribuir o Instituto a entidade de natureza privada a execução de encargos que lhe foram conferidos por lei. O projeto foi encaminhado à Comissão de Redação Final.

Discutiu-se, a seguir, uma indicação, referente à edição, por conta do Instituto, de publicações estatísticas dos órgãos federais, estaduais e municipais, não tendo sido a mesma aprovada, em virtude das ponderações formuladas pelo Sr Secretário-Geral, quanto à inexecutabilidade da providência alvitrada. Nessa ocasião, salientou o Sr TEIXEIRA DE FREITAS que os resultados dos trabalhos estatísticos dos sistemas federal e regional têm publicidade no *Anuário Estatístico do Brasil*, na *REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA* e no *Boletim*

Estatístico, que circula trimestralmente, havendo ainda o recurso, para alargar a divulgação dos resultados estatísticos, aos "comunicados" à imprensa, para os quais se encontra excelente receptividade da parte de jornais e revistas.

O Sr JOÃO DE MESQUITA LARA referiu-se ao projeto de regulamento da "Guia de Exportação", distribuído aos delegados para receber emendas e sugestões.

O Sr VIRGÍLIO GUALBERTO solicitou que o plenário dispensasse o interstício regimental para discussão do projeto de Resolução, que apresentaria no dia imediato, e no qual se resalta a significação nacional da rodovia trans-brasileira.

O Presidente facultou a palavra ao Sr ABELARDO JUREMA, representante da Paraíba, para expor as realizações da estatística regional em 1945. O orador salientou, no curso de sua exposição, que, graças aos levantamentos estatísticos referentes ao ensino primário, pudera, na qualidade de Secretário da Educação do Estado, assinar com o Governo Federal um convênio pelo qual a Paraíba receberia cento e seis escolas primárias.

O relatório foi comentado pelo Sr TEIXEIRA DE FREITAS, que propôs votos de congratulações com os dirigentes dos serviços estatísticos da Paraíba e de agradecimentos ao Governo estadual.

Em seguida, o Sr FRANCISCO STEELE, delegado do Rio de Janeiro, usou da palavra para relatar as atividades estatísticas da repartição que dirige, tendo lido, de início, uma mensagem de congratulações da Junta Regional de Estatística, por motivo da reeleição, em maio último, do Secretário-Geral do Instituto.

O relatório foi comentado pelo Sr TEIXEIRA DE FREITAS, que, após ressaltar os bem orientados esforços que presidem a atuação do órgão regional, solicitou votos de congratulações do plenário com o representante do Estado do Rio e de agradecimentos ao atual Interventor Federal no Estado, extensivos ao antigo Chefe do Governo estadual, Comandante AMARAL PEIXOTO.

DÉCIMA-NONA REUNIÃO

Realizou-se no dia 25 a décima-nona reunião, sob a presidência do Sr HÉTOR BRACET, que convidou para fazerem parte da mesa o deputado LEITE NETO, representante de Sergipe na Assembléa Nacional Constituinte, em visita à Assembléa Geral do Conselho, e o Sr KLEBER DE FARIA. O Sr OSMAR ARAGÃO, delegado de Sergipe, referiu-se à personalidade do ilustre parlamentar, ressaltando os grandes serviços que prestou à Estatística, como Secretário-Geral daquele Estado. A seguir, o Sr TEIXEIRA DE FREITAS saudou o visitante, em nome do Conselho, tendo o deputado LEITE NETO, em agradecimento, externado a sua admiração pela obra que o Instituto vem realizando e pela sua atuação no encaminhamento das soluções mais adequadas aos problemas do país. Encomendou a colaboração que o Instituto vem oferecendo, para a verificação e exame de nossas realidades, e salientou o valor das sugestões pelo mesmo apresentadas em tal sentido.

O Presidente, congratulando-se com o Conselho pela honrosa visita com que fôra distin-

guido, solicitou que o deputado LEITE NETO também assinasse a ata sobre os trabalhos da reunião anterior, aprovada pelo plenário, bem como pediu que os Srs OSMAR ARAGÃO, FREDERICO RONDON e HILDEBRANDO CLARK acompanhassem o visitante até a saída do edifício.

A seguir, convidou o Sr SÉRGIO NUNES DE MAGALHÃES JÚNIOR, representante do Distrito Federal, para dirigir os trabalhos do dia.

O Sr VIRGÍLIO GUALBERTO, delegado de Santa Catarina, leu o projeto de Resolução, de sua autoria, que tomou o n.º 44 e que "registra o significado nacional da rodovia transbrasiliana e sugere medidas tendentes à sua conclusão". O Secretário-Assistente procedeu à leitura das ementas dos projetos de Resolução de ns. 40 a 43. O Sr SAID FARHAT pediu e obteve do plenário dispensa do interstício para os aludidos projetos, a fim de serem submetidos à primeira discussão ainda na presente reunião. O Tenente-Coronel FREDERICO RONDON, representante do Ministério da Guerra, ofereceu à mesa, em nome do Governo do Território do Amapá, um exemplar do relatório desse Governo, relativo ao ano de 1944, e propôs um voto de aprêgo ao Coronel JANARY NUNES, Governador daquele Território.

Na ordem do dia, o Presidente submeteu à primeira discussão o projeto de Resolução n.º 40, que "assegura o concurso do Instituto às providências no sentido de ser feito o levantamento da renda nacional e da balança de pagamentos". O Sr MÁRIO ORLANDO DE CARVALHO, representante do Departamento de Estatística e Estudos Econômicos do Banco do Brasil, esclareceu que esse órgão, filiado ao Instituto, vem elaborando, embora com elementos ainda insuficientes, as primeiras séries estatísticas da balança de pagamentos, a serem brevemente divulgadas. Deu conhecimento, ainda, do interesse com que o aludido Departamento está empenhado no levantamento daquelas estatísticas, segundo normas internacionais, que estão sendo aguardadas para imediato estudo e execução. O projeto foi encaminhado à Comissão de Organização Técnica.

Submetido à primeira discussão o projeto n.º 41, que "incorpora aos anais do Instituto o estudo "Indicações sobre a política econômica e financeira", o Sr TEIXEIRA DE FREITAS ressaltou a utilidade dessa contribuição de um ilustre estatístico e publicista, o Sr João DE LOURENÇO. O projeto foi encaminhado à Comissão de Organização Técnica, bem como o de n.º 42, que "dispõe sobre a mais ampla divulgação das principais resoluções do Conselho", após devidamente anunciada e encerrada a primeira discussão.

Submetido à apreciação do plenário o projeto n.º 43, que "inclui nos anais do Instituto o plano de ação social do Episcopado Brasileiro", o Sr SAID FARHAT solicitou para o mesmo dispensa de todos os interstícios regimentais. Os relatores das Comissões de Organização Técnica e Redação Final proferiram pareceres veibais e, aprovados estes, transformou-se o projeto na Resolução n.º 328.

Após breve debate, foi encaminhado à Comissão de Organização Técnica o projeto n.º 44, tendo sido aprovado, em terceira discussão e com parecer da Comissão de Redação Final, o projeto da Comissão de Orçamento e Contas,

que "aprova as contas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística", e que se converteu na Resolução n.º 329.

O Presidente anunciou, a seguir, a terceira discussão dos projetos de Resoluções ns 9, 23, 24, 25, 31, 32, 33, 35, 37, 38 e 39, os quais se converteram, respectivamente, nas Resoluções n.º 330, que "aprova novos modelos para levantamento da estatística do ensino primário geral"; n.º 331, que "desenvolve as diretrizes de apoio à Família, sugeridas na Resolução n.º 127, da Assembléia Geral do C N E"; n.º 332, que "formula um voto e faz sugestões sobre a política educacional brasileira no campo do ensino primário"; n.º 333, que "prevê a cooperação do Instituto para a realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Estatística"; n.º 334, que "presta homenagem à Assembléia Nacional Constituinte e formula votos e ponderações"; n.º 335, que "dispõe sobre a constituição de um Corpo Consultivo de Coleta"; n.º 336, que "faz recomendações sobre o preparo de plantas topográficas destinadas a servir de base a levantamentos estatísticos"; n.º 337, que "encarece a necessidade de ser criado o Serviço de Estatística do Transportes, Comunicações e Obras Públicas, do Ministério da Viação e Obras Públicas"; n.º 338, que "recomenda sejam lançadas as "Sinopses Municipais" e autoriza a publicação da *Revista dos Municípios*"; n.º 339, que "recomenda a organização imediata do "Anuário de Legislação e Administração Municipal"; e n.º 340, que "autoriza a transferência, ao Instituto de Colonização Nacional, dos encargos previstos no Decreto-Lei n.º 7 967, de 18 de setembro de 1945".

Em seguida, o Presidente deu a palavra ao Sr HEITOR BRACET, Diretor do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política, para ler o resumo do relatório sobre as atividades desse órgão. A exposição foi comentada pelo Sr FELIPE NERY, representante da Bahia, que pôs em destaque o esforço tenaz que a repartição dirigida pelo Sr HEITOR BRACET vem empregando, na execução dos respectivos encargos, e solicitou um voto de congratulações e agradecimentos ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores e de aplausos à atuação do Diretor do S. E. D. M. P.

O Sr KLEBER DE FARIA, delegado de Mato Grosso, leu o resumo do relatório apresentado pelo Diretor do órgão de estatística. O orador resumiu as tarefas levadas a cabo nos diferentes setores da Estatística matogrossense, salientando as referentes à estatística militar e aos inquéritos especiais do I. B. G. E. Acentuou o espírito de cooperação existente entre o D. E. E. e a Inspeção Regional, informando que sugestões e planos vêm sendo encaminhados às Agências Municipais de Estatística, cuja situação, em cada caso, tem sido demoradamente estudada. Depois de referir-se aos serviços de apuração mecânica e da Seção de Cartografia e Desenho, aludiu aos trabalhos da Secretaria e às reuniões da Junta Executiva Regional de Estatística, finalizando com uma discriminação do movimento financeiro do D. E. E.

O Secretário-Geral comentou as informações prestadas, destacando a dedicação com que os dirigentes e os auxiliares da estatística naquele Estado têm procurado vencer as múlti-

plas dificuldades oferecidas pelas peculiaridades regionais Concluiu solicitando votos de congratulações com os aludidos cooperadores e de agradecimentos ao Governo do Estado Solicitou, igualmente, um voto de agradecimento ao Tenente-Coronel FREDERICO RONDON, delegado do Ministério da Guerra, que, como representante do Instituto, desempenhara, em Cuiabá, com pleno êxito, importante missão, relativa ao restabelecimento da "Guia de Exportação" naquele Estado

A respeito das condições físicas e sociais do meio matogrossense e de vários aspectos das atividades estatísticas regionais, falou o Tenente-Coronel FREDERICO RONDON, que ofereceu interessante depoimento, baseado em suas observações pessoais.

VIGÉSIMA REUNIÃO

A vigésima e última reunião ordinária realizou-se no dia 26, sob a presidência do Sr HEITOR BRACET, que logo depois a passou ao Sr JÚLIO UCHOA, representante do Amazonas Do expediente constou a leitura de cartas e telegramas de agradecimentos a votos anteriormente formulados pelo plenário e de comunicações dos Srs EDGAR DE SOUZA MACHADO, delegado de Alagoas, e OSMAR ABAGÃO, de Sergipe, informando haverem designado, respectivamente, os Srs. MANUEL DIÉGUES JÚNIOR e JOSÉ GUIMARÃES LOBO, para representá-los no plenário, como seus suplentes Reportando-se à Resolução n.º 333, que sugere à Sociedade Brasileira de Estatística a realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Estatística, o Sr VIRGÍLIO GUALBERTO, delegado de Santa Catarina, dirigiu um apelo aos representantes federais e regionais, no sentido de estimularem os funcionários das respectivas repartições e os Agentes Municipais de Estatística, para que apresentem ao Congresso contribuições oriundas de observações pessoais feitas no exercício das suas funções Salientou que, dada a ausência de tradição estatística em nosso país, seria lastimável que êsse útil cabedal, formado pela experiência de cada um, ficasse perdido, sem que desse lugar a fecundo intercâmbio entre os diversos órgãos estatísticos.

O Sr MOACIR MALHEIROS SILVA, representante do Ministério da Viação, apresentou uma indicação, que foi unanimemente aprovada, no sentido de ficar a presidência do I. B. G. E. autorizada a promover as diligências necessárias para que a Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística possa reunir-se, rotativamente, nas capitais das várias Unidades da Federação, bem como que suas sessões se realizem no mês de maio e sejam encerradas no dia vinte e nove desse mês

O Secretário-Assistente procedeu, a seguir, à leitura das ementas dos projetos de Resoluções encaminhados à mesa e que tomaram o ns 45 e 46. O Sr SAID FARHAT solicitou e obteve dispensa do interstício, a fim de que êsses projetos pudessem ser submetidos à discussão imediatamente, salientando que, embora de grande relevância, não dariam ensejo a controvérsias, uma vez que, segundo estava convicto, as homenagens dêles constantes exprimiam os sentimentos de todos os Conselheiros Na ordem do dia, foram aqueles projetos submetidos à

votação e aprovados, convertendo-se nas Resoluções n.º 341, que "consigna o aprêgo do Conselho ao Instituto Interamericano de Estatística e formula votos", e n.º 342, que "rende homenagem ao Presidente EURICO GASPAR DUTRA pelo apoio dado aos Convênios Nacionais de Estatística Municipal".

A seguir, foram submetidos à segunda discussão os projetos ns 40, 41, 42 e 44, todos com pareceres favoráveis da Comissão de Organização Técnica, e encaminhados à Comissão de Redação Final O plenário aprovou, em terceira discussão, os projetos ns 27 e 34, com pareceres escritos da Comissão de Redação Final, e os de ns 40, 41, 42 e 44, com pareceres orais, formulados pelo relator da mesma Comissão, uma vez que os membros já haviam tido conhecimento dos mesmos Êsses projetos converteram-se nas Resoluções n.º 343, que "resume as sugestões da observação estatística sôbre a multiplicação e interiorização dos centros metropolitanos"; n.º 344, que "assegura o concurso do Instituto ao levantamento da renda nacional e da balança de pagamento"; n.º 345, que "incorpora aos Anais do Instituto o estudo "Indicações sôbre a política econômica e financeira"; n.º 346, que "registra o significado nacional da Rodovia Transbrasiliana e sugere medidas tendentes à sua conclusão"; n.º 347, que "dispõe sôbre a mais ampla divulgação das principais Resoluções do Conselho"; n.º 348, que "formula sugestões acêrca das atividades das Associações Rurais, criadas pelo Decreto-lei n.º 7 449, de 9 de abril de 1945".

A seguir, o Sr VIRGÍLIO GUALBERTO, representante de Santa Catarina, procedeu à leitura de um projeto de Resolução, assinado pela maioria dos Conselheiros, o qual "formula aplausos e apelos e registra pronunciamentos diversos", solicitando para o mesmo dispensa de todos os interstícios.

Encaminhado à mesa, o projeto tomou o n.º 47, e, após aprovado nas três discussões regimentais, ouvidos os pareceres verbais dos relatores das Comissões de Organização Técnica e de Redação Final, converteu-se na Resolução n.º 349, com aquela ementa.

O Sr. TEIXEIRA DE FREITAS solicitou permissão ao plenário para que fôsse lido pelo Secretário-Assistente um dos capítulos do relatório apresentado pelo Diretor do Serviço de Estatística Econômica e Financeira, do Ministério da Fazenda, ressaltando que o Sr. JOÃO DE LOURENÇO, autor do trabalho, é um dos chefes de órgãos centrais de estatística mais sobrecarregados de incumbências, uma vez que faz parte de vários Conselhos e, nêles, é membro de diversas comissões, circunstância que o impediu de comparecer à reunião, para dar cumprimento ao dispositivo regimental relativo à leitura em aprêgo

O Sr SAID FARHAT, delegado do Espírito Santo, aludiu à necessidade da criação da carreira de "estatístico-analista", sugerida pelo Sr JOÃO DE LOURENÇO, e concluiu solicitando votos de congratulações com o Ministro da Fazenda e com o Diretor do S E E F

O Sr SÉRGIO NUNES DE MAGALHÃES JÚNIOR, representante do Distrito Federal, salientou que a REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA vem publicando uma série de trabalhos de grande valor científico, de autoria do estatístico ar-

gentino, Professor CARLOS E DIEULEFAIT, e que constituem verdadeiro curso de estatística matemática. Solicitou, então, um voto de aplausos àquele Professor e um apelo dos estatísticos brasileiros, no sentido de que não seja interrompida aquela série de artigos

O Sr JOÃO DE MESQUITA LARA, delegado do Acre, reportou-se à Resolução n.º 318, que "dispõe sobre as Comissões Técnicas do Conselho", e que determinou o desdobramento da atual Comissão Técnica de Circulação, Distribuição e Consumo em duas comissões: a de Circulação e a de Distribuição e Consumo. Sugeriu que os membros da Comissão atual passem a ser componentes da Comissão de Distribuição e Consumo e que o plenário proceda, na forma do Regimento, à eleição dos membros que constituirão a Comissão de Circulação. A Assembléia elegeu, para formarem esta última, os Srs MÁRIO ORLANDO DE CARVALHO, funcionário do Serviço de Estatística do Banco do Brasil, na órbita federal, e os Srs BLAUDECI DE VASCONCELOS PEREIRA, de Pernambuco, CARLOS NÓBREGA DUARTE, de São Paulo, e HIPÁTIA DAMASCENO FERREIRA, do Maranhão, na órbita estadual

A seguir, o Presidente designou os Srs MOACIR MALHEIROS SILVA, Tenente-Coronel FREDERICO RONDON, FRANCISCO STEELE, SÉRGIO MAGALHÃES JÚNIOR e JOÃO DE MESQUITA LARA, para, por delegação do plenário, aprovarem a ata dos trabalhos da reunião

Em seguida, o Sr OSMAR ARAGÃO, representante de Sergipe, solicitou votos de louvor e agradecimentos aos funcionários da Secretaria-Geral do Instituto, e, em especial, à responsável pelo serviço de taquigrafia, D SYLVIA DE SOUZA BARROS. O Sr TEIXEIRA DE FREITAS, Se-

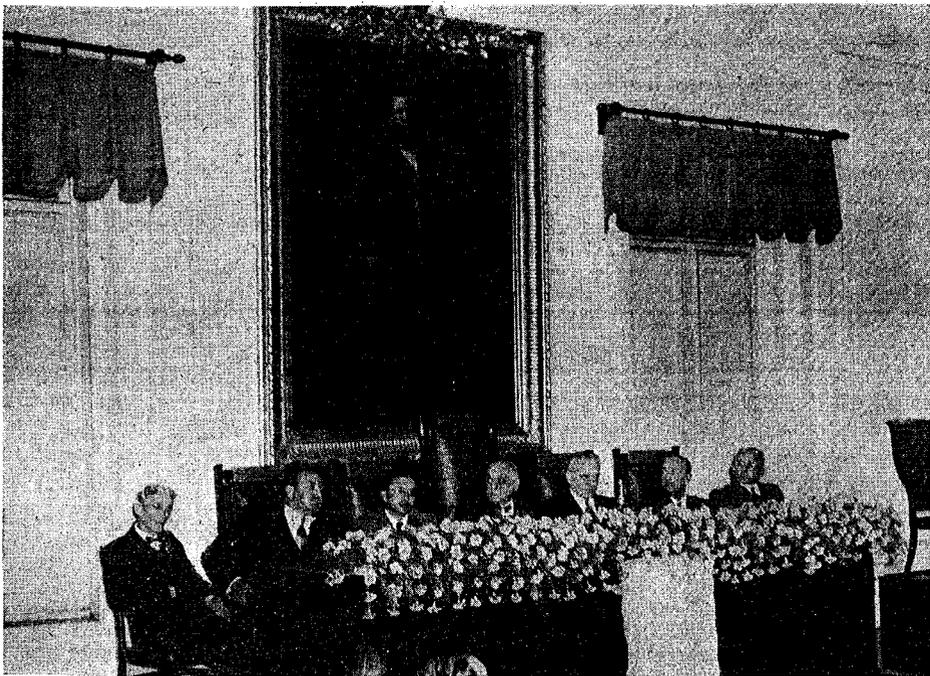
cretário-Geral, agradeceu as referências feitas aos seus auxiliares, e exprimiu o seu reconhecimento aos Conselheiros, pela dedicação e patriotismo com que haviam colaborado com a Presidência e a Secretaria-Geral do Instituto. Por último, o Tenente-Coronel FREDERICO RONDON propôs um voto de apreço ao Sr TEIXEIRA DE FREITAS, manifestando o seu orgulho por participar da obra de inteligência e de brasilidade que o Instituto vem realizando

A SOLENIDADE DE ENCERRAMENTO

A solenidade de encerramento das Assembléias Gerais do C N E e do C N G realizou-se no dia 26, às 20,30 horas, no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Edifício do Silogeu, sob a presidência do Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, Intervenitor Federal em São Paulo e Presidente efetivo do I B G E, com a presença de altas autoridades, representantes de instituições culturais e técnicas e numerosa assistência.

Aberta a sessão, foi dada a palavra ao Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística, que leu o seu discurso-relatório sobre os trabalhos da Assembléia Geral do C N E, publicado, na íntegra, noutro local do presente número da REVISTA

Em seguida, o Sr CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia, procedeu à leitura do seu discurso-relatório sobre as atividades da Assembléia Geral do C N G e cujo texto se encontra, igualmente, noutro local deste número.



Mesa que, sob a presidência do Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, Presidente do I B G E, dirigiu os trabalhos de encerramento da sétima sessão ordinária das Assembléias Gerais

Falando em nome das delegações regionais à Assembléa Geral do C N E., o Sr ABELARDO JUREMA, representante da Paraíba, pronunciou o seguinte discurso:

"Antes de cumprir a minha missão nesta festa de inteligência e cultura e de alto sentido de brasilidade, como representante de um pequeno Estado nordestino, valho-me do ensejo para prestar uma homenagem às Unidades da Federação, nas pessoas de seus delegados aqui reunidos e que são, sem dúvida, robustas e vigorosas expressões em seus círculos sociais, administrativos e intelectuais. De modo especial, tributo a São Paulo, símbolo de grandeza, de trabalho e de patriotismo em função do progresso da nacionalidade brasileira, cuja representação aqui é das mais luzidas, tendo à frente o Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO

tendem, aritram-se, perturbando o ritmo das atividades construtivas. Dessa luta constante, árdua e exaustiva, muito pouco se tem podido erguer para o futuro, ainda mesmo que se considerem tôdas as maravilhas da civilização que, segundo ALBOUS HUXLEY, têm custado às criaturas humanas as mais pesadas restrições de ordem moral. É uma marcha lenta que bem podia ser acelerada por forças propulsoras co-ordenadas, sem o desperdício das discussões estérteis e os atropelos quase insuperáveis das tremendas colisões que por várias vezes já revolveram as bases do futuro, contundindo, séria e gravemente, tôda a família humana.

Mas, na verdade, o que ainda falta para o êxito dessas práticas democráticas, é compreensão exata do exercício e sentido da ética política, ética funcional, ética social. Compreensão capaz de conduzir a grandes e decisivos pronunciamentos. Compreensão que refreie im-



O Sr ABELARDO JUREMA, Secretário da Educação da Paraíba e delegado deste Estado às Assembléas Gerais, apresenta as despedidas das delegações regionais à delegação federal

SOARES, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que, em exercendo a política como "a arte de bem governar", se não deixa ficar apenas no impulsionamento das energias paulistas, mantendo-se na direção do I. B. G. E., que continua a receber o seu estímulo, pelo reflexo de seu prestígio nos altos planos da política nacional e pela sua ação patriótica nos rumos de objetivos comuns a todos os grandes brasileiros.

Deixo agora o meu depoimento sobre as assembléas nacionais de estatística e geografia.

Muito se tem dito de ineficiência das grandes assembléas. Tem-se falado muito mal das grandes reuniões, e, de modo geral, há razões que justificam plenamente esse pessimismo com relação a tão bela prática democrática. Daí as profundas divergências na adoção dos processos pelos quais os homens têm de resolver os seus problemas, os problemas das comunidades. Seguindo, assim, direções diferentes, em busca de objetivos e fins comuns, os homens se desen-

pulsos e paixões, no desenvolvimento de questões equacionadas pela realidade. Na prática desses processos, nada é mais importante do que a integração absoluta do homem em seus direitos, obrigações e deveres, configurados pelos princípios democráticos. Pregar e exercer a democracia são atitudes que se devem coadunar, em tôda a sua plenitude, para que não colidam atitudes e atos, pensamento e ação. Defender a idéia e agir em sua função, difundí-la, subjetiva e objetivamente, eis o segredo de seu êxito. Tangenciando-se os dois planos, idéia e ação, ter-se-á, sem dúvida, garantido o seu exercício pleno, com resultados compensadores aos sonhos e canseiras do homem, na sua dolorosa peregrinação pelo mundo.

Assim, as grandes assembléas não permanecerão na criminoso inocuidade que já formou ambiente tão hostil, na alarmente expansão no seio da opinião pública.

Logo aos meus primeiros contactos com os delegados das Unidades da Federação, reunidos nas Assembléas dos Conselhos Nacionais de

Estatística e Geografia, fácil me foi concluir, à vista de seu clima e de seu rendimento diário, que se fortalecia aqui o espírito democrático, revitalizado por uma compreensão que anulou o personalismo; por uma formação moral que impediu os pruridos da vaidade; por uma honestidade de propósitos que evitou os desperdícios de tempo; por uma capacidade realizadora que dispensou o exercício efetivo da autoridade no sentido da ordem e disciplina no encaminhamento dos trabalhos; por uma camaradagem franca e leal que moderou os atritos e divergências, orientando inteligências esclarecidas a ideais comuns de árduas tarefas.

Após vinte dias de trabalhos consecutivos, entre debates dos mais vivos e palpitantes, no calor de entusiasmos que se não perderam em derrames verbais, por revestirem espíritos formados no direito de competir sem dividir, nas obrigações de defender sem ofender, nos de-

objetividade de quem viveu entre técnicos, sem os preconceitos do tecnicismo; de quem viveu entre brasileiros de todos os Estados, sem regionalismos infantis; de quem viveu entre estudiosos dos problemas brasileiros, sem imposições de vontade nem do predomínio de pontos de vista; de quem viveu entre estatísticos, sem a monotonia dos números.

E, na hora tão comum de tristezas, domina-me, e estou certo que igualmente a todos os companheiros das duas alas, de estatística e de geografia, a mais funda alegria. Regressaremos todos aos nossos centros de atividades, convencidos de que algo fizemos pela estatística brasileira e de que algo de grandioso o I. B. G. E marcou em mais uma etapa, no seu programa que o notável THIEIRA DE FREITAS ajustou às nossas realidades, na sua fecunda inquietação pela segurança de um futuro que se não assente nas bases falsas do "eu-me-ufa-



Em nome dos delegados federais discursa o Sr MOACIR MALHEIROS FERNANDES SILVA, representante do Ministério da Viação, que apresenta as saudações de despedidas às delegações regionais.

veres de sugerir sem impor; após reuniões sucessivas, o ambiente em que as mesmas se encerram, apenas difere de seu início, pelo fortalecimento de uma afetividade que por si só fala do êxito das Assembléias que o I. B. G. E. promove anualmente.

Os seus anais perpetuarão os seus magníficos resultados. A realização de suas Resoluções concretizará os objetivos que nos irmanaram, aprofundando e consolidando a obra que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística realiza no país.

Eis por que a minha voz não se eleva no tom nostálgico da despedida, mas com a força de quem viveu quase um mês de efetiva utilidade à Nação, dominada por uma paz interior que não apenas dá ao espírito um clima de tranqüilidade, mas empresta à vida um sentido real e humano, em função do ideal de servir à coletividade, na razão de suas forças e possibilidades intelectuais.

É assim um adeus diferente. Palavras que não têm a eloquência das cousas ócas, mas a

nismo", mas no conhecimento concreto e integral de nossas possibilidades, de nossos recursos e de nossas energias criadoras, para o maravilhoso crescendo que somente a estatística pode assegurar, na frieza de seus números e eloquência de sua interpretação."

Em nome da representação federal no Conselho Nacional de Estatística, assim se expressou o Engenheiro MOACIR MALHEIROS FERNANDES SILVA, representante do Ministério da Viação:

"No conjunto das nações da União Pan-Americana, onde há grandes países como os Estados Unidos, o Brasil, o México, a Argentina e outros, por vezes é escolhido para sede de importantes conferências internacionais, exatamente o menor de todos, o Panamá, — cujo canal é como a linha separatriz das duas imensas Américas, a do Norte e a do Sul.

A semelhança, os nossos companheiros da Delegação Federal, onde há grandes figuras,

que conheceis e, como eu, admirais, escolheram para falar-vos o menor de todos, aquêlê que não representa nenhum Serviço de Estatística, aquêlê que nem sequer tem Estado, mas apenas um Distrito, pomposamente arvorado em Município

Talvez quisessem um orador que fôsse como uma cidadão negativa

Mas, não! Foi exatamente a sua condição de carioca — filho da menor unidade da Federação Brasileira —, que determinou a sua escolha

E também aqui, como no Panamá, uma linha d'água, a Guanabara, é, praticamente — ao menos para nós, cariocas —, a separatriz entre o Brasil do Norte e o Brasil do Sul.

Além disso, parece ter influído a condição de representante do Ministério cuja finalidade suprema é unir, pelos transportes, os Estados e os Territórios uns aos outros e à Capital da República; e aproximá-los, mediante as comunicações, como se ficassem todos a palestrar em uma grande tábua redonda

Vou mais longe ainda. A escolha do carioca foi devida ao fato incontestado de que "todos os brasileiros são mais ou menos cariocas".

Todos os estaduanos, logo que pisam a terra carioca, pela primeira vez, se tornam cariocas, se integram na vida da cidade como se nela sempre houvessem vivido, como se nela tivessem nascido; não são considerados estranhos ou forasteiros, mas cidadãos cariocas *honoris causa*.

As almas de todos os brasileiros são produtos de três fatores: um, mais forte, mais ostensivo, que caracteriza o Estado ou o Território; outro, um pouco menos forte, mas igualmente ostensivo, que torna explícita, no homem, a grande região fisiográfica de onde provém (a primeira vista, o primeiro contacto revela o nortista, o nordestino, o lealista, o sulista e o filho do centro-oeste); finalmente, o terceiro fator, menor, disfarçado, escondido, que existe em todos os brasileiros, estaduanos e territorianos, é um pouco de alma carioca

Assim, o carioca é o máximo divisor comum de todos os brasileiros

Poi isso, nas reuniões pan-brasilianas, como a que ora termina, vendo ou revendo todos os seus irmãos estaduanos e territorianos, que sem êle são *primos entre si*, o carioca se sente possuído de tanta satisfação, de tanta alegria, de tal entusiasmo, como se, através das pessoas, estivesse vendo ou revendo tôdas as terras formosas, tôdas as águas lindas, todos os céus magníficos das várias regiões do Brasil!

Demais, a Estatística evidenciou — lá está no *Boletim* n.º 5, de março de 1944 —, que no Distrito Federal, "no conjunto dos brasileiros natos de 20 anos e acima, os naturais de outras Unidades representam a maioria, com uma quota de 56,1% entre os homens e de 55,97% entre as mulheres".

E, ainda, que "a imigração de adultos, naturais de outras Unidades da Federação, tende a aumentar a respectiva quota nas idades maduras e ao mesmo tempo faz aumentar pela sua contribuição na reprodução a quota dos naturais do Distrito Federal nas idades da infância e adolescência" (Eu mesmo sou um exemplo de carioca, filho de nortista: meu pai era maranhense)

Demais, o pretendido espírito humorista, a graça dos cariocas, é, quase sempre, dos estaduanos que vivem no Rio, sobretudo na imprensa

E quando os provincianos gabam a beleza e a elegância das cariocas, mal sabem que estão, comumente, gabando os encantos de suas próprias patricias estaduanas

Finalmente, é de observar-se que entre os macróblos do Rio (de 80 anos e acima), mais de 70% são estaduanos.

Os cariocas, em geral, têm menor resistência. Como vimos, só predominam até os 20 anos. A partir dessa idade, vão sobressaindo os estaduanos, sempre crescentemente, desde 51% até 71%.

Mas, onde a Estatística, tanto quanto sua mãe espiritual, a Matemática, *entrega os pontos*, é nos abstratos domínios do sentimento, no mundo subjetivo das verdades emocionais. Ela nos diz, por exemplo, secamente, de um lado o número de nascimentos, e, de outro, o número de óbitos, com a respectiva *causa mortis*. Mas, nada nos diz das alegrias, das esperanças e das apreensões que possam ter precedido ou sucedido aquêles nascimentos, pelo menos alguns dêles; nem tampouco nos fala das tristezas, das angústias, dos sofrimentos morais e físicos, que devem ter precedido ou sucedido quase todos aquêles falecimentos.

Se não fôsem seus altas finalidades altruístas, visando *ultima ratio*, a contar, medir e pesar tôdas as coisas vivas e mortas, para tornar melhor a vida humana, — poderíamos julgar a estatística uma ciência profundamente materialista.

Sentimo-lo, agora, como nunca, vendo escapar a qualquer apreciação estatística êsse casal emotivo, que nesta sala entrou conosco silencioso, aqui ficou escondido até agora, mas já começa a manifestar-se, entre nós, — o adeus e a saudade.

Um e outra, invisíveis e imponderáveis, mas nem por isso menos reais, não puderam ainda ser capturados nas ardilosas rédes estatísticas e por isso não figuram em nenhum quadro, em nenhuma coluna censitária.

Mas, o adeus existe. Mas, a ausência existe. Mas, a distância existe — no espaço e no tempo. Mas, a lembrança existe. Mas, a saudade existe.

"A saudade não é apenas um sentimento lusitano..." Disse-o MÁRIO MELO em um congresso de história em Portugal e, para prová-lo, contou aos portugueses uma historietta ocorrida em Pernambuco, com uma índia (ignoramos se velha ou moça) que, ao despedir-se dêle, lhe dissera em sua língua original: — "tatecá".

Pedindo-lhe a significação dêsse vocábulo, que então desconhecia, MÁRIO MELO pôde concluir, pelas explicações perifrásticas ou mímicadas da índia, que essa palavra era equivalente perfeita de saudade (Essa história foi por êle repetida como anedota, um tanto reticente, de folclore geográfico, ao fim do banquete, esplêndido e cordial, que nos foi oferecido pela Prefeitura no encantador Parque da Cidade. Mas, aos nossos ouvidos tão sômente afeitos à doce língua luso-brasileira, os sons que constituem a estranha palavra da índia de MÁRIO MELO configuraram apenas as três palavrinhas portuguesas: "E até cá!")

Como quem dissesse: "E até a volta..."

Bom que assim seja! Bom que haja outras palavras que substituam os vocábulos despedida, adeus e saudade!

Escolhido para dar-vos as despedidas — missão difícil! — não desejaria dá-las, nem recebê-las, tão terríveis são as significações do verbo despedir, de que deriva tal substantivo, angustioso e angustiante.

Piores ainda o adeus e as saudades! Palavras melancólicas, entristecedoras!

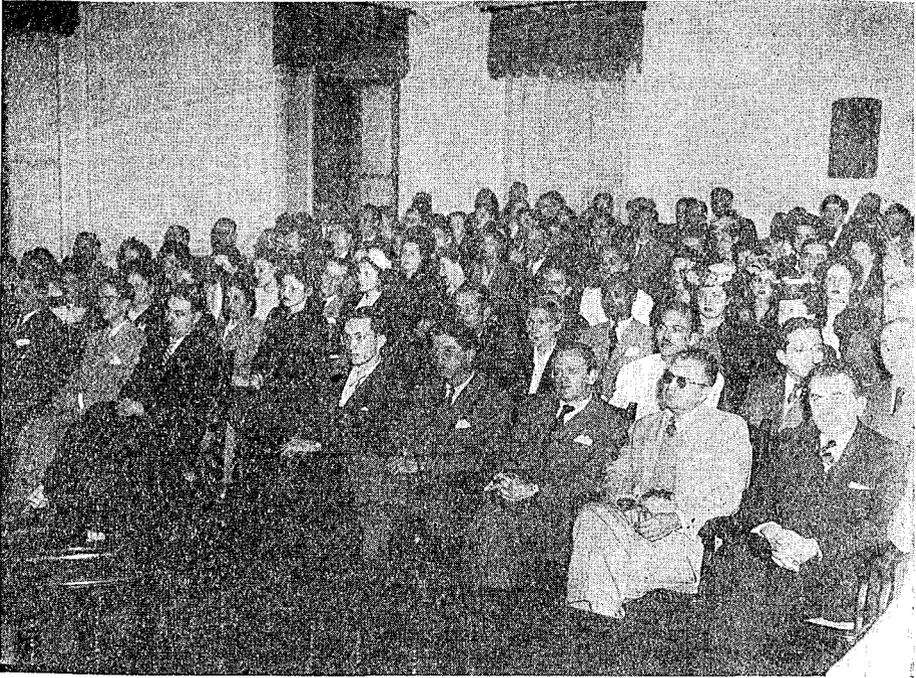
Adeus, ensinam os filólogos, significa entregar alguém a Deus, esperar vê-lo em Deus, ou até Deus o permitir!

De saudades, cuja etimologia é assaz complicada e controvertida, havendo quem fôsse procurá-la no rumaico (!), fizeram, na Bahia, explicando-as, expressivo anagrama: "*Deus as dá*"

Assim, em nossa sensibilidade exaltada aos páramos da fantasia maravilhosa, *adeus* e *saudades* transcendem da vida comum, caminham para fora da existência terrena, para a mais alta espiritualidade, para a morte, para Deus!... Não as empregarei por isso, aqui, convosco, nem para vós

Aproveitarei aquêlê sucedâneo descoberto por MÁRIO MELO, aquêlê verdadeiro *ersatz*, e, para manifestar-vos nosso desejo e nossa mais alta esperança de que regresséis, todos vós, na próxima assembléa, dirvos-ei tão sômente: "E até cá!"

Mas, se o Governo Brasileiro atender ao pedido que formulamos e autorizar que a Assembléa se faça, rotativamente, em cada uma das belas capitais estaduanas, então, teremos, desde agora, de mudar o advérbio de lugar,



Parte da assistência presente à solenidade de encerramento dos trabalhos das Assembléias Gerais

transformando nossa expressão de despedida, dizendo, alegres e esperançosos, uns aos outros: "E até lá!"

Discursaram, ainda, pela ala geográfica do Instituto, os Srs VALDEMAR LEFÉVRE, em nome das representações regionais, e SOUZA BRASIL, em nome da bancada federal.

Encerando a sessão, fez uso da palavra o Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, que se congratulou com todos pelo êxito dos trabalhos das Assembléias Gerais do I B G E, em 1946, e concitou-os a prosseguir assegurando o crescente desenvolvimento do sistema estatístico-geográfico brasileiro.

ALMÔÇO OFERECIDO PELA PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL

A Prefeitura do Distrito Federal, numa homenagem aos delegados estaduais e federais às Assembléias Gerais do C N E e do C N G, ofereceu-lhes um almôço, no dia 18 o qual se realizou no Parque da Cidade, na Gávea.

A sobremesa, o Sr ERNANI CARDOSO, Secretário do Interior do Distrito Federal, justificou a ausência do Prefeito HILDEBRANDO DE GÓIS, expressando a satisfação da administração municipal em homenagear os dirigentes da estatística e da geografia nacionais e formulando, ainda, saudações especiais ao Professor J CARNEIRO FELIPPE, Presidente da Comissão Censitária Nacional.

Em nome dos dois Conselhos, falou, agradecendo, o Sr CARLOS NÓBREGA DUARTE, membro da representação de São Paulo, que apreciou a missão dos estatísticos e dos geógrafos no encaminhamento dos negócios administrativos e na solução dos problemas nacionais.

Levantou o brinde de honra ao Presidente da República o Sr HEITOR BRACET, Presidente em exercício do Instituto.

Permaneceram ainda algum tempo os participantes do almôço em cordial reunião, havendo então o Presidente do I B G E erguido outro brinde, de natureza íntima, ao Tenente-Coronel FREDERICO RONDON, representante do Ministério da Guerra nos Conselhos da entidade e que, na data, estava aniversariando. Por sugestão do Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS, que também falou, ressaltando os esforços do Sr ERNANI CARDOSO em prol da solução das dificuldades do abastecimento do Distrito Federal, delegados de vários Estados relataram ligeiros contos do folclore de suas regiões.

CURSOS DE INFORMAÇÕES DO C N E E DO C N G

Durante o período das Assembléias Gerais do C N E e do C N G, os dois Conselhos fizeram realizar os seus Cursos de Informações, destinados aos integrantes das referidas alas do Instituto.

Foram conferencistas, no Curso de Informações do Conselho Nacional de Estatística, os Professores WILLIAM G MADOW, cientista norte-americano que está dirigindo um curso de especialização matemática, na Universidade de São Paulo, e que discorreu, no dia 9, em torno do tema "Porque usamos as amostras"; J CARNEIRO FELIPPE, Presidente da Comissão Censitária Nacional que falou sobre "O Censo Continental de 1950"; e THOMAS N E GREVILLE, bioestatístico norte-americano, que teve a sua conferência subordinada ao tema "As características essenciais de um sistema adequado de

coleta dos dados de nascimento e óbitos num país americano”.

No Curso de Informações do C N G, fizeram-se ouvir o Engenheiro MOACIR FERNANDES SILVA, o Sr ARTHUR HEHL NEIVA e o Engenheiro CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO, Secretário-Geral do Conselho Coube ao primeiro discorrer sobre os aspectos geográficos do transporte no Brasil; o segundo falou em torno dos mesmos aspectos, quanto à imigração e colonização; e o terceiro demorou-se no exame das perspectivas da Cartografia brasileira

As Conferências do Curso de Informações do C N E acham-se publicadas no local do presente número da REVISTA

HOMENAGEM AO C N G E A SEU SECRETÁRIO-GERAL

Conforme ficou dito linhas atrás, a Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística aprovou, em sua sessão de julho, a Resolução n.º 309, que “louva a atuação do Conselho Nacional de Geografia e assinala as suas principais realizações”, e uma Indicação, pela qual é credenciado o Sr CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO, Secretário-Geral do mesmo Conselho, para representar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura

Para fazer entrega desses documentos à ala co-irmã, e de acordo com a prática, que já se tornou tradicional, de se visitarem, mutuamente, durante a reunião das respectivas Assembléas, os dois Conselhos dirigentes do Instituto, esteve, no dia 23 de julho, numerosa delegação do Conselho Nacional de Estatística na sede do Conselho Nacional de Geografia Cordialmente recebidos pelo Secretário-Geral e pelas delegações federais e regionais presentes no momento, foram, então, introduzidos na sala das sessões, onde assistiram a parte dos trabalhos do dia

Usou da palavra, inicialmente, o Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS, que pôs em relevo o espírito de colaboração e leal entendimento existente entre os técnicos da estatística e da geografia, acentuando a necessidade de cada vez mais se estreitarem os laços fraternais que unificam a família ibgeana, em proveito da causa comum Detendo-se na apreciação dos importantes trabalhos a cargo do C N G, reafirmou os propósitos dos estatísticos brasileiros, de fortalecerem a união com os seus colegas geógrafos, uma vez que a cooperação e o entendimento são fatores essenciais para o êxito da obra em que uns e outros se acham empenhados Ao concluir, o Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS fez entrega à mesa do original da Resolução n.º 309, dizendo consubstanciar a mesma os agradecimentos e louvores do Conselho Nacional de Estatística ao Conselho Nacional de Geografia

Falou, em seguida, para fazer entrega ao Sr CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO do texto da Indicação que o designou para delegado do I B G E no I B E. C. C., o Sr DJALMA FORJAZ, delegado de São Paulo na Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística, e cuja oração, vivamente aplaudida, foi a seguinte:

“Ao usar da palavra para saudar-vos em nome do Conselho Nacional de Estatística, na ocasião em que este prazerosamente retribui a cordial visita que lhe fez o Conselho Nacional de Geografia, sinto-me incumbido de missão que encerra dupla honra: a que provém da qualidade do mandante e a que deiva da categoria daquele a quem se dirige o exercício do mandato.

A geografia e a estatística são atividades que se integram e se completam, se encaradas do ponto de vista de sua finalidade suprema, que é o conhecimento da Pátria em todos os seus aspectos territoriais e humanos Os trabalhos das duas alas a que pertencemos estão, na verdade, estreitamente ligados Se, de um lado, a investigação estatística dos fenômenos sociais, econômicos e culturais há de ser intimamente relacionada com o estudo da base territorial, do ambiente físico onde se processam, de outro lado, a investigação do âmbito geográfico não há de perder de vista as atividades humanas a que serve de teatro O estudo do homem em função da terra e da terra em função do homem, aproxima-nos, geógrafos e estatísticos, na tarefa ingente de possibilitar o conhecimento de nossas realidades e de proporcionar os elementos indispensáveis ao equationamento e à solução dos problemas nacionais

Bem andavam, por isto, os cidadãos de nosso Instituto, reunindo num só grêmio, como que numa feliz simbiose, as duas alas da atividade por excelência prescuidadora da Pátria

O Conselho de Geografia, cujos componentes neste momento recebem dos do Conselho de Estatística o complexo fraternal de sua admiração e estima, tem desenvolvido intensa, eficiente e benéfica atividade, com o fim de pesquisa e divulgar dados sobre a nossa terra Creio que forma melhor não encontraria para dizer dos serviços prestados à coletividade por esse Conselho, do que prestando uma especial homenagem àquele que exerce dedicadamente as funções de seu Secretário-Geral e cujo nome, com grande satisfação, peço licença para declinar: o Exmo Sr Dr CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO

Muito moço ainda, pois apenas atinge a maturidade, S. Excia. já conta com uma enorme bagagem de trabalhos na sua especialidade prestados ao Brasil Descendente por linhagem materna de espíritos de escol, dedicados a obras de engenharia de interesse público, esse ilustre brasileiro, filho de Minas, já nos bancos acadêmicos se distinguia como estudioso infatigável de problemas nacionais. Quando, ainda cursava a tradicional Escola Politécnica desta Capital, pela qual recebeu diploma de engenheiro-geógrafo e, depois, de engenheiro civil, distinguiu-se não só como estudante, pois se classificou em primeiro lugar na sua turma e recebeu diversos prêmios, mas também como pesquisador de assuntos de alto interesse para a Nação. Entrevistado por um grande periódico desta cidade sobre o aproveitamento dos nossos recursos minerais, forneceu uma entrevista que marcou época, pois importou num estudo notável pela segurança e profundidade dos conceitos que encerrava.

Depois de diplomado, o jovem engenheiro iniciou a sua vida prática, exercendo a atividade, nobilitante, por todos os títulos de magistério

Dessa atividade o foi retirar, numa inspiração feliz, eis que constituiu o início de uma carreira de mais amplas possibilidades para o bem coletivo, o então Ministro JUAREZ TAVORA Nomeado para dirigir a Secção de Estatística Territorial da Diretoria de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, S. Excia por tal forma a bafejou com o seu entusiasmo cultural e produtivo, que, em 1938, era ela ampliada para constituir o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, repartição autônoma com as funções de órgão consultivo do Conselho Nacional de Geografia, integrado no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Foi, assim, o Exmo Sr Dr. CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO um dos pilares com que se construiu o nosso Instituto, aliando-se ao preclário técnico-estatístico, cujo nome declino com prazer e respeito, o Exmo. Sr Dr M A. TEIXEIRA DE FREITAS, para, sob a presidência do

Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, realizar a fecunda aproximação entre as alas geográfica, estatística e censitária dos estudiosos nacionais.

Estas minhas modestas palavras se alongariam por demais se eu tivesse a velocidade de alimentar o prazer com que enumeraria numerosos trabalhos de inestimável valor produzidos pessoalmente pelo Dr. CHRISTOVAM LETTE DE CASTRO, ou sob a sua direção, pelo Conselho Nacional de Geografia, com a colaboração de tantos dedicados e operosos companheiros de suas atividades.

O Conselho de Geografia enriqueceu, nos poucos anos de seu funcionamento, as letras brasileiras com vultoso afluxo de trabalhos de campo, astronômicos, geodésicos, topográficos e aerofotogramétricos, e de gabinete, cartográficos e culturais.

Pessoalmente, o Dr. LETTE DE CASTRO produziu "Um problema de cartografia", que mereceu elogiosas referências de MATHIAS DE OLIVEIRA ROXO, e diversos artigos e memórias insertos nas revistas especializadas, inclusive norte-americanas.

Espírito lúcido, sentindo-se à vontade em diversos ramos da cultura humana, elaborou um estudo, de caráter histórico, sobre a vida e obra do Conselheiro SAMUEL MAC-DOWELL, com o qual se desempenhou de incumbência de responsabilidade que lhe foi confiada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, qual a de ser orador oficial por ocasião da homenagem prestada àquele estadista, por motivo do centenário de seu nascimento.

Expandindo a sua personalidade para além das fronteiras da Pátria, o Dr. LETTE DE CASTRO é membro de diversas instituições científicas do estrangeiro, e já esteve em Roma, nos Estados Unidos e México, no desempenho de missões oficiais.

Ele, por último, recebeu uma distinção que não somente o atinge, mas honra também ao país de que é um dos mais ilustres concidadãos: foi eleito presidente da Comissão de Geografia do Instituto Pan-Americano.

Mas, além da missão de traduzir os sentimentos do aprêço, da admiração, da fraternidade e da camaradagem que unem a ala estatística à ala geográfica do I. B. G. E., eu recebi outra e não menos grata incumbência: a de comunicar ao Engenheiro CHRISTOVAM LETTE DE CASTRO a indicação unânime, que o Conselho Nacional de Estatística fez, de seu ilustre nome, para representar o I. B. G. E. no Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, indicação por todos os títulos justa e acertada, que, além de representar homenagem do Conselho Nacional de Estatística à personalidade de S. Excia., envolve, igualmente, merecido preito ao Conselho Nacional de Geografia.

Bem compreendem, pois, todos aqueles que me ouvem, o quanto a minha vaidade ficou lisonjeada por ter sido o escolhido para, na ocasião desta visita, saudar o Conselho Nacional de Geografia e seu ilustre Secretário-Geral.

S. Excia. é bem a pessoa com títulos à altura de secretariar um pugilo tão luzido como êsse, de geógrafos e patriotas, que constituem o Conselho Nacional de Geografia, homens que em tão pouco tempo realizaram obra de tamanho vulto cultural.

Exmos. Srs. Membros do Conselho Nacional de Geografia: Pego-vos aceitéis, perdendo ao modesto mandatário o desalinhavado de suas expressões, as calorosas e fraternais saudações dos componentes do Conselho Nacional de Estatística, que desfrutam a honra e o prazer de comungar convosco na obra gigantesca do conhecimento da Pátria Brasileira."

Agradecendo, por parte da Assembléa do Conselho Nacional de Geografia, o Professor SOUZA BRASIL, proferiu, de improviso, as seguintes palavras:

"Que dizer neste momento e por que me encontro na tribuna? Pergunta dupla, que exige resposta dupla. Anteriormente já disseram tudo; portanto, me encontro aqui apenas para cumprir um dever de boa educação.

Não me vou alongar. Já tão bem falaram de nossa história e de nossa geografia! Cabe

agora uma palavra de sentimento sobre a grande obra do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que, quebrando as barreiras da burocracia, uniu as Instituições Federais e Estaduais Uniu-as, visando ao maior conhecimento e progresso do Brasil.

Com esta finalidade estamos aqui reunidos em uma Assembléa, na mesma comunhão de ideais. Aqui se abraçaram pela manhã a Paraíba e o Rio Grande do Norte, muitos já o fizeram e continuarão a fazê-lo para a nossa alegria, dando um exemplo de fraternal compreensão, digna de grandes brasileiros.

Os visitantes nos trouxeram a grata notícia da designação do Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia para representante do I. B. G. E. no Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura. Assim, esta nova entidade continuará a tarefa que iniciamos.

Louvando e agradecendo os ensinamentos aqui recebidos, devemos levar êste exemplo da Capital para continuar nos Estados, sempre com êste mesmo espírito de iniciativa, segundo as mesmas diretrizes, para que os elos desta cadeia há dez anos formada — nem sempre pacíficos, mas sempre profícuos — resistam firmemente. Lá, como aqui, deve continuar a progredir o ideal que neste momento exalto.

Depois de um momento tumultuoso da Europa, quando perclitava o Domínio da Igreja, surgiu uma frase, um lema: *Ad majorem Deo Gloriam*.

Assim, que continue o I. B. G. E., para maior glória e grandeza do Brasil!"

Discursou, por fim, o Sr. CHRISTOVAM LETTE DE CASTRO, que manifestou os seus agradecimentos pela carinhosa homenagem que lhe prestava o Conselho Nacional de Estatística.

ASSEMBLÉA GERAL

DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

No período em que se reuniu a Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística, funcionou também a Assembléa do Conselho Nacional de Geografia, de cujos trabalhos deliberativos resultaram trinta e nove Resoluções, dispoendo sobre assuntos técnicos, administrativos e concernentes às relações daquele órgão com instituições nacionais e estrangeiras. Foram, também, apreciados os relatórios das atividades geográficas e cartográficas desenvolvidas em 1945, sobretudo quanto aos empreendimentos coordenados pelo C. N. G.. Importante foi a contribuição da Assembléa, no que diz respeito ao currículo oficial do ensino de Geografia e História, no Curso Secundário, havendo o Conselho, neste particular, atendido a uma solicitação do Ministro da Educação e Saúde.

No capítulo da pesquisa geográfica, o Conselho tomou decisões as mais oportunas, tais como, entre outras, a instituição do serviço de excursões de estudos, a realização de inquéritos nacionais sobre assuntos de Geografia Humana, a inclusão de geógrafos no quadro de técnicos dos serviços de Cartografia e a participação científica do Brasil na IV Assembléa Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, a realizar-se em Caracas.

A Assembléa dedicou o maior interesse aos serviços cartográficos, entre os quais avultam o levantamento de plantas das cidades e vilas brasileiras; o preparo e impressão de mapas gerais do Brasil e das Unidades Federadas, e a fixação dos novos valores das áreas do país e dos Estados.

A solenidade do encerramento da sessão da Assembléa Geral do C. N. G. verificou-se juntamente com a do C. N. E., conforme está

noticiado noutra local do presente número da REVISTA

A seguir, damos o texto do discurso-relatório pronunciado, nessa ocasião, pelo Engenheiro CHRISTOVAM LEMES DE CASTRO, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia:

"Estou certo de que interpreto bem o sentimento dos participantes da Assembléa Geral de Geografia, consagrando as minhas primeiras palavras a uma saudação amigável e calorosa ao nosso insigne Presidente efetivo, Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, que, na hora final dos nossos trabalhos, se dignou de participar do nosso convívio

Homenagens sempre devemos ao Embaixador MACEDO SOARES, não somente nós, senão todos os brasileiros, pela culminante posição que merecidamente ocupa na vida nacional, em reconhecimento legítimo da sua inteligência, da sua cultura e do seu patriotismo

Agradecimentos lhe deve esta Assembléa, que, comovida, reconhece o esforço de V. Excia., preclaro Embaixador, para nos estar aqui, neste momento, confortando com a sua presença honrosa e amigável

Agradecimentos ainda pela delicadeza que V. Excia. teve, em nos mimosear, na reunião plenária do dia 15, com uma mensagem telefônica oportuna e expressiva, com a segurança da sua presença espiritual, que nos foi acalentadora e auspiciosa.

Entretanto, Senhores, acima das homenagens tão merecidas, acima dos agradecimentos que se impõem, tenho a assinalar o alto significado do magnífico exemplo que nos dá o nosso abnegado presidente efetivo, exemplo que é um facho luminoso a conduzir quantos se entregam às tarefas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Exemplo de compreensão, exemplo de devotamento, exemplo de patriotismo, compreensão, devotamento e patriotismo que chegam às raias do sacrifício, a serviço do bem coletivo; exemplo sublime, portanto

É o que testemunhamos, com emoção, no momento presente, em que o nosso Presidente troca os enlevos da vida privada, tranqüila e plena de conforto físico e espiritual, pela vida pública, trabalhosa e agitada, pelo árduo desempenho de cargo cheio de altas responsabilidades na administração e na política do País.

E, assim, em vez das delícias do estudo sedutor ou da leitura amena e proveitosa, absorvem-lhe o espírito as soluções dos angustiosos problemas públicos do momento; em lugar da convivência delicada e suave com os entes queridos, assoberbam-no as audiências exigentes, quantas vezes irritantes no conflito dos interesses mesquinhos de pessoas desconhecidas; substituindo as excursões recreativas, deleitosas e repousantes, ocorrem-lhe as lomoções urgentes, sucessivas e fatigantes; e o ambiente sereno, luminoso e elevado da compreensão fraterna, que lhe é tão familiar, perturba-se freqüentemente com as molestas incompreensões dos interesseiros, dos tendenciosos e dos fanáticos

Bem compreendemos e admiramos o sacrifício de V. Excia., Senhor Presidente, e por isso sabemos bem avaliar o mérito do seu exemplo, de que os ibgeanos somos os mais beneficiados

Em nossa trilha, o serviço do I. B. G. E. e do Brasil, tudo faremos, querido Embaixador MACEDO SOARES, para seguir o seu nobre exemplo de compreensão, de devotamento e de patriotismo

*

Meus Senhores, a VII Sessão Ordinária da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia termina hoje a sua tarefa

Iniciando as atividades em 1º de corrente, a Assembléa realizou dezanove reuniões plenárias, cuja duração variou de três a cinco horas

Em apreciável esforço, a Assembléa aprovou trinta e nove Resoluções, de ns. 173 a 211, e apreciou os relatórios das atividades geográficas e cartográficas desenvolvidas em 1945 nos

setores da administração federal e das administrações estaduais, principalmente em relação aos empreendimentos coordenados pelo Conselho Nacional de Geografia

As atividades da Assembléa compõem um belo conjunto cultural, que cumpre definir. Em virtude do regulamento, cabe ao Secretário-Geral tal missão. Oxalá que, de futuro, alguém iluminado por mais vívida inteligência e amparado em cultura mais extensa e profunda, faça a apreciação das atividades da Assembléa com o brilho e o fulgor que refletem a eficiência dum atuação compatível com a magnitude, a elevação e a importância do cargo.

Há nos estudos geográficos modernos uma norma, um sentido e uma tendência que propiciam à Geografia apreciáveis condições de desenvolvimento

A norma é a explicação, que assegura à Geografia legítimo fóro de ciência, caracterizada por objeto próprio e por método adequado de pesquisa

O sentido é o humano, procurando fazer da Geografia uma ciência do Homem para o Homem, de modo que, em suas investigações, haja, sempre que possível, a consideração da atitude humana, a dar às paisagens um significado ativo, não só nas condições atuais, como também nas perspectivas das transformações futuras

A tendência é o regionalismo, a imprimir unidade científica ao estudo geográfico, pelo qual não se deve considerar êsse ou aquêle aspecto isoladamente, senão como, preferentemente, a resultante dos fatores geográficos, que é a paisagem, em uma expressão fisionômica de conjunto, cuja definição constitui a finalidade mesma da orientação regionalista

Em síntese, o geógrafo moderno tem a preocupação de conhecer cada região estudada em sua fisionomia de conjunto, procurando explicar as causas e os efeitos de tal fisionomia, sobretudo quanto à atitude humana que nela se desenvolve ou que, de futuro, deva desenvolver-se

A definição de paisagem cultural da presente Assembléa não é fácil, porque as suas atividades foram abundantes e, além disso, porque, sob numerosos aspectos, elas se desdobram

Constituída de ilustres técnicos, convocados para o estudo das momentosas questões do trabalho geográfico e cartográfico do País, a Assembléa projetou-se maravilhosamente, repercutindo nos meios culturais os seus auspiciosos resultados

Sua Excelência, o Professor Dr. ERNESTO DE SOUZA CAMPOS, digno Ministro da Educação e Saúde, recebeu em audiência coletiva os membros da Assembléa, com os quais demoradamente se entendeu a respeito do ensino da Geografia e da sua difusão cultural.

As sugestões levadas a S. Excia. pela Assembléa, em expressiva mensagem, tiveram tão bom acolhimento, que o Senhor Ministro lhe deu incumbência outra, que a Assembléa desempenhou mediante a Resolução n.º 210, no sentido de oferecer uma contribuição acerca do currículo do ensino da Geografia e da História para o Curso Secundário

Evidentemente, a missão escapava à atribuição do Conselho, mas a Assembléa aceitou-a de bom grado, numa demonstração inequívoca de seu espírito de cooperação, que é a norma básica da instituição; e, assim, prontamente convocou eminentes professores de Geografia e de História, resultando das conversações uma sugestão de currículos bem interessante, que, a um tempo, atende às modernas conquistas da pedagogia de uma e de outra disciplina, e propicia a indispensável correlação do ensino dessas duas matérias — a Geografia e a História —, as quais naturalmente se entossam, visto que o espaço e o tempo são elementos indispensáveis ao estudo dos fatos humanos.

O almoço com que o Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, o ilustre Engenheiro HILDEBRANDO DE ARAÚJO GÓIS, distinguiu a Assembléa, representou homenagem que foi por todos devidamente apreciada, como de apreço ao movimento cultural da Geografia Nacional

Gratas visitas de personalidades ilustres revelam o interesse despertado pela Assembléa, sendo merecedoras de menção as seguintes: a

do Sr. General MÁRIO TRAVASSOS, ensaísta de reconhecido renome pelos excelentes estudos que sobre a matéria tem publicado; a do distinto Deputado PEREIRA DA SILVA, do Estado do Amazonas, que fez interessantes depoimentos acerca da sedutora região amazônica; a do eminente Comandante THIERS FLEMING, devotado estudioso dos problemas de limites interestaduais e patriótico pugnador das suas soluções; a do Coronel PAUL C. SCHAUNER, da U. S. Air Force, que está encarregado dos trabalhos de Trimetogon no Brasil.

Teve a Assembléia, conforme acontece anualmente, a convivência fraterna e coadjuvante da Assembléia do Conselho Nacional de Estatística, em constantes visitas, nas quais bem se ressaltou o espírito ibeango de cooperação e mais se evidenciaram as relações entre a Geografia e a Estatística, no afã nobilitante de conhecimento da terra e da gente do Brasil.

Em demonstração confortadora da projeção da Assembléia, cumpre assinalar, como acontecimento relevante, a realização, com excepcional êxito, do seminário referente à "Campanha da Borracha", que contou com a colaboração do Presidente do Conselho Nacional de Imigração e Colonização, do Presidente do Banco de Crédito da Borracha, do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Imigração, de ilustres parlamentares, de técnicos que atuaram na referida campanha, oferecendo todos depoimentos pessoais de grande valia, os quais revelam aspectos interessantes daquela discutida campanha.

Com satisfação geral, revelou o seminário, através dos dados e informações, que a campanha não redundou no fracasso lamentável tão propalado, porquanto o aumento efetivo da produção da borracha e o desenvolvimento surpreendente de outros produtos amazônicos respondem pela fixação na Amazônia de numeroso contingente dos nordestinos, que são os soldados do exército da borracha.

Decidiu-se, então, que o Conselho efetuará um estudo de Geografia Humana, em que se procure, sobretudo, conhecer o aspecto da fixação do nordestino na Amazônia, no sentido de evidenciar a correlação geográfica das duas regiões brasileiras que, embora contiguas, oferecem características fisiográficas tão diferenciadas.

E de grande significação cultural foi a série de conferências realizadas no corrente ano, as quais congregaram, na sede do Conselho, grandes expoentes da cultura geográfica e cartográfica do País.

Foram elas proferidas: uma pelo ilustre Engenheiro MOACIR SILVA consultor técnico do M. V. O. P., que disseitou brilhantemente sobre aspectos geográficos do transporte no Brasil; outra, pelo digno Sr. Dr. ARTHUR HEHL NEIVA, sobre aspectos geográficos da Imigração e da Colonização no Brasil, assunto em que é categorizado especialista; e, finalmente, outra pelo Secretário-Geral, que desenvolveu o tema — "Perspectivas da Cartografia Brasileira".

A obra da Assembléia apresenta uma fisionomia de conjunto que é formada de três ordens de assuntos: — os administrativos, os geográficos e os cartográficos.

Refletem êsses três setores as linhas gerais do trabalho realizado, todo êle de natureza cultural.

Até a matéria administrativa não perde a feição cultural, uma vez que a administração da pesquisa geográfica e da técnica cartográfica é essencialmente especializada.

Nessa apreciação geral, cumpre insistir na diferenciação adotada pelo Conselho entre Geografia e Cartografia, para melhor distribuição das atividades, que dia a dia se desenvolvem, e por isso mesmo exigem igrorosa ordenação.

Na Geografia se agrupam os estudos e trabalhos de nomenclatura e de descrição do território e, sobretudo, as pesquisas dos fatos de superfície.

Na Cartografia estão compreendidas tôdas as operações referentes ao mapeamento do território.

A Geografia é ciência, a Cartografia é técnica.

A Assembléia deu tratamento harmônico aos problemas administrativos, geográficos e

cartográficos, que estavam exigindo soluções, para a boa marcha dos empreendimentos do Conselho Nacional de Geografia.

Sob o ponto de vista administrativo, a Assembléia baixou duas séries de resoluções: uma, de natureza estatutal, dando composição às suas Comissões Regimentais e às Comissões Técnicas do Conselho, obedientes a um novo esquema, e dispondo acerca da criação de órgãos geográficos estaduais; outra, de natureza funcional, aprovando os atos e contas dos órgãos do Conselho, dispondo sobre a publicação de leis e resoluções relativas ao Conselho e promovendo o pagamento da nova sede do Conselho.

Sob o ponto de vista geográfico, as deliberações da Assembléia foram abundantes, podendo ser classificadas segundo o interesse relativo ao ensino da Geografia, à pesquisa e à divulgação geográficas.

Quanto à pesquisa geográfica, há que assinalar: 1) a instituição do serviço de excursões de estudos, destinado a facilitar o conhecimento das paisagens geográficas pelos interessados e estudiosos, sobretudo pelos professores de Geografia dos diferentes graus de ensino; 2) a realização de inquéritos nacionais sobre assuntos de Geografia Humana; 3) a inclusão de geógrafos no quadro de técnicos dos serviços de Cartografia; 4) a organização da Comissão de Geografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, como órgão de coordenação das atividades geográficas no Continente; 5) a participação científica do Brasil na IV Assembléia Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, a realizar-se em Caracas no mês de agosto vindouro.

Quanto ao ensino da Geografia, cumpre ressaltar: 1) a organização dos Cursos de Férias, destinado aos professores de Geografia, sendo um de informações nas férias pequenas, outro de aperfeiçoamento nas grandes férias escolares; 2) a instituição dos Cursos de Informações Geográficas, destinados aos professores de Geografia das capitais das Unidades Federadas e das suas principais cidades; 3) a sugestão da criação do ensino da Geografia Regional nas Faculdades de Filosofia do País; 4) a instituição do cadastro dos professores de Geografia, para facilitar o intercâmbio com o Setor Didático do Conselho e a realização de determinados inquéritos; 5) a sugestão dos currículos do ensino da Geografia e da História, em vista da solicitação do Sr. Ministro da Educação e Saúde.

Quanto à divulgação geográfica, de tanta importância para a cultura popular, a Assembléia prestou a máxima atenção, como se pode certificar pelo ementário deduzido das seguintes decisões: 1) o preparo de pequenas geografias do Brasil e das suas Unidades Federadas, destinadas à divulgação geral e às escolas; 2) a divulgação, nos semanários ilustrados, de assuntos geográficos brasileiros; 3) a publicação de informações geográficas sobre os municípios brasileiros; 4) a realização do concurso anual de informações geográficas acerca dos municípios brasileiros, relativo a 1947.

Do ponto de vista cartográfico, a Assembléia teve de arcar com importantes problemas, aos quais procurou dar soluções adequadas.

O Plano Nacional de Cartografia, previsto no Decreto-lei n.º 9.210, de 29 de abril de 1946, reclamou cuidadosos estudos, no intuito de se recomendarem medidas oportunas e úteis à comissão que fixará definitivamente aquele Plano, — comissão que deverá ser constituída de técnicos dos Estados-Maiores militares e do Conselho Nacional de Geografia.

Para as questões de demarcação de limites interestaduais, dentre os quais sobteleva o momentoso caso surgido entre Minas Gerais e o Espírito Santo, a Assembléia votou prudentes recomendações, já que não lhe competia solucioná-las.

O levantamento de plantas das cidades e vilas brasileiras, como contribuição cartográfica ao censo de 1950, representa iniciativa de indiscutível mérito e oportunidade.

O preparo e impressão de mapas gerais do Brasil e das Unidades Federadas são empreendimentos merecedores de aplausos.

A fixação dos novos valores das áreas do Brasil e das suas unidades políticas representa incontestável aperfeiçoamento da cartografia brasileira.

A tiragem de fotografias aéreas de todo o território nacional, em regime de cooperação, é tarefa digna de todo o apoio, porquanto ela é valiosíssima documentação não só para os trabalhos cartográficos, senão também para os demais pesquisadores do território, — inegavelmente um dos mais relevantes serviços prestados à nossa Pátria.

Enriquecendo a paisagem cultural da Assembléa, que, como vimos, se patenteou em oportunos e abundantes pronunciamentos a respeito de matéria administrativa, geográfica e cartográfica, há que considerar algumas outras iniciativas de caráter geral, que a Assembléa aprovou com grande elevação intelectual, tais como: o preito de saudade rendido aos geógrafos, cartógrafos e geometristas brasileiros falecidos desde a última sessão da Assembléa; a homenagem prestada à Assembléa Nacional Constituinte, que, no estudo da Constituição Brasileira, tem de considerar importantes assuntos geográficos assinalados pela Assembléa Geral; a participação do Conselho nas comemorações do centenário da cidade de São Leopoldo e do cinquentenário da cidade de Belo Horizonte, bem como no II Congresso de História da Revolução de 1894, que se realizará na cidade de Belo Horizonte, em novembro vindouro, e no II Congresso Pan-Americano de Engenharia de Minas e Geologia, que se efetuará no Rio de Janeiro, em outubro próximo; a campanha que será promovida pelo Conselho para a ereção de um monumento de significação continental, em praça pública de Cuiabá, por ocasião da comemoração do segundo centenário do Tratado de Madrid, obra-prima do grande brasileiro ALEXANDRE DE GUSMÃO.

Animadoras expectativas anunciam-se ante as decisões tomadas pela Assembléa. Para se ter a certeza disso, basta relancear a vista pelo que de principal oferecem as Resoluções aprovadas, cujo panorama rico e multifórmico vem de ser esboçado em suas linhas gerais.

Se forem postas em prática as medidas recomendadas pela Assembléa, quanto à estrutura e ao funcionamento da Comissão de Geografia e História, cuja direção está entregue ao Conselho, o Brasil passará a ter atuação de grande realce no cenário pan-americano, porquanto lhe caberá chefiar o movimento geográfico no Continente americano, nos setores da pesquisa, do ensino e da divulgação da Geografia.

Se surtirem efeito as sugestões da Assembléa, dentro em curto tempo estarão resolvidas todas as questões de demarcação de limites interestaduais, para satisfação dos brasileiros e afirmação da nossa cultura.

Se as providências determinadas forem coroadas de êxito, dentro em breve teremos as plantas das cidades e vilas brasileiras, de excepcional vantagem para o Recenseamento de 1950 e para os administradores dos municípios brasileiros.

Se tudo quanto previu a Assembléa se converter em realidade, a participação do Brasil no IV Assembléa Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História significará notável afirmação cultural do Brasil.

Se as disposições fixadas se concretizarem, os brasileiros estudiosos do território local participarão duma grande campanha cooperativa cultural, oferecendo cada um o resultado dos seus estudos no concurso anual de informações geográficas sobre os municípios brasileiros.

Se as previsões corresponderem às nossas expectativas, em futuro próximo os professores de Geografia não só das capitais, mas também das principais cidades do País, encontrarão facilidades para o aperfeiçoamento dos seus conhecimentos especializados, quer frequentando os cursos de férias, quer participando das excursões de estudos.

Se saírem a lume as publicações preconizadas pela Assembléa, a cultura popular brasileira receberá valiosos subsídios de formação, com base nos ensinamentos da Geografia e da Cartografia.

Se as providências baixadas pela Assembléa tiverem a necessária e desejada efetivação, em menos de dois anos o território brasileiro estará totalmente fotografado, e as respectivas fotografias aéreas hão de documentar valiosamente a nossa terra, oferecendo inestimável auxílio aos estudos de relêvo, de geologia, de águas, de vegetação, assim como aos estudos agrícolas, demográficos, econômicos e similares.

Se o futuro corresponder aos anseios do presente, dentro de alguns anos teremos uma carta real do Brasil, baseada nas fotografias aéreas do território nacional, devidamente aproveitadas segundo processos técnicos modernos, carta que será de valor insuperável para o grande impulso civilizador que a nação brasileira há de experimentar nesse luminoso porvir.

O que importa, o que convém, o que envolve o compromisso dos responsáveis pelas atividades geográficas e cartográficas, é transformar o *SI* de hoje no *SIM* de amanhã, é substituir a condicional presente pela afirmativa próxima.

E tudo isso tem por símbolo uma simples letra, que, é bem verdade, sendo o *M*, esconde um Mundo de ideais, de propósitos e de dedicações.

Eu tenho fé no milagre dessa letra maravilhosa, que é, a um tempo, um símbolo maravilhoso e uma evocação suave.

O *M*, na sua origem, diz-nos a paleografia, era um traço horizontal sinuoso que, na escrita hieroglífica egípcia simbolizava a água, esse elemento precioso e universal.

Depois, nos antigos alfabetos latinos, passou a ser representado por traços verticais, em número de quatro inicialmente e de três em seguida, como que a simbolizar, no paralelismo, a procura do divino que se oculta no infinito, e no verticalismo, a elevação dos sentimentos, cujo aperfeiçoamento conduz aos Céus.

Mais tarde, o *M* humanizou-se na sua forma, tomando no alfabeto latino a sua conformação atual, em que apresenta três apoios, ficando, aliás, a única letra a denunciar tão bem o equilíbrio e a estabilidade, que só a trindade proporcional.

E, quanto a mim, meus amigos, — permitam-me que deixe falar um coração saudoso, — confio religiosamente no poder mágico dessa letra, evocadora de um nome santo, que, segundo tão lindamente reza a canção popular, "principia na palma da minha mão".

A NOVA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

A magna tarefa de elaborar e redigir a nova Constituição da República, iniciada em fevereiro deste ano pela Assembléa Constituinte, terminou em setembro último, com a promulgação, no dia 18, da Carta Magna, pela qual passou a reger-se a nação.

O ato, que teve caráter solene, foi realizado no Palácio Tiradentes, perante as altas autoridades da República, membros dos Poderes

Executivo, Judiciário e Legislativo, dignitários religiosos, Corpo Diplomático e grande massa de assistentes.

Abriando a sessão, com breve e expressivo discurso, e falando em nome de seus pares, o Senador FERNANDO DE MELO VIANA, Presidente da Assembléa Nacional Constituinte, declarou promulgada a Constituição, em seguida ao que todos os Constituintes presentes apuseram a sua assinatura ao importante documento.

Fimda a cerimônia, compareceram os membros da Assembléa, incorporados, ao Palácio do Catete, a fim de fazer a comunicação oficial do acontecimento ao Presidente da República. Recebidos os representantes do povo, no salão de honra, pelo General EURICO GASPAR DUTRA, que se fazia acompanhar de todo o Ministério, bem como dos membros dos Gabinetes Civil e Militar, Prefeito do Distrito Federal e Chefe de Polícia, e participada, pelo Senador MELO VIANA, a promulgação da Lei Básica do país, ao Chefe do Governo, pronunciou Sua Excecellência o discurso que a seguir transcrevemos, na íntegra:

“Recebendo a comunicação que me trazeis, em nome do soberano Poder Constituinte, de haver sido votada a Constituição que vai reger os destinos do Brasil, desejo expressar o meu reconhecimento pela distinção com que sou honrado e rejubilado-me convosco e com toda a Nação brasileira pela obra realizada, que abre na nossa vida política nova era de ordem legal, preservadora da estabilidade do regime

O estatuto básico que elaborastes, ao fim de sete meses de labor intenso e devotado de vossa parte, mantendo a fisionomia tradicional das nossas instituições políticas, sábiamente as inovou para acolher as regras em que se consubstanciam as conquistas da humanidade, em sua luta pelos novos ideais de fundo econômico ou social, que a Cristianidade tanto tem prestigiado

Sob sua proteção, o povo brasileiro encontrará expressão para os seus sentimentos e as suas aspirações e retomará a sua marcha ascensional, pela estrada larga do regime democrático.

Todos esperamos que a estrutura de governo que éle estabelece, vivificada pelo gênio político de nossa gente, venha a ser um instrumento hábil para que os brasileiros realizem a sua vida comum, alcançando o bem-estar coletivo e beneficiando-se de fecunda paz social

Como vós, também recebi, nas eleições escoreitas do fim do ano passado, um mandato do povo, para cujo desempenho passarei agora a contar com o auxílio e o apoio de vossa colaboração legislativa, como o exige um regime de poderes independentes, mas harmônicos. Ela se fará sentir, certamente, na adoção de medidas indispensáveis à normalização da vida nacional, profundamente perturbada nos seus fundamentos econômicos e financeiros

Durante os meses transcorridos absteve-me de utilizar com maior amplitude a faculdade legislativa que me era atribuída e que reconhecestes expressamente

Contudo, assistia-me a obrigação de fazê-lo na medida em que o exigisse o interesse público, cabendo ao Congresso, ao rever a legislação adotada, a tarefa de nela introduzir as modificações reputadas convenientes

Os decretos-leis deste primeiro período de meu governo destinaram-se a atender a situações emergentes e a vir em apoio da ação administrativa, a exigir soluções inadiáveis para os seus problemas

Defrontou-se o governo, ao iniciar a sua gestão, com a realidade de uma situação financeira assaz delicada, que o impeliu a adotar medidas imediatas, em face do contraste, de flagrante evidência, entre o aumento das despesas públicas e as precárias disponibilidades do Tesouro

Visando o reequilíbrio financeiro, providenciou o governo a revisão do orçamento vigente, reduzindo-o; suspendeu o provimento de cargos vagos ou a vagar, até à completa reestruturação dos quadros do funcionalismo; extinguiu órgãos e serviços dispensáveis; adiou o início de novas obras e limitou o programa de execução das já iniciadas; reduziu créditos especiais anteriormente abertos; promoveu a ampliação do âmbito fiscal, alargando as possibilidades de arrecadação

Do recurso extremo à emissão não pode, entretanto, livrar-se inteiramente; mas, levado a fazê-la, não renunciou ao firme propósito de

encerrar o ciclo de tão condenável fórmula de aliciamto de meios. Atendeu assim à produção e amparou atividades econômicas, de outra sorte condenadas ao aniquilamento. Empreendimentos de notório interesse nacional não poderiam encontrar a indiferença do governo, mesmo à custa de tão pesado sacrifício, com que se evitou grave dano à economia brasileira

Aos esforços do Governo se contrapuseram dificuldades de toda ordem, tanto se entrelaçam os problemas a demandar solução, cada dia agravados por circunstâncias inteiras e externas

A crise de abastecimentos dos mercados de consumo foi enfrentada com a adoção de providências, usuais em tais casos, mas cujos efeitos, pela profundidade e extensão das causas, sempre ficaram aquém dos desejos do Governo

Fórmulas de melhor distribuição, contenção de alta de preços, na preocupação de reduzir o elevado nível do custo de vida, foram recursos postos em prática. A todos eles, porém, resistiu o mal que assaltou o país, desservido por um sistema de comunicações e por uma rede ferroviária faltos de materiais e de equipamentos desgastados, que não puderam ser substituídos em virtude das dificuldades de importação que a guerra nos impôs

Outras injeções tomou o governo em benefício da coletividade, cumprindo-me acentuar, em relação à política externa do Brasil, que não se afastou de sua linha tradicional. Na Conferência de Paris, empenhamo-nos pela consecução de uma paz justa, que não possa ser o germe de lutas futuras

Agora, com o apoio e a colaboração do Poder Legislativo, a ser instalado, resta enfrentar velhos e novos problemas do governo, numa ação conjugada dos Poderes da República, coadjuvados pelas classes produtoras — lavoura, comércio e indústria — que vêm correspondendo aos nossos apelos, em fase tão atribulada da vida econômica do país

Precisamos, assim, prosseguir na jornada encetada, começando pela reorganização dos órgãos governamentais, reclamada pelos interesses superiores da nação e com base no aproveitamento de valores recutados, indistintamente, entre as diversas correntes políticas democráticas, completando-se com a realização das eleições estaduais e municipais. Nestas não intervirá o governo a não ser como juiz e fiador de sua lisura, assegurando o respeito à manifestação das urnas e amplias garantias à expressão do pensamento e dos sentimentos políticos dos brasileiros. Não influirá, por isso, nas escolhas de candidatos aos postos eletivos, devendo os partidos realizá-las livremente e por elas lutar junto ao eleitorado

A moralidade eleitoral, fundamento e força do regime democrático, representa uma conquista de que a Nação brasileira jamais abrirá mão

Senhores Constituintes:

Reata-se, agora, uma tradição do governo constitucional que vem da fundação da nacionalidade e que nos amparou e serviu no Império como na República, permitindo-nos atravessar as crises peculiares ao desenvolvimento das nações novas

Formado nesta escola de disciplina e subordinação legal que é o Exército Brasileiro, basta-me invocar, neste momento, os exemplos deixados pelo seu patrono excelso — LUÍZ ALVES DE LIMA E SILVA, Duque de Caxias — cuja espada sempre ao serviço da lei e da ordem constitucional, por isso mesmo se tornou fator ímpar da unidade e da pacificação do país. Foi a fidelidade a esse legado que guiou os meus camaradas das Forças Armadas a 29 de Outubro de 1945, quando, unidos e coesos, mais uma vez tiveram como determinante da sua atuação a paz entre os brasileiros e a normalização de sua vida institucional.

Encarremos o futuro com otimismo e confiança, alentados pelo nosso amor ao Brasil e inabalável fé nos seus destinos

Os problemas que nos preocupam, quer os que nos são próprios, quer os de repercussão deste momento internacional inquieto, são de gravidade igual e se apresentam sob a mesma

forma aguda dos enfrentados e resolvidos pelos nossos maiores, seguindo processos de governo constitucional Procurando inspiração na sua sabedoria e confiante na capacidade de nosso povo — que se espelha no seu equilíbrio, moderação e ardente patriotismo — concito todos os brasileiros à prática da Constituição Cumprida — é o rumo a seguir, a fim de que a democracia brasileira funcione em toda a sua plenitude, sem exageros demagógicos, em atmosfera propícia ao trabalho construtivo e à ordem social. Somente assim nos será possível atenuar os males que nos afligem, fruto de uma época agitada, de um mundo fustigado pela guerra, que verga ao péso da trágica herança da hecatombe. E nos desviaremos do itinerário do ódio e do sofrimento, a que arrastam a luta de classes e a subversão da ordem jurídica.

O Governo espera, com a colaboração ativa de todas as correntes democráticas, superar as dificuldades de nossos dias e retomar o ritmo de progresso que nossas riquezas e o gênio criador de nosso povo permitem. Que este jamais transija com os fomentadores da desordem, pregoeiros de ideologias que não se coadunam com a nossa índole, com as nossas tradições e organização política que conscientemente escolhemos, ora ratificada pela Assembléa Nacional Constituinte.

Cumpriamos a Constituição, tudo fazendo por valorizar nosso homem e nossa terra, aquêle por seu trabalho, esta por sua produtividade. E a geração dos homens que hoje dirigem a vida política do país poderá dizer que foi fiel aos seus compromissos para com a nossa grande Pátria.”

A ESTATÍSTICA NA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

A importância da estatística no cenário mundial ficou evidenciada, mais uma vez, por ocasião dos trabalhos de instalação, no início deste ano, dos diferentes Conselhos que integram a Organização das Nações Unidas. Consoante estabeleceu a Comissão Preparatória da referida entidade, o respectivo Conselho Econômico e Social, ao estabelecer as condições orgânicas de seu funcionamento, criou uma Comissão de Estatística que, ao lado de quatro outras Comissões — as de Direitos do Homem, de Questões Econômicas e Emprego, de Entorpecentes e de Questões Sociais — passou a formar o aludido Conselho, desde fevereiro último.

A criação dessas Comissões foi recomendada com caráter de urgência, devendo a elas seguir-se a das demais, que completarão o Conselho Econômico e Social, e que são a Demográfica, a de Transportes e Comunicações, a Fiscal, e a de Coordenação.

A resolução daquele Conselho, criando a Comissão de Estatística e designando os seus componentes, teve a seguinte redação:

“1. O Conselho Econômico e Social, considerando a necessidade de orientação autorizada em matéria de estatística, cria uma Comissão de Estatística.

2. A Comissão terá por funções auxiliar o Conselho: a) na coordenação das estatísticas nacionais, tornando-as comparáveis; b) na coordenação das atividades das instituições especializadas, em matéria de estatística; c) no desenvolvimento do serviço central de estatística do Secretariado; d) no fornecimento, tanto aos membros como aos órgãos das Nações Unidas, de esclarecimentos sobre as questões gerais relativas à coleta, interpreta-

ção e difusão de dados estatísticos; e) no aperfeiçoamento das estatísticas.

3. A Comissão empreenderá estudos, formulará recomendações, fornecerá informações e prestará outros serviços por solicitação do Conselho Econômico e Social.

4. A Comissão pode propor ao Conselho todas as modificações pertinentes ao seu mandato.

5. A Comissão pode apresentar ao Conselho recomendações relativas à criação de todas as sub-comissões que julgue necessárias.

6. A Comissão compreenderá, de início, um núcleo de nove membros nomeados, a título individual, para o período a terminar em 31 de março de 1947. Os membros são reeligíveis. Além das funções que preencherá nos termos dos parágrafos 2, 3 e 4, a Comissão assim constituída apresentará, no curso da segunda sessão do Conselho, recomendações sobre a sua composição definitiva.

7. De acordo com o acima exposto, o Conselho nomeia membros originários da Comissão as pessoas seguintes:

1. H. CAMPION (Reino Unido); 2. M. G. JAHN (Noruega); 3. M. A. TEIXEIRA DE FREITAS (Brasil); 4. MAHALANOBIS (Índia); 5. STUART RICE (Estados Unidos); 6. Professor SAUVY (França). E, além dessas, as pessoas cujos nomes sejam transmitidos ao Secretário-Geral, até 31 de março de 1946, pelos representantes, no Conselho, da China, Ucrânia e Rússia.”

Torna-se oportuno salientar a distinção conferida aos meios técnicos do nosso país, com a designação, desde logo, para integrar a Comissão, de um estatístico brasileiro, aliás já distinguido pelos seus colegas deste Hemisfério com a sua eleição para presidente do Instituto Interamericano de Estatística.

INSTITUTO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

Na Conferência das Nações Unidas, realizada em São Francisco, Califórnia, de 25 de abril a 26 de junho de 1945, e da qual resultou a Carta das Nações Unidas, coube à delegação brasileira uma das primeiras sugestões em favor da cooperação intelectual. A nossa delegação lembrou que se criasse mais um órgão

na Organização Internacional, isto é, um Conselho de Cooperação Cultural. “Via no Conselho de Segurança a primeira linha de defesa — a militar, e no Conselho Econômico e Social a segunda — a profilaxia social, pela elevação do padrão de vida. Desejava que se associasse uma terceira — a defesa cultural”.

Dos debates travados em tórno da sugestão brasileira, surgiu um acôrdo no sentido de ser convocada, posteriormente, pela Grã-Bretanha, uma Conferência sôbre assuntos culturais. Essa Conferência realizou-se efetivamente em Londres, em novembro do ano passado, com representantes dos governos das Nações Unidas, os quais assinaram, a 16 daquele mês, uma Convenção de que resultou a criação da U N E S C O, sigla da denominação inglesa "United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization".

Damos, a seguir, o texto da aludida Convenção e do Acôrdo Provisório que institui uma Comissão Preparatória Educativa, Científica e Cultural, aprovados pelo Decreto-lei n.º 9 290 de 24 de maio de 1945:

CONVENÇÃO QUE CRIA UMA ORGANIZAÇÃO EDUCATIVA, CIENTÍFICA E CULTURAL DAS NAÇÕES UNIDAS

"Os Governos dos Estados parte na presente Convenção, em nome de seus povos, declaram: que, nascendo as guerras no espírito dos homens, é no espírito dos homens que devem ser constituídas as defesas da paz;

que a incompreensão mútua dos povos foi sempre, no curso da história, a origem da suspeita e da desconfiança entre as nações, razão pela qual seus desacordos degeneraram freqüentemente em guerra;

que a grande e terrível guerra, que vem de terminar, se tornou possível pela renúncia do ideal democrático de dignidade, de igualdade e de respeito à pessoa humana e pela vontade de substituí-lo, explorando a ignorância e o preconceito, pelo dogma da desigualdade das raças e dos homens;

que a difusão da cultura, a educação da humanidade para a justiça, a liberdade e a paz são indispensáveis à dignidade do homem e constituem um dever sagrado que tôdas as nações devem cumprir com um espírito de auxílio mútuo;

que a paz baseada exclusivamente em acordos políticos e econômicos entre governos não seria uma paz que asseguraria o apoio unânime, duradouro e sincero dos povos e que, portanto, para ser eficaz, deve ser baseada na solidariedade intelectual e moral da humanidade.

Por estas razões,

os Estados partes nesta Convenção, acreditando em oportunidades de educação completa e igual para todos, na livre procura da verdade objetiva, no livre intercâmbio de idéias e de conhecimentos, decidem desenvolver e aumentar as relações entre os povos e empregar êsses meios para uma mútua compreensão e um conhecimento mais preciso e mais verdadeiro dos seus costumes.

Portanto,

os Estados signatários desta Convenção criam a Organização Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas, a fim de atingir gradativamente, pela cooperação dos povos nos domínios da educação, ciência e cultura, a paz internacional e a prosperidade comum da humanidade, para cujo fim a Organização das Nações Unidas foi constituída, como a sua Carta o proclama

Artigo I

Finalidade e Atribuições

É propósito da Organização contribuir para a paz e segurança, promovendo a colaboração entre as nações pela educação, ciência e cultura, a fim de assegurar o respeito universal pelo predomínio do direito e da justiça, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais do homem, garantidas a todos os povos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião, pela Carta das Nações Unidas

2 A fim de realizar êsse propósito, a organização:

a) colaborará no incremento do conhecimento mútuo dos povos por todos os órgãos de informação das massas e, para êste fim, recomendará tantos acordos internacionais quanto forem necessários para promover a livre circulação de idéias pela palavra e pela imagem;

b) imprimirá vigoroso impulso à educação popular e à expansão da cultura, colaborando com os membros, a seu convite, no desenvolvimento das atividades educativas: instituindo a colaboração entre as nações, a fim de elevar o ideal de igualdade de oportunidades educativas, sem distinção de raça, sexo ou outras diferenças econômicas ou sociais; sugerindo métodos educativos mais aconselháveis ao preparo das crianças para as responsabilidades do homem livre;

c) manterá, aumentará e difundirá o saber, velando pela conservação do patrimônio universal dos livros, das obras e de outros monumentos de interesse histórico ou científico e recomendando aos povos interessados convenções internacionais para êsse fim; encorajando a cooperação entre nações em todos os ramos da atividade intelectual, o intercâmbio internacional de representantes da educação, ciência e cultura, assim como o de publicações de obras de arte, de material de laboratório e de toda documentação útil; facilitando, por métodos de cooperação internacional apropriados, o acesso de todos os povos ao que cada um dêles publicar.

3 Desejando preservar a independência, a integridade e a fecunda diversidade de suas culturas e de seus sistemas de educação aos Estados-Membros da presente Organização, a Organização não intervirá em qualquer matéria essencialmente relativa à jurisdição interna de cada Estado

Artigo II

Membros

1. Os Estados-Membros da Organização das Nações Unidas terão o direito de fazer parte da Organização Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas.

2 Conforme as disposições do acôrdo entre esta Organização e a Organização das Nações Unidas, aprovadas no art. X da presente Convenção, os Estados não membros da Organização das Nações Unidas poderão ser admitidos como membros da Organização, de acôrdo com recomendação do Conselho Executivo, por maioria de dois terços de votos da Conferência Geral

3 Os Estados-Membros da Organização suspensos do exercício de seus direitos e privilégios de membros da Organização das Nações Unidas, terão, por solicitação desta última, suspensos os direitos e privilégios inerentes à qualidade de membro.

4 Os Estados-Membros da Organização perdem *ipso facto* esta qualidade quando excluídos da Organização das Nações Unidas

Artigo III

Órgãos

A Organização compor-se-á de uma Conferência Geral, um Conselho Executivo e um Secretariado

Artigo IV

Conferência Geral

a) Composição

1 A Conferência Geral será constituída de representantes dos Estados-Membros da Organização. O Governo de cada Estado-Membro nomeará, no máximo, cinco representantes escolhidos após consulta feita ao Comitê Nacional, se houver, ou às instituições e corpos educativos, científicos e culturais

b) Atribuições

2 A Conferência Geral estabelecerá a orientação geral da Organização e opinará sôbre os programas estabelecidos pelo Conselho Executivo

3 A Conferência Geral convocará, se necessário, conferências internacionais sobre educação, ciências, humanidades e difusão do saber.

4. A Conferência Geral, quando se pronunciar pela adoção de projetos a serem submetidos aos Estados-Membros, deverá distinguir as recomendações aos Estados-Membros das convenções internacionais a serem ratificadas pelos Estados-Membros. No primeiro caso, a simples maioria será suficiente; no segundo, será necessária uma maioria de dois terços. Cada um dos Estados-Membros submeterá as recomendações ou convenções às autoridades nacionais competentes, no prazo de um ano, a partir da cláusula da sessão da Conferência Geral na qual tenham sido adotadas.

5 A Conferência Geral dará parecer à Organização das Nações Unidas sobre os aspectos educativos, científicos e culturais das questões que interessam às Nações Unidas, nas condições e de acordo com os trâmites adotados pelas autoridades competentes das duas organizações.

6. A Conferência Geral receberá e examinará relatórios que lhe forem submetidos periodicamente pelos Estados-Membros, de acordo com o Artigo VIII.

7. A Conferência Geral elegerá os membros do Conselho Executivo; nomeará o Diretor-Geral de acordo com a recomendação do Conselho Executivo.

c) Voto

8 Cada Estado-Membro terá um voto na Conferência Geral. As decisões serão tomadas por uma simples maioria de dois terços. Por maioria, entender-se-á maioria dos membros presentes e votantes.

d) Processo

9 A Conferência Geral reunir-se-á anualmente em sessão ordinária; poderá reunir-se em sessão extraordinária por convocação do Conselho Executivo. No decorrer de cada sessão da Conferência Geral será fixado o local da próxima sessão, local este que será mudado anualmente.

10 Em cada sessão, a Conferência Geral elegerá seu Presidente, a sua mesa e adotará seu regimento interno.

11 A Conferência Geral criará comitês especiais e técnicos e outros organismos subsidiários que possam ser necessários às suas finalidades.

12 A Conferência Geral tomará as medidas necessárias para facilitar o acesso do público às reuniões, de acordo com as disposições do regulamento interno.

e) Observadores

13 A Conferência Geral, sob recomendação do Conselho Executivo e por uma maioria de dois terços, e de acordo com o regulamento interno, poderá convidar a comparecer, como observadores, a determinadas sessões da Conferência ou de suas Comissões, representantes de organizações internacionais como os mencionados no Artigo XI, parágrafo 4.

Artigo V

Conselho Executivo

a) Composição

1 O Conselho Executivo será constituído de dezoito membros pela Conferência Geral, dentre os delegados nomeados pelos Estados-Membros, assim como o Presidente da Conferência, que, *ex officio*, terá voz consultiva.

2 Ao eleger os membros do Conselho Executivo, a Conferência Geral deverá esforçar-se por incluir pessoas competentes nas artes, humanidades, ciências, educação e difusão de idéias e qualificadas, pela sua experiência e capacidade, para exercer os deveres administrativos e executivos do Conselho. Levará, também, em consideração a diversidade de cultura e uma distribuição geográfica equitativa. Com exceção do Presidente da Conferência, só poderá servir no Conselho, de cada vez, um nacional de cada Estado-Membro.

3 Os membros eleitos do Conselho Executivo servirão pelo prazo de três anos e serão imediatamente elegíveis para um segundo man-

dato, mas não servirão consecutivamente por mais de dois períodos. Na primeira eleição serão eleitos dezoito membros, dos quais um terço se retirará no fim do primeiro ano e um terço no fim do segundo ano, sendo a ordem da retirada determinada por sorteio imediatamente após a eleição. Conseqüentemente, seis membros serão eleitos anualmente.

4 Em caso de morte ou demissão de um dos membros, o Conselho Executivo nomeará, dentre os delegados do Estado-Membro interessado, um substituto, que servirá até a próxima sessão da Conferência Geral, a qual elegerá um membro para o resto do termo.

b) Atribuições

5. O Conselho Executivo, agindo sob a autoridade da Conferência Geral, será responsável pela execução do programa adotado pela Conferência e preparará a sua agenda e o seu programa de trabalho.

6 O Conselho Executivo recomendará à Conferência Geral a admissão de novos membros na Organização.

7 O Conselho Executivo adotará o seu regulamento interno, de acordo com as decisões da Conferência Geral, e elegerá seus auxiliares dentre os seus membros.

8 O Conselho Executivo reunir-se-á em sessão ordinária pelo menos duas vezes por ano e poderá fazê-lo em sessão extraordinária por convocação de seu Presidente ou a pedido de seis membros do Conselho.

9 O Presidente do Conselho Executivo apresentará à Conferência Geral, com ou sem comentários, o relatório anual do Diretor-Geral sobre as atividades da Organização, que deverá ter sido submetido previamente ao Conselho.

10 O Conselho Executivo tomará todas as providências para consultar os representantes das organizações internacionais ou pessoas qualificadas relativamente a casos de sua competência.

11. Os membros do Conselho Executivo exercerão os poderes a eles delegados pela Conferência Geral em nome da Conferência, e não como representantes dos respectivos governos.

Artigo VI

Secretariado

1 O Secretariado será constituído de um Diretor-Geral e do pessoal necessário.

2 O Diretor-Geral será nomeado pelo Conselho Executivo e pela Conferência Geral por um período de seis anos, sob condições que possam ser aprovadas pela Conferência, e será elegível para um segundo período. O Diretor-Geral será o funcionário de mais alta categoria na Organização.

3 O Diretor-Geral, ou um substituto por ele designado, participará, sem direito de voto, de todas as reuniões da Conferência Geral, do Conselho Executivo e dos Comitês da Organização. O Diretor-Geral, ou o seu substituto, formulará propostas relativas às medidas a serem tomadas pela Conferência e pelo Conselho.

4 O Diretor-Geral nomeará o pessoal do Secretariado de acordo com o regulamento do pessoal a ser aprovado pela Conferência Geral. A nomeação do pessoal deverá ser feita, tendo-se em vista uma base geográfica tão larga quanto possível, entre indivíduos que reúnem a mais alta integridade, eficiência e competência técnica.

5 As responsabilidades do Diretor-Geral e do pessoal terão exclusivamente caráter internacional. No cumprimento dos seus deveres não procurarão receber instruções de qualquer governo ou de qualquer autoridade estranha à Organização. Abster-se-ão, também, de qualquer ação que possa comprometer-lhes a situação de funcionários internacionais. Todos os Estados-Membros se comprometem a respeitar o caráter internacional das atribuições do Diretor-Geral e do pessoal e a não procurar influenciar-lhes no cumprimento dos seus deveres.

6. Nenhuma das disposições deste artigo impedirá a Organização de entrar em acordo com a Organização das Nações Unidas para estabelecer serviços comuns, recrutamento e troca de pessoal.

Artigo VII*Comitês Nacionais de Cooperação*

1 Cada Estado-Membro tomará as disposições apropriadas à sua situação particular, a fim de associar aos trabalhos da Organização os principais grupos nacionais que se interessem pelos problemas da educação e da pesquisa científica e cultural, constituindo, de preferência, uma Comissão nacional, onde estarão representados o Governo e aqueles diferentes grupos,

2 As Comissões Nacionais ou os Organismos Nacionais de Cooperação atuarão, onde existirem, com capacidade consultiva para as respectivas delegações junto à Conferência Geral e aos seus Governos em assuntos relativos à Organização, e funcionarão como agentes de ligação em todos os assuntos que a eles se referirem. A Organização poderá, a pedido de um Estado-Membro, delegar, temporária ou permanentemente, um membro do seu secretariado para servir na Comissão Nacional daquele Estado, a fim de auxiliar o desenvolvimento do seu trabalho

Artigo VIII*Relatórios dos Estados-Membros*

Cada Estado-Membro fará, periodicamente, um relatório à Organização, de forma a ser determinada pela Conferência Geral, sobre as leis, regulamentos e estatísticas relativas às suas instituições e à sua atividade no campo educativo, científico e cultural, assim como à execução dada às recomendações e convenções previstas no artigo IV, parágrafo 4º

Artigo IX*Orçamento*

1. O orçamento será elaborado pela Organização

2 A Conferência Geral aprovará definitivamente o orçamento e fixará a participação financeira de cada um dos Estados-Membros, de acordo com as disposições a serem previstas nesta matéria pela Convenção concluída com a Organização das Nações Unidas, conforme o artigo X da presente Convenção

Artigo X*Relações com a Organização das Nações Unidas*

A Organização ficará ligada, assim que for possível, à Organização das Nações Unidas, como uma das instituições mencionadas no artigo 57, da Carta das Nações Unidas. Estas relações serão objeto de um acordo com a Organização das Nações Unidas, conforme as disposições do artigo 63 da Carta. Este acordo será submetido, para aprovação, à Conferência Geral desta Organização. O acordo proporcionará os meios de estabelecer uma cooperação eficiente entre as duas Organizações, visando à realização dos fins comuns, e, ao mesmo tempo, reconhecerá a autonomia desta Organização dentro de sua competência, de acordo com o que ficou estabelecido na presente Convenção. Este acordo poderá conter, entre outras, disposições relativas à aprovação do orçamento e ao financiamento da Organização pela Assembléia Geral das Nações Unidas

Artigo XI*Relações com outras Organizações e Instituições Internacionais Especializadas*

1 A Organização poderá cooperar com outras organizações e instituições intergovernamentais especializadas cujos encargos e atividades estejam em harmonia com os seus. Com esse fim, poderá o Diretor-Geral, sob a alta autoridade do Conselho Executivo, estabelecer relações eficientes com essas organizações e instituições e constituir comissões mistas, julgadas necessárias para assegurar uma cooperação eficaz. Todo acordo com essas organiza-

ções ou instituições especializadas será submetido à aprovação do Conselho Executivo

2 Sempre que a Conferência Geral e as autoridades competentes de toda outra organização ou instituição intergovernamental especializada, interessada em atividades e objetos análogos, julgarem oportuna a transferência para a Organização dos recursos e atribuições da referida organização ou instituição, o Diretor-Geral poderá concluir, com a aprovação da Conferência, para esse fim, acordos mutuamente aceitáveis

3 A Organização poderá tomar, de comum acordo com outras organizações intergovernamentais, medidas apropriadas com o fim de assegurar uma recíproca representação em suas reuniões

4 A Organização Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas poderá tomar todas as medidas que julgar úteis para facilitar as consultas e assegurar a cooperação com as organizações internacionais privadas que se ocupam de questões que estejam em seu âmbito. Poderá convidá-las a empreender determinadas tarefas que sejam de sua competência. Esta cooperação poderá compreender, igualmente, uma participação apropriada de representantes daquelas organizações em Comitês consultivos estabelecidos pela Conferência Geral

Artigo XII*Estatuto Jurídico da Organização*

As disposições dos artigos 104 e 105 da Carta das Nações Unidas, relativos ao estatuto jurídico daquela Organização, seus privilégios e imunidades, aplicar-se-ão, da mesma maneira, a esta Organização

Artigo XIII*Emendas*

As propostas de emendas a esta Convenção entrarão em vigor após a sua aprovação pela Conferência Geral por maioria de dois terços; todavia, as emendas que envolverem alterações fundamentais nos objetivos da Organização ou novas obrigações para os Estados-Membros deverão ser aceitas por dois terços dos Estados-Membros antes de entrar em vigor. O texto dos projetos de emendas será comunicado pelo Diretor-Geral dos Estados-Membros pelo menos seis meses antes de submetidos à Conferência Geral

2 A Conferência Geral terá poder para adotar, com maioria de dois terços, um regimento para executar as disposições deste artigo

Artigo XIV*Interpretação*

1. Os textos inglês e francês desta Convenção fazem igualmente fé

2 Qualquer questão ou disputa relativa à interpretação desta Convenção deverá ser submetida à Corte Internacional de Justiça ou a um Tribunal arbitral, de acordo com a determinação da Conferência Geral e de conformidade com seu regimento interno

Artigo XV*Início de vigência*

1 A presente Convenção será submetida à aceitação, cujos instrumentos serão depositados junto ao Governo do Reino Unido.

2 Esta Convenção permanecerá aberta para assinatura nos arquivos do Governo do Reino Unido. A assinatura poderá ser oposta antes ou depois do depósito do instrumento de aceitação. Nenhuma aceitação será válida se não for precedida ou seguida de assinatura

3 Esta Convenção entrará em vigor após ter sido aceita por vinte de seus signatários. As aceitações posteriores entrarão imediatamente em vigor

4 O Governo do Reino Unido dará conhecimento a todos os membros das Nações Unidas

do recebimento dos instrumentos de aceitação e da data na qual esta Convenção entrará em vigor, de acordo com o parágrafo anterior.

Em fé do que, os abaixo-assinados, devidamente autorizados, assinaram esta Convenção nas línguas inglesa e francesa, cujos textos são igualmente autênticos

Feita em Londres aos dezesseis dias do mês de novembro de mil novecentos e quarenta e cinco, em um só exemplar, nas línguas inglesa e francesa, cujas cópias autenticadas serão remetidas pelo Governo do Reino Unido aos governos de todos os Membros das Nações Unidas "

ACÓRDO PROVISÓRIO QUE CONSTITUI UMA COMISSÃO PREPARATÓRIA EDUCATIVA, CIENTÍFICA E CULTURAL

"Os Governos representados na Conferência Educativa e Cultural das Nações Unidas, em Londres,

tendo decidido a criação de uma organização internacional sob o nome de Organização Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas; e

tendo redigido o Estatuto da Organização Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas,

convieram no seguinte:

1 Enquanto o Estatuto não entrar em vigor, assim como o estabelecimento da Organização prevista pelo Estatuto, será criada uma Comissão Preparatória encarregada de tomar todas as disposições para a realização da primeira sessão da Conferência Geral da Organização, além de outras medidas indicadas abaixo

2. Com este fim, a Comissão:

a) Convocará a primeira sessão da Conferência Geral,

b) Preparará a agenda provisória da primeira sessão da Conferência Geral e todos os documentos e recomendações relativos às questões inscritas na agenda, inclusive a possível transferência de funções, atividades e haveres das organizações internacionais existentes, os acordos particulares entre esta Organização e a Organização das Nações Unidas e as disposições relativas ao secretariado da Organização e à nomeação de seu Diretor-Geral

c) Fará estudos e preparará recomendações relativas ao programa e orçamento da Organização, a fim de submetê-las à Conferência Geral, em sua primeira sessão

d) Tomará imediatamente as medidas necessárias para a reconstrução educativa, científica e cultural nos países devastados, de acordo com as disposições dos parágrafos 6 e 7

3 A Comissão será constituída de um representante de cada Governo signatário deste Acórdo

4. A Comissão nomeará um Comitê Executivo, composto de quinze membros, a serem designados na primeira reunião da Comissão O Comitê Executivo exercerá o poder que a Comissão lhe delegar

5 A Comissão estabelecerá seu regulamento interno, criará tantos comitês e consultará tantos especialistas quantos julgar necessários para facilitar seu trabalho

6 A Comissão designará um sub-comitê técnico especial, encarregado de estudar os problemas relativos às necessidades dos países devastados pela guerra, nos domínios da educação, ciência e cultura, tendo em conta as informações já coligidas e as pesquisas realizadas por outras organizações internacionais, e de preparar uma exposição de conjunto, tão completa quanto possível, da extensão e natureza desses problemas, a fim de submetê-la à Organização na primeira sessão da Conferência Geral

7 Quando o sub-comitê técnico estiver ciente de que medidas de melhoria são praticáveis para satisfazer as necessidades educativas, científicas ou culturais, apresentará um relatório à Comissão, que, caso aprove o mesmo relatório, tomará as medidas necessárias para atrair a atenção, dos governos, organizações e pessoas que desejem contribuir com dinheiro, viveres ou serviços, a fim de que os contribuintes possam levar um auxílio coordenado diretamente aos países que dêle necessitem, ou indi-

retamente, através das Organizações internacionais, de auxílio existentes

8. A Comissão nomeará um Secretário Executivo, que, com o pessoal internacional necessário, exercerá os poderes e terá as funções que a Comissão determinar O pessoal internacional acima mencionado será composto, tanto quanto possível, de funcionários ou especialistas postos à disposição, para este fim, pelos Governos dos Estados Membros, a convite do Secretário Executivo

9. As disposições dos artigos 104 e 105 da Carta da Organização das Nações Unidas relativas ao estatuto jurídico desta Organização, quanto a seus privilégios e imunidades, se aplicam, igualmente, a esta Comissão

10 A Comissão se reunirá pela primeira vez em Londres, imediatamente após a conclusão da presente Conferência, e continuará a reunir-se em Londres até o momento em que a Convenção, criando a Organização, entre em vigor A Comissão será então transferida para Paris, sede da Organização permanente

11 Durante o período em que a Comissão estiver sediada em Londres, as despesas para sua manutenção correrão por conta do Governo do Reino Unido, sob condição de que

1) o montante das despesas gastas para aquele fim seja deduzido das contribuições daquele Governo para a nova Organização, até que se venha a leaver toda a quantia; e

2) seja permitido à Comissão, se as circunstâncias o justificarem, solicitar contribuições de outros Governos

Quando a Comissão for transferida para Paris, a responsabilidade financeira passará ao Governo da França nos mesmos termos

12 A Comissão cessará de existir no momento em que o Diretor-Geral da Organização assumir as suas funções, quando os bens e os arquivos daquela Comissão serão transferidos para a Organização

13 O Governo do Reino Unido será provisoriamente o depositário e terá a custódia do documento original que contém estas disposições transitórias nas línguas inglesa e francesa O Governo do Reino Unido remeterá o documento original ao Diretor-Geral, tão logo assumia este suas funções

14 O presente Acórdo entrará em vigor a partir da data de hoje e permanecerá aberto às assinaturas dos representantes dos Estados qualificados para serem Membros Fundadores da Organização Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas até a Comissão ser dissolvida, de acordo com o parágrafo 12

Em fé do que, os representantes abaixo-assinados, devidamente autorizados para este fim, assinaram o presente acórdo nas línguas inglesa e francesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos

Feito em Londres, aos dezesseis dias do mês de novembro de mil novecentos e quarenta e cinco, em um só exemplar nas línguas inglesa e francesa, do qual serão enviadas pelo Governo do Reino Unido cópias autenticadas aos Governos de todos os Estados-Membros das Nações Unidas "

CUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO, POR PARTE DO BRASIL

De acordo com o Artigo VII da Convenção, acima transcrita, cada Estado-Membro tomará as disposições apropriadas à sua situação particular, a fim de associar aos trabalhos da U N E S C O os principais grupos nacionais que se interessam pelos problemas da educação e da pesquisa científica e cultural constituindo de preferência uma Comissão nacional, onde estejam representados o Governo e aqueles diferentes grupos

O Governo brasileiro foi o primeiro a satisfazer essa obrigação, criando, por Decreto-lei nº 9 355, de 13 de junho deste ano, o seu núcleo nacional da U N E S C O, que outra coisa não é o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (I. B. E. C. C.), instalado no

Itamarati a 26 do mesmo mês, depois de aprovados, na véspera, pelo Decreto n.º 21 355, os respectivos Estatutos, adiante transcritos

Estatutos do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura — "Art. 1.º — O Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), fundado pelo Decreto-lei n.º 9 355, de 13 de junho de 1946, tem por objetivo, sob a inspiração das tradições, democráticas e pacifistas, da política internacional do Brasil, associar-se aos trabalhos da U N E S C O e à realização de seus objetivos, pelos principais grupos nacionais que se interessam pelos problemas da educação, da pesquisa científica e da cultura, especialmente para:

a) colaborar no incremento do conhecimento mútuo dos povos por todos os órgãos de informação das massas e, para este fim, recomendar os acordos internacionais necessários para promover a livre circulação de idéias pela palavra e pela imagem;

b) impelir vigoroso impulso à educação popular e à expansão da cultura, colaborando com os membros da Organização das Nações Unidas, no desenvolvimento das atividades educativas; instituindo a colaboração entre nações, a fim de elevar o ideal de igualdade de oportunidades educativas, sem distinção de raças, sexo ou outras diferenças econômicas ou sociais; sugerindo métodos educativos mais aconselháveis ao preparo das crianças para as responsabilidades do homem livre;

c) manter, aumentar e difundir o saber, velando pela conservação do patrimônio universal dos livros, das obras e de outros monumentos de interesse histórico ou científico e recomendando aos povos interessados convenções internacionais para esse fim; encorajando a cooperação entre nações em todos os ramos da atividade intelectual, o intercâmbio internacional de representantes da educação, ciência e cultura, assim como o de publicações de obras de arte, de material de laboratório e de toda documentação útil; facilitando, por métodos de cooperação internacional apropriados, o acesso de todos os povos ao que no país se publica.

§ 1.º Para consecução de seus objetivos, o Instituto:

a) manterá correspondência, permuta de informações e de publicações, e as mais relações convenientes, com a U N E S C O e seus organismos nacionais;

b) organizará e manterá, ou subvencionará, no país, cursos de altos estudos ou tendentes à difusão de educação popular;

c) promoverá, ou subvencionará, cursos de estudos sobre o Brasil e a língua nacional, no estrangeiro;

d) estimulará o conhecimento e estudo do Brasil por estrangeiros, e o das nações amigas pelos brasileiros;

e) editará revistas, boletins e filmes de cultura geral ou especializada;

f) coordenará e favorecerá a ação dos institutos culturais e de instituições ou associações de fins congêneres;

g) realizará, periodicamente, concursos nacionais, interamericanos ou internacionais, para concessão de prêmios a obras de literatura, de ciência, de educação ou de arte, ou a seus autores;

h) promoverá conferências e acordos regionais;

i) instituirá e manterá museu referente à vida internacional do Brasil, que se denominará Museu Rio Branco;

j) promoverá, pelos meios adequados, o desenvolvimento das relações culturais do Brasil com as nações amigas e quaisquer iniciativas conducentes aos seus fins acima declarados.

§ 2.º O Instituto terá sede no Rio de Janeiro e funcionará no Ministério das Relações Exteriores, podendo estabelecer filiais em outras cidades do Brasil

Art. 2.º — O patrimônio do Instituto será constituído por subvenções, donativos, legados e saldos das suas receitas

Art. 3.º — Serão membros do Instituto os vinte delegados do Governo, nomeados pelo Presidente da República, os dois funcionários do Ministério das Relações Exteriores referidos

no § 1.º do artigo 6.º e um representante escolhido para cada um dos grupos nacionais, interessados pelos problemas de educação, de pesquisa científica e de cultura e designados por portaria do Ministro de Estado das Relações Exteriores

§ 1.º Os membros do Instituto não de preencher os requisitos seguintes:

- a) nacionalidade brasileira;
- b) autoria de obra cultural meritória;
- c) residência no Rio de Janeiro

§ 2.º Os membros do Instituto que tenham servido durante um triênio, pelo menos, na Diretoria ou no Conselho Deliberativo, e deles não mais façam parte, constituirão o Conselho Consultivo

Art. 4.º — Os membros da Diretoria, do Conselho Deliberativo, ou de comissão, que, sem motivo justificado, faltarem a três reuniões consecutivas, para que tenham sido convocados, perderão automaticamente esses cargos.

Art. 5.º — O Instituto será ministado pela Diretoria e pelo Conselho Deliberativo, constituídos trienalmente pela forma declarada nos artigos 6.º e 7.º

§ 1.º Ninguém servirá simultaneamente na Diretoria e em qualquer dos Conselhos

§ 2.º O mandato da Diretoria e do Conselho Deliberativo será de três anos, contados da data da posse, prorrogando-se, no entanto, até a eleição e posse dos novos eleitos para os mesmos cargos

§ 3.º Em caso de vaga na Diretoria, ou no Conselho Deliberativo, proceder-se-á, na forma do artigo 8.º; f), à eleição do substituto, que preencherá o tempo restante do mandato.

§ 4.º Os cargos da Diretoria e dos Conselhos serão exercidos gratuitamente

Art. 6.º — A Diretoria compor-se-á de Presidente, 1.º, 2.º e 3.º Vice-Presidentes, Secretário-Geral, Sub-Secretário-Geral, 1.º e 2.º Secretários e Tesoueiros

§ 1.º O Secretário-Geral será o Chefe da Divisão Cultural do Ministério das Relações Exteriores e o Sub-Secretário-Geral o Chefe do Serviço de Informação do mesmo Ministério

§ 2.º O Ministro das Relações Exteriores será Presidente de Honra do Instituto, exercendo a Presidência de todas as sessões a que estiver presente

Art. 7.º — O Conselho Deliberativo se comporá de quarenta membros do Instituto, inclusive os delegados do Governo que não façam parte da Diretoria, sendo os demais eleitos pela Assembléia Geral, dentre os representantes dos grupos nacionais

Parágrafo único O Conselho será presidido pelo Presidente do Instituto

Art. 8.º — Compete à Diretoria:

a) administrar o Instituto, provendo à realização de seus objetivos;

b) organizar o Regimento Interno e adotar as deliberações necessárias para cumprimento destes Estatutos;

c) organizar o projeto de orçamento anual da receita e da despesa do Instituto;

d) celebrar contratos, ouvindo sobre a respectiva minuta o Conselho Deliberativo e com autorização da Assembléia Geral, quando se tratar de alienação ou oneração de bem imóvel;

e) organizar os planos de concurso, prêmios, bolsas de estudo, ouvindo o Conselho Deliberativo; escolher membros dos júris para concessão de prêmios, aprovar os laudos respectivos e outorgar os prêmios e bolsas;

f) preencher, em reunião com o Conselho Deliberativo, as vagas na Diretoria, ou no mesmo Conselho;

g) organizar o quadro de empregados do Instituto, fixar-lhes vencimentos dentro das verbas orçamentárias, nomeá-los, dispensá-los, aplicar-lhes penas disciplinares — sempre sob proposta do Presidente;

h) aprovar, com as modificações que adotar, os relatórios do Presidente e as contas da receita e despesa, que serão submetidos à Assembléia Geral com parecer do Conselho Deliberativo;

i) constituir comissões para estudo ou realização das iniciativas atinentes aos fins do Instituto;

j) propor ao Ministro das Relações Exteriores que admita a representação, no Instituto, de instituição idônea, ou dêle exclua a que se tornar inidônea (artigo 13, § 2º), ou ao Conselho Deliberativo que se cancele a investidura do representante nos casos do artigo 13, § 1º;

k) resolver os casos omissos nestes Estatutos, ouvido o Conselho Deliberativo;

l) propor a modificação dos presentes Estatutos;

m) opinar sobre a extinção do Instituto;

n) instituir as filiais mencionadas no § 4º do artigo 1º, orientando, controlando e coordenando suas atividades

Art 9º — Ao Presidente cabe representar o Instituto ativa e passivamente, em todas as relações com terceiros; promover e superintender todos os serviços e atividades do Instituto, adotando as providências necessárias para sua eficiência; presidir as reuniões da Diretoria, do Conselho Deliberativo e da Diretoria, juntamente com o Conselho Deliberativo e as Assembléias Gerais; acompanhar os trabalhos das comissões; autorizar os recebimentos e as despesas, na conformidade do orçamento e das deliberações da Diretoria e do Conselho Deliberativo; visar os cheques emitidos pelo tesoureiro; propor os empregados, seus vencimentos, dispensas e penalidades; organizar os relatórios dos trabalhos do Instituto para a Assembléia Geral e para a U N E S C O, que serão submetidos à Diretoria (artigo 8º, h)

Parágrafo único. Os Vice-Presidentes substituirão e auxiliarão o Presidente no desempenho de suas atribuições, pela forma determinada no Regimento Interno

Art 10 — Ao Secretário-Geral, auxiliado e substituído pelos Sub-Secretário-Geral, 1º e 2º Secretários, incumbe a direção dos serviços de publicidade e informações e os da Secretaria, inclusive expediente e correspondência, a rubrica de todos os livros da escrituração e a organização e guarda da biblioteca e do arquivo

Art 11 — Ao Tesoureiro compete a guarda, movimentação e escrituração dos haveres da sociedade, o depósito dos dinheiros no Banco do Brasil, a emissão de cheques visados pelo Presidente, o recebimento de quaisquer quantias ou valores devidos ou pertencentes ao Instituto, a elaboração do anteprojeto do orçamento anual e do balanço anual da receita e da despesa, que será submetido à apreciação da Diretoria e do Conselho Deliberativo (artigos 8º, c, e 14, a) e votado pela Assembléia Geral (artigo 18)

Art. 12 — O Regimento Interno distribuirá pelos Diretores os encargos não atribuídos a algum deles nestes Estatutos, assim como regulará a sua substituição e licenciamento e as reuniões da Diretoria e dos Conselhos, fixando prazos estritos para o desempenho de suas funções

Art. 13 — A designação dos representantes dos grupos nacionais se fará, para cada triênio, até 30 dias antes da terminação do triênio precedente, mediante solicitação prévia da Secretaria do Instituto

§ 1º Caducará, por decisão do Conselho Deliberativo sob proposta da Diretoria, a investidura do representante que deixar de fazer parte da instituição que represente, ou se esta se extinguir

§ 2º Também sob proposta da Diretoria do Instituto (artigo 8º, j) poderá ser excluída da representação no Instituto, por portaria do Ministro de Estado das Relações Exteriores, a instituição que se tornar inidônea.

Art 14 — Ao Conselho Deliberativo compete:

a) emitir parecer sobre o projeto de orçamento anual da receita e da despesa e autorizar despesas extra-orçamentárias, urgentes e necessárias;

b) emitir parecer sobre os relatórios do Presidente e contas anuais da Diretoria e sobre proposta de alienação ou oneração de imóvel;

c) emitir parecer sobre os planos de concursos, prêmios e bôlsas de estudos elaborados pela Diretoria;

d) emitir parecer sobre as minutas dos contratos, que a Diretoria resolva celebrar, e

sobre proposta de extinção do Instituto (artigo 8º, m) ou de modificação destes estatutos (artigo 8º, l);

e) preencher a vaga na Diretoria, ou no próprio Conselho, nos casos dos artigos 5º, § 3º e 8º, f, e pela forma aí determinada;

f) declarar a caducidade da investidura do representante do grupo nacional nos casos do artigo 13, § 1º;

g) emitir parecer sobre a solução dos casos omissos nestes estatutos (artigo 8º, k);

h) propor à Diretoria as iniciativas, ou realizações, que considerar convenientes, apreciando qualquer sugestão que, nesse sentido, lhe seja apresentada por algum de seus membros

Art 15 — O Conselho Consultivo, constituído na forma do artigo 3º, § 2º, será ouvido pela Diretoria sempre que esta considerar conveniente

Art. 16 — A Diretoria e o Conselho Deliberativo funcionarão com a presença da maioria de seus membros, sendo as deliberações e pareceres adotados pelo voto da maioria dos presentes.

Art 17 — Os membros do Instituto não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais

Art 18 — A Assembléia Geral ordinária, de que farão parte todos os membros do Instituto, realizar-se-á, no mês de junho, anualmente, para conhecer do relatório do Presidente, das contas da Diretoria, do projeto de orçamento para o ano vindouro, e respectivos pareceres do Conselho Deliberativo, e, trienalmente, também para eleger os membros da Diretoria indicados no artigo 6º e § 1º e os do Conselho Deliberativo

§ 1º As Assembléias extraordinárias realizar-se-ão quando convocadas pela Diretoria

§ 2º As Assembléias serão convocadas por anúncios publicados por três vezes no *Diário Oficial* e em outro jornal desta Capital, com oito dias, pelo menos, de antecedência, instalando-se, em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos membros do Instituto. Não se reunindo essa maioria, a Assembléia ficará, desde logo, automaticamente adiada para o terceiro dia útil subsequente, no mesmo local e à mesma hora, instalando-se, então, com qualquer número de presentes.

Art 19 — A modificação destes Estatutos se fará por decreto do Governo Federal, sob proposta da Diretoria, com parecer do Conselho Deliberativo (artigos 8º, l e 14, d).

Art 20 — A extinção do Instituto somente será decretada pelo Governo Federal, ouvidos a Diretoria e o Conselho Deliberativo (artigos 8º, m e 14, d)

Art. 21 — As autoridades e repartições públicas federais, estaduais e municipais atenderão prontamente aos pedidos de informações do Presidente do Instituto e procurarão facilitar o desempenho da missão do Instituto. Sua correspondência gozará da franquia postal e telefônica

Parágrafo único Sendo necessário, o Ministro de Estado das Relações Exteriores designará um ou mais funcionários do mesmo Ministério para auxiliar em os trabalhos do Instituto

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS — 1ª — O Ministro de Estado das Relações Exteriores, logo que tenha notícia da designação dos representantes de vinte grupos nacionais, os reunirá com os delegados do Governo para elegerem a primeira Diretoria, que em seguida empossará

2ª — A Diretoria eleita e empossada se reunirá com os Delegados governamentais e representantes de grupos nacionais, logo que estes sejam em número de quarenta, para eleger o Conselho Deliberativo.

3ª — Até a primeira Assembléia Geral Ordinária, as despesas serão autorizadas pela Diretoria, ouvido o Conselho Deliberativo "

Os grupos nacionais indicados — O Sr Embaixador João Neves da Fontoura, Ministro das Relações Exteriores, incumbido, pelo Decreto-lei n.º 9 355, de 13 do corrente, que criou o

I B E C C, de promover a sua execução, resolveu considerar principais grupos nacionais, com sede no Rio de Janeiro, interessados pelos problemas de educação, ciência e cultura, os quais acreditarão, cada um, o seu Delegado junto a esse Instituto, pelo espaço de três anos, as seguintes entidades: Academia Brasileira de Ciências, Academia Brasileira de Filosofia, Academia Brasileira de Letras, Academia Brasileira de Medicina Militar, Academia Brasileira de Música, Academia Carioca de Letras, Academia Nacional de Farmácia, Academia Nacional de Medicina, Arquivo Nacional, Associação Brasileira de Educação, Associação Brasileira de Escritores, Associação Brasileira de Farmacêuticos, Associação Brasileira de Imprensa, Associação Brasileira de Rádio, Associação dos Artistas Brasileiros, Associação Química do Brasil, Biblioteca Nacional, Casa do Estudante do Brasil, Casa de Ruy Barbosa, Centro Nacional de Estudos e Pesquisas Agrônomicas, Clube de Engenharia, Clube dos Advogados, Colégio Brasileiro de Cirurgias, Colégio Militar, Comissão de Estudos Econômicos, Comissão do Livro do Mérito, Comissão Nacional do Livro Didático, Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil, Conselho Nacional de Educação, Conselho Nacional de Saúde, Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, Conservatório Brasileiro de Música, Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, Cultura Artística do Rio de Janeiro, Departamento Administrativo do Serviço Público, Departamento de Difusão Cultural da Prefeitura do Distrito Federal, Departamento Nacional da Criança, Departamento Nacional de Informações, Departamento Nacional de Saúde, Diretoria do Ensino Secundário, Diretoria do Ensino Superior, Divisão de Educação Extra-Escolar, Escola de Aeronáutica, Escola do Estado Maior da Aeronáutica, Escola Técnica do Exército, Escola de Enfermeiras Ana Nery, Escola de Medicina e Cirurgia do Instituto Hahnemanniano, Escola Nacional de Agronomia, Escola Nacional de Belas Artes, Escola Nacional de Educação Física e Desportos, Escola Nacional de Engenharia, Escola Nacional de Arquitetura, Escola Nacional de Música, Escola Nacional de Química, Escola Naval, Escola Técnica Nacional, Escola do Estado Maior do Exército, Externato do Colégio Pedro II, Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro, Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, Faculdade de Ciências Médicas, Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, Faculdade Nacional de

Filosofia e Letras, Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, Faculdade Nacional de Direito, Faculdade Nacional de Farmácia, Faculdade Nacional de Medicina, Faculdade Nacional de Odontologia, Federação das Academias de Letras, Fundação Getúlio Vargas, Fundação Graça Aranha, Fundação Mauá, Instituto Brasileiro de Cultura, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto Brasileiro de História da Arte, Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, Instituto da Ordem dos Economistas, Instituto de Arquitetos do Brasil, Instituto de Biofísica, Instituto de Biologia, Instituto de Ecologia Agrícola, Instituto de Educação, Instituto de Eletro-técnica, Instituto de Estudos Brasileiros, Instituto de História e Geografia Militar, Instituto de Nutrição, Instituto de Psicologia, Instituto de Psiquiatria, Instituto de Puericultura, Instituto de Tecnologia Alimentar, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Instituto Nacional de Óleos, Instituto Nacional de Química Agrícola, Instituto Nacional de Tecnologia, Instituto Nacional de Cinema Educativo, Instituto Nacional do Livro, Instituto Oswaldo Cruz, Instituto Rio Branco, Internato do Colégio Pedro II, Liga Brasileira contra a Tuberculose, Museu Histórico Nacional, Museu Nacional, Museu Nacional de Belas Artes, Observatório Nacional, Pen Clube do Brasil, Rotary Club, Serviço Geográfico do Exército, Serviço de Meteorologia, Serviço de Proteção aos Índios, Serviço de Radiodifusão Educativa, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Serviço Nacional do Teatro, Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, Sociedade Brasileira de Belas Artes, Sociedade Brasileira de Direito Internacional, Sociedade Brasileira de Economia Política, Sociedade Brasileira de Música de Câmara, Sociedade Brasileira de Oftalmologia, Sociedade Brasileira de Química, Sociedade Brasileira de Radiologia, Sociedade Capistrano de Abreu, Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, Sociedade de Medicina e Cirurgia, Sociedade Nacional de Agricultura, Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, Sociedade Felipe d'Oliveira, Sociedade Propagadora das Belas Artes, União Brasileira de Compositores, União Nacional dos Estudantes, Universidade do Brasil e Universidade Católica

O Conselho Nacional de Estatística, em Resolução de sua Assembléia Geral, credenciou o Engenheiro CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia, como delegado do I B G E no Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura

ALARGADO PELO I. B. G. E. O PLANO DE LEVANTAMENTO DE ESTOQUES

A experiência obtida na realização dos Inquéritos Econômicos para a Defesa Nacional (levantamento de estoques) sugeriu ao I B G E, que vem realizando esses levantamentos desde 1942 e divulgando com regularidade os resultados, a conveniência de dar-lhes prosseguimento e maior amplitude

O Decreto-lei n.º 4 736, de 23 de setembro de 1942, mandando executar aqueles Inquéritos,

fundamentou a exigência nos interesses de organização militar, em virtude de encontrar-se o país em estado de guerra. Mas, além de atender aos objetivos da segurança nacional e de preparar elementos para orientação da política econômica do Governo, na fase que o país atravessava, a realização dos Inquéritos referidos possibilitou melhor execução das pesquisas referentes a compra, venda e estoques de mer-

cadorias, afora outros aspectos ligados às atividades dos estabelecimentos informantes

Na recente reunião da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística, foi aprovada uma Resolução, recomendando à Secretaria-Geral do I B G E promovesse e encaminhasse as medidas convenientes, no sentido de assegurar prosseguimento aos Inquéritos Econômicos para a Defesa Nacional, instituídos pelo aludido Decreto-lei, e que, na continuidade da execução desses Inquéritos, providenciasse para que os mesmos fôsem ampliados aos estabelecimentos varejistas, nas condições julgadas mais convenientes às investigações estatísticas no campo econômico, mas sem prejuízo do alargamento que ainda comportassem quanto às categorias dos estabelecimentos já incluídos na pesquisa

O cumprimento dessas recomendações da Assembléa Geral teve de ser antecipado, com caráter urgentíssimo, em virtude de recente Decreto-lei Assim, decidiu o Instituto lançar um Inquérito direto, por intermédio da sua rede de Agências Municipais de Estatística, compreendendo os estoques de gêneros de primeira necessidade existentes, no último dia de cada mês, em tôdas as sedes municipais

É que as necessidades da política de abastecimento tornaram conveniente a realização, segundo diretrizes estabelecidas pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira, do Ministério da Fazenda, e com o concurso dos demais órgãos do Instituto, de um levantamento expedito, abrangendo todos os municípios brasileiros, e no qual fôsem computados os estoques de alguns dos principais gêneros alimentícios em poder dos atacadistas, exportadores, industriais e principais produtores do distrito da sede municipal Embora os dados assim obtidos correspondam, apenas, aos estoques visíveis, isto é, àqueles que o Agente Municipal de Estatística pôde registrar em verificação feita na própria sede do Município (com exclusão, portanto, em alguns casos, dos estoques em poder dos produtores ou exportadores residentes nos demais distritos), os resultados desse levantamento constituem valiosas indicações para a orientação das autoridades responsáveis pelos problemas de abastecimento

Tendo-se reportado o inquérito à situação dos estoques no dia 31 de agosto último já no dia 19 de setembro a Secretaria-Geral do Instituto dispunha dos dados, que foram naquela data encaminhados ao Ministério da Fazenda, referentes a 1 390 dos 1 667 municípios existentes no país, ou seja, de 83,4% das nossas circunscrições municipais Dos demais municípios continuavam a chegar as informações colhidas pelos respectivos Agentes, tendo-se, todavia, considerado mais conveniente não retardar a utilização dos elementos já disponíveis, para não sacrificar o seu cunho de atualidade As circunscrições ainda em falta eram exatamente aquelas onde mais se acentuam as dificuldades de comunicações, o que contribuiu para a demora de recebimento das informações a elas referentes Poi isso mesmo, dada a pequena

significação econômica de que se revestem, sua ausência não afeta, em medida apreciável, os quantitativos obtidos, os quais podem ser considerados perfeitamente representativos da realidade total

Dezesseis foram os produtos compreendidos no plano do levantamento, verificando-se, em relação a cada um deles, os seguintes estoques, em toneladas, nos 1 390 municípios dos quais procederam as informações apuradas pelo I. B G E : açúcar, 112 267; arroz, 796 765; banana, 10 097; batata, 10 772; carne seca ou charque, 43 895; cebola, 7 289; farinha de mandioca, 140 450; farinha de trigo, 20 898; fubá de milho, 8 874; feijão, 144 233; manteiga, 4 445; milho, 288 245; óleos, 5 157; sal, 590 571; trigo em grão, 12 164; toucinho, 1 972

Constituiu, sem dúvida, um *record* a assinalar a circunstância de, naquela data, já dispor o I B G E desse valioso conjunto de informações, referentes à situação dos estoques, em todo o Brasil, a 31 de agosto Num país com a extensão territorial, a dispersão demográfica e as dificuldades de comunicações peculiares ao Brasil, isto desmente a eiva de atraso que se costuma atribuir, de modo geral, às nossas estatísticas, mas nem sempre com inteira justiça, como o demonstra, entre outros fatos, além do inquérito ora realizado, a divulgação sistemática, no *Boletim Estatístico* editado trimestralmente pelo I B G E, de algumas centenas de séries econômicas caracterizadas por alto cunho de atualidade

Mediante a aplicação dos índices de consumo *per capita*, já calculados pelos serviços estatísticos oficiais, torna-se fácil determinar com razoável precisão os períodos durante os quais os estoques existentes podem atender às necessidades de abastecimento das populações Os estudos a esse respeito virão a completar-se com os elementos estatísticos obtidos pelo Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, por meio da previsão e confirmação, em ritmo trimestral, das safras; pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira, do Ministério da Fazenda, com a apuração do movimento do comércio exterior e de cabotagem, e pela própria Secretaria-Geral do I B G E, através do levantamento das correntes internas de comércio, ou seja, do intercâmbio mercantil verificado pelas vias aéreas, rodoviárias, ferroviárias e fluviais

No fim de outubro próximo, o Instituto realizará novo inquérito sobre os estoques existentes em todos os municípios Tendo-se em vista a experiência do inquérito anterior, cujos resultados já foram divulgados, e a circunstância de estar sendo o mesmo planejado com a necessária antecedência, tudo leva a acreditar que o seu êxito superará, de muito, o do levantamento precedente, quer na qualidade, quer na quantidade das informações obtidas Para isso muito concorrerá, sobretudo, o grau de eficiência que vai adquirindo a rede de Agências Municipais de Estatística, com a transferência de sua administração ao I B G E, em virtude dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal

CADEIRA DE ESTATÍSTICA GERAL E APLICADA, DA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA

Realizaram-se no mês de junho último as provas do concurso para o provimento efetivo da cadeira de "Estatística Geral e Aplicada" da Faculdade Nacional de Filosofia, o primeiro que se efetua no Brasil para o provimento de uma cátedra autônoma dessa disciplina.

Inscreveram-se os Srs JORGE KINGSTON, professor interino da cadeira, cuja tese versou sobre "A Teoria da Indução Estatística", trabalho cujos primeiros capítulos se encontram em outro local do presente número da REVISTA, e ELOYWALDO CHAGAS DE OLIVEIRA, professor da Escola Politécnica da Bahia, com a tese "Da atualização progressiva dos ajustamentos históricos polinomiais obtidos pelo método dos mínimos quadrados" Antes da abertura dos trabalhos, requereu este último candidato o cancelamento de sua inscrição, prosseguindo o concurso apenas com o primeiro inscrito

A comissão examinadora constituiu-se dos Professores JOSÉ CARNEIRO FELIPPE, Diretor do Serviço Nacional de Recenseamento, EDER JAN-

SEN DE MELO, Diretor do Serviço Federal de Bioestatística, OCTAVIO ALEXANDER DE MORAES, estatístico e alto funcionário do Serviço Nacional de Recenseamento, OSCAR PORTO CARREIRO, Diretor do Serviço Atuarial do Ministério do Trabalho, e PLÍNIO CANTANHEDE, Atuário e Docente-livre da Escola Nacional de Engenharia

As provas realizaram-se na seguinte ordem: 14 de junho, prova escrita, tendo sido sorteado os pontos "Ajustamento pelos métodos dos mínimos quadrados e dos momentos", "Medida da associação entre caracteres; índices de contingência" e "Estatísticas financeiras; o câmbio; a balança de contas"; 17 de junho — defesa de tese; 19 de junho — prova didática sobre o ponto sorteado: "As variações estacionais e sua medida"

Procedeu-se, após, à apuração das notas dadas ao candidato, que foi unanimemente indicado para o provimento efetivo da cadeira que vem regendo desde a fundação da Faculdade, em 1939

CURSO EXTRAORDINÁRIO DE ESTATÍSTICA

Com o objetivo de proporcionar maior soma de conhecimentos básicos de Estatística, relacionados com as atividades específicas do Curso de Orientação, Seleção e Readaptação Profissional, aos alunos no mesmo matriculados, foi instituído no D A S P, em agosto último, o Curso Extraordinário de Estatística

O Curso terá a duração de um mês, com cinco horas de aulas semanais, ficando a cargo

do professor da disciplina a organização do programa respectivo Dadas as finalidades do Curso, a inscrição no mesmo limitar-se-á aos alunos regularmente matriculados no Curso de Orientação, Seleção e Readaptação Profissional, cabendo à direção dos Cursos de Administração daquela entidade baixar as instruções complementares

INSTITUTO PAN-AMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA

Por ocasião da IV Assembléa Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História realizada em Caracas, entre agosto e setembro deste ano, com a presença de delegados de todos os países americanos, foi eleito Presidente dessa importante entidade de âmbito continental o Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES.

Presidente do I B G E, desde a sua fundação, e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em caráter perpétuo, bem como membro de várias instituições de cunho cultu-

ral e científico, o Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES tem o seu nome projetado em todo o continente americano, no terreno das ciências geográfica e histórica

A eleição do ilustre homem público para a direção do Comitê Executivo do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, que tem sede no México, verificou-se em substituição ao cientista norte-americano JOHN C MERRIAM, recentemente falecido, o qual era também Presidente emérito da Institution Carnegie, de Washington

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Realizou-se, no dia 16 de julho deste ano, a assembléa geral ordinária da Sociedade Brasileira de Estatística, no auditório do I B G E, achando-se presentes numerosos associados desta capital e dos Estados

Presidiu a reunião o Sr VALENTIM BOUÇAS, que, após a leitura de correspondência de sócios ausentes, delegando poderes de representação, deu a palavra ao Sr RAFAEL XAVIER, Secretário-Geral, para dirigir uma saudação

aos representantes federais e regionais à Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística, participantes da sessão

Comunicada ao plenário a última deliberação da diretoria — escolha do Sr BENEDITO SILVA para representante da Sociedade junto ao Instituto Interamericano de Estatística, com sede em Washington — foi a mesma aplaudida com uma salva de palmas, decidindo-se expedir ao escolhido um telegrama congratulatório,

também por motivo de sua nomeação para importante cargo na Organização das Nações Unidas

Ao proceder-se à leitura do relatório e contas e eleição da diretoria que regerá os destinos sociais até julho de 1948, foi convidado a assumir a presidência o estatístico catarinense Sr LOURIVAL CÂMARA. O relatório e as contas mereceram unânime aprovação. Escolhido o processo de aclamação, foi proposta e eleita a seguinte diretoria: Presidente, VALENTIM BOUÇAS; 1º Vice-Presidente, JOÃO LYRA MADEIRA; 2º Vice-Presidente, O ALEXANDER DE MORAES; Secretário-Geral, JORGE KINGSTON; 1º Secretário, JOÃO DE MESQUITA LARA (representante do I B G E); 2º Secretário, JESSÉ MONTELO; 1º Tesoureiro, CASEMIRO VIEIRA PINTO; 2º Tesoureiro, MANUEL MARTINS JÚNIOR; Comissão Fiscal — HEITOR ELOI ALVIM PESSOA, SÉRGIO NUNES DE MAGALHÃES JÚNIOR e MARY TUMMINELLI; Comissão de Redação — JORGE KINGSTON (membro nato), RAFAEL XAVIER e WALDEMAR LOPES

Empossada a nova diretoria, o Sr VALENTIM BOUÇAS agradeceu a sua reeleição, pronunciando um discurso no qual acentuou as altas responsabilidades dos estatísticos na reorganização do mundo e na solução dos problemas gerais da humanidade

O Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS pediu a palavra, em seguida, para desincumbir-se de dupla missão — da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística e do Instituto Interamericano de Estatística. Quanto à primeira, disse consistir não só no agradecimento à saudação formulada, no início dos trabalhos, pelo Sr RAFAEL XAVIER, como também na leitura e entrega da Resolução n.º 308, que havia sido aprovada, horas antes, seguindo um ato excepcional, com dispensa dos interstícios regimentais, pela mesma Assembléia. Nessa Resolução, o C N E "significa o seu alto aprêço à atuação da Sociedade Brasileira de Estatística, em prol da cultura estatística brasileira", expressa o seu regozijo pelos fatos que assinalaram, no último ano, as atividades da S B E e, por fim, "ressalta, como um dos fatores de êxito das atividades da Sociedade Brasileira de Estatística, a atuação dedicada do seu eminente Presidente, Sr VALENTIM BOUÇAS, a cujo espírito público devê a Estatística Brasileira relevante colaboração". Em prosseguimento, na qualidade de Presidente do Instituto Interamericano de Estatística, o orador prestou um depoimento sobre o importante e decisivo amparo dispensado pelo Sr VALENTIM BOUÇAS à obra do I I E, apresentando-lhe os mais calorosos agradecimentos.

Antes de encerrar a sessão, o Presidente da S B E ainda dirigiu a palavra aos presentes, expressando o seu reconhecimento pelas homenagens recebidas e fazendo largas considerações sobre a significação do trabalho estatístico e sobre os novos ideais que animam a consciência universal

Reunião da Diretoria — Em sua primeira sessão ordinária, sob a presidência do Sr VALENTIM BOUÇAS, a nova Diretoria da Sociedade Brasileira de Estatística apreciou vários assuntos de interesse, deliberando voltar a reunir-se

em breve, para dar prosseguimento à execução de indicações adotadas

Com referência ao Censo Continental de 1950, a Sociedade realizará uma mesa redonda de especialistas, a fim de oferecer sugestões ao Instituto Interamericano de Estatística. Reuniões semelhantes serão dedicadas ao estudo de outros problemas relevantes da estatística nacional e internacional, entre os quais o levantamento da renda nacional e da balança de pagamentos e o *Anuário Interamericano de Estatística*

Por proposta do Sr O ALEXANDER DE MORAES, as sessões bimestrais de estudos passarão a ser, alternadamente, de exposição em nível mais elevado e de divulgação

A Diretoria assentou a imediata realização do concurso do Prêmio "Bulhões Carvalho" e a execução de várias iniciativas constantes de planos de trabalhos anteriormente aprovados

Concurso Bulhões Carvalho — A Diretoria da Sociedade, nos termos do parágrafo único do artigo 29 dos Estatutos, e tendo em vista a especial doação de dez mil cruzeiros, feita pelo seu Presidente, Sr VALENTIM BOUÇAS, aprovou as seguintes instituições para a concessão, no ano de 1947, do Prêmio "Bulhões Carvalho":

1 — O prêmio "Bulhões Carvalho", na importância de cinco mil cruzeiros para cada uma das três seções do concurso, a ser realizado pela Sociedade Brasileira de Estatística, será concedido ao trabalho que, na respectiva seção, for classificado em primeiro lugar

2 — O concurso destina-se ao julgamento de trabalhos originais, inéditos, que possam ser classificados em uma das seguintes seções:

Seção A — Organização de serviços de estatística ou de levantamentos estatísticos, bem assim compêndios de nível elementar e aplicação da técnica estatística, em nível não elevado, a problemas de interesse nacional

Seção B — Desenvolvimento de temas sobre a metodologia estatística, em geral, ou um de seus aspectos, em particular (aplicação da estatística à análise de problemas nacionais; utilização de novos métodos e processos, ampliação dos métodos clássicos e estudo crítico dos métodos vulgarmente utilizados; análise estatística de resultados apresentados pelas repartições oficiais ou obtidos pelo autor, etc)

Seção C — Desenvolvimento de temas sobre a estatística matemática, seja com caráter crítico-filosófico, seja tendo em vista novas aplicações da análise matemática à solução ou generalização de problemas relacionados com a pesquisa científica dos fenômenos coletivos

3 — Qualquer pessoa residente no país poderá concorrer ao concurso

4 — Os trabalhos deverão ser entregues à Secretaria da Sociedade, em três vias, datilografadas em espaço duplo, de 1º de outubro de 1946 a 31 de março de 1947

5 — Os originais serão assinados com pseudônimo, colocando-se o nome e o endereço do concorrente num envelope que será fechado, lacrado e identificado externamente pelo próprio pseudônimo.

6 — Será indicada a seção à qual o trabalho concorre, não podendo haver inscrição de um mesmo trabalho em mais de uma seção

7 — Os concorrentes não perderão os direitos autorais, mas poderá a Sociedade publicar os trabalhos premiados na REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, e, em igualdade de condições, terá preferência para editá-los

8 — No julgamento será levado em conta: a) o valor do trabalho, a contribuição pessoal do autor e a sua utilidade prática, avaliados dentro de cada seção;

b) a clareza, a simplicidade e a precisão de exposição, bem como a correção da linguagem;

c) a objetividade do trabalho

9 — O julgamento dos trabalhos será feito por uma comissão de três membros para cada secção, nomeados pelo Presidente da Sociedade

10 — As comissões poderão, dentro dos respectivos setores, deixar de atribuir qualquer dos prêmios

11 — Os pontos omissos das presentes instruções serão esclarecidos pelo Secretário-Geral da Sociedade (Av Franklin Roosevelt, 166)

JUNTA EXECUTIVA CENTRAL

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística levou a efeito duas reuniões ordinárias, durante o período de julho a setembro, correspondente ao presente número da REVISTA

Na primeira dessas reuniões, presidida pelo Sr HECTOR BRACET, Presidente em exercício do Instituto, foram lidos, no expediente, telegramas do Sr CARLOS ROBERTO DE AGUIAR MOURIRA, Secretário particular do Presidente da República, agradecendo, em nome do Chefe do Governo, as congratulações enviadas por motivo do início da fabricação de aço, e do Sr ODOM BEZERRA CAVALCANTI, Intervenitor Federal na Paraíba, agradecendo o voto de congratulações formulado pela Assembléa Geral do Conselho

Fazendo uso da palavra, o Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS salientou a inteira harmonia e perfeita cordialidade que presidiram aos debates dos diversos assuntos, no curso da sétima sessão ordinária da Assembléa Geral do Conselho, acentuando ainda como, na maioria dos Estados, se vem processando a nacionalização das Agências Municipais de Estatística, dentro de alto e sadio espirito patriótico. O orador referiu-se à atuação das Inspetorias Regionais de Estatística, assinalando as sensíveis melhoras havidas no trabalho de coleta e crítica

Na ordem do dia, a Junta aprovou os seguintes pareceres: do Conselheiro-Relator do mês de julho, nos processos por infração ao Decreto-lei n° 4 736, em que é imposta a multa de Cr\$ 200,00 às firmas Miguel Perez, L Fonseca & Martins Ltda, Coimbra Bueno & Cia Ltda, João E Martins, A Marques & Cia, J Mendes, Oliveira & Cia, Sociedade Brasileira de Minérios e Metais, A L Müller, Pires Coelho & Cia, Indústria de Produtos Alimentícios Palmira Ltda, Indústria de Brinquedos e Bijouterias Jaraguá Ltda e Indústria de Calçados Pedro Kamerian; de Cr\$ 300,00, às firmas Mário de Carvalho & Cia, Sociedade Industrial Matelei Ltda e Nathan Vainberg; de Cr\$ 400,00, às firmas Chaskiel Steenbrantz, Kielmanowicz & Gorenstein, A Guilherme & Souza e Américo Belluco; de Cr\$ 500,00, às firmas Anilinas & Diogas Ltda e W Ribeiro; de Cr\$ 800,00, às firmas João Pereira de Almeida e Duarte Amaral & Cia Ltda; e de Cr\$ 1 000,00, à firma Maia Nobre & Irmão

Foram também aprovados os pareceres do Conselheiro-Relator quanto à prestação de contas dos Departamentos Estaduais de Estatística do Ceará, Minas Gerais e Piauí, e da Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo do Recife, relativamente a auxílios especiais do Instituto para atender a despesas com os trabalhos dos Inquéritos Econômicos para a Defesa Nacional Tiveram, igualmente, aprovação da Junta os processos relativos à concessão de auxílio ao Departamento Estadual de Estatística do Espírito Santo, à representação do Serviço de Pessoal sobre remuneração de serviços ex-

traordinários, e à filiação do Serviço de Estatística da Caixa Econômica Federal ao Instituto, convertendo-se na Resolução n° 250 o projeto referente à aludida filiação

O Tenente-Coronel FREDERICO RONDON teceu referências ao trabalho sobre a divisão regional militar, elaborado pelo Serviço de Estatística Militar da Secretaria-Geral, encarecendo a sua importância, não só para a estatística como para as classes armadas. Por fim, a Junta considerou definitivamente aprovada a Resolução n° 244, relativa à reestruturação dos cargos do Quadro Permanente da Secretaria-Geral do Instituto

Voltou a reunir-se a Junta no dia 29 de agosto, tendo o Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS, no expediente, lembrado a figura do Professor VENANCIO FILHO, como educador e como amigo do Instituto, e formulado, em nome da J E C, um voto de pesar pelo seu falecimento. Propôs ainda o orador votos de congratulações com o Sr BENEDITO SILVA, por sua escolha para servir na U N O, e com os Professores J. CARNEIRO FELIPPE e O ALEXANDER DE MORAES em virtude da sua indicação, pela Presidência do Instituto, para o Comitê do Censo Continental de 1950

Na ordem do dia, a Junta tomou conhecimento de uma representação da Secretaria-Geral do Instituto, propondo instruções para provimento de cargos vagos, na forma do previsto na Resolução n° 244. Após o debate do assunto, ficou deliberada a realização das provas, quando a Secretaria-Geral julgar oportuno, adiando-se o preenchimento dos cargos para a época em que isso seja permitido pela Presidência da República. Em face de outra representação do mesmo órgão, sobre a admissão de extranumerários que haviam realizado estágio no Serviço Nacional de Recenseamento como servidores do Departamento Nacional do Café, em cuja Secção de Estatística serviram, deliberou a Junta autorizar o aproveitamento dos candidatos, na forma que for julgada mais adequada

Foram aprovados, a seguir, os pareceres do Conselheiro-Relator nos seguintes processos de aplicação de multas, por infração ao Decreto-lei n° 4 736: de Cr\$ 200,00, contra as firmas Fábrica de Calçados Klacher Lapoian, Geraldo Buriti Romeiro, Cia Argilas Industriais Ltda, Evanisto Lopes Agulhó, Irmãos Martins, Dalton D Bicalho e Mário L da Cruz; de Cr\$ 400,00, contra a firma Valério & Cia; e de Cr\$ 500,00, contra as firmas Altino Guedes de Figueiredo e Aristófanes Fernandes & Irmão. Aprovou também, a Junta, os pareceres que opinaram pelo indeferimento do recurso da Cia Marmito S A, solicitando relevação da multa que lhe fôra imposta, e pela aprovação dos processos de prestação de contas de auxílios do Instituto aos Departamentos Estaduais de Estatística do Pará, Paraíba, São Paulo e Minas Gerais. Fo-

ram, também, autorizadas a concessão de um auxílio especial ao Departamento Estadual de Estatística de Pernambuco e a substituição das séries funcionais da Secretaria-Geral do Instituto, tendo sido baixada, a este respeito, a Resolução n.º 251, que "substitui as séries funcionais existentes na Secretaria-Geral do Instituto e dá outras providências"

Refeiundo-se ao Decreto-lei do Governo Federal sôbre o levantamento dos estoques de

gêneros alimentícios, a cargo dos Ministérios da Fazenda e da Agricultura, o Sr M. A. TEIXEIRA DE FREITAS ressaltou que o Instituto vem realizando a tarefa quanto a êsses e outros produtos, nas Capitais, em condições absolutamente satisfatórias. O orador aproveitou o ensejo para aludir à necessidade de ser criada quanto antes a Guia Nacional de Exportação

SERVIÇOS ESTATÍSTICOS REGIONAIS

MARANHÃO — Visitou a Secção de Estatística Militar do Departamento Estadual de Estatística o Major ORLANDO DE CARVALHO FREITAS, Chefe da Comissão de Rêde n.º 7 do Estado Maior do Exército Aquêle militar, após a visita, manifestou ao Sr Interventor Federal inteirinho a boa impressão que lhe causaram os trabalhos afetos à referida Secção, no que diz respeito à segurança nacional

RIO GRANDE DO NORTE — Tiveram início as aulas do Curso de Estatística, instituído no dia 29 de maio dêste ano, por iniciativa do Sr. Inspetor Regional de Estatística Municipal. O Curso funciona em uma das salas do D E E, com o comparecimento de grande número de servidores da estatística do Estado e de outras pessoas interessadas. Está sob a direção do Sr ANTÔNIO CAROLINO GONÇALVES, Inspetor Regional de Estatística Municipal

— O Interventor UBALDO BEZERRA DE MELO em telegrama-circular dirigido aos Prefeitos Municipais, recomendou-lhes prestassem todo o apoio ao plano de reforma das Agências Municipais de Estatística. O telegrama tem o seguinte teor: "Levo ao vosso conhecimento que esta Interventoria vem acompanhando com o

maior interêsse a execução do plano de reforma das Agências Municipais de Estatística, realizada debaixo da orientação da Inspetoria Regional neste Estado, recomendando-vos prestar aos serviços municipais de estatística o apoio e a colaboração do vosso Governo, a fim de possibilitar êxito completo aos seus empreendimentos"

PARAÍBA — O Interventor ODON BEZERRA, dirigiu um telegrama-circular aos Prefeitos Municipais, no sentido de cooperarem no plano de reforma das A M E. Está o mesmo assim concebido: "A Inspetoria Regional de Estatística da Paraíba está executando o plano de reforma das Agências do interior, providência do maior interêsse público, para cujo êxito o Governo do Estado se acha empenhado em prestar tôda a cooperação. Nesta oportunidade, recomendo-vos dispensar o necessário apoio à reorganização projetada"

ALAGOAS — O Departamento Estadual de Estatística publicou o primeiro número do *Boletim Estatístico*, o qual começou a ser distribuído no dia 29 de maio, em homenagem ao décimo aniversário do I B G E. O *Boletim*, que apresenta excelente aspecto gráfico, insere,



Acompanhado do Interventor UDO DEECKE, o Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro, D. JAIME CÂMARA visitou o Departamento Estadual de Estatística de Santa Catarina, vindo-se, na fotografia, Sua Eminência em palestra com o Diretor-Geral dêsse órgão, Sr. LOURIVAL CÂMARA, que lhe fez minuciosa exposição sôbre os trabalhos da repartição que dirige.

como prefácio, um trabalho do Sr MANUEL DIEGUES JÚNIOR, antigo Diretor do D E E e elemento integrante dos quadros da Secretaria-Geral do Instituto, intitulado "Estrutura e funcionamento do sistema estatístico em Alagoas".

A publicação reúne, numa série de quadros dispostos conforme a melhor técnica, numerosos elementos do repertório estatístico alagoano, abrangendo capítulos referentes às situações física, demográfica, econômica, social, cultural, administrativa e política.

— De regresso da capital do país, onde representou o Estado na Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística, o Sr EDGAR MACHADO, Diretor do Departamento Estadual de Estatística, entrevistado pelo matutino *Gazeta de Alagoas*, referiu-se aos resultados da importante reunião, louvando o alto espírito de harmonia e cooperação que presidiu aos trabalhos. Aludindo à contribuição de Alagoas, declarou ter verificado que o D E E regional se acha no mesmo plano das repartições congêneres em que os serviços se encontram mais atualizados.

MINAS GERAIS — Manifestando o interesse do Governo pelos serviços estatísticos municipais, que se estão reorganizando de acôrdo com o que ficara estabelecido nos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, o Interventor João BERALDO expediu a seguinte circular aos Prefeitos Municipais: "O Governo do Estado acompanha com todo o interesse a execução do plano de organização das Agências Municipais de Estatística a cargo da Inspeção Regional de Estatística Municipal e recomenda vosso apoio à execução dos inquéritos estatísticos, cujos resultados são de grande utilidade para a administração".

ESPIRITO SANTO — Desdobrando os dados contidos na *Síntese do Censo Demográfico de 1940*, quanto à parte relativa ao Espírito Santo, o Departamento Estadual de Estatística publicou interessante trabalho de análise, acerca da população regional, sob o título *A população do Espírito Santo segundo o Recenseamento Geral de 1940*.

A publicação contém estudos comparativos do movimento da população espiritosantense, inclusive quanto à proporção das crianças de 0 a 9 anos sobre 100 habitantes. Encontram-se, também, quadros minuciosos da situação demográfica, conforme as idades, sexo, côr, estado conjugal, nacionalidade, grau de instrução, crença religiosa e atividade principal.

— O Interventor ARISTIDES CAMPOS, em cooperação com a Inspeção Regional de Estatística Municipal, dirigiu aos Prefeitos Municipais um telegrama-circular, recomendando-lhes prestar todo apoio à reorganização das A M E, inclusive dotando-as de sala apropriada, a fim de que possam expor seus trabalhos.

Os trabalhos a serem expostos pelas Agências, dirão respeito a:

I — fotografias de estabelecimentos industriais e de outros elementos de atividades importantes existentes no Município;

II — vistas panorâmicas e de objetivos de turismo do Município;

III — principais produtos do Município;

IV — mapas do Município, do Estado e do Brasil;

V — cartogramas de estradas de rodagem, de ferro e de outras vias de comunicação;

VI — gráficos e tabelas do movimento dos estabelecimentos de assistência social, bem como fotografias desses estabelecimentos;

VII — outros aspectos interessantes da vida do Município.

RIO DE JANEIRO — Por Decreto-lei n.º 1 735, de 5 de setembro, do Governo Regional, foi criado, no Departamento Estadual de Estatística, diretamente subordinado ao respectivo Diretor, o Serviço de Estudos e Pesquisas, competindo-lhe a análise e interpretação dos trabalhos executados pelos demais Serviços, bem como a elaboração e sistematização da publicidade estatística regional. Pelo mesmo ato, ficou desmembrado do Serviço de Estatística Fisiodemográfica e Econômica o Serviço de Estatística Social, Cultural e Administrativa.

SÃO PAULO — Visando a alargar os quadros do funcionalismo da estatística regional, o Governo do Estado baixou, no dia 14 de setembro último, o Decreto-lei, n.º 16 110, que reesutura e amplia as carreiras de Estatístico e Estatístico-Auxiliar.

SANTA CATARINA — O Diretor do Departamento Estadual de Estatística, Sr LOURIVAL CÂMARA, baixou, em setembro último, oportuna Portaria, em consequência da qual são retomadas as atividades publicitárias do órgão estatístico regional. Após longa série de considerações, nas quais é salientada a urgente necessidade de serem submetidos a ampla divulgação os elementos estatísticos coletados e sistematizados, pela repartição, a Portaria, que contém várias determinações, prescreve o seguinte, em seu artigo primeiro:

"A 1ª Divisão Técnica tomará enérgicas providências no sentido de serem reiniciadas as suas atividades publicitárias, dentro dos seguintes princípios gerais:

a) restabelecimento do serviço de informações semanais e comunicados quinzenais à imprensa nacional, a partir de 1º de outubro de 1946;

b) republicação do "Serviço de Informações", de periodicidade mensal, de sorte que o primeiro número, correspondente à nova etapa, se refira ao mês de novembro de 1946;

c) preparo, no decorrer do mês de outubro de 1946, das publicações *Atualidades catarinenses* e *Divisão Administrativa e Judiciária do Estado de Santa Catarina*;

d) preparo de monografias estatístico-descritivas cujos originais já se encontrem em poder do D. E. E."

— O Interventor UDO DECKE dirigiu aos Prefeitos Municipais, a respeito da reorganização dos serviços estatísticos municipais, o seguinte telegrama-circular: "Recomendo vossa assistência e apoio ao plano de reforma das Agências Municipais de Estatística, iniciado pela Inspeção Regional, no sentido de melhorar os serviços estatísticos, que tão proveitosos têm sido ao nosso Estado. A Interventoria Federal acompanha com grande interesse a referida reforma."

RIO GRANDE DO SUL — Em virtude de ter sido nomeado para reger a cadeira de Economia Política, na Faculdade de Direito de Porto Alegre, deixou as funções de Inspetor Regional de Estatística, no Estado, o Sr MEM DE SA, antigo Diretor do Departamento Estadual de Estatística, e que vinha exercendo aquele cargo, com grande eficiência, desde a instalação da Inspeção.

A passagem das funções ao novo titular, Sr. TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO, verificou-se no dia 19 de agosto último, com a presença do Sr. RUBEM GUEIROS, Inspetor-Geral das Agências Municipais de Estatística, e do representante do Interventor Federal no Estado, bem como de autoridades e funcionários dos órgãos integrantes do sistema estatístico regional.

Fêz uso da palavra, inicialmente, o Sr. RUBEM GUEIROS, seguido pelo Sr. TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO, que aludiu à articulação do D E E com a Inspetoria, afirmando a sua confiança numa colaboração fecunda entre as duas repartições e enaltecendo a atuação do seu antecessor, cuja orientação serena e eficiente produzira os mais felizes resultados na árdua fase de implantação dos serviços.

Por último, falou o Sr. MEM DE SÁ, tecendo referências à obra realizada pelo I B G E

e reconstituindo os antecedentes dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, que tornaram possível a reorganização das A M E em todo o território nacional. Finalizando, ressaltou o Sr. MEM DE SÁ a dedicação dos funcionários da Inspetoria Regional, agradecendo-lhes a cooperação e incentivando-os a continuarem fiéis aos ideais ibgeanos.

— A exemplo do que já fôra feito em 1943, o Departamento Estadual de Estatística instituiu, com o patrocínio da Liga de Defesa Nacional, interessante concurso de teses e cartogramas estatísticos, comemorativo da Semana da Pátria, aberto aos alunos dos cursos secundários e comerciais de Porto Alegre. O certame foi encerrado no dia 15 de setembro, com a entrega dos prêmios, que constaram de medalhas, livros e um mapa da F E B

SERVIÇOS ESTATÍSTICOS MUNICIPAIS

TERESINA — Pelo Decreto-lei municipal n.º 222, de 6 de agosto do corrente ano, foi transformado o Departamento Municipal de Estatística de Teresina, no Piauí, em Seção de Divulgação e Turismo.

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM — Editou o Departamento Estadual de Estatística do Espírito Santo interessante monografia estatístico-descritiva de Cachoeiro de Itapemirim, cuja leitura permite aquilatar do rápido desenvolvimento local. A monografia deixa ver que o progresso alcançado no Município se explica, principalmente, pelo fato de ser o mesmo cortado por duas estradas de ferro e inúmeras rodovias. Possuía Cachoeiro de Itapemirim, abertos ao tráfego, em 1944, 433,3 quilômetros de estradas de rodagem, dos quais 121,5 pertenciam ao Estado, 304 ao Município e 7,8 a particulares. A população era de 73 509 habitantes, segundo o censo de 1940, elevando-se, em 1945, a 80 860, de acordo com estimativa oficial. Na sede municipal concentram-se 40 804 habitantes, sendo de 56,2 por quilômetro quadrado a densidade demográfica do Município.

Outras indicações sobre a vida municipal contêm a publicação, entre as quais se destacam as relativas ao movimento da população e aos recursos econômicos. Assim é que, por 1 000 habitantes, o coeficiente de natalidade, em Cachoeiro de Itapemirim, é de 22,2; o de nupcialidade, 4,9; e o de mortalidade, 16,1.

A economia local repousa na atividade agrícola e na pequena indústria de beneficiamento, sendo o café a cultura predominante. Seguem-se-lhe o milho, o feijão, o arroz, a cana de açúcar e a mandioca. Em 1944, foram produzidos 60 000 sacos de café, 32 000 de milho, 24 000 de feijão, 19 140 de arroz, 5 000 de farinha de mandioca, 2 400 de açúcar, 130 000 cachos de banana e 103 toneladas de mamona em baga.

Em 1943, Cachoeiro de Itapemirim dispunha de 36 instalações de beneficiamento de café, 16 de arroz, 7 engenhos de açúcar, 18 fábricas de aguardente, 7 moinhos de fubá e 1 fábrica de farinha de mandioca. A indústria de laticínios constava de 6 fábricas de queijos, 1 de manteiga e 1 estabelecimento de industrialização do leite. Havia, ainda, 3 fábricas de banha e 2 cortumes.

CAMPO ALEGRE — Foram inauguradas em setembro último as novas instalações da Agência Municipal de Estatística de Campo Alegre, em Santa Catarina. Assistiram ao ato, que teve caráter solene, os Srs. ADOLFO PAULO HERBST, representante do Interventor Federal no Estado, LOURIVAL CÂMARA, Diretor do Departamento Estadual de Estatística, e AROLDO CALDEIRA, Inspetor Regional de Estatística Municipal.

Sobre a significação do acontecimento, discursou o Tenente SIBERO DE CAMILO, Delegado Especial de Polícia dos Municípios, que salientou a precária situação anterior da Agência, privada de instalações adequadas, a contrastar com as condições de eficiência em que, daí em diante, passaria a funcionar a repartição.

SÃO CARLOS — O jornal *A Cidade* publicou, no dia 10 de agosto, um resumo do relatório semestral da Agência Municipal de Estatística, apresentado à Inspetoria Regional. O mesmo órgão, na edição do dia 20 daquele mês, ocupou-se, no editorial intitulado "A Estatística e os Municípios", da importante missão que cabe às A M E, no plano da estatística geral do país.

LAJES — Para patrono da Biblioteca da Agência Municipal de Estatística desta cidade, foi escolhido o nome de ZAFRA PRINTO, saudosa estatística que prestou dedicada cooperação ao órgão especializado do Ministério da Educação e Saúde.

DUQUE DE CAXIAS — Com a presença do Prefeito Municipal e de autoridades estaduais, foi inaugurada, no dia 25 de agosto último, a Agência Municipal de Estatística de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro. A fita inaugural, fêz uso da palavra o Sr. EMIL SILVA, Inspetor Regional de Estatística, que se demorou na apreciação da obra do I B G E, sobretudo na parte relativa aos Convênios Nacionais de Estatística Municipal. Falaram, em seguida, os Srs. ARI GUIMARÃES, Chefe da Divisão de Receita da Secretaria das Finanças do Estado, ROBERTO SANTOS, Professor da Faculdade de Medicina de Niterói, ASTROGILDO COSTA, Agente Municipal de Estatística, e, por último, o Prefeito Municipal, Sr. GASTÃO REIS.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

QUADRO EXECUTIVO DO CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
(Repartições Centrais em 31-XII-1945)

ORGANIZAÇÃO FEDERAL:

- Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política — Ministério da Justiça e Negócios Interiores
DIRETOR — *HEITOR BRACET*
- Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda
DIRETOR — *JOÃO DE LOURENÇO*
- Serviço de Estatística da Produção — Ministério da Agricultura
DIRETOR — *A. R. DE CERQUEIRA LIMA*
- Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
DIRETOR — *OSVALDO GOMES DA COSTA MIRANDA*
- Serviço de Estatística da Educação e Saúde — Ministério da Educação e Saúde
DIRETOR — *M. A. TEIXEIRA DE FREITAS*

ORGANIZAÇÃO REGIONAL:

- Território do Acre — Departamento de Geografia e Estatística
Diretor — *Otávio Vidal Passos*
- Amazonas — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Júlio Benevides Uchoa*
- Pará — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Orion Klautau*
- Maranhão — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Cássio Reis Costa*
- Piauí — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *João Bastos*
- Ceará — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Thomaz Gomes da Silva*
- Rio Grande do Norte — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Aderbal França*
- Paraíba — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Gentil Cunha*
- Pernambuco. — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Paulo Acioli Pimentel*
- Alagoas — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Edgar Souza Machado*
- Sergipe — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Osmar Aragão*
- Bahia — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Felipe Nery do Espírito Santo*
- Minas Gerais . . . — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Hildebrando Clark*
- Espírito Santo . . — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *José P. Machado de Oliveira*
- Rio de Janeiro . . — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Francisco Steele*
- Distrito Federal . . — Departamento de Geografia e Estatística
Diretor — *Sérgio Nunes de Magalhães Júnior*
- São Paulo — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Djalma Forjaz*
- Paraná — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Mário Pinto Cordeiro*
- Santa Catarina . . — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Lourival Câmara*
- Rio Grande do Sul — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Remy Gorga*
- Goiás — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Frederico de Medeiros*
- Mato Grosso . . . — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Raimundo Nobre Passos*

Nota — Colaboram com essas repartições aproximadamente 1 600 Agências Municipais de Estatística, além de numerosos órgãos de estatística especializada, da União, dos Estados e dos Municípios